

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

- A. Os índios do Noroeste Amazônico
- B. O movimento indígena no Noroeste Amazônico
- C. A reclamação judicial da *Área Indígena médio Rio Negro*
- D. A identificação da FUNAI
- E. O trabalho de campo no médio Rio Negro e Rio Têa
- F. O trabalho de campo no Rio Apaporis
- G. Roteiro e cronologia de viagem

PRIMEIRA PARTE - ÁREA INDÍGENA MÉDIO RIO NEGRO

I. APRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA DA REGIÃO

II. RETROSPECTIVA HISTÓRICA

- A. Origens
- B. Primeiras descobertas
- C. Tropas de resgate e "guerras justas"
- D. Período pombalino
- E. Século XIX: novos reveses para os índios
- F. Século XX
- G. O garimpo e outros problemas atuais do médio Rio Negro

III. POVOS INDÍGENAS DO MÉDIO RIO NEGRO.

- A. Os Aruak
- B. Os Tukano orientais
- C. Os Maku
- D. Relações intra e interétnicas
- E. Relações com o território
- E.1. Uso econômico do território
- E.2- Sítios arqueológicos e memória oral sobre o território

IV. CONCLUSÕES E PROPOSTA PARA *ÁREA INDÍGENA MÉDIO RIO NEGRO*.

V. MEMORIAL DESCRITIVO DA *ÁREA INDÍGENA MÉDIO RIO NEGRO*.

- A. Denominação
- B. Comunidades integrantes
- C. Grupos Indígenas
- D. Localização
- E. Coordenadas dos extremos
- F. Base cartográfica
- G. Área
- H. Perímetro
- I. Descrição do perímetro

SEGUNDA PARTE - ÁREA INDÍGENA RIO APAPÓRIS

I. APRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA DA REGIÃO

II. RETROSPECTIVA HISTÓRICA

- A. Origens
- B. Descoberta e descimentos
- C. O ciclo da borracha e os Maku "brabos"
- D. História recente do Apapóris
- E. A corrida do ouro e a exclusão dos Maku
- F. Depois da Paranapanema

III. POVOS INDÍGENAS DO RIO APAPÓRIS

- A. Os Maku Yuhup
- B. Os sub-grupos Tukano
- C. O Apapóris e o alto Rio Negro
- D. O Posto Indígena da Vila Bittencourt

IV. CONCLUSÕES E PROPOSTA PARA *ÁREA INDÍGENA RIO APAPÓRIS*

V. MEMORIAL DESCRITIVO DA *ÁREA INDÍGENA RIO APAPÓRIS*

- A. Denominação
- B. Comunidades integrantes
- C. Grupos Indígenas
- D. Localização
- E. Coordenadas dos extremos
- F. Base cartográfica
- G. Área
- H. Perímetro
- I. Descrição do perímetro

TERCEIRA PARTE - *ÁREA INDÍGENA RIO TÊA*

I. APRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA DA REGIÃO

II. RETROSPECTIVA HISTÓRICA

- A. O caminho entre o Rio Negro e o Japurá
- B. O contato com os brancos e a diáspora Nadöb

III. POVOS INDÍGENAS DO RIO TÊA

- A. Os Maku Nadöb
- B. Os índios de Tabocal e outros usuários do Têa

IV. CONCLUSÕES E PROPOSTA PARA *ÁREA INDÍGENA RIO TÊA*

V. MEMORIAL DESCRITIVO DA *ÁREA INDÍGENA RIO TÊA*

- A. Denominação
- B. Comunidades integrantes
- C. Grupos Indígenas
- D. Localização
- E. Coordenadas dos extremos
- F. Base cartográfica
- G. Área
- H. Perímetro
- I. Descrição do perímetro

CONSIDERAÇÕES FINAIS

BIBLIOGRAFIA

ANEXOS

- A. Documentação
- B. Depoimentos
- C. Censos populacionais
 - C.1. Área Indígena Médio Rio Negro
 - C.2. Área Indígena Rio Apaporis
 - C.3. Área Indígena Rio Têa
- D. Fotografias
- E. Mapas

INTRODUÇÃO

A. Os índios do Noroeste Amazônico

O Noroeste da Amazônia, região a que se refere este relatório, inclui os índios do Rio Negro e do Rio Japurá. A primeira coisa que se deve ter em mente para regularizar a situação das terras indígenas nesta região é que se trata de uma província etnográfica sem igual no país, seja pela quantidade de povos indígenas que abrange, seja pela complexidade dos laços que esses povos mantêm entre si e com a sociedade nacional.

Os índios da área falam cerca de 20 línguas, classificadas em três grupos lingüísticos distintos: o Tukano, o Aruak e o Maku¹. Ao contrário do que se passa na maior parte das outras áreas culturais do continente, na região do Noroeste Amazônico não existe um território para cada língua. Elas se distribuem de modo embricado ao longo de todo o Rio Negro e afluentes, bem como em alguns trechos do Rio Japurá. Os povos que as falam estão em constante troca econômica, matrimonial e simbólica.

A despeito dessa unidade cultural, o território indígena do Noroeste da Amazônia foi muitas vezes dividido pelos brancos. Na Amazônia colonial, criaram-se configurações tais como "parte superior" e "parte inferior", popularizadas mais recentemente como "alto" e "baixo rio Negro". Somam-se a isso as disputas de fronteiras internacionais entre as antigas colônias portuguesa e espanhola, atuais Brasil, Colômbia e Venezuela, assim como a divisão municipal e distrital do mapa político brasileiro, no que se refere, hoje, aos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Japurá. Estes são fatores da geopolítica branca que se têm interposto historicamente à ocupação indígena do espaço.

Tais divisões compulsórias, embora não possam ser desconsideradas no entendimento da atual configuração do território indígena, que aliás é um produto daquela interposição, obscurecem a compreensão desse território como uma unidade cultural integrada e dinâmica. Em vista disso, as várias tentativas oficiais de delimitação de terras indígenas no âmbito deste território têm sido falhas ao recomendarem áreas distintas e muitas vezes separadas por supostas terras devolutas, que na verdade são espaços usados reiteradamente pelos índios.

Este relatório contém três propostas de área no Noroeste da Amazônia: a *Área Indígena médio Rio Negro*, a *Área Indígena Rio Apaporis* e a *Área Indígena Rio Têa*. Trata-se

¹ Embora alguns grupos Yanomami habitem o Noroeste da Amazônia, não devem ser considerados como parte integrante do sistema social enfocado aqui, uma vez que não mantêm laços estáveis com os demais índios da área.

de três áreas contíguas entre si, sendo em seu conjunto contíguas à *Área Indígena alto Rio Negro* (proposta de Buchillet, 1991). A contigüidade já é uma forma de respeitar a integração sócio-espacial em que vivem os índios do Noroeste Amazônico. Se identificamos três áreas distintas em vez de uma única área, que seria o ideal, foi porque não pudemos nos furtar à história geopolítica da região. Fornecemos a seguir alguns traços relevantes dessa história.²

B. O movimento indígena no Noroeste Amazônico

O reconhecimento e a identificação pelo Estado brasileiro da *Área Indígena médio Rio Negro* decorrem historicamente de uma luta maior de todos os povos indígenas do Noroeste Amazônico pela demarcação de seu território tradicional. No início dos anos setenta, os índios Tukano de Pari-Cachoeira enviaram à FUNAI documentos solicitando a demarcação de suas terras. Desde a origem, tal reivindicação se referia a um território único, incluindo todo o alto Rio Negro.

No entanto, entre a primeira identificação, feita pela FUNAI em 1979, e a última identificação, promovida em 1989 no âmbito do Projeto Calha Norte e sob os auspícios do Conselho de Segurança Nacional, o que se observou foi uma brutal diminuição das terras inicialmente pretendidas pelos índios: apenas 39% da área inicial, situados em espaços descontínuos denominados de "colônias indígenas", passaram a ser protegidos juridicamente (Buchillet, 1990b: 107-115).

Ao final da década de 80, quando o Projeto Calha Norte lançou a proposta das "colônias" descontínuas, evidenciaram-se acordos entre os executores do Projeto e a Paranapanema, uma empresa mineradora que atuava na região desde 1985. O assentimento dos índios foi obtido com promessas de programas na área de saúde, educação e extensão rural, que nunca chegaram a ser implantados. No rastro das decepções com essas promessas e com as constantes diminuições territoriais, foi surgindo uma série de organizações indígenas, todas elas empenhadas na luta pelo direito dos índios às terras que ocupam desde tempos imemoráveis e pelo reconhecimento de suas tradições culturais.³

² O esforço histórico que se segue destina-se apenas a explicitar os fatores que levaram à identificação das três áreas propostas. Maiores detalhes serão encontrados no corpo do relatório.

³ As associações são as seguintes: 1. UCIRT (União das Comunidades Indígenas do Rio Tiquiê, fundada em 1984 e atualmente extinta); 2. ACITRUT (Associação das Comunidades Indígenas de Taracua, dos Rios Uaupés e Tiquiê, fundada em 1986); 3. UNIDI (União das Nações Indígenas do Distrito de Iauaretê, fundada em 1988); 4. ACIRNE (Associação das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro, fundada em 1988); 5. ACIRI (Associação das Comunidades Indígenas do Rio Içana, fundada em 1988); 6. AMITRUT (Associação das Mulheres Indígenas de Taracua, rio Uaupés e Tiquiê, fundada em 1989); 7. ACIRX

A Constituição Federal de 1988 foi um avanço neste sentido. O artigo 231 declara que "são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens." O artigo 232 acrescenta que "os índios, suas comunidades e organizações *são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses*, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo."

Com base nestes preceitos, os índios voltaram a reclamar, desta vez na justiça, a identificação de um território único: a *Área Indígena alto Rio Negro*, cuja proposta passou a ser assumida pela FUNAI e no momento aguarda o parecer final do Ministro da Justiça. Mas outras áreas ocupadas tradicionalmente pelos índios dessa região foram deixadas de lado na proposta para o alto Rio Negro: o médio curso do rio, seus afluentes Curicuriari, Marié e Têa, bem como o Rio Apaporis, afluente do Japurá.⁴

C. A reclamação judicial da *Área Indígena médio Rio Negro*

Dada a propagação do movimento indígena, a população das áreas excluídas não permaneceria passiva. Com base nos mesmos preceitos constitucionais que fundamentaram a ação judicial pelo reconhecimento do alto Rio Negro como área indígena contínua, a Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro - *ACIBRIN*,⁵ resolveu reclamar seu direito imemorial ao território do médio Rio Negro. No dia 13 de março de 1990, em São Gabriel da Cachoeira, líderes da *ACIBRIN* entregaram à Procuradoria Geral da República um ofício (ver

(Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié, fundada em 1989); 8. AIP (Associação Indígena Potyra-Capuamo, fundada em 1989); 9. ACIBRIN (Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro, fundada em 1988); 10. UCIDI (União das Comunidades Indígenas do Distrito de Iauaretê, fundada em 1990); 11. AMAI (Associação das Mulheres de Assunção do Içana, fundada em 1990); 12. AINBAL (Associação Indígena do Balaio, fundada em 1991); 13. ACIRU (Associação das Comunidades Indígenas do Rio Umari); 14. UNIRT (União das Nações Indígenas do Rio Tiquiê, fundada em 1990); 15. OIBI; 16. AMIDI (Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauaretê, fundada em 1993); 17. CRETART; 18. CACIR (Conselho de Articulação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas de Santa Isabel, fundada em 1993). Em 1987 foi criada a FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro), com sede em São Gabriel da Cachoeira, que congrega todas essas associações locais.

⁴ Vale lembrar que existem diversas comunidades indígenas situadas nas margens do rio Negro que ainda não foram contempladas com qualquer reconhecimento oficial, como é o caso daquelas da margem superior esquerda do rio Negro, desde Cucui até São Gabriel da Cachoeira, como também aquelas localizadas à jusante de Santa Isabel do Rio Negro.

⁵ Embora o nome desta associação faça referência ao baixo Rio Negro, as comunidades indígenas filiadas a ela (Camanaus, Tancredo Neves, Mercês, Curicuriari, São Jorge, Tumbira, Jupati, São Pedro, Cajuri, Tapuruquara-Mirim, Uaruá e Taperera, Tapajós, Bacabal, Vila Nova, Ilha do Pinto, Livramento e Aruti) se situam no médio curso daquele rio. Para evitar confusão com os índios do baixo Rio Negro (veja nota 3), adotamos o nome *AI médio Rio Negro*.

anexo) no qual solicitavam ao Ministério Público Federal a realização de um levantamento antropológico na região do médio Rio Negro, "para fins de delimitação e homologação de nossas terras, evidentemente ocupadas por nós há muito tempo e que a FUNAI ainda não teve o interesse de realizar." A PGR solicitou à Associação Brasileira de Antropologia - ABA, a indicação de um antropólogo que realizasse a identificação e firmasse um laudo antropológico sobre a área denominada pelos índios de "baixo rio Negro" (Meira, 1991).

O levantamento antropológico para este laudo ocorreu nos meses de outubro, novembro e dezembro de 1990, sendo complementado em setembro de 1991. A região coberta por esse levantamento compreendeu o vale do Rio Negro numa faixa entre a foz do Rio Uaupés, à montante, e a ilha de Uábada, à jusante. Adentrou-se também o Rio Curicuriari, até a última comunidade, denominada Tumbira. Este percurso teve uma distância aproximada de 500 Km. Foram visitados mais de trinta comunidades/sítios, todos localizados na beira dos rios e igarapés.

A permanência média foi de um dia e meio em cada comunidade/sítio. O trabalho iniciava geralmente com uma reunião de toda a população local para esclarecimentos. Seguiam-se o censo demográfico por família nuclear, o levantamento da história do contato e do povoamento, a situação de saúde e processos de cura utilizados, e as atividades econômicas, religiosas, cerimoniais ou lúdicas da comunidade. Realizava-se também a plotagem cartográfica das áreas de caça, pesca, coleta e extrativismo. Gravações de depoimentos e levantamentos fotográficos completavam o trabalho.

Em fevereiro de 1992, o laudo antropológico resultante deste trabalho de campo foi entregue aos índios e à PGR numa assembléia extraordinária da ACIBRIN. O território do "baixo" rio Negro⁶ identificado pelo laudo constitui uma área única e contínua de aproximadamente 2.142.000 ha, com um perímetro de cerca de 1.033 Km, localizada na região banhada pelos rios Negro, Curicuriari e Marié, além de inúmeros igarapés que deságuam no Negro. Os povos indígenas da área constituem uma população total de cerca de 2.400 indivíduos das etnias Dâw (Maku), Baré, Baniwa, Tukano, Desana, Tariana, Piratapuaia, Arapaço, Siriana, Wanano, Tuyuka, Carapanã, Kobewa, Juruti e Werekena. As línguas mais faladas na região são o português, o tukano e o nheengatu.

Além dos aspectos etnográficos mencionados acima, o laudo denunciou os problemas que mais afligiam os índios da região: (1) a presença de uma gleba militar de 1.016.350 ha em pleno território indígena; (2) a possibilidade de retornarem as empresas mineradoras, que, além de invadirem as terras indígenas, negavam aos índios o acesso a certos trechos das mesmas;

⁶ Isto é, a *AI médio Rio Negro*.

(3) as invasões de garimpeiros, sempre seguidas de brigas, assassinatos e estupros; (4) a sobre-exploração da mão de obra indígena pelos potentados locais e (5) o reiterado discurso aculturativo com que os grupos hegemônicos da região negam a indianidade dos índios, numa flagrante tentativa de desacreditar o reconhecimento de seus direitos territoriais (ver documentos 4, 13, 14, 15 e 16 em anexo).

Após a entrega do laudo, coube à *PGR* dar continuidade à demanda dos índios. Em setembro de 1993, o Ministério Público deu entrada na Justiça Federal a uma Ação Declaratória assinada pelo Procurador da República Aurélio Virgílio Veiga Rios, contra a União Federal e a FUNAI, tendo como base documental principal o laudo antropológico acima apontado (ver documentos 18 e 19 em anexo).

D. A identificação da FUNAI

Face a essas novas contingências político-jurídicas, a FUNAI passou a atuar diretamente na questão. Pelas portarias nº 1247/93, 1257/93 e 1270/93, criou o Grupo de Trabalho encarregado de fazer a identificação e delimitação da *Área Indígena médio Rio Negro* segundo as normas do Decreto 22/1990, dando início ao processo administrativo de demarcação (ver documento 1 em anexo). Com isso, atendeu-se a um dos itens da lista de áreas indígenas que o Departamento de Identificação e Demarcação da FUNAI considerava prioritárias para o reconhecimento.⁷

O Grupo de Trabalho assumiu a área contida no Laudo Antropológico de 1991 como proposta inicial de seu levantamento. Identificou na área uma população indígena cujo domínio espacial é compatível com a proposta indicada pelo referido laudo e confirmou se tratar de uma área indígena única e contínua, com a mesma extensão e limites. No decorrer do trabalho de campo, foram identificadas duas outras áreas indígenas, localizadas, uma delas, entre o Rio Têa e o Rio Marié; a outra, na região do Rio Apapóris. Isso resultou na delimitação de três áreas distintas e contíguas: (1) a *Área Indígena médio Rio Negro*, coincidente com a proposta de área contida no Laudo Antropológico de 1991; (2) a *Área Indígena Rio Apapóris* e (3) a *Área Indígena Rio Têa*.

O Grupo de Trabalho atualizou os dados contidos no laudo de 1991, realizou os levantamentos cartográficos, fundiários e antropológicos dos rios Têa e Marié e da população

7 No Plano de Demarcação de Terras Indígenas (artigo 14 - Decreto 22 de 4 de fevereiro de 1991), a identificação do médio Rio Negro estava prevista para 1992 (ver documento em anexo). Neste plano mencionavam-se ainda as áreas do Apapóris e do baixo Rio Negro, além de outras (v. nota 3, acima).

Nadöb localizadas no curso médio do Rio Negro. Verificou também a atualidade das denúncias contidas naquele laudo, com duas agravantes: o adensamento de garimpeiros com balsas e dragas tanto no Rio Apapóris quanto no médio Rio Negro e os exercícios de guerra na selva realizados pelo 5º BEF, que amedrontam a população indígena do Rio Curicuriari (ver documentos 2 e 3 em anexo). Verificou também a persistência da sobre-exploração da mão de obra indígena e do discurso aculturativo com que os poderes locais costumam negar aos índios os seus direitos fundiários.⁸

E. O trabalho de campo no médio Rio Negro e no Rio Têa

O trabalho de campo foi realizado em duas etapas. A primeira consistiu no levantamento cartográfico, fundiário e antropológico das áreas indígenas *médio Rio Negro* e *Rio Têa*, durante o mês de janeiro de 1994. A segunda transcorreu em abril de 1994 na *AI Rio Apapóris*, envolvendo os mesmos procedimentos técnicos (ver documento 1 em anexo). Em ambas as etapas, o levantamento antropológico incluiu os seguintes itens: (1) censo populacional e identificação das etnias por comunidade; (2) plotagem cartográfica das sedes das comunidades; (3) plotagem cartográfica das áreas tradicionais de caça, coleta, extração e pesca; (4) plotagem cartográfica de caminhos, antigas aldeias, cemitérios e áreas de significação mitológica para os índios; (5) coleta de provas documentais através de fotografias, croquis e gravações de depoimentos.

Na primeira etapa, o levantamento em campo foi realizado num barco de porte médio, de nome Jacó III. Tínhamos ainda duas voadeiras acopladas ao barco, que permitiram maior agilidade no trabalho da equipe para adentrar rios e igarapés de menor profundidade. O barco Jacó III transformou-se em escritório central flutuante e o Grupo de Trabalho ficou conhecido, através das transmissões do rádio de bordo, pelo nome de Unidade Móvel II.

A Unidade Móvel II se compunha de quatro técnicos da FUNAI (dois técnicos fundiários e dois cartógrafos), um do INCRA e um do SEPROR, além da coordenadora do GT, de dois antropólogos convidados e do Presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Ver Portaria 1247/93). À exceção dos antropólogos, que pernoitavam em terra (nas comunidades), o grupo permanecia a bordo.

O GT percorreu toda a região do médio Rio Negro, parando principalmente nas comunidades aglutinadoras das Associações Indígenas. Foram visitadas outras comunidades e

⁸ Voltamos ao assunto no corpo do relatório.

povoados nos rios Têa e Marié, além da aldeia Nadöb, no Igarapé Uaicoari, tributário do Rio Negro. Em cada comunidade visitada, o trabalho de levantamento antropológico, fundiário e cartográfico era precedido por uma reunião em que a equipe explicava o significado de sua presença, além de pedir anuência e participação da população no desenrolar do trabalho.

Outras reuniões, realizadas com segmentos regionais da sociedade nacional, tiveram o mesmo objetivo, isto é, o esclarecimento quanto à natureza do trabalho e significado da identificação. Desta forma, foram contatados os prefeitos de São Gabriel da Cachoeira e de Santa Isabel do Rio Negro, as Missões Salesianas de ambos os municípios, os missionários protestantes, os comerciantes de São Gabriel da Cachoeira e os garimpeiros que trabalhavam com balsas e dragas no Rio Negro, entre os rios Marié e Cauaboris (Ver documentos 2,3,5,8 e 9 em anexo).

O levantamento cartográfico foi feito com a participação da população indígena de cada comunidade visitada. O objetivo era traduzir em linguagem cartográfica os mananciais de caça, pesca e coleta, além das trilhas e varadouros utilizados pela população local, que configuram uma extensa rede de comunicação localizada tanto ao longo de um mesmo rio como nas regiões interfluviais. A equipe trabalhou na localização dos pontos geodésicos utilizando dois GPS (ver documento 12 em anexo).

O levantamento fundiário foi realizado no decorrer do trabalho de campo, quando a comunidade acusava a presença de "propriedades" não índias dentro dos limites da área indígena. Foram notificadas duas grandes áreas desmatadas, contíguas a comunidades indígenas, com criação de gado bovino e búfalos. Além dessas fazendas de gado, o grupo notificou uma serraria, próxima à Ilha das Flores, de propriedade de um comerciante de São Gabriel da Cachoeira. A equipe não conseguiu autorização para realizar o levantamento na comunidade Nadöb de Bela Vista, contígua à fazenda de José Ribamar Beleza, ex-prefeito de Santa Isabel do Rio Negro. Segundo informações obtidas em Manaus com o proprietário, a fazenda se estende da margem do Rio Negro até o rio Têa.

Como pesquisa complementar do levantamento fundiário, foram consultados os cartórios de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro. Em ambos os cartórios, o levantamento ficou prejudicado pela ausência de documentação relevante para o trabalho de identificação. Nesse sentido, foram designados dois técnicos de Manaus, um da FUNAI e outro do SEPROR, para realizarem um levantamento ulterior sobre a Cadeia Dominial de Títulos e Propriedades no cartório de Barcelos. Por ter sido a primeira capital da região, esta cidade abriga em seu cartório um acervo documental abrangente de toda história fundiária da região.

F. O trabalho de campo no Rio Apapóris

Em abril de 1994, um segmento da equipe original, composto de dois antropólogos e um técnico fundiário, realizou estudos complementares na *Área Indígena Rio Apapóris*, nas proximidades da Vila Bittencourt, Município de Japurá, AM (ver documento 1 em anexo).

A equipe chegou à Vila Bittencourt num avião da Empresa Rico Taxi Aéreo, fretado pela FUNAI. Da Vila Bittencourt até a comunidade Yuhup (Maku) de Pedn Bok, conhecida na região pelo nome de São Francisco, a equipe utilizou uma voadeira com motor de popa.

Constatou que, além dos Yuhup em Pedn Bok, existem índios Tukano, Tuyuka, Desana e Yepá Mahsã, distribuídos entre Pedn Bok, o Igarapé Jatuarana e o Igarapé Preguiça. Não foi preciso visitar o Preguiça e o Jatuarana, pois seus habitantes se encontravam em Pedn Bok e na Vila Bittencourt.

A localização cartográfica dos pontos geodésicos já havia sido feita em Janeiro de 1994, no trabalho de identificação do médio Rio Negro e Rio Têa. O levantamento fundiário não revelou qualquer propriedade particular ou empresa dentro dos limites da área proposta. Não obstante, a equipe constatou a intrusão do garimpo de José Altino Machado no Rio Traíra, dentro dos limites da *AI alto Rio Negro* (proposta de Buchillet, 1990b), onde além dos índios de Pari-Cachoeira, também circulam os do Apapóris.

De um modo geral, o levantamento antropológico seguiu o procedimento empregado na identificação do médio Rio Negro e do Têa, envolvendo o censo populacional, a localização dos caminhos, das aldeias antigas e atuais, das áreas de caça, coleta e pesca e dos locais sagrados, além de gravações de depoimentos e fotografias. A diferença é que desta vez usamos mais intensivamente o método genealógico. Este método revelou, por exemplo, a grande quantidade de laços sociais que ligam os índios do Apapóris aos de Pari-Cachoeira, no alto Rio Negro.⁹

Na Vila Bittencourt, um dos pontos de circulação dos índios do Apapóris, a equipe utilizou a infra-estrutura da FUNAI, que mantém ali um Posto Indígena em precaríssimas condições, como veremos adiante. Aproveitou-se o ensejo para manter contato os oficiais do 3º PEF (Pelotão Especial de Fronteira), a fim de prestar esclarecimentos quanto ao trabalho.

⁹ Veja os detalhes na Segunda Parte deste relatório.

G. Roteiro e cronologia de viagem

- 04/01/94 - Chegada a Manaus de parte da equipe: os três antropólogos, um dos técnicos fundiários e um dos cartógrafos. Visita à ADR de Manaus para pegar passagens aéreas para S. Gabriel da Cachoeira. Os técnicos do INCRA, do SEPROR e da FUNAI/Manaus seguiram depois.
- 05/01/94 - Saída de Manaus dos técnicos e antropólogos da FUNAI/Brasília para S. Gabriel da Cachoeira. Chegada à S. Gabriel da Cachoeira. Visita à administração local da FUNAI.
- 06/01/94 - Preparativos para a viagem de identificação do médio Rio Negro. Frete do barco e compra de rancho. Mudança do roteiro proposto em Outubro/93 devido a dificuldades operacionais, como, por exemplo, dispor de dois barcos. À tarde, audiência com o Prefeito de São Gabriel da Cachoeira.
- 07/01/94 - Chegada a São Gabriel da Cachoeira dos técnicos do INCRA, SEPROR e FUNAI/Manaus. À tarde, reunião da equipe na sede da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro-FOIRN para orientação sobre o trabalho.
- 08/01/94 - Finalização dos preparativos da viagem para a Ilha das Flores.
- 09/01/94 - Saída do porto Queiroz Galvão, em S. Gabriel da Cachoeira, para a Ilha das Flores, na foz do Rio Uaupés. Chegada à Ilha das Flores por volta de 12 horas. Nova mudança no roteiro inicial (Outubro/93) devido à ausência de grande parte da comunidade. Verificação da presença de uma balsa de garimpeiro nas imediações da Ilha das Flores e outra balsa na Ilha do Açaí, à montante da primeira.
- 10/01/94 - Pela manhã, reunião com a Comunidade da Ilha das Flores e trabalho de localização, no mapa, dos campos de caça, áreas de pesca e coleta. À tarde, visita às ilhas que compõem a Comunidade de Ilha das Flores, para levantamento fundiário.
- 1/01/94 - Pela manhã, deslocamento de parte da equipe para continuação do levantamento fundiário. Saída da Ilha das Flores. Parada em São Gabriel da Cachoeira para providências de combustível, motor e gerador para o barco. Pernoite em S. Gabriel da Cachoeira.

- 12/01/94 - Saída de São Gabriel da Cachoeira em direção à Comunidade de Curicuriari, na foz do rio Curicuriari. Reunião com a Comunidade. À tarde, deslocamento de parte da equipe para a realização do levantamento fundiário, trabalho em mapas e levantamento populacional. À noite, reunião com a Comunidade.
- 13/01/94 - Saída do Curicuriari para a Ilha de Uábada (Rio Negro). Levantamento populacional da Comunidade de Castanheiro (Rio Negro). Pernoite em Castanheiro.
- 14/01/94 - Chegada à Comunidade Nossa Senhora Auxiliadora (Ilha de Uábada). Reunião com a Comunidade, trabalho em mapas, levantamento fundiário e populacional. À noite, reunião com a Comunidade.
- 15/01/94 - Saída de Uábada. Chegada à Comunidade de Bom Jardim (Rio Negro). À tarde, reunião com a Comunidade. Pernoite em Bom Jardim.
- 16/01/94 - Pela manhã, segunda reunião com a Comunidade de Bom Jardim. Não houve permissão da Comunidade para realização do levantamento fundiário. Há nesta Comunidade uma fazenda com cabeças de gado bovino e búfalos, de propriedade do ex-prefeito de Santa Isabel do Rio Negro, José Ribamar Beleza. À tarde, chegada ao Igarapé Uaicoari, para reconhecimento e identificação de um grupo Nadöb (Maku). Pernoite na aldeia do Uaicoari.
- 17/01/94 - Pela manhã, retorno do Igarapé Uaicoari. Continuação da viagem até Santa Isabel do Rio Negro. À tarde, reunião com o Prefeito de Santa Isabel.
- 18/01/94 - Levantamento de títulos e propriedades no cartório de Santa Isabel. A inexistência de informações sugere a necessidade do levantamento da Cadeia Dominial de títulos e Propriedades no Cartório de Barcelos. Reunião com a Missão Salesiana. Convite para a festa de Santa Inês, realizada pela população indígena local.
- 19/01/94 - Pela manhã, reunião com o Padre Diretor e a Irmã Diretora da Missão Salesiana de Santa Isabel. Partida de Santa Isabel. Chegada à Comunidade Chile (Rio Negro). Reunião com a Comunidade, levantamento populacional e cartográfico.
- 20/01/94 - Chegada à Comunidade Tabocal do Têa, no Rio Têa. Reunião com a Comunidade. Levantamento populacional e cartográfico. Saída do Tabocal do Têa para as

Comunidades de Maricota e Olaria, no Rio Negro, já de retorno a S. Gabriel.
Nova visita à Comunidade de Bom Jardim.

- 21/01/94 - Saída de Bom Jardim. Parada na Ilha de Uábada. À tarde, chegada à Comunidade de Tinahe (Plano). Pela noite, reunião com a Comunidade. Levantamento populacional, fundiário e cartográfico.
- 22/01/94 - Saída de parte da equipe para levantamento fundiário. Parada no sítio de Maniari e na Ilha de Jerusalém, para investigação sobre a presença de garimpeiros na área. Passagem por Bacabal, no Rio Negro, onde há uma pista de pouso para garimpeiros. Chegada à Tapuruquara-Mirim, na foz do rio Marié.
- 23/01/94 - Saída de parte da equipe para realização de levantamento populacional e cartográfico no rio Marié.
- 24/01/94 - Retorno a São Gabriel da Cachoeira. À tarde, reunião com o Pastor da ALEM, para informações sobre os Dâw.
- 25/01/94 - Continuação do trabalho de levantamento fundiário na margem direita do Rio Negro, em frente à cidade de São Gabriel da Cachoeira. À tarde, visita à Comunidade Dâw.
- 26/01/94 - Retorno a Manaus. À tarde, reunião da equipe com o administrador da FUNAI de Manaus.
- 27/01/94 - Planejamento da viagem a Barcelos, para o levantamento da Cadeia Dominial de Títulos e Propriedades no cartório daquela cidade.
- 28/01/94 - Retorno da equipe a Brasília.
- 14/04/94 - Chegada a Manaus da equipe (parte do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria 1247/94) responsável pela realização do estudo complementar da Área Indígena do Rio Apapóris.
- 15/04/94 - Reunião na ADR de Manaus e compra de suprimentos para viagem.
- 16/04/94 - Chegada da equipe à Vila Bittencourt. Reunião com o 3º PEF para esclarecimentos sobre o trabalho e solicitação de apoio logístico para a realização do mesmo. Reunião com o Chefe de Posto da FUNAI, Carlos Nantes.

- 17/04/94 - Chegada da equipe ao povoado Yuhup (Maku) de Pedn Bok (São Francisco).
- 18/04/94 - Início do trabalho de levantamento antropológico e fundiário da Área Indígena do Rio Apapóris.
- 19/04/94 - Continuação do trabalho de levantamento antropológico na referida área.
- 20/04/94 - Finalização do trabalho entre os Yuhup e retorno da equipe à Vila Bittencourt.
- 21/04/94 - Reunião com o responsável pelos Assuntos Indígenas na localidade colombiana de La Pedrera, para informações sobre os grupos indígenas existentes no lado colombiano do Rio Apapóris.
- 22/04/94 - Levantamento demográfico-antropológico da população indígena residente na Vila Bittencourt.
- 23/04/94 - Saída da Vila Bittencourt para Manaus.
- 24/04/94 - Parada involuntária em São Gabriel da Cachoeira/AM devido à desorganização da empresa responsável pelo frete do avião à FUNAI. Encontro com o administrador da ADR de São Gabriel da Cachoeira.
- 25/04/94 - Ida da equipe à Polícia Militar de São Gabriel da Cachoeira para lavrar ocorrência sobre o incidente no aeroporto da cidade. Reunião com o administrador da FUNAI em São Gabriel. Reunião com a Juíza da Comarca de São Gabriel para tratar do incidente ocorrido no aeroporto e de assuntos relativos à identificação da Área Indígena do médio Rio Negro, realizada em Janeiro de 1994.
- 26/04/94 - Retorno a Manaus. À tarde, reunião com o administrador da ADR de Manaus.
- 27/04/94 - Retorno da equipe a Brasília.

PRIMEIRA PARTE - ÁREA INDÍGENA MÉDIO RIO NEGRO

I. APRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA DA REGIÃO

"Baixo Rio Negro" é a expressão em português que os índios usam para identificar a região localizada entre São Gabriel da Cachoeira e as proximidades de Santa Isabel do Rio Negro, incluindo aí as áreas dos rios Curicuriari e Marié, afluentes do Rio Negro pela margem direita, e ainda vários igarapés que deságuam no trecho do Negro compreendido entre aquelas duas cidades. Observando-se cuidadosamente o mapa do Rio Negro, nota-se que esta faixa de terra está localizada, de fato, no médio curso desse grande rio.

A *Área Indígena médio Rio Negro* está localizada numa região que se tornou conhecida na literatura etnológica sul-americana como "Noroeste da Amazônia". A região constitui um grande quadrilátero situado entre os paralelos de 2 graus Sul e 3 graus Norte, e os meridianos de 60 e 72 graus W. Gr. (Steward, 1948; Goldman, 1948; Métraux, 1948 e Galvão, 1960).

O relevo desta vasta região é majoritariamente constituído de planícies, cujas altitudes raramente ultrapassam os 200 metros. Dos lados colombiano e venezuelano e também em alguns pontos do Brasil, porém, surgem os primeiros degraus do *Escudo das Guianas*, constituído de rochas muito antigas, da era pré-cambriana, com elevações, algumas vezes, superiores a 200 metros. É o exemplo das serras de Jacamim, Traíra, Cabari, Curicuriari, esta localizada entre o rio de mesmo nome e o Marié, chamada comumente de *Bela Adormecida*. A maioria dessas serras tem importância econômica e significados míticos para os índios da região.

O Rio Negro e vários de seus afluentes superiores nascem no patamar do *Escudo Guianense*. Estes rios são classificados, no contexto fluvial amazônico, como de *águas pretas*. Na verdade, as águas são translúcidas, assumindo uma cor topázio se colhidas num copo. Essa tonalidade decorre da precipitação de material orgânico marrom-avermelhado que se decompõe após ter sido levado das margens inundáveis (igarapós) durante as cheias (Salati, 1983). A cor negra dos rios se deve à concentração. De toda forma, não são águas barrentas, em virtude de serem originárias de regiões onde o processo de erosão, durante muitos séculos, foi intenso. Em consequência, sua constituição química é particular: pobres em sais dissolvidos, limo e matéria orgânica, suas águas são muito ácidas.

A cobertura vegetal da região, além dos igapós, é representada pela "floresta virgem", nome dado pelos índios à mata de terra firme, e pela "caatinga do Rio Negro" (campinarana), mata menos espessa mas bastante intrincada que ocorre em vastas áreas do

Noroeste da Amazônia. É nas áreas de mata de terra firme que são geralmente estabelecidas as roças, pois na caatinga o solo é arenoso, e nos igapós é alagadiço, não permitindo a utilização agrícola.

As características variadas do ecossistema da *Área Indígena médio Rio Negro* têm um impacto sobre as atividades de caça, pesca e coleta dos índios: em primeiro lugar, a floresta virgem, a caatinga e o igapó são habitats privilegiados de certas espécies animais e vegetais diferenciadas. Por exemplo, os cervídeos e animais de grande porte (anta) vivem na "floresta virgem", enquanto que pequenos roedores (cutia e cutiaia) vivem nas capoeiras (áreas de floresta em processo de recomposição após o abandono de roças) ou caatingas (Buchillet, 1990b). Estas duas zonas ecológicas são respectivamente ricas em plantas medicinais, frutos silvestres, sorva, cipó e piaçava, o principal produto extrativo da região atualmente. Não há, portanto, uma distribuição homogênea dos recursos naturais, o que obriga os índios a explorarem faixas extensas do seu território para assegurar a sua sobrevivência tanto no plano alimentar, como no tecnológico, medicinal e comercial.

O clima da região distingue três épocas do ano relacionadas ao ciclo das chuvas, sendo um período seco de janeiro a março, muito chuvoso de abril a agosto e um intermediário de setembro a dezembro. Mais que a variação de temperatura, cuja média não passa de 28° C, as precipitações chuvosas influem bastante no ecossistema e na vida dos índios, principalmente através da variação do nível das águas que, somadas ao alto índice de acidez do Rio Negro, provoca uma baixa oferta de alimentos: não é à toa que os rios de águas pretas são denominados na Amazônia de rios famintos.

II. RETROSPECTIVA HISTÓRICA

A. Origens

Segundo Nimuendajú ([1927] 1982), antes da chegada dos brancos, a região do Noroeste da Amazônia teve um povoamento progressivo, por contingentes de cada uma das três famílias lingüísticas ali encontradas: em primeiro lugar teriam chegado povos de cultura simples, cujos representantes atuais seriam os Maku; posteriormente, teriam vindo do norte povos invasores de cultura mais complexa, os Aruak, e do oeste os Tukano, "de cultura menos sofisticada que aqueles." Este povoamento teria acontecido no início da era cristã.

Galvão ([1959] 1979) considerava esta teoria como uma "hipótese aceitável", mas com ressalvas: "torna-se, entretanto, necessária a evidência arqueológica, pois embora as

pesquisas de Meggers e Evans (1957) tenham mostrado a falta de indícios de que o centro de expansão das culturas proto-históricas fosse as Guianas e que daí tivessem subido o Amazonas, a concentração de Aruak no baixo Rio Negro pode ser indicativa que essa onda migratória tivesse vindo pelo Amazonas e subido aquele rio."

Sobre a base de pesquisas arqueológicas, Lathrap (1970) afirma que há cerca de 3000 a. C. os Proto-Aruak já estavam concentrados nas regiões próximas à atual cidade de Manaus. Segundo sua teoria, uma parte deles subiu o Rio Negro, numa rota migratória até o Orinoco. Estudos mais recentes de Alberta Zucchi (1987) tentam apresentar novas hipóteses da colonização pré-histórica do Rio Negro, amparando-se em dados arqueológicos, lingüísticos e da tradição oral indígena. Suas conclusões levam a supor que entre 3000 e 1000 a. C. os Proto-Maipure¹⁰ viviam no médio Amazonas. Daí, dispersaram-se dividindo-se em quatro grupos, dos quais três migraram para o Rio Negro: Proto-Curripaco (rios Içana e Uaupés, afluentes do alto Rio Negro), Proto-Baré (médio e alto Rio Negro e Cassiquiari) e Proto-Manau (médio Rio Negro e seus afluentes).

Estudos nesta mesma linha, feitos por Silvia Vidal (1987), apontam que a região do baixo Rio Negro era habitada em épocas proto-históricas principalmente pelos Baré, inclusive os seus tributários Ajuanã, Marié, Iá e Cauaburis. Outras fontes apontam também a presença dos Baré e Passé na mesma região (Perez, 1988; Nimuendajú, [1944] 1981).

B. Primeiras descobertas

Fontes históricas do século XVI, como os relatos de Philip von Hutten e Hernan Perez de Quesada (1538-1541), já apontavam a existência daqueles povos indígenas (Aruak e Tukano) no Rio Negro. Em 1542, quando Orellana desceu pela primeira vez o Rio Amazonas, o frei Gaspar de Carvajal refere-se ao rio "de água negra como tinta" (Carvajal e Acuña, 1941).

Podemos inferir, certamente, que os povos indígenas do Rio Negro (sobretudo os do baixo e médio curso do rio), já no século XVII, entraram em contato com elementos materiais da cultura européia (facas, machados), ou seja, já sabiam da existência dos brancos mesmo antes de tê-los visto face-a-face (Pagan, 1656; Betendorf, 1910). Em 1637, quando Pedro Teixeira subiu o Amazonas até Quito, passou e identificou a desembocadura do Rio Negro. Na volta, em outubro de 1639, a flotilha portuguesa pretendia subir esse rio à caça ao índio, mas os padres

¹⁰ Proto-Maipure, neste caso, seria o mesmo que Proto-Aruak.

Cristóvão de Acuña e André de Artieda argumentaram contra tal empresa, alegando dificuldades de tempo para a viagem de retorno ao Pará (Leite, 1947).

Essas referências evidenciam que os portugueses, naquela ocasião, já tinham conhecimento do caráter numeroso dos índios do Rio Negro e desejavam, desde então, capturá-los como escravos. Cristóvão de Acuña (*in* Carvajal e Acuña, 1941) apontou a presença de 12 tribos, possivelmente de origem Aruak, no baixo curso deste rio, caracterizando-as como "belicosas". Tais grupos indígenas foram dizimados.

C. Tropas de resgate e "guerras justas"

No final do século XVII, em virtude do decréscimo da população indígena no baixo Amazonas, conseqüência das epidemias de varíola e escravização sobretudo dos Tupinambá, sobreveio uma enorme carência de braços para o trabalho nas fazendas e na coleta das "drogas do sertão". Os colonos e missionários de São Luís e Belém passaram então a incursionar pelo sertão do Rio Negro e Amazonas, capturando escravos índios e massacrando os que resistiam: eram as "tropas de resgate" e as "guerras justas".

No governo de André Vidal de Negreiros, em 1657, partiu de Belém uma tropa comandada por Vital Maciel Parente, acompanhada pelos missionários jesuítas Francisco Velloso e Manoel Pires, com destino aos rios Amazonas e Negro. Segundo Antonio Vieira (*apud* Leite, 1947), esta teria sido a primeira entrada portuguesa no Rio Negro. Foram descidos como escravos para o Pará cerca de seiscentas "peças" para "proveito dos particulares" (Betendorf, 1910).

Neste mesmo ano de 1657, outra tropa voltou ao Rio Negro, com quarenta soldados e quatrocentos índios originários do baixo Amazonas, "que iam aos resgates dos escravos". Francisco Gonçalves foi o missionário jesuíta que acompanhou a viagem. Indicou que os índios do Rio Negro, de muitas nações diferentes, faziam muitas guerras entre si por motivos a ele desconhecidos e contou que passados dez meses de permanência na região "se levantou um contágio do qual todos adoeceram mortalmente", mas ainda chegaram a voltar ao Pará com setecentos escravos (*ibid*). Desta viagem destacou Antonio Vieira (*apud* Leite, 1947) que "chegaram os padres até o Rio Negro e por ele acima a alguns gentios que nunca tinham visto portugueses."

Para os índios do Rio Negro, a virada do século XVII seria marcada pela chegada mais intensiva de missionários jesuítas e carmelitas e expedições de apresamento. A construção do

fortim de São José do Rio Negro em 1669 representou o primeiro impulso militar português nesse rio, "para manter em respeito a indiada", nas palavras de Reis (1931) e servir de base para futuras entradas em busca de escravos. Em 1689, o P. Samuel Fritz (1918) faz referência aos "taromases" (Tarumãs), onde se patenteia a indisposição desses índios com os portugueses que se instalavam.

Mais tarde, em 1724, haveria no baixo Rio Negro, entre os índios Tarumás e Sarubapenses, quatro Missões Carmelitas. Nesta época, as tropas de resgate já haviam contatado os Manau, com quem comerciavam em troca de escravos. Alguns jesuítas que acompanharam tais tropas chegaram a atingir o Rio Branco e o Rio Cauaburis (Cf. Leite, 1947).

Guajuricaba, ou Ajuricaba, o célebre chefe dos Manau, teria atacado em 1723 a tropa comandada por Manoel de Braga, matando o principal índio que a guiava e um soldado. Este fato motivaria a declaração de "guerra justa" dos portugueses contra os Manau. Posteriormente Ajuricaba foi capturado e, rebelando-se contra a prisão no barco que o transportava para Belém, acabou jogando-se com todos os "ferros" ao rio, onde morreu afogado.

Em 1732, Frei José da Madalena teria transferido a Missão dos Tarumás para a foz do Rio Agarape. Acima dela dez léguas teria ficado o aldeamento da Pedreira, e, 25 léguas mais, o aldeamento de Bararoá. Nota-se a partir daí o movimento das Missões Carmelitas para o interior do Rio Negro, na medida em que respaldariam inicialmente a guerra contra os Manau e sucessivamente a abertura do rio às tropas de resgate.

Até meados do século XVIII, a população indígena do baixo e médio Rio Negro sofreu enorme decréscimo, em decorrência não somente da captura de escravos, como também das epidemias de bexiga e sarampo, trazidas pelos brancos. Apesar disso, este rio continuaria sendo o ponto convergente das entradas e "descimentos" de índios para o Pará. Como já foi apontado, os primeiros índios do Rio Negro contatados pelos brancos foram os Tarumás, Manau e Mayapenas, todos Aruak. Com o decréscimo populacional destes índios, decorrência dos resgates e das guerras, novos grupos indígenas passam a se defrontar com os portugueses no médio e alto Rio Negro, muitos sendo também levados ao Pará como escravos, sobretudo a partir de 1740.

Documentos de 1739 a 1755 (Cf. Meira, 1994) a respeito dos índios trazidos como escravos das tropas de resgates instaladas no Rio Negro, já apontam a enorme transferência forçada de "Boupé" (Tukano?), "Baniba" (Baniwa), "Maku", "Ariquena" (Werekena) e outros grupos do Rio Negro (os mesmos que o habitam até hoje) para trabalharem em Belém e São

Luís. Muitos desses índios eram mortos durante a longa viagem até o destino final ou chegavam extremamente doentes.

D. Período pombalino

A partir de 1755, com a política pombalina, declarou-se a liberdade jurídica do indígena. Porém, intensificaram-se os *descimentos* de índios, sendo promovidos novos assentamentos coloniais às margens do Negro e no baixo curso de seus principais afluentes, sob o forte controle dos militares portugueses instalados em fortalezas construídas em 1763 (São Gabriel e São José de Marabitanas). Essa política, porém, teve alto custo para os portugueses, pois ocasionou muitas fugas e revoltas de índios aldeados, havendo sempre a necessidade de reposição de braços para a lavoura de anil e mandioca, e o trabalho de coleta de cacau.

Documentos posteriores comprovam ter sido o Rio Negro uma importante fonte de mão-de-obra indígena para o Pará no período colonial. Em 1759, o Padre José de Moraes (1860), afirmava que

"he admiravel a fertilidade de gente, que produz este rio e terras vizinhas a elle; pois desde o seu principio até hoje continuaram os portugueses a tirar índios deste sertão; e na melhor opinião paixão de 20 mil almas as que deste rio e suas vizinhanças tem tirado os portugueses do Pará em escravos e os Missionários em descimentos quanto baste, com que se tem fornecido as nossas aldeias."

A revolta indígena mais famosa foi a de 1757, liderada pelos principais de Lamalonga, que invadiram e destruíram a casa do missionário, jogaram fora os santos óleos da Igreja e levaram os ornamentos religiosos, derrubaram a Capela Mor e posteriormente incendiaram toda a povoação. Em seguida, juntaram-se aos revoltosos muitos índios do Lugar de Poiares, os quais invadiram o Lugar de Moreira, matando o missionário carmelita Frei Raimundo de Santo Eliseu e várias outras pessoas e também queimando a Igreja. Em seguida, marcharam ainda contra a aldeia de Bararoá, então abandonada pelo Destacamento Militar, invadindo a Igreja e destruindo a imagem de Santa Rosa, e queimando a povoação (Baena, 1839). Observa-se claramente nesta rebelião a revolta dos índios contra os missionários e à religião católica em geral, pela ênfase dada à destruição das Igrejas e paramentos religiosos e o assassinato do padre carmelita.

Além das revoltas, havia frequentes deserções de índios dos aldeamentos. Alexandre Rodrigues Ferreira registrou em seu Diário ([1783] 1983) esse fenômeno que o preocupava bastante, afirmando que para fugir

"...basta que o diretor o advirta (ao índio) que trate de fazer a sua casa onde more; basta que o vigário o admoeste da obrigação que tem de aprender a doutrina para se batizar; e basta enfim, que lá de si para si chegue a desconfiar de uma ação, ou de um dito, que ele não entende; ao que tudo acresce que si chega a ver que adocece ou morre algum dos companheiros, desconfia então do lugar da povoação, desconfia da qualidade do sustento, desconfia dos remédios, que lhe fazem e dos que os fazem..."

E. Século XIX: novos reveses para os índios

Após o período turbulento da segunda metade do século XVIII, com muitos *descimentos*, revoltas e fugas de índios, o século XIX trouxe novos problemas para as populações indígenas do médio Rio Negro.

Alguns viajantes e historiadores do século XIX nos fornecem indicações sobre os povos indígenas que na época habitavam a região. Silva (1833: 292) e Gurjão (1896: 191), apontavam a presença maciça dos índios Maku no Rio Curicuriari e na altura de Maçarabi, em direção ao centro da mata, o que é comprovado pela tradição oral dos Dâw e Nadöb, sub-grupos Maku que atualmente ocupam a área. Essa tradição aponta a existência de vários sítios e cemitérios "dos antigos" na zona interfluvial do Curicuriari, Marié, Têa, Uneiuxi e Rio Japurá (ver mapa detalhado em anexo). A tradição oral Baré também refere-se a presença dos Maku nesta zona. Um velho Baré de Tapuruquara-mirim conta que cerca de 1915 os Maku teriam vindo pelo mato desde a serra do Cabari para atacar um sítio dos Baré no médio Marié. Apenas uma moça escapou da matança, a mesma que contou-lhe essa história antes de morrer em 1986, com mais de 80 anos.

Spruce indicava em 1853 (1970, I: 316, *apud* Perez, 1988: 438) que "en Castanheiro y Camanus, mas abajo de los raudales de São Gabriel, los índios ancianos aún son Baré." Em 1861, o poeta brasileiro Gonçalves Dias (*apud* Pereira, 1948: 388, 389 e 393-94), viajando pelo Rio Negro, confirma aquela indicação de Spruce ao fornecer informações sobre os moradores do médio Rio Negro, as quais ressaltam a presença dos Baré, inclusive quanto à toponímia:

"...com 15' de viagem entramos com a ilha de Abadá [Uábada, à jusante da foz do Cauaburis] que deixamos a nossa direita. Navegando de terra a terra, seguindo as sinuosidades do rio para evitar a força da corrente, levamos 1h. 15' a passar a parte superior da ilha. Abadá é palavra Baré, que quer dizer cabeçudo - nome que damos a uma tartaruga. Há um penhasco no meio do rio que só nas maiores enchentes se nivela com a água, ao qual acham uma semelhança com o cabeçudo."

Navegando próximo à atual comunidade de Maçarabi (um pouco à montante da foz do Cauaburis), indicava a origem dos moradores:

"...passamos a pequena cachoeira do macaco, ou do macarubi [maçarabi], como lhe chama o nosso prático, e às 7 viemos aportar à pequena ilha do Macaco, onde mora um inspetor de quarteirão, sem ter mais plantação do que um pé de pimenteira. Homem que não sabe ler, sem aquela vivacidade natural à nossa gente, de nascimento Baré, em cuja casa não há quem fale português, senão ele. Homens, 4 mulheres, algumas crianças - todos caídos com febre e colharreiras (sic). O único remédio é se meterem no rio na ocasião dos acessos."

Provavelmente, toda a população que Gonçalves Dias ia encontrando naqueles sítios de toponímia Baré era dessa etnia. Um fator que comprova isso é a identificação pelo poeta de um casal morador de um sítio próximo à foz do Curicuriari, de nome Vitorino de Oliveira França e Dorotéa. O levantamento da genealogia da família Oliveira França, de origem Baré, que ainda habita a mesma região atualmente, aponta o Sr. Vitorino e Dona Dorotéa, visitados pelo poeta em 1861, como os trisavós do atual presidente da FOIRN, o índio Baré Braz de Oliveira França.

Desde o início do século XIX a região do Rio Negro foi missionada pelo carmelita Frei José dos Santos Inocentes (1832/52), pelo capuchinho Frei Gregório José Maria de Bene (1852/54) e por franciscanos (1880/83), os quais tiveram forte participação, juntamente com militares, na repressão aos índios e na exploração de seu trabalho, principalmente no extrativismo. Suas ações foram contemporâneas à invasão de comerciantes, ditos regatões, no Rio Negro, muitas vezes marcada pela violência, quando apresavam-se até mesmo meninos índios para vendê-los a negociantes de Manaus e Belém, como aponta-nos Wallace ([1853] 1979: 189).

Comprovam-no também um ofício enviado pelo Presidente da Província do Pará ao Ouvidor do Rio Negro em 1821, a respeito da "civilização e aldeamento dos índios", no qual convoca-lhe a "punir severamente os comandantes e autoridades, que maltrataram os gentios, e aqueles mercadores que os enganarem nas suas permutações, desacreditando assim a moral, que se lhes pretende insinuar" (*apud* Silva, 1833: 267-269).

Mesmo antes da criação da Província do Amazonas, em 1850, já se apresavam índios no alto Rio Negro, que eram transportados para trabalhar no extrativismo, na região do "baixo". A partir de 1850, sistematizaram-se os descimentos, sob as ordens do governador João Batista Tenreiro Aranha e seus sucessores no governo da Província. Esta ação foi executada na área pelo tenente e Diretor dos Índios Jesuíno Cordeiro, contando com o beneplácito do Frei Gregório José Maria de Bene e posteriormente, dos padres franciscanos (Tenreiro Aranha, 1907).

Este processo levou no século XIX a um esvaziamento de muitas comunidades indígenas dos rios Uaupés, Içana e Xié, cujas famílias eram levadas à força para o baixo e médio Rio Negro. Muitos índios foram envolvidos na exploração extrativa da borracha, do cacau, da

salsaparrilha, da piaçava, do puxuri, da balata, entre outros produtos, e submetidos a trabalhos compulsórios. Isto deu início a uma migração forçada, sobretudo dos Tukano, Desana e Tariana, que foram transportados pelos comerciantes desde o alto Uaupés, para trabalharem nos seringais do Rio Negro.

Baseado em documentos da Diretoria e Missões de Índios, Tenreiro Aranha (1907: 63 a 65), apontou as razões que levaram esses índios a descerem para o médio e baixo Rio Negro:

"Em 1º lugar aos excessos e abusos de autoridades continuamente praticados nas diligencias incumbidas pelos commandantes da fronteira do Cucuhi [Cucui] dos fortes de S. Gabriel e Marabitanas, e dos destacamentos militares do Içana, Ipanoré [Ipanoré], Ichié [Xié] e Chibarú, e manifestados com mais vexame ainda, quando executada ou pelo commandante de companhia do corpo de Trabalhadores de S. Gabriel, com o fim de recrutar índios para o serviço público, nas obras da capital, e das fortificações das províncias, pelo subdelegado de policia do districto, ou pelo inspector de qualquer um de seus quarterões para equipagem de canoas do correio ou do expresso militar.

2º As deshumanas caçadas effectuadas pelos subdelegados de policia de qualquer districto ou pelo inspector de quarterão respectivo, em comissão de recrutador de menores para aprendizes marinheiros, degeneradas estas em violentas *pega-pegas de curumis e cunhantãs* dentro do próprio domicilio, e nas povoações, para dá-los de presente, como *chirimbabos*, aos potentados das capitaes do Amazonas, Pará e do Império.

3º - immoral e criminosa pratica do regatão de levar de sítio em sítio, com fins illicitos mercantis ao meio social, ainda que bárbaro, mesmo selvagem, do indio, que nem ao menos falava o nhengatu, de envolto com suas mercadorias o vício de embriaguez, a prostituição, os crimes de furto, roubo, homicidio e de reduzir pessoas livres à escravidão, comprando do pai, a troco das mesmas mercadorias, filhos e filhas; do marido a mulher e do tuchaua os desnaturados pais e desbriados maridos, para os vender depois aos seringueiros e pescadores de pirarucu, peixe boi e tartaruga, à moeda corrente.

4º A prevaricação inaudita do director ou do missionário, salvando as honrosas excepções que locupleta-se dos brindes remetidos pelo governo, para serem gratuitamente distribuidos aos índios, com a permuta que, em seu próprio interesse, faz delles por salsa, cupaiba, piassaba, puchuri, borracha, caoutchouc, breu, baunilha, carajurú, farinha, cumarú, tucum em ramas, fio e redes, curahuá em rama, etc.

5º Ao seringueiro, do baixo Rio Negro, que interna-se nas vastas bacias do Uaupés e Içana, remonta suas cachoeiras, devassa suas florestas, assalta casa a casa dos seus índios, e viola o lar de cada uma das famílias destes, para seduzir com fementidas promessas de lucros vantajosos o dono da casa, o irmão, o sobrinho, cunhado e filho, fiando mercadorias á elles, ás suas mulheres, ás filhas, irmãs, cunhadas e sobrinhas.

É esta a peor causa, porque excita um a um, por meio da cachaça, já embriagados, a promoverem *dabucuris* saturnaes, no meio das quaes prostitue-lhes enlevadas por essas barbaras e debochadas dansas, esposa, filha, cunhada, sobrinha.

Depois da festa, no dia seguinte, isola do marido a esposa, do pae os ternos filhinhos, do filho o pae e a mãe estremecidos, do irmão a irmã, da qual é o amparo, e os conduz para os seringaes dos districtos de Santa Isabel, S. Joaquim, Thomar, Moreira, Barcellos e Carvoeiro.

Contractados por tempo de poucos meses, ali os seduz ao captiveiro para nunca mais deixarem que volvam á sua casa e nesta continuarem a zelar e arrimar suas famílias, cuidar de suas roças, pescarias e caçadas, evitar que fique reduzida ao mais triste e desolador abandono..."

Esta violência e migração forçada tem perdurado por mais de 100 anos naquela região, sendo poucas as famílias que conseguiram retornar aos seus lugares de origem, nos rios Uaupés, Papuri, Tiquiê, Içana e Xié, sendo esta a principal razão da atual presença de significativa população de descendentes desses grupos no médio e baixo Rio Negro, pois que no período colonial os que ali viviam foram dizimados ou fugiram.

F. Século XX

Muitos desses aspectos da história do século XIX desdobraram-se no século XX. A presença dos "regatões" intensificou-se e a exploração do trabalho indígena nos seringais, piaçabais e balatais se generalizou. A memória oral indígena ressalta a ação violenta do comerciante português Antonio Castanheira Fontes, que no início desse século era "o maior comerciante do baixo Rio Negro." Um velho Baré conta que seu pai, nascido em 1888, trabalhou com este comerciante e contou-lhe que "chegou a ver na casa do comerciante português um toco de pau-brasil com correntes para amarrar os 'fregueses' e surrá-los com chicote."

De fato, o sanitarista brasileiro Oswaldo Cruz (1913: 106), num relatório que escreveu sobre a situação médico-sanitária do vale do Amazonas, reporta-se à situação do trabalho indígena nos seringais do Rio Negro no início do século da seguinte forma:

"Os trabalhadores de seringais neste barracão são quase todos índios, de diversas tribos. Apresentam-se aqui, como em todo o Rio Negro, numa condição física e moral das mais precárias, sendo os homens de estatura pequena, de constituição pouco robusta e de aspecto geral pouco simpático. As mulheres são extremamente feias (sic), muito precocemente envelhecidas, ou melhor, trazendo desde a mocidade estigmas da velhice. Predomina em ambos os sexos a mais extrema indolência. Só trabalham forçados pelo proprietário e o fazem sem qualquer ambição de fortuna, visando exclusivamente à própria manutenção, contentando-se com pequenas dádivas de roupas, aguardente etc. Pelo que, dada essa inferioridade nos indivíduos dessa raça (sic), são eles muito explorados aí pelo branco, tendo no Rio Negro, mais do que em qualquer outro, a exata impressão de escravidão."

Oswaldo Cruz também indica em seu relato a continuidade da migração forçada de índios oriundos do alto Rio Negro para o médio e baixo Rio Negro, pois afirma que "quando os proprietários de seringais do Rio Negro têm necessidade de novos fregueses vão procurá-los muitas vezes além de S. Gabriel, no Rio Caiari [Uaupés], muito habitado, e além, nos limites com a Venezuela" (*ibid*). A migração, neste período e posteriormente, passou também a ter, em parte, um conteúdo voluntário, pois muitos índios vieram provavelmente à região em busca de seus parentes escravizados ou seus descendentes que permaneceram na área.

Enfim, os comerciantes são elementos com os quais os índios do Rio Negro mantêm uma longa história de contato, marcada sempre pela exploração e conflitos. Atualmente essa relação continua, havendo a utilização de mão-de-obra indígena no extrativismo de cipó e piaçava, produtos consumidos pelo mercado das grandes cidades. Os índios extraem tais produtos, cujos mananciais nativos estão localizados dentro de seu próprio território tradicional, e trocam por mercadorias trazidas pelos regatões. Este sistema de troca, que é desigual no preço, transforma os índios em "eternos" devedores dos "patrões", gerando situações de conflito, na medida em que há uma super-exploração do trabalho. Vejamos este depoimento de 1949 (Carvalho, 1952: 23):

"Todos com quem conversei neste trecho [médio Rio Negro] são unânimes em afirmar que certos brancos desta região exploram demasiadamente os índios, obrigando-os a levarem uma vida de verdadeira escravidão. Vão aos altos rios, contratam índios por três meses e, uma vez no médio ou baixo Rio Negro, são os mesmos retidos por três anos ou mais. A alegação é sempre a mesma, i. e., o pagamento de contas inexistentes, forjadas a bico de pena, cheias de menções de bugigangas que mais serviriam para brinquedo de crianças, todas vendidas por preços astronômicos."

A violência maior e que comprova essa assertiva, nesse caso, foi a que ocorreu com os Dâw (Maku), até cerca de 1985, quando chegaram então os missionários da Ação Lingüística Evangélica Missionária. Trabalhando para os comerciantes, ficavam na floresta durante vários meses coletando piaçava em regime de semi-escravidão. Num depoimento que recolhemos de um índio Dâw, este nos contou que os comerciantes para os quais trabalhavam "não prestavam, nos roubavam, não pagavam bem, brigavam, gritavam, batiam, traziam cachaça e vendiam a mercadoria mais caro." Este fato pôde ser comprovado por nós quando soubemos, através de um índio Tukano que havia trabalhado na piaçava com os Dâw em 1973, que o comerciante "maltratava muito os Kamã [Dâw] na época do fábriço da piaçaba no Curicuriari. Vi várias vezes o comerciante enrubar meninas de 10-11 anos, Kamã, que ele embriagava com cachaça. Quando os Kamã produziam 40 kg de piaçaba, ele pagava, em troca, apenas meia lata de farinha. Se produziam somente 30 kg, não pagava nenhuma farinha. Gostava de embriagar os

Kamã no mato, levando várias grades de cachaça. Trocava uma espingarda por 1.000 kg de piaçaba."

G. O garimpo e outros problemas atuais do médio Rio Negro

Até o ano de 1992, a atividade garimpeira em toda a região do Rio Negro estava concentrada nas áreas próximas ao Pico da Neblina (*Área Indígena Yanomami*) e nas regiões da Serra do Traíra e do alto Içana (Peuá) (*Área Indígena alto Rio Negro*). Estas áreas estão situadas todas nas proximidades da linha de fronteira do Brasil com a Colômbia e a Venezuela. As dificuldades de acesso a elas começou a despertar nos garimpeiros, a partir de 1992, o interesse pela garimpagem nas águas do Rio Cauaburis e, sucessivamente, do próprio Rio Negro. Muitos garimpeiros saídos de outras áreas da Amazônia já muito exploradas pelo sistema de balsas e dragas, como o Tapajós (Pará) e Madeira (Rondônia), passaram, desde então, a migrar para o Rio Negro. Deve-se destacar que tal movimento em direção ao Rio Negro se intensificou após uma longa reportagem da Rede Globo de Televisão, datada de meados de 1992, feita pelo repórter Marcos Losekan, na qual se enfatizava a grande quantidade de ouro da região e o apoio que tal atividade vinha recebendo do prefeito do município de Santa Isabel do Rio Negro, José Beleza. A matéria também procurava transmitir uma imagem para a opinião pública de que a garimpagem estava sendo feita sem poluir o meio ambiente, pois o mercúrio não seria despejado no rio. Esqueceu porém de lembrar que a região estava dentro do *Parque Nacional do Pico da Neblina* (Decreto 83.550 de 05/06/79) e na *Área Indígena médio Rio Negro*, já então reclamada pelos índios ao Ministério Público Federal. Tratava-se, portanto, de garimpo ilegal e clandestino.

Diante das denúncias de irregularidades e também pelas conseqüências nefastas de violência e desabastecimento de víveres e combustível causado pelo garimpo no Município de São Gabriel da Cachoeira, uma comissão criada por decreto municipal de 04/11/92, do Prefeito de São Gabriel, constituída pela Câmara de Vereadores, Diocese, FUNAI, Exército, Polícia Militar, IBAMA e Prefeitura, deslocou-se à região para observar, *in loco*, o que estava acontecendo. O relatório desta comissão constatou no Rio Cauaburis:

"I- a presença de 200 balsas motorizadas; II- dezenas de lanchas conduzindo suprimentos e derivados de petróleo, sem qualquer segurança; III- um fluxo de mais de 2.500 pessoas contando homens, mulheres e crianças; IV- a utilização de mercúrio em larga escala na lavagem do ouro, contaminando o rio; V- grande quantidade de derivados de petróleo (óleo diesel, gasolina, lubrificantes etc.), sendo despejada no rio, em decorrência do trânsito intenso das lanchas e do funcionamento sem trégua das balsas; VI- desmatamento - pontuado - para construção de barracões (curritelas) ao longo do rio; VII- a ausência de assistência médica e sanitária; VIII- grande quantidade de latas, garrafas, plásticos etc. sendo jogados no rio e na mata; IX- comercialização de drogas

(cocaína), com caso já registrado na delegacia de Santa Isabel; X- assassinatos, já registrados, em decorrência de "acerto de contas"; XI- venda de bebidas alcoólicas em larga escala; XII- a exploração comercial (altíssimo custo de vida); XIII- casos de doenças graves, como: febre amarela, cólera, leishmaniose, etc.; XIV- existência de meretrizes no garimpo; XV- um posto da polícia militar e um outro flutuante com derivados de petróleo."(ver documento 5 em anexo)

Além desses fatos graves indicados no relatório, havia um outro dado não menos importante. O prefeito de Santa Isabel do Rio Negro, José Beleza, segundo depoimento dos próprios garimpeiros, estava "expedindo Alvarás de funcionamento, ao valor de 18 gramas de ouro, além de cobrar, por mês, de cada balsa, 32 gramas do mesmo produto." Os recibos emitidos pelo prefeito teriam sido fotografados pela comissão. Nesse sentido, o prefeito de Santa Isabel estava agindo ilegalmente, pois se sabe que somente o DNPM, órgão federal competente, pode emitir alvarás de pesquisa e lavra de minério em território nacional, devendo arquivar os mesmos, por inconstitucionalidade, quando se trata de Áreas Indígenas (ver documentos 6,7,8,9,10, e 11 em anexo).

Ainda em dezembro de 1992, o relatório desta comissão foi encaminhado à Procuradoria Geral da República, tendo esta solicitado a intervenção da Polícia Federal. A PF teria entrado em contato com o prefeito de Santa Isabel, exigindo a retirada dos garimpeiros da região do Cauaburis. A ação da PF teve eficácia passageira, pois todos os garimpeiros retirados do Cauaburis deslocaram-se em seguida para o leito do Rio Negro, onde passaram a atuar, de forma crescente, a partir de janeiro de 1993, tentando penetrar também os rios Marié e Curicuriari. Como esses rios limitam uma Gleba Militar existente na região, o Exército, através do Coronel comandante do 5º BEF, proibia e reprimia a entrada de garimpeiros, embora tenha sido omissos em retirá-los do Rio Negro (situado fora da Gleba), onde atingiam em cheio várias comunidades indígenas.

O Exército, na verdade, não quis tomar uma posição em favor da retirada constitucional dos garimpeiros do Rio Negro, recusando-se a assinar o relatório encaminhado à PGR. Quando da passagem do cargo de Comandante do 5º BEF, no início de 1993, o então comandante teria declarado à Rádio Nacional que o relatório era "tendencioso", procurando jogar índios contra garimpeiros, e não fazer uma proposta concreta para resolver o problema, que seria a legalização do garimpo. É óbvio que a questão garimpeira na Amazônia, que é complexa,

precisa de propostas concretas por parte do Estado.¹¹ Mas isto não justifica o desrespeito à Constituição por qualquer dos "atores" envolvidos com a questão, sobretudo porque as conseqüências desastrosas da omissão recaem sempre sobre os mais fracos, que são os índios.

Em abril de 1993, durante uma permanência de cerca de 15 dias no médio Rio Negro, pudemos constatar uma importante afluência de garimpeiros para aquela área, sobretudo o trecho entre a foz do Marié e do Cauaburis. Uma contagem sumária indicava a existência de pelo menos 350 balsas e dragas em operação, muitas dragas sendo transportadas rio acima, numa espécie de comboio. Uma ilha situada em frente à foz do Cauaburis (conhecida localmente como "ilha do Dedé") transformou-se no principal entreposto do garimpo, com infra-estrutura de combustível, farmácia e rádio-comunicação. Muitos "recreios" passaram a fazer linha entre Manaus e tal ilha, transportando garimpeiros. Isto reforçou o isolamento de São Gabriel, pois muitas vezes o combustível destinado àquela cidade, como também outras cargas vindas de balsas desde Manaus, eram compradas integralmente pelo garimpo antes de chegarem ao destino.

Pelos depoimentos dos índios, vários crimes teriam ocorrido em 1993 entre os próprios garimpeiros, sobretudo assassinatos, pois nas balsas os homens andavam armados 24 horas por dia. Muitos cadáveres foram enterrados nas praias do Rio Negro, no início do ano (época da seca). Com o início das cheias, a partir de março, vários corpos boiaram e foram levados pelas águas rio abaixo. Isto obrigava os índios a procurarem água para beber somente nos afluentes do Rio Negro, distantes mais de uma hora de canoa. Além disso, os garimpeiros jogaram no rio um carregamento de 30 toneladas de frangos congelados, putrefeitos devido à falta de energia no barco que os transportava. Do ponto de vista dos índios, intensificou-se o "apodrecimento" da água, já provocado pelos cadáveres decompostos que a cheia desenterrara.

Transtornos de outra ordem foram provocados pelos garimpeiros nas comunidades onde a intensidade da exploração era maior, como nos casos de Vila Nova e Bacabal. A população dessas duas comunidades ocupadas compulsoriamente pelo garimpo, é majoritariamente constituída de Baniwas do Içana, todos de religião protestante. Suas "Casas de Conferência" religiosa foram transformadas em *boites*, pela intensa circulação de prostitutas no "currutelo", situado no próprio porto da comunidade de Vila Nova. Em Bacabal, construiu-se uma pista de pouso para pequenos aviões. A "currutela" localizada naquele trecho interferiu também no canal do rio. Em vários pontos, o canal foi assoreado por bancos de areia que antes estavam em outros lugares, confundindo todos os práticos indígenas da região, únicos

¹¹ Uma reforma agrária conteria nas regiões de origem boa parte dos contingentes populacionais que se aventuram em áreas indígenas em busca de ouro.

conhecedores da navegação fluvial. Trata-se, portanto, de um problema de segurança de navegação que atinge os interesses da Marinha.

Aqui vale a pena uma pequena digressão. Pergunta-se porque os índios dessas comunidades não resistiram imediatamente à invasão dos garimpeiros. É, sem dúvida, uma questão de dependência econômica. Os *regatões*, compradores tradicionais do pequeno excedente de produção agrícola ou extrativa dos índios, pagam pelo menos três vezes menos pelo produto que os garimpeiros. Nessas condições de extrema dependência, os índios se tornaram presa fácil para esses últimos, que passam inclusive a assumir para si uma imagem de "defensores" e "amigos" dos índios, condenando e depreciando a FUNAI e o IBAMA, órgãos que não têm condições reais de atuar na área, devido a problemas financeiros e de pessoal, entre outros.

Resumindo: a "ausência" do Estado, evidenciada pela omissão do Exército ou a incapacidade da FUNAI e do IBAMA, tem criado um terreno fértil para a penetração ilegal dos garimpeiros (a "nova geração" de *regatões*), que são, na verdade, a linha de frente dos empresários de garimpo de Manaus e Brasília, e portanto também vítimas dessa situação. Aqui vale lembrar uma reflexão atualíssima feita por Eduardo Galvão em seu diário de viagem ao Rio Negro em 1951. Este comentário, embora diga respeito à relação entre índios e seringueiros, é perfeitamente cabível na situação atual dos índios e garimpeiros, bastando para isso fazer a "tradução" apropriada:

"O eterno problema, índios e seringueiros caboclos disputando terras. Os primeiros, que a habitam de muito tempo para trás, os últimos que, impelidos pela necessidade de abrir novas estradas de borracha, avançam e estão dispostos a tudo. Têm que saldar os aviamentos e borracha significa comida e roupa. Ambos são sacrificados porque, de um lado, o governo, responsável pela assistência ao indígena, tem muito boas intenções, muito bons, mas nada de concreto ou de positivo, a começar pela demarcação efetiva das reservas que, exceto por raríssimas exceções, continua a ser protelada. O seringueiro, que nada tem de seu, senão o braço barato de trabalho e a fome, essa mesma fome que traz gente do Ceará para essas bandas, é "aviado" pelo patrão e que se dane o resto, onde tem borracha ele vai buscar ou como é mais certo, o mandam buscar. Quem manda é mais provavelmente um arrendatário de seringal, por sua vez aviado por algum comerciante forte da praça de Manaus, que por seu lado depende em parte de créditos do Banco da Borracha e este da União. Qualquer coisa como aquelas célebres cadeias da felicidade, mas reverso para quem está na ponta mais fraca." (Galvão, in Oliveira, 1991)

Mas voltemos aos índios e garimpeiros de hoje. Notícia escrita pelos próprios índios em seu jornal *Wayuri* (Mutirão em Nheengatu), de dezembro de 1993, revela suas lúcidas impressões sobre o impacto que a pressão garimpeira teve na região ao longo de 1993:

"Em toda a região do Rio Negro, o ano de 1993 foi marcado por tumultuados e tensos momentos, provocados pela invasão e presença de garimpeiros.

Desde o início do ano a invasão maciça dos garimpeiros, começando pelo Rio Cauaburis, seguindo por toda a calha do Rio Negro a baixo, atingindo aos poucos seus afluentes como o Marié, Curicuriari e Içana. O baixo Rio Negro [médio Rio Negro] chegou a ter mais de três mil garimpeiros trabalhando com mais de 400 balsas mecanizadas e dragas. Trechos do Rio Negro ficaram totalmente fechados dificultando a navegação pelo caudaloso rio. Foram atingidas também áreas de reserva como o Pico da Neblina e Area Indígena do Içana, gerando conflitos inclusive armados como o que ocorreu no Içana que por pouco não virou uma tragédia. A maior violência entretanto ocorreu entre os próprios garimpeiros que assustou a população local desacostumado com aquilo. Segundo testemunhas locais na região garimpeira do Baixo Rio Negro e Cauaburis, durante o tempo todo havia cadáveres ao longo do rio, boiando ou nas praias, sendo difícil distinguir entre um animal morto ou uma pessoa, todos desconhecidos pelos habitantes locais. Sabe-se que no Parque Nacional do Pico da Neblina também ocorreram muitos assassinatos e outros que são desconhecidos pela distância e isolamento da área. Com a luta incansável das organizações indígenas, através de uma liminar da Justiça Federal, os garimpeiros na sua maioria foram retirados das áreas pela Polícia Federal no mês de setembro. Entretanto, em toda a região ainda há focos de presença dos garimpeiros. Uma das maiores conseqüências ficada pela febre do garimpo é o alto custo de vida na região, deixada pelo comércio do ouro, além da insegurança e medo que ficou no meio das pessoas simples e hospitaleiras da região. Neste final de ano, a Cooperativa dos Garimpeiros da Amazônia, estão novamente articulando nova invasão e estão buscando apoio de seus famosos testas de ferros, os políticos de Manaus, aproveitando, é claro, da indefinição do governo brasileiro quanto às demarcações das terras do Rio Negro e a política mineral em áreas indígenas. Estamos buscando tornar mais eficiente nossos trabalhos de vigilância de nossos territórios indígenas através das comunidades indígenas e suas organizações locais contra novas invasões, ao mesmo tempo que se procura trabalhar para superar as deficiências econômicas das comunidades, sem usar ou praticar métodos nocivos e condenáveis, como é a prática garimpeira no Brasil, com alternativas viáveis e sadias a toda a população local, nacional e mundial."

De fato, em maio de 1993, a Justiça Federal concedeu uma liminar determinando a retirada dos garimpeiros do Rio Negro. A ação da Polícia Federal ocorreu, porém, somente em setembro daquele ano. A retirada dos garimpeiros foi eficiente, mas, como das outras vezes, muitos imiscuiram-se nos matos ou saíram apenas temporariamente da região. Notícia publicada na *Gazeta Mercantil* do dia 14 de dezembro de 1993 anunciava que o presidente da Federação dos Garimpeiros, José Alves da Silva, havia entregue ao secretário estadual do meio-ambiente do Amazonas, José Belfort, um Relatório de Impacto de Meio Ambiente para a garimpagem na calha do Rio Negro entre a foz do Cauaburis e do Marié. Dizia ainda a matéria que "os garimpeiros dessa área, que foram retirados da região em setembro, por determinação da Justiça Federal, podem retornar se a Secretaria do Meio Ambiente aprovar o relatório." Paralelamente a este fato, a Rádio Nacional da Amazônia, em um de seus programas, passou a divulgar abertamente que o Rio Negro estava liberado para o garimpo. A conseqüência foi imediata. Em janeiro de 1994, nosso Grupo de Trabalho constatou novamente a presença de algumas balsas em operação na região. A "ilha do Dedé" voltava a assumir seu caráter de entreposto. Há que se tomar providências urgentes para a desintrusão da área e o impedimento de novas invasões, através de uma ação firme do Estado na região (ver documento 3 em anexo).

* * *

Já fizemos referência à Gleba Militar. Criada pelo Decreto-Lei Nº 95.859, de 9 de março de 1988, assegura ao Exército uma área de 1.016.350 ha localizada no município de São Gabriel da Cachoeira, nos rios Curicuriari e Marié (região do médio Rio Negro). Incide, em território Tukano, Baniwa, Baré e em área de circulação dos Daw (Maku), justamente nos territórios de caça, pesca e coleta desses índios, bem como nos locais que eles consideram sagrados.

Os índios, especialmente os do Curicuriari, sentem-se ameaçados pela presença desta Gleba. Nos exercícios de sobrevivência na selva, os militares utilizam as trilhas dos índios, nas quais colocam armadilhas para simular situações de guerra. Assaltam as roças indígenas para obter alimentos. Simulam ataques dentro das aldeias, com tiros de festim, correrias e grandes transtornos aos habitantes. As mulheres não têm ido às roças, com medo dessas atividades. Em vista disso, os índios têm passado fome (ver documento 2 em anexo).

Em 1991, a ACIBRN reivindicou a anulação do Decreto-Lei que dá origem à gleba militar, baseada no parágrafo 6º, artigo 231, Capítulo VIII (dos Índios) da Constituição de 1988, que considera "nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo."

Muito embora os militares possam eventualmente se colocar contra as atividades garimpeiras, ao menos contra as que se realizam na Gleba Militar, eles se unem aos garimpeiros, bem como aos comerciantes, aos regatões e às Prefeituras de São Gabriel e Santa Isabel do Rio Negro no reiterado discurso aculturativo com que pretendem negar aos índios da região a sua identidade indígena, alegando que são "aculturados", que "não são mais índios" e que, portanto, "não precisam de tanta terra." Bem se vê que interesses diversos e por vezes antagônicos se colocam facilmente de acordo quando se trata de expropriar os índios.

III. POVOS INDÍGENAS DO MÉDIO RIO NEGRO

Os povos indígenas que habitam a *Área Indígena médio Rio Negro* (ver quadro populacional em anexo), pertencem a três famílias lingüísticas: Aruak, Tukano oriental e Maku. A família Aruak se divide em diversos grupos tais como os Baré, Tariana, Werekena e os Baniwa, estes últimos conhecidos pelos nomes de seus *sibs*, tais como Jibóia-Tapuia, Siuci-Tapuia, Inambu-Tapuia, Yauareté-Tapuia, Arara-Tapuia, Tatu-Tapuia, dentre outros. Os povos da família Lingüística Tukano oriental se dividem em vários grupos patrilineares exogâmicos, cada um

diferenciado por uma língua específica, entre os quais os Tukano, Desana, Piratapuia, Arapaço, Tuyuka, Kubewa, Wanano, Siriano e outros. Os Maku são representados no pelos Dâw, conhecidos regionalmente como Kamã.

A. Os Aruak vivem tradicionalmente, em território brasileiro, colombiano e venezuelano, ao longo do Rio Negro, desde as cabeceiras (Rio Guainía) até o médio curso, compreendendo seus afluentes Içana, Xié, Uaupés, Curicuriari, Marié, Têa, Uneixi e Urubaxi. Distribuem-se também no Canal Cassiquiari e no médio Orinoco, inclusive no Inírida. No médio Rio Negro, estão representados principalmente pelos Baniwa, os Tariana e os Baré, os quais somam juntos cerca de 44% da população indígena dessa região (Journet, 1980, 1988; Wright, 1981, 1989; Hill, 1983; Perez, 1988).

O termo *Baniwa* (Baniba, Maniva), é um termo da *língua geral* usado pelos brancos, desde o período colonial, para identificar os povos Aruak do Içana e outros rios por eles habitados (Cf. Wright, 1991; Meira, 1994). Referem-se entre si pelos nomes das fratrias, cada uma falante de um dialeto da língua Baniwa, tais como *Hohódene* ou *Oalipere Dakenai*. Essas variações dialetais não constituem obstáculo para a comunicação verbal entre si. Todos se consideram *nós* em relação aos seus vizinhos de línguas diferentes e mantêm uma vinculação Lingüística e cultural com os Baré e Tariana (Wright, 1989).

O termo *Baré*, segundo Perez (1988: 446), seria derivado de *bári* (branco), significando os homens brancos em contraposição aos homens negros. Os Baré de hoje descendem dos povos citados pela historiografia como Mandahuaca, Manaca, Baria, Cunipusana e Pasimonare, sobre os quais pouco se conhece, mas que são considerados pelos estudiosos Aruak como "clãs exogâmicos separados de um tronco comum há uns 150-200 anos" (*ibid*). O termo Tariana seria traduzido por "o recebedor ladrão" (Massa, 1933, *apud* Oliveira, 1981: 83). Consideram-se descendentes de *Kapiriculi*, um deus comum a outros grupos Aruak. Os Werekena (Warekena, Guarequena, Uerequena, Arekena, Veriquenas) têm a maior parte de sua população vivendo no Caño Maruapo, na Venezuela, e no Xié, no Brasil. Os diversos grupos Aruak apresentam uma morfologia em comum e muito semelhante à dos Tukano orientais.

As povoações Aruak são construídas às margens dos rios e igarapés, como também em pequenas ilhas. De um lado há o rio, de outro os caminhos para as roças, em direção ao centro da floresta. Antigamente, estas aldeias consistiam de uma grande maloca multifamiliar, de forma retangular, com um espaço central para uso cotidiano e ritual. O efeito do contato e mais especificamente da evangelização trouxe uma total mudança na organização espacial da antiga aldeia, que passou a ser composta de várias casas de barro cobertas de palha, distribuídas

ao redor de uma praça retangular de areia. Hoje, no médio Rio Negro e no Xié, as antigas aldeias são denominadas de "comunidades". Cada comunidade possui um *capitão*, geralmente uma pessoa idosa, cujo papel principal é ser o porta-voz da comunidade tanto interna quanto externamente, no caso de relações com os brancos. Além das casas, cada comunidade possui um espaço comunitário de alimentação. São compostas de famílias unidas por vínculos de parentesco, cada casa comportando uma família nuclear de quatro a oito pessoas, formando uma célula de produção e de subsistência (*ibid*).

O padrão de residência dos Aruak é tradicionalmente virilocal: cada comunidade tem um certo número de famílias nucleares cujos chefes estão ligados através de relações de *germanidade*, sejam irmãos reais ou classificatórios. Este grupo de irmãos é regido pela hierarquia de *mais velho* e *mais novo*, relacionada à mitologia e ao parentesco classificatório. Não se pode definir, porém, uma comunidade como um rígido grupo de irmãos, sendo muito mais flexível do que aparentam as regras de parentesco. Todavia, o padrão patri-virilocal pode ser rompido, no caso de certos irmãos que se radicam temporariamente nas aldeias de suas esposas em função de serviços matrimoniais que devem aos sogros, causando um tipo de uxorilocalidade momentânea (Journet, 1980; Wright, 1989).

As tradições que regem o sistema de parentesco e casamento são as que têm menos sofrido com as mudanças causadas pelo contato com os brancos. Em geral, a sociedade Aruak está dividida em fratrias exogâmicas, cada uma delas constituída de *sibs* patrilineares, por sua vez divididos em diversos grupos locais. As fratrias exogâmicas são formadas, portanto, de diversos *sibs*, classificados de acordo com a ordem de emergência dos seus ancestrais míticos fundadores. Tais grupos de irmãos são o núcleo das comunidades locais e seus laços formam a base de um sistema hierárquico, de acordo com a idade relativa dos indivíduos. Tradicionalmente, os *sibs* e *fratrias* estão categorizados conforme um sistema de funções rituais hierarquizadas: funções de *chefe*, *guerreiro*, *dançarino*, *xamã* e *portador de cigarro* ou *servo*. Esta hierarquia ritual não chega, porém, a constituir uma estratificação social efetiva: a articulação dos diversos componentes da sociedade se baseia na consulta mútua e consentimento geral. Nos dias atuais, esse consenso tem sido perturbado pela evangelização e subordinação às autoridades brancas (*ibid*), mas é provável que disputas sobre o nível hierárquico de *sibs* fissionados já ocorresse desde tempos imemoráveis, ao menos entre os *sibs* de hierarquia muito próxima.

A terminologia de parentesco dos Aruak é do tipo Dravidiano, cujo traço marcante é a classificação dos parentes paralelos como consangüíneos e dos cruzados como afins, ao menos nas três gerações centrais (geração de Ego, de seus pais e de seus filhos). Essa dicotomia resulta na proibição do casamento com a prima paralela (filha da irmã da mãe ou do irmão do pai), e na

regra do casamento com a prima cruzada (filha do irmão da mãe ou da irmã do pai), havendo porém a preferência pela prima cruzada patrilateral (filha da irmã do pai).¹²

O modelo das regras de casamento é o de uma reciprocidade entre fratrias, havendo sempre um *sib cunhado* privilegiado, com quem se fazem múltiplos e repetidos casamentos de geração em geração (*ibid*). Têm ocorrido também nos últimos tempos casamentos entre grupos de outras famílias lingüísticas (sobretudo Tukano), adaptando-se as regras tradicionais de parentesco à nova situação histórica, em que indivíduos de origens lingüísticas diferentes se integram numa só comunidade.

O sistema produtivo dos Aruak está baseado na agricultura da mandioca, na pesca e na caça. Planta-se também, em pequena escala, cana-de-açúcar, cará, abacaxi, macaxeira, etc. A pesca é realizada durante todo o ano, sendo a principal fonte protéica dos índios. As espécies mais procuradas são a piraíba, o aracu, a pescada e o surubim. A caça, fonte protéica secundária, privilegia a anta, a paca, a cutia e a cutiaia. A partir do século XVIII, esses índios se têm inserido na economia extrativista, cujos detalhes serão abordados mais adiante.

B. Os Tukano orientais habitam tradicionalmente em áreas do território brasileiro e colombiano, sobretudo dispersos nas margens dos rios Uaupés e seus afluentes Tiquiê e Papuri (margem direita), Querari e Cuduyari (margem esquerda), bem como a região do Pira-paraná, na Colômbia (Hugh-Jones, 1979; Reichel-Dolmatoff, 1971; Jackson, 1983; Chernela, 1983; Buchillet, 1983, 1990b). Os Tukano orientais estão representados no médio Rio Negro pelos Tukano, Desana, Arapaço, Piratapuaia, Siriano, Karapanã, Juruti, Tuyuka e Kobewa. Constituem cerca de 52% da população indígena total (ver quadro populacional em anexo).

O sistema social comum aos diversos grupos Tukano está baseado na troca de irmãs entre grupos patrilineares exogâmicos (Hugh-Jones, 1979), através de um sistema de aliança prescritiva simétrica (Buchillet, 1983, 1990b).¹³ Esses grupos exogâmicos se diferenciam pela língua - que funciona como a marca identitária de cada um (Jackson, 1983) - e pela especialização artesanal. Os Tuyuka, por exemplo, são conhecidos como excelentes fabricantes de canoa; os Tukano, como fabricantes de bancos rituais; os Desana, como pajés. Esta especialização

12 Devido a fatores demográficos, são raros os casamentos entre primos cruzados reais. Porém, sendo a terminologia amplamente classificatória, primos cruzados do segundo e terceiro graus também são cônjuges possíveis. Caem dentro da mesma categoria indivíduos sem relação genealógica demonstrável, mas cujas fratrias se relacionam tradicionalmente como afins.

13 Trata-se do que Lévi-Strauss (1967) chama de *troca restrita*.

fundamenta as trocas de bens e serviços entre os grupos exogâmicos. As relações rituais e econômicas acompanham, portanto, as trocas matrimoniais.¹⁴

Essas características dos grupos Tukano - a exogamia lingüística e a especialização artesanal - longe de constituírem obstáculos à sua integração regional, determinam, pelo contrário, a natureza dessas relações. As unidades lingüísticas estão fortemente ligadas por laços de parentesco (através do intercasamento) e por trocas de bens e serviços, constituindo uma rede de relações que se espalha por todo o Noroeste da Amazônia.

A despeito dos casamentos ocorrerem entre falantes de línguas distintas, as línguas não se confundem. Os filhos e filhas adotam a língua do pai como marca de sua identidade. É reconhecido como parente aquele que "fala da mesma maneira", ao passo que os afins (entre eles, a mãe) se reconhecem por falarem outras línguas. Marido e mulher não devem falar a mesma língua paterna, embora possam efetivamente aprender a língua do cônjuge. Porém a boa educação prescreve que não se confundam as línguas.

Os membros de um mesmo grupo lingüístico se consideram irmãos e se referem a um conjunto de irmãos ancestrais fundadores, entre os quais o irmão maior é o ancestral do grupo inteiro. Deve-se ressaltar, todavia, que geralmente os indivíduos não explicitam sua relação de germanidade pela filiação comum a um determinado ancestral fundador, mas utilizam o critério lingüístico para fazê-lo, declarando-se irmãos "porque falam a mesma língua."

Segundo um dos modelos através dos quais os indígenas explicam seu sistema social, os membros de um mesmo grupo lingüístico ocupam um território definido, circunscrito a um trecho do rio ou igarapé. De fato, é o que se passa entre os Wanano, que ocupam um trecho ininterrupto do médio Uaupés, e os Kobewa, que ocupam o Querari.¹⁵ Porém, os outros grupos estão distribuídos ao longo dos mesmos trechos de rio, não possuindo, portanto, território definido, embora ainda reconheçam um território particular como ancestral (Buchillet, 1990b). Pode-se supor que esse embricamento atual decorra dos descimentos e aldeamentos de índios nos últimos séculos e também das guerras intertribais, mas os Barasana, Tatyuo e outros grupos Tukano do Pira-paraná, que se mantiveram bastante isolados das influências ocidentais até a década de 60 deste século, também não possuem território definido (Hugh-Jones, 1979).

Cada grupo exogâmico ou unidade sócio-lingüística (por exemplo, os Desana, os Tukano, os Tuyuka, etc) é subdividido em *sibs* patrilineares e patrilocais nomeados,

¹⁴ As línguas Tukano funcionam como as fratrias Aruak.

¹⁵ Os Kobewa são um caso especial, dado que se dividem em fratrias intercasáveis, como os Aruak (Goldman, 1963)

hierarquizados de acordo com a ordem de emergência dos seus ancestrais míticos fundadores e com uma função ritual específica: segundo o nível hierárquico, os *sibs* são chefes, dançarinos-cantores, guerreiros, xamãs ou servos. Durante os rituais, eles funcionam de maneira complementar.

Tradicionalmente, os *sibs* estão dispostos ao longo do rio, de jusante à montante, segundo a ordem de nascimento dos ancestrais míticos: os mais velhos ocupam a jusante dos rios, que são os trechos mais piscosos, ao passo que os mais jovens se localizam à montante ou nas cabeceiras dos rios e igarapés. A organização hierárquica dos *sibs* é, assim, expressa em nível espacial. Devemos assinalar que excetuando-se o privilégio da piscosidade, a hierarquia é de caráter estritamente ritual, sendo enfatizada apenas nas cerimônias coletivas, por exemplo na ordem de distribuição das bebidas, na ordem de entrada na maloca ou casa, ou no direito de usar certos enfeites e objetos cerimoniais. Em outras palavras, cada povoado é uma autarquia econômica independente, embora haja uma divisão ritual do trabalho (ver Hugh-Jones, 1979; Buchillet, 1990b).

Quanto aos aspectos políticos das relações entre os *sibs*, não há nenhuma indicação de que mesmo no passado a hierarquia implicasse a autoridade dos "superiores" sobre os "inferiores". Na verdade, os diversos segmentos da sociedade se articulam baseados na consulta mútua e no consentimento geral (*ibid*), embora alguns *sibs* de hierarquia próxima possam eventualmente discordar sobre quem é "superior" a quem.

Esse caráter um tanto fluido da hierarquia aparece também nas trocas matrimoniais. Idealmente, casam-se membros de grupos lingüísticos diferentes e de mesmo nível hierárquico, por exemplo, um homem do *sib* guerreiro dos Tuyuka com uma mulher do *sib* guerreiro dos Tukano. Porém, esse modelo é desrespeitado amiúde e a atitude dos índios em relação aos casamentos que não o seguem é extremamente mais tolerante do que em relação aos casamentos entre membros do mesmo grupo lingüístico.

Casam-se indivíduos que possam aplicar reciprocamente os termos de parentesco para os afins segundo uma terminologia de estrutura Dravidiana. Isso coincide com: membros de grupos lingüísticos diferentes, do mesmo nível generacional, do mesmo nível hierárquico (ao menos idealmente) e de povoados diferentes. Cada povoado ou grupo local agrupa vários homens agnaticamente relacionados e é geralmente co-extensivo a um *sib* patrilinear. Contém também representantes femininos de outros grupos lingüísticos em razão das regras de exogamia lingüística e de residência patri-virilocal: "cada comunidade é assim o microcosmo de um sistema social mais amplo" (Jackson, 1983). A identidade do *sib* nunca é perdida. As mulheres casam fora

do próprio *sib* (e grupo lingüístico) mas sempre conservam o vínculo agnático com o *sib* patrilinear de origem.

Existem, todavia, povoados "misturados", ou seja com representantes masculinos de outros grupos lingüísticos. Argumentos de ordem econômica e/ou sócio-cultural são apontados pelos índios para explicar a composição mista de certos povoados, que contraria a regra de patri-virilocalidade em vigor na região (Buchillet, 1983, 1990b). A distribuição da população nos povoados é desigual, os quais podem ter entre 30 e 150 pessoas. Os povoados de um mesmo ou de vários grupos lingüísticos mantêm entre si um contato intenso, através das relações de parentesco e casamento, relações consolidadas pelas trocas cerimoniais de comida e outros bens (*dabucuri*) e pelas interações rituais (*ibid*).

Sob a influência dos missionários salesianos, os povoados, compostos de casas monofamiliares, tomaram o lugar das antigas casas comunais ou malocas, que comportavam duas áreas principais, uma central associada à vida comunitária e cerimonial, e outra periférica ligada à privacidade. Os missionários reagruparam os povoados em "comunidades de base", impondo um padrão de organização interna: passaram a ter casas enfileiradas, com escolinha, capela e centro comunitário (chamado de "clube de mães" pelos salesianos), este último destinado à fabricação de artesanato para venda a turistas, como também para a realização de frequentes reuniões políticas internas ao povoado e para os regulares "cachiris" (festas de bebida) ou "dabucuris" (festas de oferta de comida ou outros bens). Cada povoado passou também a contar com a presença de vários "funcionários" que compõem seu quadro político e são responsáveis pela manutenção da "união do povoado", que compartilham entre si as tarefas outrora ligadas à chefia tradicional: capitão, catequista, responsável dos trabalhos comunitários e responsável do "clube de mães" (Oliveira, 1981; Buchillet, 1990b).

As casas são geralmente construídas numa praia de areia branca cuja manutenção, a cargo das mulheres, reflete o prestígio da comunidade. Cada casa é cercada por um pequeno "jardim" onde podem ser encontrados ao lado de várias árvores frutíferas, plantas de uso medicinal, alucinógenas, pimentas, etc. As paredes são de barro, o chão de terra batida e o teto de folhas de palmeiras (*buriti*, *caranã*, *inajá*, etc) ou de zinco (Buchillet, 1983, 1990b).

Cada povoado dispõe de um território composto por uma porção de mata e de rio para a caça e pesca e para abrir os roçados, sendo delimitado por marcas naturais (curvas do rio, igarapés, afloramentos de pedras, etc.). A economia dos Tukano orientais é voltada para a auto-subsistência na qual a agricultura de coivara da mandioca amarga é a mais importante, complementada pela pesca, caça e coleta. A importância maior ou menor atribuída às atividades

de pesca ou caça depende fundamentalmente da localização geográfica dos povoados: aqueles localizados nos baixos cursos dos rios, mais ricos em peixes, serão mais orientados para as atividades de pescaria, ao passo que aqueles ocupando as cabeceiras dos rios ou nos igarapés dão maior importância à caça.

C. Os Maku vivem tradicionalmente em território colombiano e brasileiro, dispersos numa vasta área de floresta nas zonas interfluviais do Noroeste Amazônico. Dividem-se em seis grupos, distintos entre si não só pela área que ocupam como pela língua que falam: **Nukak, Bara (ou Kakwa), Hupdá, Yuhup, Dâw, Nadíb.**¹⁶ Salvo em casos de intervenção exógena, os Maku não vivem nas margens dos grandes rios. Desde tempos imemoriais, eles habitam o interior da floresta. Embora pratiquem uma modesta agricultura de abate e queima, sua economia é centrada na caça e na coleta.¹⁷ A orientação florestal dos Maku, oposta à orientação

Grupo	Localização	Área Indígena
Nukak	Entre os rios Guaviare e Inírida, na Colômbia	Não vem ao caso (Colômbia)
Bara	Entre os rios Querari, Uaupés e Papuri, na Colômbia	Não vem ao caso (Colômbia)
Hupdá	Entre os rios Papuri e Tiquiê, no Brasil	Alto Rio Negro
Yuhup	Entre os rios Tiquiê e Apapóris no Brasil	Parte na AI alto Rio Negro; parte na AI Rio Apapóris
Dâw	Entre o baixo Uaupés e o Curicuriari, no Brasil	AI médio Rio Negro
Nadöb	Entre o médio Rio Negro e o baixo Rio Japurá, incluindo os rios Têa, Uneiuxi e Urubaxi, bem como o Paraná Boá-Boá, todos no Brasil	AIs Uneiuxi, Urubaxi, Boá-Boá e Têa.

16 Maiores detalhes sobre as descrições que seguem podem ser encontrados em Silverwood-Cope (1990), Reid (1979) e Pozzobon (1992). Estes três trabalhos se referem principalmente aos Bara, aos Hupdá e aos Yuhup, mas oferecem informações sobre os demais grupos Maku.

17 Eles não chegam a produzir 1/3 do que produzem os demais índios da área em termos de produtos cultivados. Em compensação, caçam cerca de 10 vezes mais.

ribeirinha dos outros índios da área (Tukano e Aruak), resultou numa dicotomia regional bastante conhecida: enquanto os Maku são os índios do mato, os demais são os índios do rio.

Esse caráter florestal da cultura Maku, que implica num certo isolamento geográfico e social, os fez escapar por mais tempo do impacto direto das atividades missionárias. Em vista disso, eles mantêm muitos de seus traços culturais tradicionais.

Desde tempos imemoráveis, os grupos Maku levam sua vida social e econômica em três ambientes distintos e complementares: as aldeias Maku, os acampamentos de caça e as aldeias dos índios do rio. Ao entrar numa aldeia Maku, quem vem de uma aldeia ribeirinha tem logo a impressão de que se trata de algo provisório: três ou quatro palhoças sem paredes distribuídas ao acaso numa clareira invadida pela vegetação. O observador verá também que os Maku não permanecem muito tempo em suas aldeias. O esgotamento temporário da caça no entorno imediato da aldeia pode resultar na decisão de partir para os acampamentos de caça no interior da floresta.

Esses acampamentos se encontram dispersos num raio de até 20 km em torno da aldeia. Não se abrem clareiras e os abrigos são tapiris diminutos onde os Maku se amontoam para passar a noite. Eles permanecem de três a quatro dias a um ou dois meses nesses acampamentos. Uma caçada bem sucedida pode resultar numa visita aos índios do rio, para trocar carne de caça por ipadu e outros produtos cultivados.

Mas há outros motivos que levam os Maku a freqüentarem as aldeias ribeirinhas: às vezes eles oferecem trabalho nas roças e na feitura das casas em troca de produtos industrializados de segunda mão. Nesses casos, os Maku costumam morar em tapiris na orla da floresta, iguais aos tapiris dos acampamentos de caça.

Em todos esses três ambientes, a unidade social e econômica básica dos Maku é o grupo doméstico. Seus membros cozinham, comem, se aquecem, dormem e conversam em volta de uma única fogueira. Constitui-se a partir de um casal com filhos solteiros e também irmãos ou irmãs solteiras e parentes viúvos de qualquer um dos cônjuges.

Os grupos domésticos demonstram uma certa autonomia em relação aos grupos locais:¹⁸ podem fazer viagens independentes aos acampamentos ou visitar sozinhos as aldeias ribeirinhas. Mas essa independência relativa se desfaz quando os vários grupos domésticos de uma aldeia e até de aldeias diferentes se engajam em atividades coletivas tais como a abertura de uma

¹⁸ Grupo local: conjunto dos habitantes de uma aldeia.

nova roça, a construção de uma casa ou a caçada aos porcos selvagens, antas e outros animais cuja captura exige trabalho de equipe. Nessas ocasiões costumam ocorrer festas, brigas e eventualmente novos casamentos.

Casam-se indivíduos que possam aplicar reciprocamente os termos de parentesco que designam os afins, segundo uma terminologia de estrutura bilateral, semelhante à Dravidiana. Entre os Bara, os Hupdá, os Yuhup e os Dâw, essa terminologia está associada a uma divisão em *sibs* patrilineares exogâmicos. Do ponto de vista de um *sib* qualquer, os outros *sibs* podem ser irmãos (*mbabmdâ*) ou cunhados (*yohdá*) e os termos de parentesco são empregados de acordo com essas macro-classificações. Já os Nadöb não possuem *sibs*. Entre eles, a definição do caráter casável ou não-casável dos indivíduos depende da aplicação da terminologia em cada caso.

O casamento sempre requer que os recém casados deixem seus grupos domésticos de origem e estabeleçam um novo grupo doméstico. Ao contrário do que se passa tradicionalmente entre os índios do rio, os Maku não reconhecem regras preestabelecidas de residência pós-marital: o novo grupo doméstico poderá se estabelecer na mesma casa ou aldeia dos pais da esposa, na mesma casa ou aldeia dos pais do marido, numa casa nova da mesma aldeia dos pais da esposa e assim por diante. Todas as combinações são possíveis, incluindo as situações em que os pais de ambos os cônjuges já moravam na mesma casa. O que pesa na escolha dos recém casados é a qualidade das relações entre eles e os demais habitantes.

Essas relações não dependem da composição dos grupos locais. Alguns desses grupos se compõem de um velho e seus filhos casados, tendo portanto uma estrutura patrilocal. Outros, no entanto, são bilaterais com uma certa tendência matrilocal: reúnem um velho, seus filhos e suas filhas casadas. Há os que são completamente bilaterais, incluindo alguns homens aparentados como afins por terem trocado irmãs em casamento. Os casos mais frequentes são os do segundo e do terceiro tipo, mas nenhum deles se revela mais estável. Qualquer um corre o risco de se fissionar se as relações entre os membros se deterioram por algum motivo, tal como a competição entre irmãos pelas mesmas esposas possíveis, a competição entre mais velhos e mais moços pela liderança do grupo local, a suspeita de feitiçaria ou as acusações de avareza.

Quando o grupo se fissiona, várias coisas podem acontecer. Os descontentes podem procurar uma outra aldeia, integrando-se a um grupo local que já existia. Podem também fundar um novo grupo local, numa nova aldeia. Muitas das aldeias Maku que incluem apenas um grupo doméstico resultam de brigas internas em aldeias maiores.

Não reconhecendo hierarquias ou regras residenciais, não dispondo, portanto, de meios formais para arbitrarem suas querelas, os Maku as resolvem através da dispersão na floresta. Se a mobilidade espacial destes índios responde em certa medida ao esgotamento temporário da caça nas cercanias das aldeias, é preciso saber que eles vagam de aldeia em aldeia, ou em seus acampamentos, ou nas aldeias ribeirinhas, também por causa das dissensões. Após um certo tempo de permanência com os Maku, o observador tem a impressão de que os fatores ecológicos se combinam freqüentemente com os motivos políticos e interpessoais para resultarem na decisão de bater em retirada. Perguntados sobre o assunto, eles costumam oscilar entre os dois tipos de explicação.

A fluidez local e a grande mobilidade espacial dos grupos domésticos Maku também podem ser consideradas como barreiras ao contato com os brancos. A despeito da insistência dos missionários em agrupá-los e estabelecê-los em locais fixos, a maioria dos Maku parece não querer abrir mão da liberdade de vagar de aldeia em aldeia, de acampamento em acampamento, seguindo o rastro dos bichos, visitando os parentes, comerciando com os índios do rio ou se escondendo deles devido a alguma dívida que não estão dispostos a pagar.

* * *

Os únicos Maku da área do médio Rio Negro são os Dâw (o que significa "gente"). Até o começo do século, estes Maku habitavam várias aldeias à beira dos igarapés que deságuam na margem direita do Rio Negro, entre a foz do Uaupés e a foz do Marié (Koch-Grünberg, 1906; Nimuendajú, 1927). Desde 1914, quando chegou a Missão Salesiana em São Gabriel da Cachoeira, os religiosos têm tentado aldeá-los num lugar fixo e levar seus filhos à escola. Não tiveram sucesso em seu intento, pois os Dâw sempre desapareciam na floresta depois que os missionários lhes entregavam as mercadorias com que pretendiam atraí-los.

Mas a presença de São Gabriel em meio ao seu território, sobretudo o aumento populacional que a cidade experimentou com a vinda da Missão, acabou tendo um resultado pernicioso. Ao longo do século, os Dâw foram sendo aliciados pelos patrões do extrativismo (muitos deles, antigos índios do rio, agora assumindo a posição de brancos) a custa de muita cachaça e mercadorias baratas. Em vista disso, a população experimentou um grande descenso demográfico. Em 1981, por exemplo, eles somavam 80 pessoas distribuídas em três aldeias (Pozzobon, 1984). Em 1986, havia apenas duas aldeias com um total de 71 pessoas (Simonian, 1987). A partir daquele ano, os missionários da Associação Lingüística Evangélica Missionária -

ALEM passaram a atuar entre eles, estudando sua língua, prestando assistência médica e tentando fazê-los substituir o consumo de cachaça pelo de cachiri, bebida tradicional dos índios da área.

Atualmente, os Dâw vivem em duas aldeias. Uma delas, chamada Uaruá, se situa num lote de 5 ha em frente a São Gabriel da Cachoeira, cadastrado no INCRA em nome do missionário Valteir Martins, da ALEM. Moram ali 67 Dâw. Na outra aldeia, Acará, situada um pouco mais à jusante, há somente 6 habitantes. Somando os indivíduos dispersos em aldeias ribeirinhas, em São Gabriel e mesmo em Manaus, a população Dâw chega a 78 pessoas.¹⁹

Por aí se vê que eles estão experimentando uma certa recuperação demográfica. Segundo os missionários da ALEM, eles poderiam ter chegado à extinção devido à alta taxa de mortalidade registrada até 1984. Por serem um grupo socialmente discriminado na região, e seu contato com os moradores da cidade se dar geralmente quando estão embriagados, dificilmente os Dâw buscam socorro médico quando necessitam. Isso ocasionou muitas mortes, até que os missionários começaram a atuar.

Essa recuperação demográfica se faz acompanhar de uma recuperação cultural. Os Dâw estão substituindo os antigos padrões do extrativismo pelos índios ribeirinhos da área, nomeadamente os Tukano do sítio Inebo, no Rio Curicuriari, para quem trabalham em troca de farinha. Trata-se, portanto, de uma volta aos padrões tradicionais de relacionamento com as comunidades ribeirinhas. Por outro lado, os habitantes de Uaruá estão abandonando a beira do Rio Negro e se estabelecendo cada vez mais no interior da mata, numa volta flagrante à antiga morfologia social Maku.

Quanto aos acampamentos de caça, os Dâw mantêm alguns nas proximidades da Serra do Curicuriari e nos varadouros que conduzem à foz do Uaupés e a várias aldeias ribeirinhas. Além disso, costumam caçar nas longas viagens que fazem às cabeceiras dos rios Curicuriari e Marié, em busca de piaçaba para comercializar em São Gabriel. Nesses períodos, que chegam a durar até 3 meses, eles se abastecem não só de carne de caça, que defumam para conservar, mas também de outros produtos que coletam na floresta, tais como cipó, mel, tapuru e caranã.

¹⁹ Para maiores detalhes, veja o censo demográfico ao final deste relatório.

D. Relações intra e interétnicas

Como vimos, uma característica básica do sistema de parentesco da maioria das etnias do médio Rio Negro é a exogamia lingüística. Esta faz com que os homens procurem suas esposas em grupos lingüisticamente distintos do seu, no caso dos Tukano orientais, ou em fratrias distintas, no caso dos Aruak. Ou seja, na maioria das vezes maridos e esposas são oriundos de grupos lingüísticos diferentes. Isso faz com que um novo casal sempre realize viagens a outras comunidades para visitar pais, sogros ou irmãos e irmãs. Tais viagens são numerosas e freqüentes em toda a área do Noroeste da Amazônia, e têm a função de aproximar os parentes, atualizar as notícias (sociais, políticas e econômicas) e reforçar a reciprocidade econômica e social. Viajam ainda para tratamentos de saúde com pajés ou benzedores.

Os Dâw (Maku), neste aspecto, constituem uma exceção, pois, como todos os Maku, eles tendem para uma forte endogamia lingüística. Este aspecto leva-os a viverem mais isolados e a desenvolverem suas relações sociais principalmente em nível intraétnico. Decorre daí a quase total ausência de casamentos (observamos apenas um caso) entre os Dâw e qualquer outro dos grupos indígenas Tukano orientais ou Aruak do médio Rio Negro. O isolamento matrimonial dos Dâw, como os dos outros Maku, também decorre do preconceito das etnias envolvidas em relação aos mesmos. Entretanto, os Dâw mantêm intensas relações econômicas com esses índios, baseadas sobretudo na prestação de "serviços" nas roças dos Tukano do Rio Curicuriari e trocas de bens materiais (farinha, fumo, etc.) por caça salgada ou moqueada. Observamos, no levantamento de campo, a presença de um grupo de Dâw no sítio Inêbo, localizado na foz do igarapé homônimo, afluente do Curicuriari. Realizavam então trabalhos temporários na roça de uma família de índios Tukano. Os Dâw mantêm relações com os Tukano e Baré do Rio Curicuriari do tipo que já foi caracterizado como "simbiótica" (Silverwood-Cope, 1990) ou "hierárquica" (Ramos, Silverwood-Cope e Oliveira, 1980).

As relações políticas intra e interétnicas²⁰ estão intimamente associadas ao sistema de parentesco e às atividades econômicas. Há grupos de comunidades onde as relações de parentesco entre si são mais fortes, que desenvolvem uma política recíproca de atividades de caça, pesca e coleta, assim como o trabalho conjunto no extrativismo. Atualmente, as relações políticas

20 Não estamos utilizando este termo no sentido de Roberto Cardoso de Oliveira, ou seja, para designar relações entre índios e brancos. Referimo-nos às relações entre etnias indígenas diferentes.

interétnicas têm se intensificado também com a atuação da Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro (ACIBRIN), que unifica politicamente todas as comunidades do médio Rio Negro, filiada à Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), criando assim uma forte rede de relações políticas intercomunitárias em toda a região.

As atividades econômicas estão baseadas também nas relações de parentesco e políticas intercomunitárias. Atividades de pesca, caça e coleta - que são realizadas nos trechos próximos às comunidades e sítios, sobretudo nos vários igarapés que deságuam em ambas as margens do Rio Negro - pertencem ao âmbito familiar. Quando essas atividades são mais prolongadas, chamadas "mariscar", há o envolvimento de um grupo maior de pessoas que se desloca para as cabeceiras dos igarapés, principalmente do Curicuriari e Marié. Tal grupo sempre está unido por afinidades políticas e de parentesco intra e intercomunitárias.

A atividade extrativista, representada na região fundamentalmente pela coleta de cipó e piaçava, também é executada por um grupo de "fregueses", ou coletores, que se associam em função de todos os fatores sociais acima mencionados. Tal atividade necessita de um grupo de pessoas que permanece um certo tempo nos cipoais e piaçabais nativos, localizados nas cabeceiras dos rios Marié, Curicuriari e Xié.

Entre os mais intensos momentos das relações sociais interétnicas no médio Rio Negro estão as cerimônias rituais ou religiosas, assim como atividades terapêuticas tradicionais tais como as realizadas pelos "pajés" e "benzedores". As doenças são prioritariamente tratados pelos xamãs indígenas, e assim, longas viagens são realizadas para se trazer um doente aos pajés e benzedores, habitantes de outras comunidades.

Dentre as cerimônias, a mais importante é a do *dabucuri*. Trata-se de festas onde há trocas de bens, que podem ser carne moqueada, frutas silvestres, farinha ou objetos artesanais como cestos, raladores de mandioca, etc. Durante o trabalho de campo realizado para o laudo de 1991 (Meira, 1991), o antropólogo presenciou um *dabucuri* de farinha realizado na comunidade de São Jorge, no Rio Curicuriari (ver fotos em anexo). Pela manhã, a família que oferecia a farinha, saindo de sua casa com esse alimento, percorreu todas as residências da comunidade, chamando a todos para o *dabucuri*. Oferecia-se também uma grande quantidade de "cachiri" (bebida fermentada) de cana. A festa era realizada no pavilhão comunitário, onde se reuniam todos os convidados, inclusive os de outras comunidades como Mercês e Curicuriari.

A festa durou até o dia seguinte. Inicialmente os homens pintaram o rosto de urucu, usando também uma coroa de penas brancas na cabeça. Em seguida, iniciaram a dança do

"cariço", ficando alinhados, segurando com a mão direita a flauta e pondo o braço esquerdo sobre o ombro do companheiro. Todos tocam a flauta e dançam batendo com o pé direito fortemente no chão, provocando um barulho surdo que marca o ritmo da melodia juntamente com o canto e a flauta. A cada parada, o grupo sorve grandes goles de cachiri. Em determinados momentos, as mulheres entram na dança, formando filas e círculos em volta da farinha a ser ofertada. Ao final, a farinha é oferecida solenemente ao capitão da comunidade, que agradece com um discurso ritual, em sua língua, evocando a relevância do acontecimento.

Estavam presentes indivíduos Desana, Tukano, Piratapuia, Arapaço e Baré, oriundos das comunidades de Tancredo Neves, Mercês, Curicuriari e Jupati. A festa ressalta a importância dada pelos índios à necessidade de união interétnica e intercomunitária entre grupos que mantêm relações de parentesco e casamento. Muitas dessas festas são realizadas anualmente em várias comunidades no médio Rio Negro, destacando o término ou início de trabalhos comunitários, assim como os ciclos naturais que determinam diversas atividades econômicas.

Enfim, como a área indígena é habitada por grupos étnicos distintos em constante interação, as relações sociais envolvem tanto os indivíduos de mesma origem étnica, geralmente falantes da mesma língua, quanto os de etnias ou famílias lingüísticas distintas, o que aliás confere à região um traço multilíngüe: encontram-se falantes de Tukano, Nheengatu, Dâw, Desana, Baniwa, Baré, entre outras, sendo que o Tukano, o Nheengatu e o Português são as línguas mais utilizadas.

As relações sociais estão baseadas em diversos fatores que determinam o grau de aproximação e/ou distanciamento entre grupos étnicos ou entre comunidades. Estes fatores inter-relacionados, que são o sistema de parentesco e casamento, as relações políticas, as atividades econômicas e os acontecimentos cerimoniais, constituem o tecido social da região. Há portanto na área estudada uma dinâmica social, fundada nesses diversos fatores, que constitui uma rede de relações que unifica a região e lhe confere um caráter peculiar, tradicionalmente indígena.

E. Relações com o território

Os índios mantêm uma estreita relação com o seu território, que é visto não como mercadoria, mas como fonte básica de manutenção e reprodução da sua existência física e cultural. Os índios conhecem em detalhe este espaço ecologicamente diversificado: rios, igarapés, lagos, floresta, capoeira, caatinga, igapó, serras. Essa diversidade está associada a espécies animais e vegetais plenamente conhecidas, assim como a um manancial de referências simbólico-cosmológicas relacionado aos vários aspectos físicos (serras, cachoeiras, lajedos de pedra, lagos,

vestígios arqueológicos). Em seu conjunto apresentam o território enquanto referencial cultural, enfim, como representante de uma historicidade.

E.1. Uso econômico do território

Como foi apontado acima, o ecossistema da região é bastante diversificado e pobre (solo oligotrófico e águas ácidas). Tais aspectos ambientais exercem uma forte influência nas atividades econômicas dos índios, sobretudo no que diz respeito à dispersão não homogênea dos recursos naturais ao longo do território. A pobreza dos recursos tem se acentuado nas áreas próximas às margens do Rio Negro, onde atividades de caça e pesca predatória feita por comerciantes das cidades de São Gabriel ou Santa Isabel, sobretudo para o abastecimento das cidades, têm causado uma diminuição importante na disponibilidade de peixe e carne de caça, fontes protéicas básicas da população indígena. A soma desses aspectos ecológico-econômicos induzem a uma multiplicidade e variedade do uso econômico do território pelos índios, especialmente quanto ao aspecto da distribuição espacial das diversas atividades de subsistência.

No caso da atividade agrícola, por exemplo, esta só pode ser realizada, como vimos, nas áreas denominadas pelos índios de "mata virgem" (terra preta, rica), que ocorrem isoladamente e de maneira irregular na região, cercadas por matas de igapó ou de caatinga, onde o solo não permite a plantação. É por esta razão que a maioria das roças está localizada fora das comunidades, muitas vezes longe das mesmas, e que cada família possui duas ou três delas em locais diferentes. É também este o fator que explica a localização isolada de certas comunidades ou sítios ao longo dos rios Curicuriari e Marié, onde há grandes áreas de caatinga, e a maior concentração destas no Rio Negro, onde as zonas de "mata virgem" são mais numerosas.

Além disso, como as roças duram de dois a três anos, e após esse período são parcialmente abandonadas por baixa produtividade, os índios a transferem, ciclicamente, os seus roçados principais. Muitas vezes isso pode causar a mudança da própria família, que passa a se instalar num sítio mais próximo aos novos locais de plantação. Os moradores das comunidades das margens do Rio Negro, por exemplo, possuem roças localizadas no interior dos igarapés, havendo um deslocamento diário, de *ubá*, para essas localidades. Esses fatores levam muitas famílias a possuírem casas nas comunidades e nos sítios, e a uma certa dispersão espacial, ao longo do tempo, dos locais de moradia. A agricultura é portanto uma atividade que necessita de grandes áreas para se concretizar, apesar dos roçados terem em média 100 m². As capoeiras velhas (antigos roçados) são ainda utilizadas por muitos anos, sobretudo no aproveitamento das árvores frutíferas.

Quando se observam as atividades de caça, pesca e coleta, nota-se que o espaço de exploração se amplia e adquire maior complexidade. No caso da pesca, os locais privilegiados para essa atividade são os diversos igarapés que deságuam nos rios Negro, Marié e Curicuriari e nas cabeceiras desses últimos, sobretudo no período das cheias, quando há maior carência de pescado no rio principal. Neste período, várias famílias ou grupos maiores deslocam-se de barco para as cabeceiras desses últimos rios, com o objetivo de lá permanecerem por um tempo mais prolongado, afim de pescarem e moquearem uma quantidade maior de peixe, fornecendo os suprimentos necessários de proteína para a família. Nestas viagens a pesca está associada também às atividades de caça e coleta de frutas e ovos de quelônios.

Outro fator que determina a localização das pescarias é a variação da ocorrência das espécies de pescado conforme o local dos rios e igarapés, assim como da época do ano. Os índios sabem muito bem, por exemplo, que os cardumes de "pescadas" só aparecem no Rio Negro nos meses de outubro e novembro, quando sobem em direção ao Orinoco, e assim neste período atuam nesta faixa do território. Desta forma, há grandes diferenciações, no ciclo anual, das áreas privilegiadas para as atividades de pescaria, que ocupam todo o território, incluindo todos os rios, igarapés e lagos do médio Rio Negro, inclusive as áreas de igapós.

As atividades de caça e coleta são realizadas de forma associada, mudando apenas os elementos procurados conforme a área ecológica. Nas caatingas, são coletadas frutas silvestres e caçados pequenos roedores, como a cutia. Neste mesmo meio-ambiente, são exploradas também certas palmeiras, como a piaçabeira, de onde se extrai, além das fibras, as folhas para a construção da cobertura das casas. Nas áreas de "mata virgem", encontram-se os animais de grande porte, como a anta, muito procurada nas caçadas indígenas.

A coleta e a caça em áreas de caatinga e de "mata virgem" são realizadas majoritariamente nas bacias dos rios Curicuriari e Marié, havendo deslocamentos freqüentes dos índios para essas regiões, como também no alto Rio Xié. Isto se deve principalmente aos fatores ecológico-econômicos acima mencionados: as espécies vegetais e animais da caatinga são encontrados naqueles rios porque lá estão localizadas as grandes áreas deste ecossistema. O ecossistema da "mata virgem" é encontrado nas manchas desse tipo de vegetação, que ocorrem próximo às serras, localizadas nas nascentes desses rios ou em alguns locais à beira do Rio Negro. Mas dado que as "matas virgens" das margens do Rio Negro estão, atualmente, carentes de caça, após as muitas décadas de colonização e exploração, os índios são obrigados incursiorar pelo Curicuriari e pelo Marié em busca da "mata virgem" que se encontra nas nascentes desses rios.

Uma outra atividade econômica importante para a população indígena do médio Rio Negro é a produção extrativa de fibras de piaçaba e cipó, recursos estes extraídos das matas nativas em seu território tradicional. Trata-se de uma atividade que vem sendo realizada desde o final do século XVIII, e, apesar da exploração dos "regatões", constitui-se na única fonte de recursos que os índios utilizam para adquirir certas mercadorias que foram habituados a consumir ao longo dos séculos de colonização (roupas, facas, sal, açúcar, fósforo, pilhas, entre outras). Os piaçabais nativos estão localizados principalmente na região interfluvial dos rios Marié e Curicuriari, e na margem esquerda do alto Rio Xié (acima da cachoeira de Cumati), principalmente na bacia do seu afluente Teuapori, justamente nas regiões de caatinga. Os cipoais nativos estão dispersos em todas as regiões de "mata virgem" encontradas no Rio Negro. Tal atividade extrativa é compartilhada atualmente por todos os grupos indígenas da área, inclusive os Dâw.

As formas de exploração econômica do território, acima referidas, dizem respeito aos grupos Tukano orientais e Aruak. A cultura dos Dâw (Maku) a este respeito, é bastante diferente. Como já foi focado, este grupo é semi-nômade e sua economia é baseada na caça e coleta. Como aponta Simonian (1987: 6), "eles dominam o espírito da mata e por isto são considerados como exímios caçadores. Mas eles também se utilizam da pesca para a sobrevivência, especialmente no período em que as águas dos igarapés (eles só pescam em igarapés) sobem, oportunidade em que capturam os peixes com flechas."

O semi-nomadismo dos Dâw e também o fato de viverem e transitarem constantemente pelo interior das matas, faz com que utilizem um território muito amplo e, em certos casos, diferente daquele dos outros grupos. A amplitude do território de caça e coleta dos Dâw pode ser avaliada pelos seus "varadores" na floresta e o tempo gasto para percorrê-los. A maioria desses "varadores" está localizada entre a serra do Cabari e o Rio Iá, afluente pela margem esquerda do Rio Marié, indo em direção às cabeceiras. Um informante Dâw nos relatou, para dar um exemplo, o tempo gasto nessas atividades e o território percorrido em um dos muitos pontos que trabalham:

Serra do Capuari (área de "mata virgem" próxima do Curicuriari): 4 dias de viagem de barco até o meio do Rio Curicuriari, seguindo-se à pé mais 1 dia de viagem pelo varador até a serra. Tempo de permanência na região: 6 meses. São caçados mutum, porco, anta, jacaré, jabuti, cutia paca e extraídos cipó e sorva.

A escassez de caça nas regiões mais próximas das aldeias também tem afetado a economia dos Dâw, como indica Martins (1991): "A falta de alimentação é uma problemática que

o chefe de família enfrenta diariamente na dura tarefa de trazer a carne, que é o alimento principal ao lado da farinha, para os seus. Saem para a mata na parte da manhã, quando o mato já está mais seco e as cobras entraram nos buracos de paus, e vão longe, à procura de sua presa, e muitas vezes, ao por do sol, voltam tristemente, de mãos vazias."

E.2. Sítios arqueológicos e memória oral sobre o território.

Não estaria incorreta a afirmação de que toda a região do médio Rio Negro e do Xié possui significância arqueológica. Tanto nas margens dos rios e igarapés quanto no interior da floresta há evidências da presença humana antes e depois da chegada do homem branco às Américas. Há casos de comunidades e habitações atuais que estão localizadas sobre sítios arqueológicos importantes, onde se percebe o afloramento de material cerâmico e lítico.

Em rápido levantamento de campo, pudemos localizar vestígios arqueológicos em quase todas as comunidades. Através das informações dos índios, ficamos sabendo que em muitas roças, quando abertas e trabalhadas, inclusive nas cabeceiras dos igarapés, são encontrados vestígios materiais dos seus antepassados, sobretudo instrumentos líticos. Na comunidade de Tumbira, no Rio Curicuriari, há um enorme sítio, localizado atrás da comunidade, onde outrora havia três malocas tradicionais dos Desana, Tukano e Arapaço, que, como indica a tradição oral de seus atuais moradores, teriam migrado desde o Rio Uaupés através de um varador que faz comunicação com o Igarapé Capauari, afluente do Curicuriari. Koch-Grünberg (1909-10) soube da existência desse caminho já em 1904.

Segundo informações dos próprios moradores, nas comunidades de Carixina e Maçarabi há "vários locais onde estão enterrados vários potes de barro com pinturas, com ossadas no interior." Provavelmente, esse material diz respeito aos Proto-Aruak (Baré ou Manau) que, pelas informações da história e da tradição oral indígena, habitavam esse trecho do Rio Negro.

Informações obtidas junto aos Dâw (Maku) nos indicam a existência de diversos sítios arqueológicos nas moradas "dos antigos" e cemitérios, localizados todos na região interfluvial entre os rios Curicuriari, Marié e Negro, principalmente nas serras de Curicuriari (Bela Adormecida), Cabari, Pequiá, Amaná e Capauari. Todas essas informações da tradição oral estão perfeitamente conectadas às fontes históricas conhecidas sobre esses índios.

A memória oral sobre o território está presente na mitologia dos índios, e relacionada a temas como a criação do mundo e dos homens, assim como ao surgimento de heróis culturais de cada povo. Fazem referência a tempos imemoriais, e representam, portanto, uma

comprovação a mais da ocupação tradicional daquele território, assim como enfatizam não apenas o caráter econômico mas também o simbólico da relação dos índios com o mesmo. Os locais míticos existentes estão geralmente associados a serras e corredeiras.

Na região do Curicuriari, segundo um mito dos Tukano, há várias referências sobre a sua chegada na região e o território. Outrora, conta o mito, os Tukano não tinham acesso ao Rio Curicuriari. Havia um "monstro" de pedra que vivia na serra da Paxiúba (próxima à comunidade de Tumbira). Este monstro comia toda a gente que vinha do Papuri (afluente do alto Uaupés) para visitar os parentes no Curicuriari. Depois de comê-los, o monstro jogava os ossos na serra dos Ossos (próxima à serra de Paxiúba). Um dia, os antepassados resolveram atacá-lo, e subiram à serra do Taquari (localizada na cabeceira do Igarapé Capuari, afluente do Curicuriari) para observá-lo de longe e, em seguida, foram à serra da Flecha (ao lado da serra de Paxiúba), para esperá-lo e atacá-lo. Após o terem morto, os antepassados cortaram-no. Onde jogaram a cabeça, é hoje a pedra de Miracanga (=cabeça de gente), localizada na serra de Capuari; onde caiu o fígado, hoje há duas pedras com a sua forma próximo a um lago à montante da comunidade de Tumbira. O próprio lago foi formado pela depressão da cabeça do monstro no chão.

O povo Baré tem um mito que também faz referência ao território do médio Rio Negro: trata-se do mito de *Purunaminari* (ver mito em anexo). Este nome se refere a um dos heróis culturais mais importantes dessa etnia, cujas histórias foram narradas e transcritas por Amorim (1987) e Pereira (1948). Relatos desse mito foram coletados tanto no alto Rio Negro, próximo ao Cassiquiari (Venezuela), quanto no médio Rio Negro, o que demonstra a presença tradicional dos Baré nesta região, como aponta Perez (1988).

Segundo Pereira (1948: 357), "poucos deuses da mitologia indígena devem ter tido um nascimento tão poético, dentro do seu simbolismo e da sua natureza humilde." Este herói, *Purunaminari*, como aponta Perez (*op. cit.*), é identificado pelos Baré (como também por outros povos Aruak) como "creador del universo. Sus tradiciones destacan que este heroe secundario sólo interviene como 'inmovilizador' de una naturaleza cambiante en la que toma parte; según unas versiones participa como hacedor de la lluvia (=hiya) bajo la forma de pájaro hormiguero (*hiya*, *Megastictus margaritatus*) y, según otras, presumiblemente más modernas, como heroe humanoide." Destaca-se neste mito que o herói *Purunaminari* nasce na serra do Jacamim, localizada na região do médio Rio Negro, próximo à atual comunidade de Cajuri.

Além da mitologia, a memória oral sobre o território pode ser comprovada através da toponímia, utilizada na denominação conferida aos pontos geográficos mais importantes do médio Rio Negro. Uma entrevista com dois velhos falantes da língua Baré comprovou que a

maioria dos nomes das ilhas e igarapés localizados no médio Rio Negro tem origem na língua Baré, tais como o Rio Cauaburis (=Cauábore), Igarapé Abuará (=Rabua), Igarapé Arixana (=Uaríxi), etc. Novamente, comprova-se através das informações históricas a tradicional ocupação Baré desse território.

Segundo sua tradição oral, os Dâw (Maku) mais velhos contam que "originaram-se de um igarapé que eles denominam por 'wit', afluente do Rio Japurá, onde viveram há mais ou menos um século atrás. Foram-se deslocando gradativamente devido a fatores culturais, pois cada vez que morria alguém, eles enterravam o morto e abandonavam o local por temerem o espírito do falecido (...) Nesses deslocamentos, eles citam alguns pontos principais (todos no médio Rio Negro) onde constituíram moradias como: igarapés do Rio Marié, Curicuriari, margem direita do Rio Negro até a altura da cidade de São Gabriel, e arredores da Serra de Cabari, que está um pouco acima da cidade." (Martins, 1991) Tais informações são perfeitamente coerentes com as histórias orais dos outros grupos a respeito dos Dâw e sua localização, assim como dos dados históricos.

IV. CONCLUSÕES E PROPOSTA PARA A ÁREA INDÍGENA MÉDIO RIO NEGRO

As populações indígenas do Noroeste da Amazônia em geral, e do médio Rio Negro em particular, como foi apontado no item II, têm enfrentado uma longa história de contatos diferenciados com o homem branco. Nesse sentido, seria inoportuno imaginar que tais grupos fossem hoje o *espelho fiel* de seus antepassados que sofreram o impacto do encontro colonial, como seria, aliás, também ingenuidade de nossa parte a crença de que os brasileiros de hoje seriam um *espelho*, por exemplo, dos contemporâneos de Gregório de Matos ou de Dom Pedro II. Enfim, a cultura tem um caráter dinâmico. No caso dos índios do Rio Negro, a experiência histórica do contato fez com que repensassem suas culturas diante da trágica realidade que se impunha, reelaborando suas organizações econômicas, sociais e cosmológicas, inclusive como meio de sobrevivência étnica.

Ao longo desse processo, alianças intertribais, guerras, fugas, organizações políticas, etc, constituem um amplo repertório diacrônico de estratégias de luta indígenas nessa região. Por um lado, essa diversidade de reações indígenas é consequência do próprio caráter diferenciado das práticas colonizatórias. Por outro, como a população indígena da região não é homogênea, as particularidades da estrutura social e política de cada povo têm acentuado as diferenças de respostas que estes têm empreendido em relação ao avanço dos brancos. Este

aspecto tem levado muitas lideranças, grupos específicos ou associações destes, a estabelecerem alianças e/ou conflitos com diferentes setores da sociedade nacional.

Dessa forma, podemos afirmar que a geopolítica imposta pelos colonizadores na região do Rio Negro como um todo, relacionada à conquista de territórios e definição de fronteiras, influenciou definitivamente nos níveis de intensidade do contato dos grupos étnicos entre si e com o mundo dos brancos, contato esse histórica e geograficamente diferenciado, o que levou muitas vezes certos grupos indígenas a manterem-se mais isolados e por isso mesmo mais "protegidos", em detrimento de outros, sobretudo os habitantes das margens dos grandes rios, que sofreram desde o início alto grau de repressão contra sua integridade física e cultural, como é o caso dos Manau, que foram exterminados, e dos Baré, que ainda habitam a calha do Rio Negro. Nesse sentido, a área do médio Rio Negro sofreu um peso maior no processo colonizatório desse rio.

Em decorrência desse processo, o senso comum, - baseado num critério herdado ainda de tempos em que um grupo étnico era definido, ora como grupo racial, ora como detentor de uma cultura ancestral congelada -, promoveu um escalonamento étnico em toda a região do Rio Negro, inserindo as populações do médio Rio Negro, com exceção dos Dâw (Maku) - que paradoxalmente são considerados "mais índios" na razão direta do maior preconceito que a sociedade envolvente lhes impõe -, sob o rótulo de "caboclos" ou "aculturados".

Grande parte dessa população, apesar de manter contato desde o século XVIII com as frentes de expansão, nunca deixou de resistir culturalmente e de se assumir enquanto indígena. Comprovam-no os relatos de viajantes que circularam pelo Rio Negro e afluentes há quase três séculos. Podemos considerar que a afirmação cultural indígena na área é, em certos aspectos, reforçada não somente pela manutenção de suas línguas, costumes e tradições, mas pela própria dinâmica do processo histórico e político por que têm passado aqueles povos, em decorrência do qual sua cultura é permanentemente reavaliada.

Nessa constante reavaliação, as diversas etnias mantêm uma ampla gama de requisitos de auto-afirmação, apresentados conforme as circunstâncias e os setores externos com quem exercitam seu diálogo cultural. Esta situação se adapta bem à asserção de Carneiro da Cunha (1986) acerca dos negros escravos "brasileiros" repatriados para Lagos:

"A tradição cultural serve, por assim dizer, de 'porão', de reservatório onde se irão buscar, à medida das necessidades no novo meio, traços culturais isolados do todo, que servirão essencialmente como 'sinais diacríticos' para uma identificação étnica. A tradição cultural seria, assim, 'manipulada' para novos fins, e não uma instância determinante."

Nesse sentido, um caso exemplar no médio Rio Negro foi a constatação de importante população Baré às margens do rio. O atual presidente da FOIRN é um Baré. Os Baré adotaram o *nheengatu*, do qual são antigos conhecedores, como sua "fala tradicional." Esta língua é utilizada também para se relacionarem com a sociedade branca, com um objetivo claro de diferenciação e afirmação étnica, como foi possível observar nos pronunciamentos da 2ª Assembléia do médio Rio Negro. Enquanto isso, aos seus vizinhos argumentam, valendo-se da toponímia Baré, a certeza da imemorialidade do território compartilhado. Eis aí uma dupla utilização de uma "bagagem cultural" que incorporou até elementos externos à própria ancestralidade cultural Baré, como o *nheengatu*, para estabelecer uma distinção com os grupos vizinhos, com os brancos, e através desse "contraste", marcar sua própria identidade.

Apesar dessa história de discriminação e desconsideração em relação aos índios do médio Rio Negro, o Estado, através dos órgãos de proteção ao índio, ali esteve e ainda está presente. O Serviço de Proteção aos Índios - SPI, manteve sempre seus funcionários em contato com os índios da região, nas décadas de 40 e 50. Muitos velhos indígenas ainda se lembram daqueles funcionários que viajavam pelo Curicuriari e Marié naqueles anos, levando um mínimo de assistência, sobretudo no campo sanitário. Com o fim do SPI e a criação da FUNAI, esta passou a desenvolver alguns projetos na região, inicialmente associados às atividades da Congregação Salesiana, implantando escolas e capelas nas comunidades do médio Rio Negro desde o início dos anos 60.

Desde 1987/88, a FUNAI desenvolve um projeto de pecuária/caprinocultura no médio Rio Negro, com apoio técnico da EMATER-AM, visando "elevar o padrão alimentar das populações beneficiárias." Em 1987, este órgão iniciou um levantamento populacional preliminar dos índios do médio Rio Negro, sendo sua primeira iniciativa em documentar a região. Atualmente, o "Plano de Demarcação de Terras Indígenas" do governo federal (artigo 14 do Decreto nº 22, de 04/02/1991), inclui o "baixo/médio Rio Negro" como uma das áreas que seriam identificadas e definidas pelo órgão em 1992 e demarcadas em 1993.

Entretanto, devido ao atraso na identificação, delimitação e demarcação da área indígena, os índios do médio Rio Negro decidiram há alguns anos tomar atitudes que garantissem na prática pequenos trechos de seu território tradicional. Antes da promulgação da Constituição de 1988, muitas comunidades indígenas valeram-se do cadastramento oficial do INCRA para legalizar e garantir alguns hectares de terra em torno de seus locais de moradia. Esta foi uma estratégia de sobrevivência que buscava, de alguma forma, o único amparo legal então disponível para garantir partes de um território indígena que ainda não estava incluído na pauta de demarcações da FUNAI, e que começava a ser invadido. Resulta desse período o fato de que

muitas comunidades e sítios indígenas do médio Rio Negro estejam cadastrados hoje no INCRA, juntamente com proprietários não-indígenas.²¹ Estes são poucos, mas em alguns casos mantêm conflitos com os índios, inclusive utilizando-os em trabalhos forçados ou não remunerados (ver depoimentos em anexo).

A partir de 1988, com os direitos adquiridos pelo capítulo oitavo da Constituição, que no artigo 231, entre outras coisas, garante-lhes "os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam", os índios do médio Rio Negro passaram a se organizar em torno da Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro - ACIBRIN. Isto resultou, como foi apontado na Introdução, na própria realização do laudo pericial de 1991. Os índios reclamam que seu território tradicional é uma área única e contínua, localizada na região banhada pelos rios Negro, Curicuriari e Marié, além de inúmeros igarapés menores que deságuam no Negro (ver mapas em anexo).

A proposta territorial aqui indicada, que tem a concordância dos índios, está pautada, após os estudos de campo e da literatura histórico-antropológica a ela respectivas, nos fatores históricos, culturais e ecológicos que a caracterizam como uma "área tradicionalmente indígena." Como vimos, as fontes históricas e arqueológicas disponíveis, assim como a mitologia e a tradição oral indígena, comprovam a ocupação imemorial do médio Rio Negro pelas populações indígenas que ali ainda vivem. Vimos também que, por razões culturais (sistema de parentesco, rituais recíprocos e rede de relações intercomunitárias), o território do médio Rio Negro constitui-se numa vasta cadeia de relações sociais e econômicas que o unifica num todo sócio-cultural. É que os fatores ecológicos da região - distribuição heterogênea dos recursos naturais e pobreza do ecossistema - determinam a utilização econômica de um território bastante amplo e interligado por rios, igarapés, e "varadores" que levam ao centro da floresta, principalmente no caso do povo Dâw.

Vale ressaltar, finalmente, que a demarcação da área aqui identificada constituirá uma garantia de que o médio Rio Negro não seja mais o alvo de apropriações territoriais estranhas aos interesses indígenas, tais como as concessões de exploração mineral às empresas mineradoras à revelia dos índios, as glebas militares em pleno território de uso nativo e as invasões de garimpeiros, cujos resultados nefastos já foram suficientemente comentados.

21 Podemos citar como exemplos os casos seguintes: (1) Sr. Crispiniano Vasconcelos, índio Tukano, morador do sítio Maracanã, tem as terras de seu sítio e roçados cadastrados no INCRA desde 1984; (2) Sr. Eugênio Antonio Paidano, índio Baré, morador do sítio Tipiáca, tem as terras de seu sítio e roçados cadastrados no INCRA desde 1984; (3) Sr. Joanico Prado, índio Desana, morador da comunidade São Jorge, tem seu sítio e roçados cadastrados no INCRA desde 1986.

V. MEMORIAL DESCRITIVO DA ÁREA INDÍGENA MÉDIO RIO NEGRO

A. Denominação: *Área Indígena médio Rio Negro.*

B. Comunidades integrantes:

Bauari, Ilha das Flores, São Luís, São Miguel, Uaruá, Acará, Camanaus, Tancredo Neves, Mercês, Curicuriari, São Jorge, Tumbira, Jupati, São Pedro, Cajuri, Tapuruquara-Mirim, Uaruá, Taperera, Ilha do Pinto, Bacabal, Vila Nova, Livramento, Aruti, Carixina, Maçarabi, Nossa Senhora Auxiliadora, Plano, Castanheiro, Uacará, Cartucho.

C. Grupos indígenas:

Dâw (Maku), Baré, Baniwa, Tukano, Desana, Tariana, Piratapuia, Arapaço, Siriana, Wanana, Tuyuka, Carapanã, Kobewa, Juruti, Werekena.

D. Localização:

Municípios de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro, Estado do Amazonas.

E. Coordenadas dos extremos:

EXTREMOS	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE	00 05' 50" N	67 20' 26" W Gr
LESTE	00 14' 01" S	65 25' 15" W Gr
SUL	01 22' 05" S	68 26' 21" W Gr
OESTE	00 56' 40" S	69 09' 52" W Gr

F. Base cartográfica:

NOMENCLATURA	ESCALA	ÓRGÃO	ANO
NA-19-2-D	1:250.000	DSG	1980
SA-19-X-B	1:250.000	DSG	1984
SA-20-V-A	1:250.000	DSG	1984
SA-19	1:1.000.000	IBGE	1982

G. Área:

2.142.000 ha (Dois milhões, cento e quarenta e dois mil hectares), aproximadamente.

2.133.300

8.300 ha

H. Perímetro:

1.033 Km (mil e trinta e três quilômetros aproximadamente).

I. Descrição do perímetro.

Partindo do **ponto 01 (extremo oeste)**, de coordenadas aproximadas Lat. 00 56' 40" S e Long. 69 09' 52" W Gr., localizado no alto Rio Marié, segue-se pela margem esquerda do mesmo rio, no sentido jusante, até o **ponto 2**, de coordenadas aproximadas Lat. 00 26' 43" S e Long. 66 25' 38" W. Gr., localizado na confluência do Marié com o Igarapé Iuabo; daí, segue por este igarapé no sentido montante até a sua cabeceira, **ponto 03**, de coordenadas aproximadas Lat. 00 34' 54" S e Long. 66 22' 22" W. Gr.; daí segue até o **ponto 04**, de coordenadas aproximadas Lat. 00 38' 49" S e Long. 66 20' 44" W. Gr.; daí, segue até o **ponto 05**, de coordenadas aproximadas Lat. 00 27' 52" S e Long. 66 17' 34" W. Gr.; daí, segue até o **ponto 06**, de coordenadas aproximadas Lat. 00 27' 06" S e Long. 65 57' 00" W. Gr.; daí, segue até o **ponto 07**, de coordenadas aproximadas Lat. 00 24' 56" S e Long. 65 52' 32" W. Gr.; daí, segue até o **ponto 08**, de coordenadas aproximadas Lat. 00 27' 00" S e Long. 65 47' 30" W. Gr.; daí, segue até o **ponto 09**, de coordenadas aproximadas Lat. 00 24' 56" S e Long. 65 44' 44" W. Gr.; daí, segue até o **ponto 10**, de coordenadas aproximadas Lat. 00 27' 42" S e Long. 65 28' 18" W. Gr. localizado na cabeceira do Igarapé Uainúmale; daí, segue por este igarapé, pela margem esquerda, no sentido jusante, até a sua foz no Rio Negro, no **ponto 11**, de coordenadas aproximadas Lat. 00 20' 40" S e Long. 65 27' 00" W. Gr.; daí, segue pelo Rio Negro, no sentido montante até o **ponto 12**, de coordenadas aproximadas Lat. 00 19' 22" S e Long. 65 28' 18" W. Gr.; daí, atravessando para a margem esquerda do Negro, para o **ponto 13**, de coordenadas aproximadas Lat. 00 17' 37" S e Long. 65 27' 33" W. Gr.; daí, segue no sentido jusante até o **ponto 14**, de coordenadas aproximadas Lat. 00 17' 37" S e Long. 65 25' 41" W. Gr., localizado na foz do Igarapé Inambu; daí, segue pelo Igarapé Inambu no sentido montante, até a cachoeira do Tamanduá, no **ponto 15 (extremo Leste)**, de coordenadas aproximadas Lat. 00 14' 01" S e Long. 65 25' 15" W. Gr.; daí, segue até o **ponto 16**, de coordenadas aproximadas Lat. 00 11' 27" S e Long. 65 29' 53" W. Gr.; daí, segue até o **ponto 17**, de coordenadas aproximadas Lat. 00 14' 44" S e Long. 65 35' 27" W. Gr.; daí, segue até o **ponto 18**, de coordenadas aproximadas Lat. 00 10' 12" S e Long. 65 45' 46" W. Gr.; daí, segue até o **ponto 19**, de coordenadas aproximadas Lat. 00 10' 12" S e Long. 65 45' 46" W. Gr.; daí, segue até o **ponto 20**, de coordenadas aproximadas Lat. 00 08' 44" S e Long. 65 50' 01" W. Gr.; daí, segue até o **ponto 21**, de coordenadas aproximadas Lat. 00 11' 04" S e Long. 65 58' 32" W. Gr., localizado na confluência de um igarapé sem denominação com o Rio Cauaburis, daí, segue até o **ponto 22**, de coordenadas aproximadas Lat. 00 06' 46" S e Long. 66 18' 20" W. Gr., localizado na cabeceira do Igarapé Acuá; daí, segue até o **ponto 23**, de coordenadas aproximadas

Lat. 00 02' 44" e Long. 66 22' 54" W. Gr., localizado no alto Igarapé Morueni; daí, segue até o **ponto 24**, de coordenadas aproximadas Lat. zero (equador) e Long. 66 36' 56" W. Gr., localizado no alto Igarapé Uibará; daí, segue pelo equador para oeste com distância aproximada de 22.880 metros, até o **ponto 25**, de coordenadas aproximadas Lat. zero (equador) e Long. 66 49' 25" W. Gr., localizado no alto Igarapé Miuá; daí, segue pela margem esquerda deste, no sentido jusante, até a sua foz no Rio Negro, no **ponto 26**, de coordenadas aproximadas Lat. 00 09' 10" e Long. 66 52' 05" W. Gr.; daí segue pelo Rio Negro no sentido montante, até o **ponto 27**, de coordenadas aproximadas Lat. 00 08' 11" S e Long. 66 54' 49" W. Gr., localizado na foz de um igarapé sem denominação no Rio Negro; daí, atravessando para a margem direita do Negro, com Azimute aproximado de 180, até o **ponto 28**, de coordenadas aproximadas Lat. 00 10' 04" S e Long. 66 54' 49" W. Gr., localizado na foz do Igarapé Icaçabo no Rio Negro; daí segue pelo Rio Negro, no sentido montante até o **ponto 29**, de coordenadas aproximadas Lat. 00 05' 50" N e Long. 67 20' 26" W. Gr. (**extremo Norte**), localizado na confluência do Rio Uaupés com o Rio Negro; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximada de 180 e 46.031 metros, até o **ponto 30**, de coordenadas aproximadas Lat. 00 19' 08" S e Long. 67 20' 26" W. Gr., localizado na margem esquerda do Rio Curicuriari; do ponto 30 segue pelo Rio Curicuriari, no sentido montante, até o **ponto 31**, de coordenadas aproximadas Lat. 00 43' 10" S e Long. 68 36' 05" W. Gr., situado na confluência com o Rio Dji; daí, segue pelo Rio Dji, no sentido montante, até o **ponto 32**, de coordenadas aproximadas Lat. 00 45' 23" S e Long. 68 46' 58" W. Gr., localizado na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta com azimute e distância aproximada de 244 30' e 47.000 metros, até o **ponto 01**, inicial da descrição.

SEGUNDA PARTE - *ÁREA INDÍGENA RIO APAPÓRIS*

I. APRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA DA REGIÃO

No extremo ocidental do Noroeste Amazônico, a fronteira natural entre o Brasil e a Colômbia se faz pelos rios Japurá, seu afluente Apapóris e um tributário deste último, o Rio Traíra. É uma zona de transição entre os rios de águas pretas, que caracterizam a bacia de drenagem do Rio Negro, e os rios de águas brancas ou barrentas. O Japurá e o Apapóris são deste último tipo, mas muitos de seus tributários são de águas pretas, sobretudo aqueles que nascem no interflúvio Rio Negro-Japurá, como o próprio Traíra.

Tal como as áreas do alto e do médio Rio Negro, a região do Apapóris é constituída de planícies cobertas de florestas equatoriais, com a diferença de que a partir dela, nas direções sul e sudeste, desaparecem as elevações rochosas tão típicas nos lados do Rio Negro.

A despeito dessas diferenças, as duas regiões guardam afinidades, tais como a temperatura média anual de 28° C e uma pluviosidade média de 3500 mm anuais. Verifica-se igualmente a presença de matas de igapó, matas de terra firme e caatingas (campinaranas). Em ambas as regiões a distribuição dos recursos naturais (caça, pesca e coleta) varia em função desses três ecótipos. Assim, os índios do Apapóris também são obrigados a explorar extensas faixas do território para assegurarem a sua sobrevivência.²²

Devido ao regime das chuvas, os rios da região obedecem ao mesmo ritmo constatado no Rio Negro: um período de baixa que vai de janeiro a março, um período de cheias de abril a agosto e um período intermediário de setembro a dezembro. Nas cheias, os peixes se tornam naturalmente mais escassos, dado que se dispersam numa massa de água bem maior. Mas, ao contrário do Rio Negro, o Apapóris e o Japurá são rios de alta piscosidade. Mesmo nas cheias, a população local conta com uma relativa abundância de pescados.

Esse caráter de transição ecológica se faz sentir também nos aspectos demográficos da área: à jusante, descendo o Japurá, há um vazio de populações indígenas que só se interrompe com na *AI Paraná Boá-Boá*, a cerca de 350 km rio abaixo. Neste sentido, a área do Apapóris é o término ocidental de toda uma província etnográfica que inclui o alto e o médio Rio Negro.

Em termos físicos, a área soma cerca de 113.200 ha. Tem a forma aproximada de um quadrilátero, delimitado ao norte pela linha seca que faz o limite meridional da *AI alto Rio*

²² Veja acima, Primeira Parte, item I.

Negro (proposta de Buchillet, 1990b); a leste pelo Rio Marié; ao sul, pelos igarapés Preguiça e Trabalho; a oeste, pelo rio Apaporis.²³

II. RETROSPECTIVA HISTÓRICA

A. Origens

A teoria de Nimuendajú (1927) das três vagas populacionais que foram sucessivamente ocupando o Noroeste Amazônico - primeiro, os Maku, seguidos dos Aruak e finalmente dos Tukano - parece ser parcialmente aceitável para a região Japurá. Na falta de estudos arqueológicos e lingüísticos específicos sobre as populações deste rio, reproduzimos aqui as informações do Mapa Etno-Histórico do mesmo autor (1944), onde se constata que as diversas etnias do Japurá se distribuem de modo semelhante ao que se passa no Rio Negro: de um lado, há os Maku, habitantes das matas interfluviais; de outro lado, uma população constituída de vários grupos indígenas ribeirinhos.

A diferença é que este conjunto de grupos ribeirinhos, ao contrário do que se passa no Rio Negro, é bastante heteróclito, envolvendo, de montante para jusante, grupos tão díspares quanto os Miranha e os Yuri, ambos de língua isolada; os Passés, de fala Aruak; os Kuretu e outros sub-grupos Tukano na foz do Apaporis; os Koreúna, de fala Witoto; os Yumana e os Kayusana, de fala Aruak; uma série de grupos de fala desconhecida e magras referências etno-históricas; os Mura, de fala homônima, e novamente os Miranha e os Passé, perto da foz.

É possível que essa heterogeneidade resulte do choque dos expansionismos demográficos autóctones com as vagas de invasores brancos. Os Mura, por exemplo, se expandiram do médio Madeira para o Amazonas e o Solimões, sobrepondo-se à população originária, subjugada e depopulada pelo europeu (Ribeiro, 1977: 39).

B. Descoberta e descimentos

Consta que o primeiro europeu a visitar o Japurá foi o conquistador espanhol Gonzalo Giménez de Quesada,²⁴ vindo do Rio Magdalena, depois de invadir o cacicado de Bogotá em meados do século XVI. No entanto, a conquista do Japurá só viria ocorrer a partir de

²³ Veja o Memorial descritivo ao final desta parte.

²⁴ Irmão de Hernan Perez de Quesada (v. Primeira Parte, item II, *supra*).

meados do século seguinte, com a chegada de exploradores portugueses vindos do Solimões. As referências à região abundam no mapa do P^e Samuel Fritz, de 1691 (Cf. Nimuendajú, 1944).

Já nessa época, o Japurá era percorrido por expedições de resgate. Provavelmente elas foram tão intensivas quanto no Rio Negro, com uma vantagem de que o Japurá é de navegação bem mais fácil, ao menos na parte que os portugueses tomaram aos espanhóis.

O século XVIII trouxe as atividades missionárias para o Rio Negro, o que de certa forma disciplinou as expedições de resgate. Mas nos lados do Japurá, tais atividades foram apenas eventuais, embora a ocupação européia deste rio remonte a meados daquele século, conforme se pode depreender do relatório do Ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio sobre sua viagem de 1774 a 1775 (Sampaio, 1823).

Na página 80 desse relatório, lê-se a respeito de um certo grupo indígena que o Ouvidor encontrou em 23 de novembro de 1774 à jusante do lago de Maraã (atual *AI Urubaxi*): "Os índios da nação Macu são vagos, não usam de agricultura, e se sustentam de caça, fructas, e do que roubão, e por isso nas povoações são aborrecidos; porque nellas não perdem seus costumes, sendo pouco o que se planta, para elles furtarem."

C. O ciclo da borracha e os Maku "brabos"

A facilidade de navegação e a falta de missionários no vale do Japurá são as causas prováveis de uma depopulação indígena comparativamente acelerada. Contribuiu para isso a anulação da resistência dos Mura em 1784, liberando o Solimões e seus afluentes para as investidas dos conquistadores portugueses.

No começo do século XIX, subsistiam ao longo do Japurá brasileiro apenas os sub-grupos Tukano do Apapóris, os Yumana e os Kayusana em seu médio curso e os Maku nas florestas interfluviais da margem esquerda, além de alguns grupos Miranha (Nimuendajú, 1944). A depopulação se agravou a partir da metade do século, quando ondas sucessivas de seringueiros se espraíram pelo vale daquele rio em busca de borracha natural.

De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1957: 174), "O Japurá foi outrora habitado por numerosa tribo de índios, estando hoje quase deserto. Em 1864, o presidente do Amazonas, Dr. Adolpho Barros Cavalcante de Lacerda, dizia que, à vista do que tinha sido, o Japurá estava lamentavelmente despovoado. Da foz desse rio à boca do Apapóris, existiam doze choupanas com 70 índios contando-se entre eles muitos Miranhas. Não se via mais

um Passé ou Xomana; apenas se notavam algumas relíquias das nações Jury e Cueretu. Os Macús²⁵ vagavam entre o Japurá e o Negro."

De todos esses grupos indígenas, os únicos que sobreviveram à violência e às epidemias trazidas pelo ciclo da borracha foram os que se mantiveram afastados das margens do Japurá, isto é, os Maku de um modo geral e alguns sub-grupos Tukano, como os Tuyuka e os Yepá Mahsã, que abandonaram as margens do Apapóris para se refugiarem num afluente, o Traíra, em pleno território Maku.²⁶

No início do século XX, quando o ciclo da borracha começou a entrar em declínio, as margens do Japurá estavam livres de grupos indígenas e largamente abandonadas pelas antigas hordas de seringueiros. Restavam uns poucos sítios de seringueiros decadentes, muito isolados uns dos outros.

Ocupando estes vazios demográficos, os Maku Nadöb, conhecidos na época como *Wariwa-Tapuyo* ou *Maku brabos*, passaram a fazer suas aparições intempestivas nos raros sítios que restavam, incendiando as casas e saqueando os víveres (Koch-Grünberg, 1909-10). Os sitiante organizaram expedições punitivas e lograram refluir os Nadöb para o interflúvio Rio Negro/Japurá. O motivo imediato dessas escaramuças parece ter sido a competição entre os Maku e os sitiante pelos ovos de tartaruga que em fevereiro e março abundam nas praias do Japurá (Tastevin, 1923).

A partir de 1920 os Nadöb foram perdendo aos poucos o seu caráter *brabo*. Quando visitados por Schultz (1959), já não eram mais belicosos, embora o contato com os brancos ainda fosse muito superficial. Atualmente, eles ocupam as *Als Paraná Boá-Boá*, *Uneiuxi* e *Urubaxi*.

Quanto aos Maku Yuhup e os outros índios do Apapóris, objeto específico deste relatório, eles estiveram relativamente protegidos dessas violências, já que aquela região estava entre as mais remotamente visitadas pelos brancos de então (Cf. Koch-Grünberg, 1909-10).

25 Todos esses grupos foram referidos por Nimuendajú (1944) com grafias ligeiramente distintas. Os Passé e Xomana eram Aruak. Os Cureru eram Tukano. Os Jury, de língua isolada.

26 A data foi estabelecida por cálculo genealógico em entrevista com índios Tuyuka e Yepá-Mahsã que atualmente habitam o Apapóris.

D. História recente do Apapóris

Findo o primeiro ciclo da borracha, a área do Apapóris, como tantas outras da Amazônia, experimentou um período de estagnação econômica e de relativa paz para os índios. A fundação da Vila Bittencourt em 1933, na confluência do Apapóris e do Japurá, não parece ter alterado sensivelmente este estado de coisas, mesmo com a instalação de um Pelotão de Fronteira em 1937 (Mariz, 1986: 7).

Mas a Segunda Grande Guerra revitalizou o extrativismo da borracha natural. Novas hostes seringueiras passaram a freqüentar o Japurá e o Apapóris, subindo inclusive até o Traíra. Nesta época, segundo informações obtidas com moradores antigos, a população da Vila teria crescido bastante, superando de longe as quatro centenas de moradores que hoje possui.

Por volta de 1940, eclodiu uma epidemia de sarampo no Apapóris, infligindo grandes perdas entre os índios do rio, principalmente entre os Tuyuka que moravam às margens do Traíra.²⁷ Os Maku Yuhup que moravam na área também foram atingidos, mas o que provavelmente refreou a mortandade entre eles foram seus padrões tradicionais de ocupação espacial, isto é, pequenas aldeias dispersas numa vasta área e separadas por vários dias de caminhada ou a remo.

A partir de então, os Yuhup se tornaram maioria na área, passando a freqüentar livremente as margens do Traíra e do Apapóris, estabelecendo-se até no Japurá. Testemunhos dos próprios militares atestam que o local onde hoje existe a pista de pouso da Vila Bittencourt sedeva por volta de 1950 uma aldeia Yuhup. Por solicitação dos militares, os índios se teriam transferido para a foz do Igarapé Preguiça, cerca de 6 km à montante, na margem brasileira do Apapóris (Cf. Mariz, 1986: 7).

Por volta de 1960, os Yuhup do Apapóris se distribuíam em três aldeias: uma na foz do Preguiça, uma na beira do Traíra, na altura da Cachoeira das Andorinhas, e uma outra na beira do Igarapé Castanho, tributário do Traíra. As condições estavam dadas para uma lenta e pacífica assimilação de objetos e usos ocidentais por parte dos Yuhup, já que eles não eram procurados por seringueiros em busca de braços nem missionários em busca de almas.

De fato, foi assim que um de nós os encontrou em 1982, quando estavam vivendo alguns na foz do Igarapé Preguiça e o restante numa aldeia às margens do Igarapé Piranha, que deságua na margem esquerda do Apapóris, 3 km abaixo da boca do Traíra (Pozzobon, 1984).

²⁷ A data da epidemia foi estabelecida por cálculo genealógico.

Havia também famílias Tuyuka, Tukano e Yepá Mahsã na área. Todas elas ainda mantinham as relações tradicionais de troca com os Maku.²⁸

No entanto, o Apapóris fora excluído dos 1.020.000 ha propostos para a área de Pari-Cachoeira pela FUNAI em 1979 (Portaria 546/N de 299/7/1979), apesar dos estreitos laços que unem os índios das duas áreas. Essa exclusão traria consequências funestas.

E. A corrida do ouro e a exclusão dos Maku

De fato, aquela situação aparentemente calma se modificou com a descoberta de jazidas de ouro na Serra do Traíra em 1983. Novas hordas de invasores começaram a percorrer a região em investidas cada vez mais violentas (Cf. Buchillet, 1990a: 128-9). Tentando resolver o problema da exploração ilegal de ouro em terras indígenas, um Grupo de Trabalho da FUNAI (Portaria 1892/E de 19/5/1985) propôs a inclusão da Serra do Traíra e seu entorno na área indígena de Pari-Cachoeira, que com isto passou de 1.020.000 ha para 1.418.000 ha.

Mas a proposta não foi concretizada, sobretudo após a vinda das empresas mineradoras Paranapanema e Gold Amazon para a Serra do Traíra em agosto de 1985. Com isto, intensificaram-se os conflitos, envolvendo agora os Tukano, os garimpeiros e as duas empresas.

Obtendo as concessões de sua concorrente, a Paranapanema passou a ter o controle exclusivo da região. Constituiu uma milícia privada e logrou expulsar os garimpeiros. Obteve apoio do Conselho de Segurança Nacional, sob a alegação de que a presença da empresa afastaria do território nacional também os guerrilheiros colombianos e a máfia da cocaína, trazendo paz e segurança para a população local. Enquanto isso, os rumores falavam num massacre de 60 índios, que teria ocorrido na Serra do Traíra em janeiro de 1986 (Wright, 1990: 39).

Preocupada com essas notícias, a FUNAI enviou um novo Grupo de Trabalho à região (Portarias 2003 de 17/1/1986 e 2018 de 4/3/1986). Este grupo propôs incluir na área indígena de Pari-Cachoeira não só a Serra do Traíra, que afirmou ser território tradicional dos Maku, como também a margem esquerda do Traíra e do Apapóris, com todos os tributários brasileiros de ambos os rios, e as cabeceiras dos rios Marié e Curicuriari.²⁹ Com isto, a área de Pari-Cachoeira passava a ter 2.069.000 ha (Mariz, 1986).

²⁸ Sobre estas relações, v. *supra*, Primeira Parte, item III, C.

²⁹ No presente relatório, propomos as cabeceiras do Marié e do Curicuriari como parte integrante da *Área Indígena médio Rio Negro*. Veja acima, Primeira Parte, item V (memorial descritivo).

Esta proposta tampouco foi concretizada. Sobrepos-se a ela uma outra, vinda das lideranças Tukano de Pari-Cachoeira, que, num "acordo de honra" com a Paranapanema, concordaram em fixar a área em 1.152.000 ha, deixando de fora os rios Traíra e Apapóris, bem como as cabeceiras do Marié e do Curicuriari. Particularmente grave neste mister é o fato de que os Maku não foram sequer consultados, eles que são habitantes imemoriais da área excluída (Cf. Informação 005/DPI/5ª SUER/1987).

Entrementes, tramitava na Presidência da República o Projeto Calha Norte, proposto pelo Conselho de Segurança Nacional em junho de 1985 como um programa de ocupação, desenvolvimento e segurança da fronteira setentrional do país. O Noroeste da Amazônia fora escolhido como área de teste para o programa.

As atividades do Projeto Calha Norte resultaram em mais um decréscimo territorial na *AI Pari-Cachoeira*: três áreas descontínuas foram criadas, *Pari-Cachoeira I*, *Pari-Cachoeira II* e *Pari-Cachoeira III*, que somavam um total de 480.000 ha, cerca de 1.600.000 ha a menos do que na proposta de Mariz (1986). Além disso, essas três áreas passaram a ser "colônias indígenas", figura fundiária criada no âmbito do Projeto Calha Norte para designar as terras indígenas ocupadas por índios "aculturados". No entender dos protagonistas do projeto, os índios "aculturados" podiam participar de um programa de rápida assimilação econômica (Decretos 94.945 e 94.946, ambos de 1987).

A Constituição de 1988 forneceu as bases para rejeitar as "colônias indígenas", pois não aceita a distinção entre "índios aculturados" e "índios não aculturados". Revogaram-se as "colônias indígenas" (Decreto interministerial nº de 20/11/1989): as antigas "colônias" de Pari-Cachoeira I, II e III passaram a ser áreas indígenas, mas dado que são descontínuas e afastadas do Apapóris, os índios que habitam as margens e os tributários deste rio ficaram totalmente fora de qualquer área indígena reconhecida pelo Governo Brasileiro.

Baseadas no artigo 129 da nova Constituição, as lideranças indígenas de Pari-Cachoeira requereram junto ao Ministério Público a urgente demarcação da área indígena única e contínua do alto Rio Negro, com uma extensão de 8.150.000 ha (Cf. Buchillet, 1990b). Em 1992, a FUNAI manifestou-se favorável à proposta, porém o processo se encontra até hoje retido no Ministério da Justiça, devido à pressões exercidas principalmente por setores militares e pelo Governo do Estado do Amazonas. De qualquer forma, o Apapóris foi excluído até mesmo desta última proposta.

F. Depois da Paranapanema

A falta de definição dos direitos territoriais dos índios do Apapóris tem contribuído para agravar o peso dessas ameaças que rondam a área. O breve relato que segue dá uma idéia clara a esse respeito.

Em fevereiro de 1990, a Paranapanema se retirou da região, após seus técnicos constatarem não ser economicamente viável a exploração industrial de ouro na Serra do Traíra. Com a saída da empresa, vagas de garimpeiros colombianos e brasileiros invadiram sua antiga base, chegando a perfazer cerca de 200 homens.

Em maio do mesmo ano, militares brasileiros promoveram uma operação de limpeza na área. Infelizmente, foram guiados por um mateiro muito inescrupuloso da Vila Bittencourt. No intento de se vingar de seus desafetos indígenas, este elemento guiou os militares até chamado Garimpo Tukano (*AI Pari-Cachoeira III*), nas imediações da antiga base da Paranapanema, identificando falsamente os índios como forasteiros vindos da Colômbia. Enganados por este ardil, os militares expulsaram da área quem sempre morou nela, inclusive alguns Maku do Apapóris que andavam caçando por lá, como fazem amiúde desde tempos imemoriais.

Para evitar novas invasões, os militares montaram um posto de vigia na margem brasileira do Rio Traíra, abaixo da antiga base da Paranapanema. Foram atacados por colombianos em fevereiro de 1991. Algumas versões dizem que os atacantes eram guerrilheiros colombianos; outras, que eram garimpeiros revoltados com a expulsão. De qualquer forma, o tenente que comandava o destacamento foi baleado. Três soldados morreram. Os Maku do Apapóris estavam caçando por perto quando isso aconteceu.

Como vimos, o desmembramento da *AI Pari-Cachoeira* em três áreas distintas e menores do que na proposta original excluiu toda a parte brasileira dos vales do Apapóris e do Traíra. Em virtude disso, a antiga área da Paranapanema continuou sendo reivindicada pelos interessados na exploração aurífera. Atualmente, há um grande garimpo na base, com 9 dragas e cerca de 800 homens. Consta que cerca da metade deles é colombiana. A concessão teria sido requerida junto ao DNPM por José Altino Machado.

Se o Governo do país se preocupa em manter o território nacional livre de garimpeiros colombianos, isso não vai ser conseguido através de concessões desse tipo. Pelo contrário, os garimpeiros brasileiros que lá se encontram usam todo o apoio logístico disponível na Colômbia, num local chamado Garimpito, que fica quase defronte à base, na margem oposta

do Traíra. Neste local, há campo de pouso, depósitos de combustível, armazéns, bodegas e um bordel onde se prostituem índias brasileiras.

Diante de tal situação, de nada adiantará enviar destacamentos militares, arriscando a vida do soldado brasileiro num território comandado por garimpeiros que pouco se importam com a nacionalidade de seus colegas, desde que eles garantam, através do número, a presença de todos no garimpo.

Ao nosso ver, o "garimpo do José Altino" é uma porta de entrada para toda espécie de aventureiros no país. A forma correta de proteger esses territórios fronteiriços é a delimitação e a demarcação das áreas indígenas neles existentes. Dado que pertencem à União, as áreas indígenas ficam sendo uma dupla garantia para a proteção das fronteiras: primeiro porque as fronteiras são áreas de segurança nacional; segundo, porque sendo ao mesmo tempo áreas indígenas, não se pode aliená-las.

III. POVOS INDÍGENAS DO RIO APAPÓRIS

Antes de mais nada, é preciso salientar que a área do Apapóris brasileiro é habitada exclusivamente por índios. Os pouquíssimos brancos que se casaram com índias da área (3 ao todo) moram fora dela com suas esposas. Quando visitam os parentes das esposas, hospedam-se nas casas dos índios e assumem os usos indígenas, não apresentando pretensões territoriais.

Não há madeireiros, serigueiros ou qualquer espécie de posseiro não indígena. E os garimpeiros, como vimos, se encontram à montante da área, num trecho que deveria fazer parte da *AI Pari-Cachoeira* se esta não tivesse sido retalhada em três áreas menores. De qualquer forma, o garimpo está fora da AI proposta aqui, de modo que se trata de uma área de ocupação exclusivamente indígena.

É bem verdade que num passado recente (1985), o Governo do Estado do Amazonas, através do ITERAM, tentou colonizar o Apapóris. Trinta e três famílias de Goiânia foram assentadas entre os igarapés Piranha e Preguiça, cada qual num lote de cem hectares. Mas a colonização fracassou no ano seguinte, em virtude da má qualidade da terra, da falta de um mercado comprador e sobretudo por causa de uma enchente que alagou os lotes e afugentou os goianos (Cf. Mariz, 1986). Hoje em dia, o trecho é usado exclusivamente pelos índios, como antes da malfadada tentativa.

A população atual desses índios, no lado brasileiro, é de 131 indivíduos. Destes, 100 são Maku Yuhup. Os 31 restantes pertencem às seguintes etnias: Tukano (12), Yepá Mahsã (10), Tuyuka (8) e Desana (1). Se contarmos os filhos de três casamentos mistos, entre mulheres índias e homens brancos, a população indígena se eleva para 138 - e contando os três maridos não índios, temos 141 habitantes. Mas é preciso ter em mente que os usuários indígenas desse território são mais numerosos, pois as famílias Tuyuka, Tukano e Maku da localidade colombiana de Cacuri (cerca de 30 habitantes) visitam frequentemente os parentes no lado brasileiro.

Além destes, há cerca de 70 Yuhup no Igarapé Espinho, também na Colômbia. Embora estejam bem mais longe que os habitantes de Cacuri, eles também visitam os Yuhup do Apapóris. Finalmente, se considerarmos a transumância indígena constante entre a área de Pari-Cachoeira e a do Apapóris, o número de indígenas que usam a área do Apapóris para garantir o seu sustento se eleva facilmente para 300.³⁰

Isso posto, podemos passar à consideração de cada etnia em separado, ressaltando, entretanto, que qualquer desmembramento do território em função de afiliações étnicas distintas seria totalmente contrário ao que se passa em campo, dado que as diferentes etnias estão engajadas num único sistema espacial, social e econômico.

Tabela 1 - Dialeto Yuhup: localização, população e aldeias

Dialeto	Localização	Pop	Aldeias
Tew Deh	Afluentes da margem direita do alto Tiquiê (Brasil)*	140	5
Nain Deh	Afluentes da margem direita do baixo Tiquiê (Brasil)**	132	6
Boyop Mi	Traíra/Apapóris (Brasil) Cacuri/Espinho (Colômbia)	100 ± 75	3 4
Total	(no Brasil)	372	14

* Na *AI Pari-Cachoeira I*

** Na *AI Pari-Cachoeira II*

30 Os índios de outras regiões descem até o Apapóris principalmente para pescar. Defumam os peixes para levá-los às aldeias de origem.

A. Os Maku Yuhup

As línguas Maku têm a particularidade de se dividirem em dialetos regionais.³¹ Os Nadõb, por exemplo, falam quatro dialetos, cada qual ocupando uma região distinta: o Paraná Boá-Boá, o Rio Urubaxi, o Rio Uneiuxi e o Rio Têa (veja adiante, Terceira Parte). Já os Yuhup falam três dialetos, cuja localização, população e número de aldeias está expresso na Tabela 1.

Vale para os Yuhup a descrição etnográfica que demos acima dos Maku em geral (Primeira Parte, item III, C). Cabem aqui apenas algumas observações sobre as especificidades do grupo que mora na área do Apapóris.

Deve-se dizer, em primeiro lugar, que embora eles vivam atualmente às margens de um rio caudaloso, não deixam de praticar a caça, a pesca e a coleta segundo os moldes tradicionais dos Maku, como se pode depreender do Mapa 1, onde estão plotados vários acampamentos de caça e pesca que eles mantêm entre o Apapóris e Pari-Cachoeira.

Em segundo lugar, eles mantêm as relações de troca com os índios do rio, que desde tempos remotos caracterizam os laços entre as duas etnias. Como os índios do rio moram na Vila Bittencourt ou perto dela, naturalmente eles têm mais acesso aos produtos industrializados. Comerciando com eles, os Yuhup obtêm produtos industrializados de segunda mão.

Em terceiro lugar, os Yuhup não trabalham para patrões brancos, isto é, mantêm uma autonomia econômica que lhes permite ir e vir sem dar satisfação aos coronéis de barranco da região. Eles mudam suas aldeias de lugar conforme fatores que estão ao alcance de suas próprias decisões: disponibilidade de caça em torno da aldeia, qualidade das relações entre seus habitantes, qualidade das relações com os índios do rio ou com os brancos. A Tabela 2 dá uma idéia de como esse grupo Yuhup tem mantido padrões tipicamente Maku de ocupação do espaço, usando alternadamente vários pontos de seu território.

31 A única exceção são os Dâw, mas há evidências de que tiveram dois dialetos num passado não muito remoto, quando eram mais populosos.

Tabela 2 - Aldeias antigas e atuais dos Yuhup do Apapóris

Aldeias	Distância da Vila (a remo)	1960	1982	1984	1986	1994
<i>Pan Mi</i>	1 hora	x	x	x	x	x
<i>Pahay Mi</i>	1 hora e ½				x	
<i>Pedn Bok</i>	4 horas				x	x
<i>Aât Mi</i>	1 dia		x			
<i>Wero She</i>	2 dias	x				x
<i>Wad Naw Deh</i>	8 dias e ½	x		x		
Total		3	2	2	3	3

Não foram computadas as aldeias do lado colombiano.

Atualmente, eles moram em três aldeias. A maior, *Pedn Bok* (São Francisco para os brancos), fica na margem esquerda do Apapóris, a 4 horas a remo da Vila. Há ainda as aldeias do *Pahay Mi* (Igarapé Jatuarana) e do *Pan Mi* (Igarapé Preguiça), não muito longe da Vila, também na margem esquerda do Apapóris.

Em 1984, a maior parte deles morava na aldeia do *Wad Naw Deh* (Abiu), afluente do *Bâkâyd Mi* (Castanho), que por sua vez deságua no *Boyop Mi* (Traíra). Essa aldeia ficava a 8 dias e meio a remo da Vila Bittencourt. Nessa época, eles teriam sido instados pelo comandante da Vila a se estabelecerem em *Pedn Bok* (literalmente: Colina do Cunuri), sob a alegação de que receberiam melhor assistência médica pelo programa ACISO (Assistência Cívico-Social), promovido pelo Exército (Mariz, 1986: 8).

Contribuiu para se fixarem em *Pedn Bok* a vinda de duas missionárias da ALEM (Associação Lingüística Evangélica Missionária) em 1986. Uma delas mora até hoje nesta aldeia, junto a uma família Yuhup. Sendo a missionária uma fonte de produtos industrializados como roupas, facas, machados, facões, fósforos, etc, os Maku têm permanecido no local, muito embora continuem fazendo suas expedições de caça, suas longas viagens a Pari-Cachoeira e suas visitas periódicas aos Yuhup de Cacuri ou do Igarapé Espinho, na Colômbia. Quando estivemos entre eles, em abril deste ano, estavam preparando uma expedição a Pari-Cachoeira. Acreditamos que se mudem facilmente de *Pedn Bok* caso se sintam insatisfeitos com os militares ou com a missionária. Sua autonomia territorial e econômica ainda não foi rompida.

Outros aspectos importantes da cultura Maku também se encontram em pleno vigor entre os Yuhup do Apapóris. Um exemplo é a distribuição dos grupos domésticos em torno das fogueiras. Outro é o uso da terminologia de parentesco do tipo Dravidiano para definir os

casamentos possíveis e para referir os parentes de um modo geral.³² Ademais, língua Yuhup é falada por todos e muitos não falam português. Por fim, o antigo ritual de Jurupari, com as flautas sagradas que não podem ser vistas pelas mulheres, encontra-se em plena vigência. Durante toda nossa estadia em *Pedn Bok*, ouvíamos ao entardecer e pela madrugada o ronco grave e solene das flautas masculinas. Uma grande festa de iniciação estava sendo preparada.

B. Os sub-grupos Tukano

Os índios família lingüística Tukano são menos representativos na área. Somam um total de 31 indivíduos distribuídos entre São Francisco (a *Pedn Bok* dos Maku), a aldeia do Jatuarana, a do Preguiça e a Vila Bittencourt. Vivem em regime de autarquia nessas aldeias, pescando e praticando o cultivo da mandioca. Eventualmente trabalham para os brancos na Vila Bittencourt. Às vezes vão ao garimpo no Traíra, mas essas atividades não chegam a ser a base de seu sustento.

É com eles que se revela a especificidade sociológica do Apapóris em relação ao alto Rio Negro. Primeiro, porque são menos numerosos que os Maku. Segundo, porque quase todos esses Tukano³³ não só moram junto com os Maku, mas também se casam entre eles - algo que nos lados do Rio Negro é percebido como uma espécie de aberração, quase que uma forma de zoofilia.

Para compreender a situação, é preciso lembrar que todos os índios do alto Rio Negro, sejam eles Tukano ou Maku, contam a ascendência exclusivamente pela linha paterna. Assim, os filhos do casamento de um homem Tukano com uma mulher Maku são Tukano, ao passo que os filhos do casamento de uma mulher Tukano com um homem Maku são Maku.

Dado que os Maku são seres inferiores aos olhos dos Tukano, o casamento entre uma mulher Tukano e um homem Maku é visto como coisa abominável, pois a descendência desta mulher se degrada na escala social. Já o contrário é tolerado, uma vez que os filhos sobem na escala. Ocorre que no Apapóris 4 dos 8 casamentos Maku-Tukano envolvem homens Maku e mulheres Tukano, fato jamais observado na área do Rio Negro. A maioria numérica dos Maku terminou por imprimir uma forma diversa de relacionamento entre as duas etnias. Isso se reflete até mesmo nos fenômenos lingüísticos. No Rio Negro, os Tukano se orgulham de não entenderem os línguas Maku, que consideram um amontoado de sons animais. No Apapóris, eles aprenderam a falar o Yuhup.

³² Veja acima, Primeira Parte, item III, C.

³³ Falamos aqui da família lingüística, que no Apapóris inclui, além dos Tukano propriamente ditos, os Yepá Mahsã, os Tuyuka e uma mulher Desana.

C. O Apapóris e o alto Rio Negro

A despeito dessas especificidades, os índios do Apapóris têm todas as suas referências culturais voltadas para o alto Rio Negro. Todos eles, inclusive os Maku, acreditam que a humanidade surgiu na Cachoeira de Ipanoré, no Rio Vaupés, e de lá se espalhou para o resto do mundo. Mas essas referências não se restringem apenas à ordem simbólica. Existe uma continuidade de fato entre o alto Rio Negro e o Apapóris, uma continuidade que se expressa no uso do território e nos laços de parentesco entre os indígenas das duas regiões.

Quanto ao primeiro aspecto, basta examinar o Mapa ... para se convencer de que há um verdadeiro corredor Maku ligando o a AI de Pari Cachoeira I ao Apapóris. Este corredor começa no Igarapé Peneira, afluente do Igarapé Castanho, que por sua vez deságua no Tiquiê à jusante de Pari-Cachoeira. A partir do Peneira, toma-se um caminho terrestre que conduz ao Igarapé Castanho. Este não deve ser confundido com o Castanho do Tiquiê, pois corre para o Traíra, na direção sul. Descendo o Castanho do Traíra, passa-se pelo do "Garimpo Tukano", dentro da *AI Pari-Cachoeira III*, toma-se o Traíra rio abaixo e chega-se ao Apapóris. Ao todo, são 14 dias de viagem, contando as partes feitas a remo e as caminhadas no divisor d'águas.

Um caminho alternativo, usado pelos Yuhup quando querem evitar o "Garimpo Tukano", conduz diretamente do Peneira ao Traíra. Usando-se este caminho, passa-se por cerca de 20 acampamentos de caça, dos quais se servem tanto os Yuhup de Pari-Cachoeira quanto os do Apapóris.

Há também um terceiro caminho que conduz do Igarapé Abiu ao Igarapé Ira. Este Abiu é um afluente do Castanho do Traíra, onde os Yuhup do Apapóris tinham a aldeia de *Wad Naw Deh* (veja acima, Tabela 2). O Igarapé Ira deságua no Tiquiê, perto da localidade de Taracué, na *AI Pari-Cachoeira II*, onde moram 140 Yuhup (Cf. Pozzobon, 1992).

Uma prova incontestável mostra que os dois caminhos eram usados pelos índios no começo do século. O etnólogo alemão Koch-Grünberg percorreu a região em 1905, encontrando vários grupos Tukano e Maku no percurso (Koch-Grünberg, 1923: 398).

Os laços espaciais e sociais que ligam atualmente os Yuhup do Apapóris aos de Pari-Cachoeira I e II podem ser verificados na Tabela 3, onde se constata uma intensa migração entre as três áreas, principalmente entre o Apapóris e Pari-Cachoeira I.

Tabela 3 - Migrações entre os três dialetos Yuhup

Nasceram em	Moram em	Percentagem do total de:	
		ADULTOS	ADULT+CRIANÇAS
Apapóris	P.-Cachoeira I	29,0	19,2
Apapóris	P.-Cachoeira II	7,2	3,6
P.-Cachoeira I	P.-Cachoeira II	0,0	0,0
P.-Cachoeira I	Apapóris	51,9	29,8
P.-Cachoeira II	P.-Cachoeira I	9,0	3,6
P.-Cachoeira II	Apapóris	1,8	0,9

Fontes dos dados de Pari Cachoeira I e II: Pozzobon (1992). Fontes dos dados do Apapóris: nossa viagem de março de 1994.

Num nível mais interpessoal, pudemos comprovar a intensidade dos liames sociais entre essas áreas mostrando a um Yuhup do Apapóris uma série de fotografias dos grupos domésticos dos Yuhup de Pari-Cachoeira I e II. Nas fotos de Pari-Cachoeira I, ele identificou três genros, três cunhados, três irmãos, dois filhos e um sogro. Nas de Pari-Cachoeira II, ele identificou um sogro, um pai, dois cunhados e dois genros,³⁴ afora as pessoas que reconheceu como parentes mais distantes.

Os dados falam por si. Não se pode duvidar que essas três áreas fazem parte de um único sistema sócio-espacial. Seu desmembramento só pode ser entendido como uma mistura de falta de informações com interesses alheios à proteção dos povos indígenas.

D. O Posto Indígena da Vila Bittencourt

A FUNAI reconhece a necessidade de proteger os índios do Apapóris, dado que mantém um Posto Indígena na Vila Bittencourt. Não poderíamos deixar de informar o órgão sobre a situação deste posto, que é subordinado à Administração de Tabatinga. Embora tenha sido criado em 1989, até agora não dispõe de qualquer infra-estrutura. O Chefe de Posto, Sr. Carlos Nantes, mora numa casa alugada. Não tem fonia, nem embarcação, nem motor e tampouco dispõe de recursos para alugar tais equipamentos.

Mesmo assim o Sr. Nantes tem prestado assistência aos índios. Desembolsa dinheiro do próprio salário. Só em último caso pede ajuda aos militares ou à missionária, para que o representante local da FUNAI não se torne dependente e atrelado. Goza de uma ótima

34 A entrevista foi feita em língua Yuhup. Para efeitos deste relatório, os termos de parentesco referidos acima foram traduzidos para os que deles mais se aproximam em português. Lembramos, no entanto, que se trata de uma terminologia de parentesco do tipo Dravidiano.

reputação entre os índios, com os quais mantém relações de nenhuma forma paternalistas. Também é muito respeitado na Vila. Por todos esses motivos, expressamos aqui a nossa profunda admiração pelo Sr. Nantes e recomendamos enfaticamente que suas condições de trabalho sejam melhoradas. As coisas de que mais precisa no momento são um motor de popa e um bote de alumínio.

IV. CONCLUSÕES E PROPOSTAS PARA A ÁREA INDÍGENA RIO APAPÓRIS

Embora guarde estreitos laços culturais com a região do Rio Negro, não se deve esperar encontrar na área do Rio Apaporis as organizações através das quais os índios do Rio Negro implementam suas políticas étnicas. Como vimos, as populações das duas áreas diferem num aspecto fundamental: no Rio Negro, os Maku são minoritários; no Apaporis, eles são a maioria. Em vista disso, as duas regiões se distinguem quanto ao modo como seus habitantes reagem ao contato com os brancos.

Por tradição, os povos indígenas do alto e do médio Rio Negro concebem a vida social como uma sucessão de níveis hierárquicos que vão desde a ascendência do irmão mais velho sobre o mais novo até a preponderância dos *sibs* mais antigos sobre os mais recentes. Eles souberam se apropriar de uma hierarquia de origem ocidental - sítios, comunidades e associações - porque já possuíam uma hierarquia autóctone. O único nível hierárquico totalmente estranho à organização tradicional era o da Federação (FOIRN), entidade que atualmente coordena as várias associações locais.

É de se esperar que uma sociedade como a dos Maku reaja de modo diferente à pressão dos brancos. Em primeiro lugar, eles desconsideram as hierarquias de *sibs*. Em segundo lugar, e por causa disso mesmo, eles não dispõem de meios formais para arbitrarem suas contendas internas. Em conseqüência, costumam resolvê-las dispersando-se no espaço. As aldeias Maku estão constantemente se fragmentando em pequenos grupos familiares que eventualmente se reaglutinam para tarefas coletivas como a abertura de roças ou a caça ao porco selvagem.

Essa fluidez social também pode ser uma forma de resistência. Os Maku resistem aos brancos fazendo o que sempre fazem quando se desentendem entre si ou quando se sentem ameaçados pelos demais índios da área: eles se dispersam no coração da floresta e esperam a situação se alterar de forma vantajosa.

O órgão protetor precisa criar as condições para que esses índios possam continuar resolvendo suas querelas internas e suas pendengas com os brancos através da dispersão espacial.

Avessos que são a toda espécie de comportamento protocolar, os Maku dificilmente adotarão a organização político-administrativa que permitiu aos índios do rio reclamarem em juízo os seus direitos territoriais (v. *supra*, Introdução, C). Isso torna imperativa a demarcação da *AI Rio Apapóris*.

Outro argumento que joga a este favor são as constantes ameaças representadas pela presença de 800 garimpeiros no "Garimpo do José Altino", que, embora não se encontre dentro da área proposta aqui, está entre ela e a *AI Pari-Cachoeira I*. Argumentos contra esse garimpo não faltam:

1) Não constitui uma alternativa econômica para a região por dois motivos: primeiro, porque os garimpeiros gastam seus ganhos na Colômbia, no lugar chamado Garimpito, ou mesmo em Bogotá; segundo, porque já ficou provado, com a saída da Paranapanema, que o ouro disponível é pouco abundante e de difícil extração.

2) O "Garimpo do José Altino" atrai para o território nacional hordas de aventureiros da Colômbia, gente que não está minimamente interessada no desenvolvimento regional, havendo suspeitas de que mantem laços e compromissos com setores do crime organizado naquele país (narcotráfico, contrabando de armas, etc).

3) Essas atividades, às quais se faz "vista grossa" sob a alegação de que trazem povoamento a pretensos (mas falsos) vazios demográficos, custarão cada vez mais caro ao Exército Brasileiro, pois se a retirada de 200 homens em 1991 ensejou uma represália que custou a vida de três soldados, a retirada dos 800 garimpeiros que hoje lá se encontram não há de ser mais fácil.

Por todos esses motivos, é preciso reconhecer a região do alto Rio Negro (proposta de Buchillet, 1990b), bem como a do Apapóris, a do médio Rio Negro e a do Rio Têa (propostas aqui) como áreas indígenas de propriedade da União. Com isto, estar-se-á garantindo que as fronteiras do país não abriguem focos de tensões sociais ou rotas de narcotráfico e contrabando.

V. MEMORIAL DESCRITIVO DA ÁREA INDÍGENA RIO APAPÓRIS

A. Denominação: *Área Indígena Rio Apaporis.*

B. Aldeias integrantes:

Preguiça (Pan Mi), Jaturarana (Pahay Mi), São Francisco (Pedn Bok). Famílias morando na *Vila Bittencourt*, contígua à área.

C. Grupos indígenas:

Yuhup (Maku), Tukano, Desana, Tuyuka, Yepá Mahsã.

D. Localização:

Município de Japurá, Estado do Amazonas.

E. Coordenadas dos extremos:

EXTREMOS	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE	00° 57' 00" S	69° 09' 10" W Gr
LESTE	01° 10' 50" S	69° 03' 00" W Gr
SUL	01° 21' 57" S	69° 23' 40" W Gr
OESTE	01° 05' 06" S	69° 24' 47" W Gr

F. Base cartográfica:

NOMENCLATURA	ESCALA	ORIGEM	ANO
MIR-40,53,54,55,56,70	1:250.000	RADAM	1975

G. Área:

113.200 ha (Cento e treze mil e duzentos hectares), aproximadamente.

H. Perímetro:

150.000 m (Cento e cinquenta mil metros) aproximadamente.

I. Descrição do perímetro.

NORTE: Partindo do **ponto 01**, de coordenadas geográficas aproximadas 01° 05' 06" S e 69° 24' 47" WGr., na margem esquerda do rio Apaporis na fronteira do Brasil com a Colômbia. Daí,

segue em linha reta, até o **ponto 02**, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ} 57' 00''$ e $69^{\circ} 09' 10''$ WGr., no alto rio Marié.

LESTE: Daí, segue por este à jusante, até o **ponto 03** de coordenadas geográficas aproximadas $01^{\circ} 10' 50''$ S e $69^{\circ} 03' 00''$ WGr., na foz do Igarapé Trabalho.

SUL: Daí, segue por este à montante, até o **ponto 04**, de coordenadas geográficas aproximadas $01^{\circ} 11' 50''$ S e $69^{\circ} 10' 35''$ WGR., na confluência de um igarapé sem denominação. Daí, segue por este à montante, até sua cabeceira, no **ponto 05**, de coordenadas geográficas aproximadas $01^{\circ} 14' 50''$ S e $69^{\circ} 13' 35''$ WGr. Daí, segue em linha reta, até o **ponto 06**, de coordenadas geográficas aproximadas $01^{\circ} 15' 00''$ S e $69^{\circ} 13' 18''$ WGr., na cabeceira do Igarapé Preguiça. Daí, segue por este à jusante, até sua foz no rio Apapóris, no **ponto 07**, de coordenadas geográficas aproximadas $01^{\circ} 21' 57''$ S e $69^{\circ} 23' 40''$ WGr.

OESTE: Daí, segue por este à montante, até o **ponto 01**, início da descrição deste perímetro.

TERCEIRA PARTE - ÁREA INDÍGENA RIO TÊA

I. APRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA DA REGIÃO

O Rio Têa nasce perto do médio curso do Marié e deságua no Rio Negro à altura da Ilha Grande de Santa Isabel. A área banhada por ele não difere da região do médio Rio Negro quanto ao regime do rio, à temperatura e à pluviosidade (veja acima, Primeira Parte, item I).

As águas escuras e frias do Têa percorrem um leito sinuoso, ladeado por igapós muito extensos em ambas as margens. Esses igapós tornam-lhe as margens praticamente inabitáveis, excetuando-se as cabeceiras do rio e a "bola de terra" onde se estabeleceu a aldeia de Tabocal do Têa, perto da foz. Porém, o divisor d'águas que o separa do Marié e do Negro é uma região relativamente rica em caça e produtos da floresta, sendo de fundamental importância para a sobrevivência dos índios que vivem na área.

Essa zona interfluvial tem a mesma cobertura florística observados em outros *hinterlands* do Rio Negro: encontram-se matas do tipo campinarana e matas ditas "de terra firme". Contando o igapó, a campinarana e a terra firme, a área do Têa envolve os três principais tipos florísticos da região do Noroeste Amazônico. Dado que a distribuição dos recursos naturais não é homogênea nesses três ecótipos, os índios do Têa se vêem obrigados a percorrer uma vasta área a fim de garantirem o seu sustento.

Os contornos da área foram estabelecidos a partir das informações dos índios sobre este uso alternado que fazem do território. Tais contornos são os seguintes: ao norte, o divisor de águas que separa o Têa do Marié; a leste, o Rio Negro; ao sul, o próprio Rio Têa; a oeste, as cabeceiras do mesmo rio. Esses limites encerram um total de ... ha.

II. RETROSPECTIVA HISTÓRICA

Obviamente, a história do Têa faz parte da história do Rio Negro, razão pela qual remetemos o leitor à Primeira Parte deste relatório, onde se encontram informações referentes ao período pré-colombiano da região. Trataremos aqui de algumas especificidades da área banhada pelo Têa, pelo Uneiuxi e pelo Urubaxi, cujas histórias estão inextricavelmente ligadas.

A. O caminho entre o Rio Negro e o Japurá

A referência mais antiga a essa área é sem dúvida a do P^e. Samuel Fritz, que em seu relatório de 1687 menciona um caminho ligando o Rio Negro ao Japurá pelas cabeceiras do Uneiuxi (*apud* Münzel, 1969: 142). O mesmo caminho foi citado também por Condamine (1745: 127). Porém os Maku não aparecem em ambas as citações. Os índios localizados no Uneiuxi e adjacências durante os séculos XVII e XVIII são os Manau e alguns outros de filiação linguística desconhecida (Cf. Nimeundajú, 1944).

Isso faz supor que nessa época os Maku estivessem bastante retirados no interior das florestas. Em todo o caso, sua presença na área, notadamente no Urubaxi, só é apercebida em 1820, quando da viagem de Martius (1867: 547). Alguns anos mais tarde, em 1831, Natterer deu notícias de índios Maku no Rio Têa (*apud* Koch-Grünberg, 1906: 881). Nos anos seguintes, os Maku da área aparecem com frequência crescente nos relatos dos viajantes. Wallace (1853: 253) os localiza entre 1848 e 1852 no Urubaxi. Herndon (1854) os localiza no mesmo rio em 1851. Em 1853, Spruce (1908: 344) refere-se aos Maku entre o baixo Japurá e o médio Rio Negro.

No curso do século XIX, as fontes sobre a área em apreço mostram os Maku envolvidos no processo dos descimentos, sendo ora vítimas da caça aos escravos (Herndon, 1854: 253), ora promotores dela (Martius, 1867: 534). Provavelmente, a escravização é a causa remota da inimizade entre os vários sub-grupos Maku desta região (veja adiante, item II, B).

O grau diferenciado de contato que esses sub-grupos mantinham com os brancos contribuiu para manter acesa a inimizade até meados do século XX: aqueles que se relacionavam pacificamente com a sociedade nacional viam os que lhe eram hostis como inimigos seus. Quando visitados por Münzel (1969: 146 ss), os Maku do Uneiuxi se referiam aos do Têa, que tinham permanecido mais tempo isolados do contato, como índios ferozes e hostis, embora estes últimos já estivessem integrados à economia regional quando Münzel esteve na área.

B. O contato com os brancos e a diáspora Nadöb

Para entender corretamente os fatos históricos relatados a seguir, remetemos o leitor à Tabela 4 (abaixo, item III), onde se mostra a atual distribuição geográfica dos Maku do interflúvio Rio Negro/Japurá. Sabemos hoje em dia que eles falam quatro diferentes dialetos da língua Nadöb (Cf. Pozzobon, 1992: 53-62).

Por volta de 1925, três desses grupos dialetais, isto é, o do Boá-Boá, o do alto Uneiuxi e o do alto Têa, eram hostis aos brancos, porém pacíficos entre si.³⁵ Nessa época, os três dialetos eram bastante avizinados, pois as cabeceiras do Têa e do Uneiuxi são bastante próximas dos igarapés que correm para o Boá-Boá. Os únicos Nadöb que mantinham contatos pacíficos com os brancos eram os do lago de Maraã (Cf. Tastevin, 1923), na atual *AI Maraã/Urubaxi*.

Por volta de 1930, houve uma briga entre os Nadöb do alto Têa e os do alto Uneiuxi. Estes últimos se teriam retirado para o baixo Têa, estabelecendo contatos com os comerciantes da área. Em função do trabalho com os seringueiros durante a Segunda Guerra Mundial, mudaram-se para o baixo Urubaxi, em torno de 1940. Permaneceram aí até 1945, quando foram vítimas de uma epidemia de gripe. Retiraram-se novamente para o alto Uneiuxi, onde permanecem até hoje (Cf. Münzel, 1969: 147-151).

A inimizade entre os Nadöb do Uneiuxi e os Nadöb do Têa se consolidou com os preconceitos emprestados aos brancos: os do Uneiuxi passaram a ver os do Têa como selvagens ferozes e perigosos (Münzel, *l. c.*). Mas isso não impedia que os Nadöb do Uneiuxi mantivessem contatos pacíficos e de amizade com os do Boá-Boá, que em meados dos anos 40 ainda eram hostis aos brancos do Japurá (Cf. Schultz, 1959).

Cerca de 1950, os Nadöb do Boá-Boá teriam atacado os do alto Têa, infligindo-lhes perdas importantes (Münzel, 1969: 151). Embora não haja referências etno-históricas ao que ocorreu a estes últimos depois do ataque, a data coincide com duas informações que obtivemos em campo, dadas por membros do grupo atacado:

1) Em torno de 1950, parte deste grupo fugiu das cabeceiras do Têa para a localidade de Bom Jardim, na margem direita do Rio Negro, à montante da foz do Têa. Encontraram ali uma família sobrevivente da tribo Yabaana, de fala Aruak, fugida do rio Marauiá por volta de 1925 devido a um ataque Yanomami.³⁶ Bom Jardim era, na verdade, uma fazenda de gado de propriedade da família Beleza, de Santa Isabel do Rio Negro. Os Nadöb recém chegados se casaram com os Yabaana e passaram a ser, como estes, "fregueses" dos Beleza.

2) Uma outra parte dos mesmos Nadöb fugiu do alto Têa para o sítio Carixino, também na margem direita do médio Rio Negro, confronto à foz do Cauaboris. Passaram a ser "fregueses" dos Monteiro, proprietários daquele sítio, trabalhando para eles até os anos 70. Nesta época, teriam brigado com os proprietários do sítio, retirando-se novamente para as proximidades

35 Detalhes sobre a hostilidade aos brancos nos lados do Japurá se encontram acima, na Segunda Parte deste relatório, item II, C.

36 Segundo o mapa de Nimuendajú (1944), em 1919 os Yabaana viviam nas cabeceiras do Marauiá.

do Têa. Estabeleceram-se no Igarapé Uaicoari, que deságua na margem direita do médio Rio Negro entre Bom Jardim e a foz do Têa.

III. POVOS INDÍGENAS DO RIO TÊA

Atualmente, as relações entre os dialetos Nadöb não possuem mais o caráter hostil de outrora. Alguns jovens que hoje estão casados em Bom Jardim e no Uaicoari nasceram no alto Uneiuxi e mesmo no Boá-Boá. Por outro lado, ouvimos alguns habitantes do Uaicoari dizerem que pretendiam visitar o moradores do alto Uneiuxi, cuja língua reconhecem ser a mesma, com algumas diferenças que consideram de somenos importância.

Esses contatos e intenções atestam que de um modo geral os Nadöb estão voltando aos padrões pré-colombianos de relacionamento inter-dialetal: cada dialeto permanece num território à parte, mas as relações entre eles não são necessariamente hostis. Mais uma vez, evidencia-se o papel dos brancos nas disputas entre os índios: passadas as hostilidades e violências dos dois ciclos da borracha, os dialetos Nadöb pararam de se hostilizar entre si.

Tabela 4 - Dialetos Nadöb: localização, população e aldeias

Localização	Pop	Aldeias
Rio Têa e imediações (AI proposta aqui)	197	3
Alto Uneiuxi (AI Uneiuxi)	350	4
Paraná Boá-Boá (AI Boá-Boá)	105	1
Urubaxi (AI Maraã/Urubaxi)	30 ?	1
Total	694	9

Fontes do Têa: nossa viagem em jan. 94. Fontes das AIs *Uneiuxi* e *Boá-Boá*: pareceres nºs 19, de 17/06/92 e 18, de 25/8/93 (FUNAI). Fontes da AI *Maraã/Urubaxi*: Pozzobon (1984). Segundo o Parecer nº 8, de 2/6/93, a AI *Maraã/Urubaxi* inclui 185 índios Canamari.

A. Os Maku Nadöb

A Tabela 4 fornece a localização, a população e o número de aldeias dos dialetos Nadöb. Vê-se que o dialeto das imediações do Têa, objeto específico deste relatório, tem 197 falantes reunidos em três aldeias. Uma delas, com 160 habitantes, é a de Bom Jardim, ao lado da fazenda de José Ribamar Beleza, ex-refeito de Santa Isabel do Rio negro e filho do homem que reuniu os Nadöb por volta de 1950 neste local. Outra aldeia, com 30 habitantes, é a do Igarapé

Uaicoari. Há uma terceira, chamada Olaria, na margem esquerda do Rio Negro, um pouco à montante da boca do Têa. Na verdade, reduz-se a uma família com 7 membros, que partiu de Bom Jardim há uns poucos anos.

Segundo um dos Nadöb de Bom Jardim, eles moram neste local pelo favor do Sr. Beleza, que lhes teria doado o terreno ao lado da fazenda, onde construíram suas palhoças, em troca de trabalharem em suas plantações e de cuidarem de suas reses. Esse mesmo Nadöb, que se dizia Yabaana por parte de mãe, declarou serem ele e seu irmão, morador de Olaria, os únicos descendentes vivos dos Yabaana.³⁷

José Ribamar Beleza não estava em Bom Jardim em janeiro de 1994, quando visitamos o local. Mas mantinha ali alguns prepostos: seu primo, num sítio ao lado; um sócio, na própria fazenda, cuja esposa era, aliás, filha do nosso informante de mãe Yabaana. Este último também vigiava os Nadöb para o Sr. Beleza. Nas reuniões que tivemos com a comunidade, esses três indivíduos deixaram os índios de tal forma constrangidos, que eles se recusaram a admitir que falassem qualquer língua indígena e não permitiram que fizéssemos o recenseamento da população ou o levantamento fundiário. Alguns indivíduos se mostraram simpáticos e pareceram compreender o que viéramos fazer. Longe da presença daqueles três, chegavam mesmo a se declarar Nadöb, mas logo se embaraçavam quando os três apareciam.

Atitude diametralmente oposta tiveram os Nadöb do Igarapé Uaicoari. Mostraram-se contentes ao se se declararem Nadöb, falando a língua sem qualquer constrangimento em nossa presença. Disseram-nos que os moradores de Bom Jardim eram todos Nadöb do mesmo dialeto que o deles. Acrescentaram que os de Bom Jardim também sabiam falar o Nadöb, mas estavam com vergonha, pois queriam ser *cariwa* (brancos). Os moradores do Uaicoari mostraram ainda um certo desprezo pela vida que levavam seus pares em Bom Jardim, tendo que obedecer as ordens do Sr. Beleza. Estavam orgulhosos de não terem mais patrões,³⁸ declarando-se livres para irem onde quisessem.

É provável que diferentes experiências com patrões durante os anos 50 e 60 tenham resultado nessas atitudes tão díspares. O Sr. Beleza e seu pai fizeram mais do que reunir índios para trabalhar em seu proveito. Eles criaram uma tal rede de laços de compadrio e compromissos clientelísticos, que os índios se deixaram seduzir, recalcando a própria identidade étnica. Com essa identidade de protegidos do Sr. Beleza, acreditam-se livres da pecha de

37 Na verdade, eles não falam o Yabaana e sim o Nadöb, língua do pai de ambos.

38 Como vimos acima, nesta parte do relatório, item II, B, eles tiveram um patrão até 1970, no sítio Carixina.

"selvagens" que os regionais colaram aos Maku. Em seus usos cotidianos, procuram reproduzir o estilo neo-brasileiro da região.

Já os moradores do Uaicoari lograram se independizar completamente de qualquer padrão: vivem atualmente de modo muito semelhante aos Maku do Rio Papuri (*AI Yauaretê I*), que nunca tiveram padrões. Habitam as margens de um curso d'água não navegável. Suas casas são palhoças sem paredes, distribuídas ao acaso numa clareira invadida pela vegetação, exatamente como no alto Rio Negro.

Praticam a caça e a pesca nos padrões tradicionais dos Maku, mantendo vários acampamentos nas cercanias da aldeia. Possuem numerosos caminhos que irradiam da aldeia em direção ao divisor d'águas entre o Têa do Marié, onde vão caçar com muita frequência. São auto-suficientes em mandioca e outros produtos cultivados. Quando precisam de bens industrializados (fóforos, facões, machados, etc), vão vender peixe, farinha e carne de caça em Santa Isabel.

Relativamente à identidade indígena, declararam de forma bastante irônica: "Esses do Bom Jardim nos chamam de Maku. Mas quando falta comida para eles, eles vêm aqui comer a comida dos Maku." Após essa fala, que foi seguida de muitos risos, afirmaram claramente sua identidade étnica, dizendo em tom mais sério: "Aqui ninguém quer ser *cariwa* [branco]."

Acreditamos que a demarcação da área do Têa como território imemorial dos índios Nadöb venha a produzir resultados positivos entre os moradores de Bom Jardim. O Sr. Beleza não é um benfeitor que permite aos "pobres índios" morarem em suas terras, mas um invasor que se apossou dessas terras e de sua mão de obra, a troco de mercadorias que distribui entre os índios com a parcimônia característica de todos os padrões amazônicos. Quando seus "protegidos" se deram conta disso, é bem possível que tomem atitude semelhante à dos Nadöb do Uaicoari: desistirão de tentar ser *cariwa*.

B. Os índios de Tabocal e outros usuários Rio Têa

Os Nadöb não são os únicos índios a ocuparem e se servirem economicamente da área do Têa. Na margem direita deste rio, portanto, fora da área proposta aqui, há uma aldeia chamada Tabocal. Nela habitam 64 índios das etnias Piratapuya, Desana, Tukano e Baré.

Os Baré já habitavam a área desde tempos imemoráveis, porém os outros foram descidos do alto Rio Negro pelos padres Salesianos em 1940, para a construção da Missão de

Santa Isabel do Rio Negro. Terminada a construção da igreja e do colégio interno, retiraram-se para Tabocal do Têa, onde moram até hoje.

Vivem basicamente do cultivo da mandioca e da pesca. Fazem expedições de caça e pesca até as cabeceiras do Têa. Em tempos passados, encontravam-se com os Nadõb que lá habitavam. Compram produtos industrializados com o dinheiro que auferem da venda de farinha de mandioca, peixes e frutas em Santa Isabel.

A maior parte dos habitantes de Tabocal do Têa não tem patrões. Apenas 7 pessoas da localidade trabalham para uma família de "piabeiros" que explora o Têa. "Piabeiros" são os comerciantes que vivem da venda de peixes ornamentais. Empregam os índios da região como pescadores e os pagam em mercadorias, estabelecendo com eles as relações tradicionais de "aviamento", em que o índio raramente consegue pagar em produtos as mercadorias que recebeu do "patrão". A família de "piabeiros" explora todo o curso do Têa com duas embarcações que vão até lá a partir de Manaus. Nada tem a ver com os moradores de Santa Isabel.

Perguntados se a cidade de Santa Isabel dependia do rio para seu sustento em pescados, os índios de Tabocal afirmaram que os moradores da cidade nunca vão ao Têa. Os únicos a buscarem no Têa o próprio sustento em pescados são os índios de Tabocal, do Igarapé Uaicoari, de Bom Jardim e de Olaria. Isso mostra que os que dependem deste rio para garantirem o seu sustento são exclusivamente indígenas. Os forasteiros, vindos de Manaus, praticam pesca predatória e ilegal, colocando em risco a reprodução das espécies que o povoam.

Outros usuários do Têa são os membros da comunidade de Maricota, que por ser uma ilha dentro do Rio Negro, encontra-se fora da área proposta aqui. Não pudemos realizar um levantamento demográfico e antropológico nesta comunidade, pois estava praticamente deserta devido a uma festa que ocorria em outra localidade. Mas as informações que colhemos com uns poucos habitantes que ainda estavam lá revelaram que a comunidade compreende 15 famílias, a maior parte habitando a própria ilha. Outros habitam a margem esquerda do Negro, à jusante da ilha. A etnia majoritária parece ser Baré.

Levando-se em conta os habitantes de Bom Jardim, do Uaicoari, de Olaria, de Maricota e de Tabocal, o número de indígenas que usam a área do Rio Têa para garantirem o seu sustento se eleva para cerca de 360.

IV. CONCLUSÃO E PROPOSTAS PARA A ÁREA INDÍGENA RIO TÊA

A área do Têa é uma espécie de laboratório de identidade étnica. Por um lado, é a porção terminal da zona de influência das organizações indígenas do Rio Negro: é ali que a FOIRN e sua filiada local, a ACIBRIN, deixam de se fazer presentes, pelo menos por enquanto. Neste sentido, é uma zona de transição entre as populações indígenas politicamente mobilizadas e as que ainda estão começando a reivindicar o reconhecimento de seu próprio território.³⁹ Por outro lado, os índios mais numerosos da área do Têa, os Nadöb, também se encontram numa espécie de zona de transição - desta vez, entre o recalque da própria identidade, como ocorre em Bom Jardim, e sua plena afirmação, como é o caso do grupo do Igarapé Uaicoari.

Como se sabe, a identidade só se coloca diante da alteridade. Para os Nadöb, a alteridade assume formas antagônicas: (1) O "outro" é escalonado segundo a distância lingüística, de modo que os outros grupos dialetais são menos estrangeiros que os outros grupos lingüísticos Maku, que, por sua vez, são menos estrangeiros que os índios do rio, que, finalmente, são menos estrangeiros que os brancos. (2) Mas conforme um registro diferente, o "outro" é escalonado segundo as relações que mantém com os brancos. Deste modo, os grupos que permaneceram por mais tempo hostis ao contato são mais "outros" que os "pacíficos".

Paradoxalmente, os brancos passaram a ser o traço distintivo da auto-identidade Nadöb, ao menos para o grupo de Bom Jardim. Escorraçado das cabeceiras do Têa pelos Nadöb do Boá-Boá, o grupo de Bom Jardim optou por renegar a origem étnica que os identificava aos atacantes. Já os Nadöb do Uaicoari, originalmente do mesmo grupo que os de Bom Jardim, sentem-se orgulhosos dessa mesma origem étnica, declarando-se alegremente *índios do mato*. Os primeiros reagiram à identidade imposta pelos brancos (*selvagem, atrasado, brabo*, etc) recalçando a própria origem. Os últimos, ao se isolaram propositalmente dos antigos padrões, reconquistaram a identidade Nadöb.

Trata-se de um processo em andamento, que pode evoluir tanto na direção do recalque quanto na direção da auto-afirmação étnica. O reconhecimento dos direitos territoriais desses índios cria condições materiais para a vitória da auto-afirmação sobre o recalque.

Cabe lembrar, finalmente, que os Nadöb não são os únicos usuários da área do Têa. Protegê-la através da demarcação significa garantir pela lei o sustento de 360 índios,

39 O Conselho de Articulação das Comunidades Indígenas Ribeirinhas de Santa Isabel - CACIR, que se ocuparia das populações do Têa e das imediações de Santa Isabel do Rio Negro, foi fundado recentemente, no ano de 1993.

aproximadamente. Significa também resguardar da exploração predatória este manancial de pesca que é o Rio Têa.

V. MEMORIAL DESCRITIVO DA ÁREA INDÍGENA RIO TÊA

A - Denominação: *Área Indígena Rio Têa.*

B - Aldeias integrantes:

Bom Jardim, Uaicoari, Olaria, Tabocal do Têa, Maricota. As duas últimas estão fora da área, tangenciando seus limites húmidos.

C - Grupos indígenas:

Nadöb (Maku), Piratapuya, Desana, Tukano, Baré.

D - Localização:

Município de Santa Isabel do Rio Negro, Estado do Amazonas.

E - Coordenadas dos extremos:

EXTREMOS	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE	00° 20' 40" S	65° 27' 00" W Gr
LESTE	00° 30' 13" S	65° 08' 55" W Gr
SUL	00° 55' 40" S	65° 45' 00" W Gr
OESTE	00° 47' 54" S	66° 54' 13" W Gr

F - Base cartográfica:

NOMENCLATURA	ESCALA	ÓRGÃO	ANO
MIR-40,53,54,55,56,70	1:250.000	RADAM	1975

G - Área:

414.300 ha (quatrocentos e quatorze mil e trezentos hectares) aproximadamente.

H - Perímetro:

580.000 m (quinhentos e oitenta mil metros) aproximadamente

I - Descrição do perímetro.

NORTE: Partindo do ponto 01, de coordenadas geográficas aproximadas 00° 47' 54" S e 66° 54' 13" WGr., na margem esquerda do rio Marié. Daí, segue por este à jusante, até o ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas 00° 26' 43" S e 66° 24' 55" WGr., na confluência do Igarapé Sucuriju. Daí, segue por este à montante, até sua cabeceira, no ponto 03, de coordenadas geográficas aproximadas 00° 34' 54" S e 66° 22' 22" WGr. Daí, segue em linha reta, até o ponto 04, de coordenadas geográficas aproximadas 00° 33' 48" S e 66° 20' 44" WGr. Daí, segue em linha reta até o ponto 05, de coordenadas geográficas aproximadas 00° 27' 52" S e 66° 17' 04" WGr. Daí, segue em linha reta até o ponto 06, de coordenadas geográficas aproximadas 00° 27' 06" S e 65° 57' 00" WGr. Daí, segue em linha reta, até o ponto 07, de coordenadas geográficas aproximadas 00° 24' 56" S e 65° 52' 32" WGr. Daí, segue em linha reta até o ponto 08, de coordenadas geográficas aproximadas 00° 27' 00" S e 65° 47' 30" WGr. Daí, segue em linha reta, até o ponto 09, de coordenadas geográficas aproximadas 00° 24' 56" S e 65° 44' 44" WGr. Daí segue em linha reta, até o ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas 00° 27' 42" S e 65° 28' 18" WGr., na cabeceira do igarapé Uainúmale. Daí, segue por este à jusante até o ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas 00° 20' 40" S e 65° 27' 00" WGr. na margem direita do rio Negro.

LESTE: Daí segue por este à jusante até o ponto 12 de coordenadas geográficas aproximadas 00° 30' 13" S e 65° 08' 55" WGr. na foz do Rio Téia.

SUL: Daí segue por este à montante, até o ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas 00° 48' 20" S e 66° 28' 55" WGr., na foz do Igarapé Embari. Daí, segue por este, à montante, até sua cabeceira, no ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas 00° 55' 40" S e 66° 43' 40" WGr. Daí, segue em linha reta, até o ponto 15, de coordenadas geográficas aproximadas 00° 55' 40" S e 66° 45' 00" WGr., na cabeceira de um igarapé sem denominação.

OESTE: Daí, segue por este, à jusante até o ponto 01, início da descrição deste perímetro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento e a delimitação de áreas indígenas numa região tão complexa quanto o Noroeste Amazônico não é uma coisa simples de ser feita. A FUNAI despendeu consideráveis esforços e verbas neste sentido, tendo nomeado nada menos que 10 grupos de trabalho para a região, 5 dos quais incidiram sobre as mesmas áreas, que a despeito disso tudo, ainda não estão garantidas para os índios.

Essa indefinição decorre de dois fatores básicos: os interesses não índios e as lacunas do conhecimento antropológico sobre a região. Os interesses não índios na região são enormes, envolvendo questões de hegemonia e estratégia militar, áreas de expansão municipal, políticas estaduais e federais de colonização agrícola, garimpo, empresas mineradoras, sem contar os velhos coronéis de barranco, que ainda sobre-exploram a mão de obra indígena.

Quanto ao conhecimento antropológico sobre a região, finalmente agora ele está abandonando a antiga atitude que consistia centrar esforços sobre os índios "isolados" - atitude que alimentou, de forma involuntária, o discurso aculturativo com que os interesses contrários aos índios pretendem alijá-los de seus direitos territoriais.

Na verdade, a compreensão antropológica do Noroeste Amazônico evoluiu com a politização dos índios do alto e, mais recentemente, do médio Rio Negro. Assim, à medida em que esses índios foram se organizando politicamente, de montante para jusante, as propostas de área dos Grupos de Trabalho nomeados pela FUNAI foram "descendo" o rio e avançando sobre terras que num passado bem próximo eram falsamente percebidas como devolutas. É por isso que as áreas indígenas *alto Rio Negro* e *médio Rio Negro* foram delimitadas em separado. E é pela mesma razão que propusemos três áreas distintas neste relatório: como escrevemos na introdução, não pudemos nos esquivar da história política e institucional da região. Porém o fato de serem três áreas contíguas entre si e, em seu conjunto, contíguas ao alto Rio Negro, faz justiça à compreensão que hoje possuímos do Noroeste Amazônico.

Essa compreensão mostra que se trata de um verdadeiro território indígena, um território que deveria ser único e contínuo, englobando as AIs *Rio Apaporis*, *alto Rio Negro*, *médio Rio Negro* e *Rio Têa*, além das AIs *Uneiuxi*, *Urubaxi/Maraã* e *Boá-Boá*, pois, como vimos, o sistema social do Rio Negro se liga ao sistema social do Japurá através da *AI Rio Têa*, que acabamos de delimitar.

Esse sistema social é vigoroso e está em plena dinâmica histórica. A retomada da identidade Baré pelos habitantes do médio Rio Negro de fala nheengatu, bem como a volta dos

Nadõb do Têa "para o mato" depois de 20 anos de trabalho semi-escravo, mostram que estamos diante de um fenômeno novo para o entendimento das relações entre brancos e índios: a superação da identidade imposta por nós outros e a emergência de uma identidade conquistada por eles. Essa conquista de identidade clama pela reconquista da terra.

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, Antonio B. de. *Lendas em Nheengatu e Português*. Fundo Editorial - ACA, Manaus, 1987.
- BAENA, A. L. Monteiro. *Ensaio Corographico sobre a provincia do Pará*. Belém, 1839.
- BETENDORF, J.F. Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão, *RIHGB*, LXXII. Rio de Janeiro, 1910.
- BRASIL, Constituição da República Federativa do. Imprensa Nacional, Brasília, 1988.
- BUCHILLET, Dominique. *Maladie et mémoire des origines chez les Desana du Uaupés. Conceptions de la maladie et de la thérapeutique d'une société amazonienne*, Tese de Doutorado (não publicada). Universidade de Paris-X Nanterre, 1983.
- _____. Pari-Cachoeira: le laboratoire Tukano du Projet Calha Norte, *Ethnies*, 11-12. Paris, 1990a.
- _____. *Os índios da região do alto Rio Negro. História, etnografia e situação das terras*, laudo antropológico redigido a pedido da Procuradoria Geral da República, datilo. 82 p. + anexos. Brasília, 1990b.
- _____. Le Brésil - Droits Constitutionnels et Démarcation des Terres au Brésil, *Journal de la Société des Americanistes*: LXXIX. Paris, 1993.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Antropologia do Brasil: Mito, História, Etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CARVAJAL, G, Alonso de Rojas e Cristóbal de Acuña. *Descobrimientos do rio das Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional (Brasiliana, 203), 1941.
- CARVALHO, J. C. Melo. *Notas de Viagem ao Rio Negro*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1952.
- CHERNELA, J. *The Wanano Indians of the Brazilian Amazon. A sense of Space*. Austin: University of Texas Press, 1993.
- CONDAMINE, C. M. de la. *Relation abrégée d'un Voyage fait dans l'Intérieur de l'Amérique Méridionale*. Paris, 1745.

- CRUZ, Oswaldo G. *Relatório sobre as condições médico-sanitárias do valle do Amazonas*. Rio de Janeiro: Min. da Agricultura, Indústria e Comércio, 1913.
- DANIEL, João P. Tesouro Descoberto no Máximo rio Amazonas, in *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 95 - 2 tomos, Rio de Janeiro, 1975.
- DIAS, A. Gonçalves. Diário da viagem ao Rio Negro (15 de agosto a 5 de outubro de 1861), in PEREIRA, L. M., *A Vida de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro, 1943.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. Belém: CNPq/MPEG, [1783] 1983.
- FRITZ, P. Samuel. O Diário do Padre Samuel Fritz, in *RIHGB*, LXXXI (1917). Rio de Janeiro, 1918.
- GALVÃO, Eduardo. Aculturação Indígena no Rio Negro, in *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Nº 7. Belém, 1959.
- _____. *Encontro de Sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. Areas culturais indígenas no Brasil, in *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Antropologia, 8. Belém, 1960.
- GOLDMAN, I. Tribes of the Uaupés-Caquetá Region, in J. H. Steward (Ed.) *Handbook of South American Indians*, vol. III: 763-798. New York: Cooper Square Publishers, 1948.
- _____. *The Cubeo: Indians of the North West Amazon*. Urbana: University of Illinois press, 1963.
- GURJÃO, Hilário M.A. Descrição da viagem feita desde a cidade da Barra do Rio Negro pelo rio de mesmo nome, in *RIHGB*, T. XVIII. Rio de Janeiro, 1896.
- HERNDON, L. and L. Gibbon. *Exploration of the valley of the Amazon made under direction of Navy Department*. Washington, 1854.
- HILL, J. *Wuakuenai Society: a processual-structural analysis of indigenous cultural life in the upper Rio Negro region of Venezuela*. Tese de Doutorado, Universidade de Indiana, 1983.

- HUGH-JONES, S. *The Palm and the Pleiades: Initiation and Cosmology in Northwest Amazonia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979;
- HUMBOLDT, Alexandre von et Bompland. *Voyage au Nouveau Continent, première partie, Relation Historique*, Tomo Segundo. Paris, 1819.
- I.B.G.E. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, Vol. XIV, Rio de Janeiro, 1957.
- JACKSON, J. *The Fish People. Linguistic Exogamy and Tukanoan Identity in Northwest Amazonia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- JOURNET, Nicolas. Los Curripaco del río Isana: Economía y Sociedad, in *Revista Colombiana de Antropología*, XXIII. Bogotá, 1980.
- _____. *Les Jardins de Paix: étude des structures sociales chez les Curripaco du Haut Rio Negro (Colombie)*. Thèse de IIIème cycle, École des Hautes Études en Sciences Sociales. Paris, 1988.
- KOCH-GRÜNBERG, Theodor. Die Maku, in *Anthropos*, v.1 (6), 1906.
- _____. *Zwei Jahre unter den Indianern*. Berlin, 1909-10.
- _____. *Zwei Jahre bei den Indianern Nordwest Brasiliens*. Stuttgart: Strecker und Schröder, 1923.
- LATHRAP, D.W. *The Upper Amazon*. Londres: Thames e Hudson, 1970.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1947.
- MARIZ, Alceu Cotia. *Relatório sobre a Área Indígena Pari-Cachoeira*. Datilo, Brasília: FUNAI, 1986.
- MARTINS, Walteir. *Os Dâw, sociedade Maku-Kamã: histórico e perspectivas para o futuro, datilo.*, 1991.
- MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas zumal Brasiliens*. Leipzig, 1867.
- MASSA, Pedro. *Pelo Rio Mar*. Rio de Janeiro: Estabelecimento de Artes Gráficas C. Mendes Junior, 1933.

- MEGGERS, B. *Amazônia: Man and Culture in a Counterfeit Paradise*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1977.
- MEGGERS, B & C. Evans. Uma interpretação das culturas da ilha de Marajó, in *Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, Publicação no 7*, Belém, 1957.
- MEIRA, Márcio. *Laudo Antropológico Área Indígena 'Baixo Rio Negro'*. Belém, mimeo, 1991.
- _____. (org.). *Livro das Canoas: documentos para a história indígena da Amazônia*. São Paulo: NHII-USP/FAPESP, 1994;
- MÉTRAUX, A. The hunting and gathering tribes of the Rio Negro Basin, in J. H. Steward (Ed.), *Handbook of South American Indians*, vol. III. New York: Cooper Square Publishers, 1948.
- MORAES, P. José de. *História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará (1759)*. Rio de Janeiro, 1860.
- MÜNDEL, Mark. Notas preliminares sobre os Kaborí (Makú entre o Rio Negro e o Japurá), in *Revista de Antropologia*, v. 17, 1969.
- NIMUENDAJU, Curt. Reconhecimento dos rios Içana, Ayari e Uaupés, in *Textos Indigenistas*. São Paulo: Edições Loyola, [1927] 1982.
- _____. Mapa Etno-Histórico. Rio de Janeiro: IBGE, [1944] 1981.
- OLIVEIRA, Adélia E. de. (org.). *Impressões e reflexões de Eduardo Galvão, em Manaus - Notas de viagem, 1951*, Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia, 7(2), 1991.
- OLIVEIRA, Ana Gita de. *Índios e brancos no alto Rio Negro. Um estudo da situação de contato dos Tariana*. Tese de Mestrado (não publicada), Universidade de Brasília, 1981.
- PAGAN, Blaise F. de. *Relation historique et géographique de la grande rivière des amazones dans l'Amerique*. Paris: Cardin Besongne, 1656.
- PEREIRA, Nunes. *Moronguetá: um decameron indígena*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1948.
- PEREZ, Antonio. Los Bale (Bare), in *Los Aborígenes de Venezuela*, vol. III. Caracas, 1988.

- POZZOBON, Jorge. *Isolamento e endogamia. Observações sobre a organização social dos índios Maku*. Tese de Mestrado (não publicada), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1984.
- _____. *Parenté et démographie chez les indiens Maku*. Tese de Doutorado (não publicada), Université Paris VI, 1992.
- RAMOS, A. R.; P. Silverwood-Cope e A. G. de Oliveira. Padrões e clientes: relações intertribais no alto Rio Negro, in A. R. Ramos (Org.) *Hierarquia e Simbiose. Relações intertribais no Brasil*. HUCITEC/INL, São Paulo, 1980.
- REICHEL-DOLMATOFF, G. *Amazonian Cosmos: the sexual and religious symbolism of the Tukano indians*. Chicago: University of Chicago Press, 1971.
- REID, Howard. *Some aspects of movement, growth, and change among the Hupda Maku Indians of Brazil*. Tese de Doutorado (não publicada), Universidade de Cambridge, 1979.
- REIS, Arthur C. F. *História do Amazonas*. Manaus, 1931.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- SALATI, E. (Ed.). *Amazônia: Desenvolvimento, Integração, Ecologia*. Brasília/São Paulo: CNPq/Brasiliense, 1983.
- SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. *Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. Joze do Rio Negro fez o Ouvidor e Intendente Geral da mesma Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio no anno 1774 e 1775*. Lisboa: Typografia da Academia, 1823.
- SCHULTZ, Harald. *Ligeiras Notas sobre os Maku do Paraná Boá-Boá*, Revista do Museu Paulista, Vol.XI, Nova Série, São Paulo, 1959.
- SILVA, Inácio A. de Cerqueira e. *Corografia paraense ou descrição física, histórica, e política da provincia do Gram-Pará*. Bahia: 1833.
- SILVERWOOD-COPE, Peter. *Os Maku: povo caçador do Noroeste da Amazônia*. Brasília: Editora UnB, 1990.
- SIMONIAN, Ligia. *Notícia sobre a nação Dôw e proposta para regularização de seus direitos territoriais*. Brasília: MIRAD, Informação Técnica n° 149, 1987.

- SOUZA, B. Lopes de. *Do Rio Negro ao Orinoco*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1959.
- SPRUCE, Richard. *Notes of a botanist on the Amazon and Andes*, vol. I. Londres: Macmillan, [1908] 1970.
- STEWART, J. H. The Tropical Forest Tribes, in J. H. Stewart (Ed.) *Handbook of South American Indians*, vol I. Washington: US Government Printing Office, , 1948.
- TASTEVIN, C. Les maku du Japurá, in *Journal de la Société des Américanistes*, 15. Paris, 1923.
- TENREIRO ARANHA, Bento de Figueiredo. As explorações e os exploradores do rio Uaupés (continuação), in *Arquivo do Amazonas*, vol. I, nº 3. Manaus, 1907.
- VAN EMST, P. Indians and missionaries on the rio Tiquié, Brasil-Colombia, in *Internationales Archiv für Ethnographie*, Parte 2, 50. Leiden, 1967.
- VIDAL, Sílvia. *El modelo del processo migratorio prehispanico de los Piapoco: hipotesis y evidencias*. Dissertação de Mestrado, IVIC, Caracas, 1987.
- WALLACE, A. R. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*, Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, [1853] 1979.
- WRIGHT, R. *The history and religion of the baniwa peoples of the upper Rio Negro valley*. Tese de Doutorado (não publicada), Universidade de Stanford, 1981
- _____. Guerres de l'or sur le Haut Rio Negro: stratégies indiennes, in *Ethnies*, 11-12. Paris, 1990.
- _____. Indian Slavery in the Northwest Amazon, in *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 7 (2). Belém, 1991.
- ZUCCHI, Alberta. *El Negro-Cassiquiari-Alto Orinoco como ruta conectiva entre el Amazonas y el norte de Suramerica*. Caracas: IVIC, 1987.

ANEXOS

A. DOCUMENTAÇÃO

- A.01. Portarias 1247/93, 1257/93, 1270/93, O.S. 001/94
- A.02. Documento FOIRN sobre manobras do Exército no Curicuriari
- A.03. Documento FOIRN sobre garimpo
- A.04. Ofício requerendo ao administrador da FUNAI em Manaus providências para regularizar situação de Índios demitidos pelo Prefeito de Sta. Izabel
- A.05. Relatório de viagem da Comissão de Verificação do garimpo do rio Cauaboris
- A.06. FAX com mapa do DNPM
- A.07. Resposta FUNAI ao DNPM
- A.08. Ofício 00376 do Diretor do DNPM à FOIRN
- A.09. Ofício 017/94 do Ministro do Meio Ambiente sobre garimpo na região
- A.10. Ofício 041/94 da SEMACT/AM
- A.11. Ofício 026/94 da ADR/MAO respondendo Ofício da SEMACT/AM (041), incluindo Processo Judicial nº 930000006-3
- A.12. Relatório parcial fundiário
- A.13. Ofício 17/94 do Presidente da Câmara de Vereadores de Sta. Izabel
- A.14. Ofício 0193/94 resposta da FUNAI ao Presidente da Câmara de Vereadores de Sta. Izabel
- A.15. Ofício 57/94 de Prefeito de Sta. Izabel
- A.16. Ofício 205/94 resposta FUNAI ao Prefeito de Sta. Izabel
- A.17. Cópia da publicação da portaria 1247/93 no DOU
- A.18. Mandado de citação PGR - Ação Declaratória nº 9312345-9
- A.19. Parecer da União
- A.20. Memorial descritivo *Área Indígena Médio Rio Negro*
- A.21. Memorial descritivo *Área Indígena Rio Apapóris*
- A.22. Memorial descritivo *Área Indígena Rio Têa*

B. DEPOIMENTOS

Ilha das Flores - Capitão - 9/01/94

Quando eu era menino, 10 anos de idade, quando eu já entendia um pouquinho que os Kamã fazia Dabucuri aqui. Então fazia o seguinte: eles contratava assim, falava com o velho né, uma pessoa daqui pra eles fazer Dabucuri aqui na Ilha né. Então, isso pra eles. Eles tinha que sair daqui pra caçar né lá pro Dacubixí, por aí, no igarapé, por aí mesmo, não sei por onde eles andava, por aí. Passava até uma semana, por aí assim, então que eles conseguia um moqueado, matar um porco, uma cotia, caça do mato mesmo moqueado. Então eles chegavam aqui na Ilha e entregavam isso pro dono né, esses que estão fazendo Dabucuri né. Aí pronto, entregava isso já pro velho também. Já entregava aquele moqueado pro pessoal. Entregavam pra cada pessoa, pra cada família. Aí cada família já tinha que dar o beiju, a farinha pra eles comerem. Pronto já entregava pro chefe dele né. Aí eles vão fazendo assim. Aí eles vão distribuindo pra cada família deles uma parte de beiju, de farinha. Tudo igual. Mais ou menos uma hora assim né [18:00 horas] eles começa a entregar tudo deles. Aí com aquele bebidadinha que eles faz pra eles tomar eles começam a dançar né. Dança aí até de manhã. De manhã bem cedinho eles acorda assim pronto. Daí mesmo eles vão voltando. Eles volta mesmo lá onde eles estão na barraca deles.

Igarapés por aqui eles anda nas cabeceiras desse grande, desse Cubixi né. Agora não sei se tem outro igarapé. Igarapé de Inebo parece que é de lá no Curicuriari. Esse aí. Eles cortam os igarapés por aí. Conhecem mesmo né. É assim que eles passavam né. Enquanto isso a gente ficava morando aqui né, como eu tava contando ainda agora. Então enquanto a gente ficava morando por aqui aí eles tinha que descer pra cá. Muitas famílias né, cinco, seis famílias. Cada família ia lá com outro sítio aqui, dividindo né. Eles iam pra um sítio, pra outro, pra outro... eles iam pra lá, depois lá e vinham aqui com a gente né. Aí já é família daqui. Mamãe que junta as mulheres e que leva pra roça, pra capinar. Aí já tarde, já tem direito de tirar, arrancar a mandioca pra fazer farinha, o beiju, qualquer coisa que precisa né. E durante o dia o marido vai pra caçaria né. Sai por aí, vai caçar por aí. De tarde eles chega aqui (...) eles compra, eles troca com farinha, beiju, curadá, tudo eles dá né, trocando assim com carne, com peixe mesmo né. Assim que eles fazia.

É só esse que me lembro. Isso aí faz tempo né. E daí pronto, nunca mais apareceu. Não apareceram mais por que não sei. De repente eles estão para os lados de São Gabriel por aí. A última vez que eu vi, quando eu morava ainda aqui, chegaram pra morar por aqui nessa ilha, aí do outro lado. O Noventa levou eles. Não sei se eles tinha conta com ele né. Chegou lá, aí pronto, no outro dia embarcou tudinho e levou pro Curicuriari pra eles trabalhar a piaçaba né. E daí nunca mais eles apareceram pra cá.

Jorge: Quando você tinha 10 anos, quando eles fizeram aquele Dabucuri eles não trabalhavam com esses patrões aí de São Gabriel?

Capitão: Não senhor.

Jorge: Era só caçaria e só trabalhavam com vocês aqui?

Capitão: Com a gente por aqui. Mais por essa parte aqui. A gente dava 8 ou 10 calças, camisas pra eles né. Pra eles ter o que vestir. Não era só assim pra alimento né. A gente vê assim né, que eles querem rede e tal né.

Eles falam com a gente na língua geral. Eles tem a linguazinha deles que a gente não entende. Tem deles mesmo, a língua deles. A língua geral, português agora fala também né. Falavam língua geral desde o início. Aqui nós temos um canal que sai aqui né. Mas esse aí é só pra passar uns dias né. Assim pelo mato caçando por aí. De tardezinha a gente desce. Andando caçando pelo mato. Essa área aqui, aqui nessa partezinha aqui não tem esse igarapé grande não. Só tem esse Dacubixí. Agora passando já pra cá, pro rio Caiari já né, que vamos por aí. Por aí já tem aquele lago, igarapé grande que tem lago né. Tem igarapezinho pequeno por aqui, mas esse aí é pequeno né. Só esse Dacubixí onde começa S. João né. Agora de pescar a gente passeia por aí né. Tem de pescar por aí né. Mata paca, mutum, jacaré, peixe mesmo, onça, macaco aqui pra cá do Trovão já tem aquele macaco que chama Acaritiana. Agora aqui não tem esse macaco, só tem aqueles pretinho (...) e aquele macaquinho pequenininho, nessa parte por aqui. Agora passando já pra lá tem Guariba né. Aqui tem Guariba também, mas é muito pouco. Aí no Caiari tem Guariba né.

Cacuri que a gente pesca por aqui, coloca por aqui mesmo. Nessa beirada por aqui. Cacuri (...) por aí a gente coloca também matapi né. Coloca matapi, peixe vai e entra lá né. Cacuri também a mesma coisa no tempo de rio grande. Começa de encher aí pronto a gente prepara logo o Cacuri. Agora tá seco né. Cacuris tão tudo seco também. Matapi ninguém faz agora. No tempo de rio grande a gente pode colocar. No Dacubixí pesca só quando a gente vai caminhar por lá. Não pesca com timbó não. Vai só caçando.

Discurso do Vice-Presidente da AIP na Ilha da Flores sobre o trabalho de Identificação - 10/01/94

(...) O que nós aprendemos com o Márcio (...). Então esses daqui que trabalha nessas coisas. Então vieram fazer esse trabalho nessa área aqui, na margem direita do Rio Negro até lá abaixo, acho que é Santa Isabel, por aí né. Então esse aí é que é o trabalho deles que vão fazer e vieram porque o governo mandou eles né. Como estou dizendo que nós não temos nada a oferecer a eles porque só tem um pouco de peixe da alimentação, mas agradecemos todo esse trabalho que eles estão fazendo pra gente até aqui e sobre essas áreas. Isso aí parece que é sobre a demarcação da terra pro povo. Isso daqui já lutaram muito, principalmente Sr. Márcio que a gente conhece né. Ele já não sei desde que ano ele andava por aqui né, ele já tinha chegado por aqui e que nós conhecemos ele. Mais conhecido de todos ... Então vamos iniciar agora esse encontro. Porque nós precisamos, nós índios que gostamos de falar com vocês, nós precisamos da demarcação da terra, que é nossa terra, porque nós somos daqui, não porque estamos querendo só pra gente ficar aqui parado (...). Essa área que vão ser demarcada não pra ficar parado. Como eu costume dizer isso aqui é pro povo que trabalha, é pra gente cultivar a terra porque é como estou dizendo pra vocês, derrubar uma área onde dê pra plantar as coisas pra gente comer, porque por aqui não tem o que pra gente trabalhar. Todos nós sabemos por aqui que fábrica nós não temos. Trabalho que nós podemos fazer só na agricultura e artesanato se alguém sabe fazer mais (...). Mas a gente que aprender a fazer isso, porque esse aí é o mais principal que nós temos.

Essas coisas também não é pra gente ficar parado porque como escutei na reunião lá (...). Esses pessoal falaram que nós índios por aqui estamos acostumados de pedir as coisas sempre em proveito só boca, só a boca, mas temos que mudar. Dá sim, até se cansa de dar e não vê nada de produção das comunidades e então isso aí eu só posso responder sim, vai mudar. Agora o governo o que vê é a nossa produção. (...) Aí bom a gente chega na área que nós estamos na qual a gente apanha essas coisas e leva ou pra FUNAI ou pra Prefeitura ou qualquer órgão. A gente chega: bom vocês estão aqui nós vamos querer tal coisa. Então pronto esse aí (...). Eles querem ver a produção de cada comunidade. Isso aí que toda vez o presidente da Federação que pode falar isso né. Dizer as coisas que a gente tem que fazer, trabalhar - o poder junto com nosso trabalho. Não pode a gente chegar lá pro governo e olha lá: eu quero isso, eu quero isso, porque os pessoal não tá dando. Essas coisas é pra gente fazer nessas área e essas área que estão demarcado, não porque já está demarcado pronto, eles dão. Aqui é nossa área. Então aqui ninguém pode mexer né. (...) Aqui ninguém mexe não. Mas o que adianta também a gente deixar assim essa areazinha por aí se a gente parou de botar nossa idéia ou (...) pra gente poder ter alguma coisa. Então isso, lá (...) por causa desses garimpeiros que estamos lutando, que nós estamos lutando, que nós estamos vendo o jeito que eles são. Por aqui ainda até agora sempre eles passam né, passam mas não ficam trabalhando por aqui. Hoje ainda vocês viram já baixou dois barcos por aí. Então encontra eles lá, lá naquele lugar acima da Ilha do Açaí onde tem comunidade estão escondido lé atrás dessa ilha aí, fora do canal né. Aí descobrimos, fomos falar com eles. Aí eles: tá tudo certo. Aí eles não queriam baixar, aí eu baixei, eu avisei turma aí, então hoje já baixaram. Até perguntaram se eu tinha autorização pra poder fazer essas coisas. Eu disse: Bom nessa área aqui eu tenho eu disse, porque não sou presidente mas sou o vice-presidente da Associação nessa área aqui, só até Ilha Grande eu falei pra ele. Aí pedi tudo documento também. Eu perguntei porque vocês vieram ainda? Ah! porque o Major de São Gabriel que tinha dado licença pra eles trabalharem daqui até a foz do Xié. Aí eu disse mas tem as nossas autoridades em São Gabriel. Cadê a autorização da FUNAI? E cadê autorização da FOIRN? E cadê autorização da Prefeitura? Eles não tinha. Eles nem quiseram responder que não tinha identidade deles também. "Nós não temos identidade". Claro que eles não tinha. Aí eu pedi porque que vocês andam por aqui bulindo no que não é de vocês? Porque eles são de baixo e a gente daqui ninguém vai bulir por onde eles estão. Ninguém vai procurar de mexer as coisas por aí. Se a gente chegar, a gente chega numa paz aí: olha dá licença. Agora eles não, eu quero ver chegar e até onde eles quiser do jeito que querem fazer né.

Então por isso que essas coisas que nossos irmãos trabalharam muito nisso daí e está mais ou menos já isso aí sobre demarcação da área. Então isso aqui vamos ver se daqui a pouco o governo vai ficar conhecendo de nós índios por aqui, do jeito que eles são. O governo sabe sobre nossa situação por aqui. Ele está por dentro das coisas. Então essa área aqui vai ser área que vai ser demarcada nesse daí, frente nossas autoridades. Digo autoridade porque são mais superiores do que nós. Porque eles entendem. Está o Márcio que conhece (...). A gente vai ter que passar esse ano pra poder acertar esse daí. Bom a minha palavra passa aqui mesmo. Eu passo a palavra para o capitão falar alguma coisa.

Capitão da Ilha das Flores

Então a gente se encontra aqui com muita gente aqui. Sr. Márcio mais aqui D. Ana e mais os senhores que estão presentes aqui, FUNAI e INCRA também né. O representante do INCRA (...). Então da minha parte eu quero declarar assim que o vice-presidente falou né. É sobre os garimpeiros que estão querendo entrar né. Quer dizer eles, esse boato já está por aí mesmo, por aqui né. Quer dizer ainda não tinha aparecido ainda nenhum deles por aqui, mas aí ontem mesmo, na hora que vocês chegaram apareceu um né. Já chegou aqui eles né. Já chegou aqui na Ilha né. Chegaram lá querendo falar comigo assim. Por mim não vai dar não eu disse. Estão querendo já entrar aqui né. Tão querendo trabalhar nessa parte aqui. Que é essa área aqui é nossa, é área indígena né. Então aí não pode né. Então que ele falou que vai ficar lá numa Ilhazinha, faz tempo que a gente diz do Trovão. Então lá que essas balsas vão ficar? Então conforme eles disse que se eles vai ficar pra eles dar (...) pra gente. Então eu disse: por mim eu não dei resposta não. Quem deve dar resposta aqui são o povo, a comunidade que manda. Por mim eu não posso fazer nada. Assim que falei com um deles. E agora sei que assim que Sr. Márcio falou que nós daqui da região, desse área aqui a gente pode trabalhar. Mas assim também não pode porque fica perigoso né. Eles podem entrar. É fácil de entrar mas é difícil sair né. Então agora a minha palavra é esse.

Braz: As balsas já chegaram pra cá. Já chegaram no Alto Rio Negro. Quem que liberou? Quem vieram para cá? Já chegaram no Baixo Rio Negro e já passaram pra cá. Como foi esse negócio aí? Esse que eu queria saber.

Capitão: Nessa época não estavam. Então lá do Tunuí acho que foi pra cidade, pra Manaus e contratou com os garimpeiros. Já vieram até de barco ficar aqui e levou os garimpeiros pra lá. Pra lá do Tunuí né. Então juntaram mais já 6 ou 8 capitão daquela área ali e assinaram um documento dando autorização. Então qualquer uma comunidade tem autoridade de fazer qualquer outro contrato. Basta que eles estão de acordo. Eles entraram, mas os outros não entraram. Foi bom ... porque essa revolta tá ainda, quase que matava né. Tava nessa época aí. Então esse pessoal subiram só com um barco levando material. Montaram essas balsas aí. (...) Foi esse pessoal da Federação que retiraram eles da área e foram descendo até autoridade fez pressão lá (...). Capitão de Nazaré (...), Tunuí e Vista Alegre. E gastaram mais de seis meses lá pra dentro. Então qualquer uma comunidade que faz acordo entre eles pode fazer contrato. Mas nessa parte aí (...). Mas graças a Deus que agora eles só tá indo.

Öndio da Comunidade: mas esses posseiros que fica aqui. Porque aqui tem um posseiro que fica aí lá pro Noventa. Porque isso aí eu estou vendo que isso aí é uma porta para os garimpeiros sabe. Porque já vi muitas vezes que eles cobram alguma coisa, principalmente gasolina. Eles daqui à pouquinho tá aí. E já veio duas vezes parece que tem algum indígena em contato. (...) Então nesse caso depois que esteja demarcado essa área, esses posseiros tem que sinalizar bem ou então tem que sair né. Eles são brancos.

Reunião no Curicuriari - Coordenador da ACIBRN -12/01/94.

Nosso trabalho que equipe que veio trabalhar com nós, vamos começar agora né. Então ontem fui fazer uma comprinha, o rancho da turma né, então estava esperando dia 15 de Janeiro a equipe né, mas cheguei em São Gabriel encontrei eles de surpresa (...). Eles estavam falando em nome do Márcio Meira dizendo que vai chegar aqui, como é que vai ficar, aí foi lá (...), chegaram a turma né. Puxa! Eu fiquei assustado, não sei como fazer né. mexo aqui, mexo ali do pessoal querendo comprar ranchinho até o Braz quebrou o galho né. Aí o Márcio me convidou pra nós baixar duas horas e trinta minutos. Bem eu vou aproveitar e levando esse material ainda. Até embarquei no barco né, aquele problema todo. Em cima da hora da viagem faltou gerador. Aí o Márcio corre pra prefeitura, pra EMATER até que arrumaram né. E hoje de manhã saímos às 9:00 horas da manhã e estamos aqui agora tá. Então eu vou chamar os nomes dos pessoal que estão aqui que veio visitar nós, que veio ver o trabalho que foi levantado pelo Dr. Márcio, esse antropologia né. Então esse aí que os senhores que vieram ver né. Então a pessoa que vou chamar o nome levanta né. Até eu também não conheço bem. Eu conheço é Dr. Márcio, Dra. Ana e Dr. Jorge né que sempre a gente fala. Turma nova nós vamos conhecer agora tá. Equipe de Identificação da área indígena do médio Rio Negro (...) [seguem as apresentações dos membros do GT].

Então nós vamos começar o trabalho. Como é que nós vamos ouvir como é que vão trabalhar com nós. Como é que vão explicar pra nós, que está em cima da mesa esse mapa. Então o pessoal da FUNAI com o INCRA, SEPROR. Aí vamos ouvir ainda explicação, depois vamos perguntar às autoridades que estão trabalhando nessa linha de demarcação da área do médio Rio Negro da área indígena do médio Rio Negro mas os pessoal chama de Baixo Rio Negro né, mas é médio Rio Negro.

Até nessa reunião (...) pensei que tiveram muito pressão de garimpeiro. Quer dizer aqueles pessoal que trabalha atrás das balsas, tudo me surpreende porque estivemos no quartel né. É a única solução que tivemos força senão até hoje ninguém estaríamos aqui. Só esse que aconteceu ainda. Agora posseiro até agora na área não. Até agora não. Só que existe o Vanderlei da EMATER. Parece que é particular, não sei. Esse aí não entendi ainda, não cheguei a conversar. É dentro da área. Então isso daí ele não chegou a explicar como é pra fornecer pra outras comunidades. É aqui acima de Mercedes. O Vanderlei ele era da EMATER agora ele é vereador né. Então ele pegou dos garimpeiros que estavam blefando, pegou eles e botou no campo pra trabalhar pra eles. Então eles estão lá né. Agora até hoje eu não sei quem é que está comandando.

Reunião Comunidade Nossa Senhora Auxiliadora - Ilha de Uábada - 14/01/94

Tivemos o Márcio eu já avisei a vocês que ele vinha fazer demarcação das terras aqui, como nós estava pedindo né. (...) Só que a gente como tá vendo (...) que eles ia sair dia 15 de São Gabriel, hoje dia 12. Mas tá bom né. Vamos fazer (...) eu peço a vocês que vai dar uma boa força, quer dizer, eu quero que todo mundo entenda (...) próprio da gente que está aqui pra resolver esse caso da terra. Porque ainda tem maioria das comunidades ainda não chegaram. Mas tá bom. A gente tá aqui, agente vai começando aí, a gente vai chamar Sr. Márcio que vai dizer

alguma coisa pra gente. Antes a gente vai ter (...) com a professora aqui, ela é minha vice-presidente. São as crianças tudo que vai dar uma boa entrada. Viva a equipe da FOIRN! Viva o Sr. Márcio Meira! Viva o Sr. Ari! Viva o Presidente da FOIRN!

Vice-Presidente: Sr. Braz França o nosso guia, nosso chefe, a nossa esperança. E não esquecendo também de falar do Sr. Alberto Padilha o grande lutador pela demarcação de nossas terras, nossas ilhas. Todos juntos aplaudimos a visita do Excelentíssimo chefe da FUNAI que por intermédio do Sr. Braz nos visita para nos garantir nossa terra, nossos direitos constitucionais e não esquecendo, finalmente, os nossos queridos técnicos por terem a boa vontade de chegar até aqui para fazer sorrir tanta gente. Um abraço da Vice-Presidente. Adinair Torres-Tribo Tukano.

Braz (discurso em Nheengatu, depois traduzido): Estou agradecendo a equipe que veio. E isso, de uma forma ou outra é reconhecendo a dedicação que o povo dá. Então nós estamos sentindo aquela emoção de que o governo está nos atendendo em várias partes. Então é isso aí. A gente está aqui pra trabalhar. Vocês vão ter que dizer pra eles até onde vocês caçam, até onde que tiram madeira, onde vocês tiram palha, onde é que vocês vão pescar, onde vocês têm varadouro que vara de um lado para outro. Em fim pra que esse mapa vai preencher com informações. Esse é o trabalho que eles vão fazer com vocês aqui e eu estou acompanhando essa equipe também para esclarecer mais alguma coisa e também eu estou trazendo um recadinho pra vocês aqui né. Que eu estava, estes últimos dias eu estava de folga né e nem bem eu terminei a minha folga eu já tive que vir para cá. Muitas coisas eu não pude arrumar direito lá na sede inclusive eu poderia ter trazido o kit de vocês. Eu me esqueci e não pude trazer. Mas ele está lá né. Você pode subir inclusive com a gente pra pegar esse material e trazer né. Os rádios também já chegaram. Já estão lá as baterias, as placas solares. Vamos esperar então agora que os técnicos venham na segunda quinzena de fevereiro, fazer o curso e aí então vamos (...). O curso de computador e os barcos também já estão ficando prontos já né. (...) Ficar pronto pra ver se a gente consegue isso até o final de Março. Então a gente espera que em abril vocês já tenham o barco. E assim por diante a gente vai conseguindo as coisas devagar. Então eu acho que é o momento de vocês pensarem um pouco que valeu a pena o sacrifício que vocês têm feito, né. Essa nossa luta, os objetivos Têm custado muito sacrifício, mas que agora de qualquer maneira já está surgindo algum fruto que é também o fruto daquilo que a gente se sacrificou tanto. Isso é o começo a gente vai ter que sacrificar mais conforme a responsabilidade de cada comunidade, que cada organização assumir a gente pode conseguir muito, muito mais coisas. Então por enquanto o que eu quero dizer pra vocês é isso. Qualquer (...). Com sempre vou passar a palavra.

Membro da Comunidade: Eles dizem que usam esse aparelho que não deixa mercúrio cair na água. Mas foi mentira, olha aí, aqui tem uma balsinha. Não foi garimpeiro daqui não. Aí tem uma balsinha. Eles já fez a cantina. Então agora eles tem duas semanas lá. Logo que eles chegou lá eles deram uma picada lá pegaram mais de 30 Kg.

Braz: Então (...) se eles vierem vão ter que passar por aqui, conversar com as comunidades (...). Mas só que nós também não estamos parados. Porque essa matéria sobre essa possível volta deles eu já escrevi imediatamente, escrevi uma carta para o Ministro da Justiça reclamando, falando de toda demarcação, inclusive o próprio Gilberto Mestrinho foi uma carta,

DNPM, tudo lá, Procuradoria Geral circulou. O IBAMA, o DNPM mandou a resposta. Eu tinha mandado, quer dizer cheguei num dia, no outro já vim embora pra cá né. Eu tinha dito pra eles mandar tirar 40 cópias daquela carta que era pra mim trazer e deixar pra vocês aqui. Então aí eu estou dizendo né que o Rio Negro não é uma área de garimpo, que nunca foi liberado essa área para garimpo, mas que qualquer dúvida que a gente tivesse, que a gente tivesse contato direto com a Procuradoria Geral da República de Manaus. O delegado de Manaus. Então isso aí é uma prova de que a gente tem de que se amanhã aparecer alguém aqui eles estão invadindo né. Porque por trás dos panos a gente está sabendo também que eles estariam se organizando para invadir sabe. Vim tudo de monte né. É um troço bastante perigoso sabe. Legalmente a gente tem algum apoio sabe, mas quando eles invadem aí pô (...). Só Polícia Federal. Porque de qualquer maneira a decisão do Juiz prevalece. Isso daí não foi temporário não, isso daí foi permanente. A retirada para eles não voltarem mais. Mas se eles voltarem é assim invadindo. (...) eles descem e ficam por lá na Serra do caparro (...). Eles vão agora para Colômbia. Eu gostaria que eles fossem pra lá e ficassem por lá.

Conversa geral: O grosso do garimpo era aqui mesmo no Rio Negro mesmo. Alguém contou que sempre tinha já umas 30 balsas perto de Barcelos, agora. Muita gente me contaram.

Comunidade do Tabocal do Têa - Rio Têa - 20/01/94

Foi o padre que trouxe eles pra trabalhar pra essa Missão de Santa Isabel. Então eles veio, eles gostou, eles ficou por aqui. O pai era Piratapuia e a mãe Tukano. A maior parte ficaram no povoado. Aqui tem Tukano, tem Desana, Piratapuia sou eu e tem agora eles também lá que são Barés. Agora as esposas deles são irmãs (...) são tukano também aí. Então cruzaram aí Baré com Tukano e ficaram por aqui. O padre que trouxe meu finado pai foi o padre José Schneider, agora ele já é falecido.

Então ele falou esse respeito que nós entrássemos nessa sociedade que ele disse. Mas é outro curso que quando nós vamos falar e não tem mais ninguém mais falando. até irmã diretora falou isso também. E até bispo também estava. Ele falou sobre isso. Mas depois nós vamos conversar e ele, sábado ele foi embora e nós ficamos em dúvida, sem saber. Porque aqui reúne tudo comunidade do índio (...). Tem um outro sítio mais para cima mas pertence aqui comunidade. Só uma família. E outro saíram ontem mas já tá chegando hoje.

Braz: Eu sou Braz de Oliveira França. O menino lá me conhece é meu colega de colégio né. Eu sou da família França que é conhecido quase só aqui no Rio Negro. Então eu já, há muito tempo, pelo menos 8 anos que eu estou trabalhando no movimento indígena. Eu acho que isso não é novidade pra vocês falar nisso. Então o movimento indígena é o seguinte: é que a gente começou perceber que os índios de uma certa maneira estavam sendo muito dominados. A gente sempre procurava saber se defender a gente mesmo. Os índios estavam sendo muito discriminados e massacrados, explorados né. Em qualquer canto que tinha espaço pra outras pessoas o índio sempre ficava do lado né. Só pelo fato de ser índio ele nunca ocupou certos espaços. Os empregos, por exemplo, que surgia na prefeitura e outros órgãos se dava preferência às pessoas que né. Então, por exemplo, ficando vendo isso né. E depois também, na época da ditadura

militar que massacrou o país por mais de 30 anos né. Na verdade nem mesmo os brancos não tinha voz. Todo mundo tinha que ficar caladinho. Se falasse alguma coisa era preso, era surrado, era jogado fora esses negócios. Os índios pior ainda né. Aí é que a gente não podia nem falar nada né. O tempo foi passando até que chegou o período de uma renovação do sistema político governamental e houve aquela previsão da elaboração da nova constituição brasileira. Então pra isso a sociedade tinha que se mobilizar né. Assim como por exemplo, os índios aproveitaram esse ensejo para de qualquer maneira romper aquele silêncio e gritar um pouco também diante do governo brasileiro. Então a gente não tinha alternativa sabe. A gente era reprimido mesmo e a gente procurou todo tipo de aliança inclusive a igreja foi um dos maiores aliados dos índios pra que a gente pudesse então formar um grupo e apresentar propostas no Congresso né. Pra que houvesse também uma lei que protegesse os índios, que tivesse uma lei específica pra sociedades indígenas né. O Brasil todo como se sabe, anteriormente aqui, quem sempre viveu, quem já estava aqui quando chegaram eram os índios. Enquanto que hoje os índios são a minoria aqui. Ninguém tem domínio de nada aqui. Então devido essa situação nós começamos a reunir, fazer nossas reuniões, começar pedir auxílio de pessoas entendidas no caso né, advogados, assessores né. E a gente conseguiu então apresentar uma proposta no Congresso. No Congresso Nacional em Brasília. E a gente teve que balançar mesmo o Congresso lá pra defender o artigo 80. que hoje consta na Constituição. Mas nós lutamos muito. Finalmente, com muita sorte, a lei foi aprovada né. Passou a vigorar a partir de 5 de Novembro, não 5 de Outubro de 1988. Foi quando então a gente começou a ampliar o movimento porque a gente já tinha de qualquer maneira um respaldo na Constituição. Nós começou já a movimentar melhor porque o país também passou por outro regime de governo, já passou para um regime democrático, então a gente podia falar e gritar e a gente já tava mais ou menos com direito disso também. De lá pra cá o Rio Negro sempre foi um poder político muito grande. Do Rio Negro, do pessoal lá do Alto Uaupés, Alto Tiquiê, Xié, Içana, Baixo Rio Negro aqui, a gente resolveu criar um ponto de referência em São Gabriel. Pra quem já tem um bocado de anos que não vê São Gabriel, hoje São Gabriel tá mudado né, já é uma cidadezinha lá. Então lá já tem muito movimento. Já tem várias facilidades até de comunicação que a gente tem telefone, tem outras coisas, correio e tal né. Então pra que o movimento indígena, os índios tivessem um ponto de referência lá, tinha que ser criada uma entidade, uma organização própria né. Então foi criada a Federação em 87, anterior à promulgação da nova Constituição né. Que só assim a gente teria condição de discutir, teria que ser por intermédio de uma organização. Então logo depois foi promulgada a nova lei né, foi aprovado e com base disso então a gente começamos a trabalhar. Agora só que o movimento indígena é as Associações de indígenas, elas trabalham, elas são autônomas, elas são independentes, elas não têm vínculo com nenhum governo, não têm ligação com nenhum partido político, nem mesmo com a igreja né. A gente procura trabalhar a nível de comunidade e associação conforme a realidade de cada povo né. E através dessa união então aí que a gente consegue realmente levar conselho, consciência ao nosso povo e ver as possibilidades de a gente continuar vivendo livre, sem depender muito de outras pessoas que só estão aqui pra tentar dominar. E aí é um pouco da história do movimento indígena no Rio Negro. É mais ou menos baseado nesses assuntos que falamos. Então nós estamos aí.

Como nós viemos a primeira briga, a primeira razão, o primeiro motivo pra que se criasse o movimento indígena não só no Rio Negro como em todo Brasil, é pra defender as terras né. Como vocês podem perceber, talvez vocês não tenham muito isso, mas também já está

aparecendo isso né, do jeito que o fluxo de pessoas de fora em São Gabriel é muito grande, a gente acaba vendo que no nosso próprio quintal já tem cerca né. Já é outro dono. Enquanto que nós que somos donos de lá a gente não se preocupou com arca porque a terra pra nós significa tudo né. Então devido isso a gente procurou também se organizar pra defender as nossas terras sabe. Pô qual é? A gente nunca, a terra pra nós nunca foi problema, a gente sempre andou nos igarapés, pescou, tirou piaçaba, tirou sorva, em qualquer lugar sem ninguém estar proibido, dizendo aquilo é meu, aquele pedaço é meu e tudo mais. E esse então é que nós vamos ver isso. Essa foi a razão principal através de uma organização, solicitar pro governo federal através da FUNAI que reconhecesse as terras onde moram os índios primitivos, quer dizer as pessoas que ocupam a terra. No caso aqui de vocês né, vocês estão aqui mas eu tenho certeza que vocês não têm nem um documento desse terreno né. Que se tiver também esse pra nós não tem muita validade. Isso vale para os brancos, pra nós não né. Então de qualquer maneira, digamos que enquanto não se oficializa essa área como área indígena, qualquer pessoa pode chegar aqui e cadastrar esse terreno e afastar vocês daqui. mesmo sabendo que vocês são moradores daqui tal e tal. Então devido isso então que nós, a nossa briga é pra isso, pra garanti as nossas terras. E pra nós não precisa, a gente não quer ser proprietários da terra. Queremos que o governo reconheça que esse pedaço de terra, como uma terra indígena, onde todo mundo pode trabalhar tranquilamente, sem se preocupar com outras pessoas que possam invadir ou então tirar os nossos direitos. Vocês estavam falando, por exemplo, que pra cá tem muitas pessoas que trabalham piaçaba que vão pegar peixinho, piabeiros e tal né. Tudo bem isso aí. Mas quem deveria de fato fazer esse trabalho seriam vocês que são os donos da terra. Entendeu. Vocês que deveriam pegar esse peixe, chegar aqui e vender pro regatão. Daqui pra lá não passa ninguém. O que vocês querem é piaba? Piaçaba? Nós vamos tirar e nós vendemos pra vocês. Mais ou menos baseado nessa condição é a nossa organização. Quer dizer pra que o povo, as comunidades tenham sua própria autonomia. Dizer o que tem que fazer e como eles devem trabalhar. Devido essa situação então é que nós estamos hoje aqui. Nós começamos a partir de 1990 aí no Baixo Rio Negro, a gente solicitou junto, diretamente do Ministério Público né, o reconhecimento desta área que pra ser reconhecido tinha que ter sido feito esse levantamento antropológico e só quem entende disso são os antropólogos né. A gente não entende disso, você sabe qual é a forma que se procede esse levantamento. O Ministério Público então através da Procuradoria Geral da República e a Associação dos Antropólogos enviaram Dr. Márcio pra fazer esse trabalho. Esse trabalho já está então, desde 90 pra cá, que tá rolando isso. Como aquilo não era, digamos assim, não era oficial né, aí uma solicitação da Procuradoria Geral da República tudo bem. Mas a FUNAI e o governo federal não podiam reconhecer aquilo porque o governo tem o órgão que é próprio pra fazer esse trabalho que é a FUNAI entendeu. Então pra que essa proposta fosse reconhecida foi enviada agora essa equipe composta de funcionários da FUNAI, funcionários do Governo como a Ana tava falando né. Então tem técnico aqui do SEPROR, do INCRA e de outros setores do governo. Esta equipe está fazendo esse trabalho de reconhecimento, conforme era o Laudo Antropológico do Dr. Márcio e a gente teve oportunidade de chegar até aqui com vocês. Mais ou menos esse é o caminho da nossa luta, nosso trabalho né. E eu sei que pra vocês está sendo uma surpresa que nunca ninguém antes falou sobre a questão né. Aí então o objetivo é esse não é. Então daqui pra frente a gente vai sempre estar aqui, por aqui rodando não é. É uma ótima opção como é nossos parentes lá pra cima, todos eles estão organizados né. São 17 organizações que já existem pra lá. Já existem duas aqui pro baixo né. Aí no Curicuriari tem uma Associação que vem até Aruti e do Aruti pra cá é a CACIR né que é sediada bem aqui no Uábada né e daqui pra frente a gente pode

fazer outras associações conforme eles fizeram. Isso é uma maneira de a gente ter uma união e defender os nossos direitos. Que só através de uma organização e união de todos que a gente consegue as coisas. Eu acho que esse um pouco daquilo que eu queria falar pra vocês sobre a questão da terra, sobre a questão da vida em fim. Nós precisamos de qualquer maneira ter uma segurança de vida né. Temos que garantir um pouco o futuro para os nossos filhos e se a gente depois não batalhar nossos filhos é que vão sofrer as conseqüências que não vão ser fáceis daqui para frente. Então era mais ou menos isso. A gente eu acho que vai passar o dia aqui. Qualquer dúvida a gente está por aqui pra discutir com vocês e esclarecer melhor alguma dúvida tá.

Capitão do Tabocal do Têa: Por aqui ainda não apareceu pessoas desses daí como os senhores igual pra conversar né, pra dar esse apoio. A gente fica por aqui tipo desprezado também né. Inclusive sem ninguém tem apoio né. Tá com dez anos né. Primeiro era só sítio. Esse aqui era só mato. Esse capoeira aqui aí nós fomos derrubando. E agora nesses tempos o capitão foi por aí né. Ninguém pediu licença. Só estamos nós por enquanto(...). Quando era só sítio esse sítio já existia há muito tempo. Ele está com 48 anos. Ele é o mais antigo aqui. Ele se criou aqui. Ele veio da comunidade de São Francisco no rio Uaupés. O padre trouxe ele e ele chegou aqui com dois meses e está com 48 anos. O nome dele é Alfredo Lima. Ele é parente do Zé Maria de Lima, do Jorge lá no São Francisco no Uaupés. O Zé Maria que foi da presidência da UCIBRIN né. É parente dele mesmo. Eles foram trazidos de lá pra cá pelo padre José Schneider pra construção da Missão aqui em Santa Isabel que tem exatamente 48 anos. E aí gostaram daqui.

C. Censos populacionais

C.1. Área Indígena Médio Rio Negro

Este censo contém informações sobre a população de todos os sítios e comunidades indicados no Laudo Antropológico feito para a PGR (Cf. Meira, op. cit.), sendo atualizados os dados daquelas localidades que ainda não haviam sido recenseadas, ou o haviam sido de forma incompleta. A população Dâw, agora está listada integralmente, os dados tendo sido levantados pelos missionários da ALEM, e a quem agradecemos pelas informações. As referências a "brancos" são dadas a todos os indivíduos originários de outras regiões brasileiras, muitos dos quais poderiam ser considerados "caboclos". A maioria destes foi incorporada às famílias indígenas através do casamento e adotaram seu modo de vida.

Comunidade de Ilha das Flores

Localização: Rio Negro, diante da foz do rio Uaupés.

População em outubro de 1990: 67 indivíduos.

U 21

POP.	NOME	IDADE	ETNIA
0001	Abdias da Costa	-	Desana
0002	Alcir Mendes da Costa	22	Desana
0003	Alirio da Costa	28	Desana
0004	Gaspar Miranda da Costa	64	Desana
0005	Justa Lizarda	57	Baniwa
0006	Jorge Alberto da Costa	-	Desana
0007	Deucy Mendes	26	Tariana
0008	Deucilene Mendes da Costa	04	Desana
0009	Reginaldo da Costa	-	Desana
0010	Antonio Mendes (viuvo)	58	Tariana
0011	Jair da Costa Mendes	35	Tariana
0012	Domicio da Costa Mendes	39	Tariana
0013	Ermelinda Lizardo	38	Baniwa
0014	Francimar Lizardo Mendes	09	Tariana
0015	Francinildo Lizardo Mendes	06	Tariana
0016	Francisco Lizardo Mendes	04	Tariana
0017	Francinilda Lizardo Mendes	03	Tariana
0018	Alvaci da Costa Mendes	22	Tariana
0019	Maria Massa Dutra	27	Tukano
0020	Aldenir Gregorio Mendes	01	Tariana
0021	Darcy da Costa Mendes	31	Tariana
0022	Dercy da Costa Mendes	26	Tariana
0023	Clemencia da Silva (viuva)	54	Tukano
0024	Maria Georgete Costa	42	Desana
0025	Jaime da Silva Costa	35	Desana
0026	Gabriel da Silva Costa	22	Desana
0027	Auxiliadora da Costa	-	Desana
0028	Ilza da Costa	-	Desana
0029	Valdomiro Caetano	45	Desana
0030	Maria de Fatima Costa Mendes	33	Tariana
0031	Jucivaldo da Costa Mendes	12	Desana

0032	Jucenildo da Costa Mendes	-	Desana
0033	Eugenio Antonio Paidano	53	Baré
0034	Marcilia Guilherme	47	Desana
0035	Eriberto da Silva Paidano	30	Baré
0036	Margarida Gama da Silva	24	Tukano
0037	Henrique Neto Paidano	01	Baré
0038	Amancio da Silva Paidano	22	Baré
0039	Edgar da Silva Paidano	20	Baré
0040	Edvaldo da Silva Paidano	07	Baré
0041	Elizete da Silva Paidano	15	Baré
0042	Cilene da Silva Paidano	17	Baré
0043	João Lizardo	63	Baré
0044	Petronilha Costa	52	Desana
0045	Valter Lizardo Costa	35	Baré
0046	Aparecida Miranda	27	Desana
0047	Sidney Miranda Costa	05	Baré
0048	Sebastião Lizardo Costa	26	Baré
0049	Silvio Lizardo Costa	21	Baré
0050	Edvaldo Lizardo Costa	18	Baré
0051	João Filho Lizardo Costa	13	Baré
0052	Jerônimo Lizardo Costa	09	Baré
0053	Etelvina Lizardo Costa	39	Baré
0054	Lucinira Lizardo Costa	16	Baré
0055	Luciene Lizardo Costa	07	Baré
0056	Albertina Melgueiro (viúva)	79	Baré
0057	Anísio Melgueiro da Cruz	43	Baré
0058	Maria Zeni da Cruz	51	Baré
0059	Irinéia Cruz Henrique	13	Baré
0060	Soila da Gama (viúva)	80	Baré
0061	Justino da Cruz	-	Baré
0062	Francisca da Silva	-	Baniwa
0063	Guardina da Silva Cruz	-	Baré
0064	Angelino Lizardo	67	Baré
0065	Inardina Matias	60	Arapáço
0066	Edson Matias Lizardo	29	Baré
0067	Gerstrudes Solano	24	Tukano

Comunidade de Bauari.

Localização: foz do rio Uaupés.

População em janeiro de 1994: 45 indivíduos.

420

0068	Marzêncio dos Santos		Baré
0069	Felizberta Tavares		Baré
0070	José Gregório Tavares dos Santos		Baré
0071	Josimar Tavares dos Santos		Baré
0072	Joanilson Tavares dos Santos		Baré
0073	Tamara Tavares dos Santos		Baré
0074	Virgínia Tavares dos Santos		Baré
0075	Francisca Tavares dos Santos		Baré
0076	Rafael Tavares dos Santos		Baré

0077	Alberto Tavares dos Santos		Baré
0078	Lindalva Costa Delgado		Baré
0079	Márcio Delgado dos Santos		Baré
0080	Joelma Delgado dos Santos		Baré
0081	Raquelma Delgado dos Santos		Baré
0082	Jelmir Delgado dos Santos		Baré
0083	Alberta Delgado dos Santos		Baré
0084	Domingos Sávio Carianil		Baré
0085	Maria Josefa Tavares dos Santos		Baré
0086	Haley dos Santos Carianil		Baré
0087	Natan dos Santos Carianil		Baré
0088	Erica dos Santos Carianil		Baré
0089	João da Silva		Tukano
0090	Marciana dos Santos		Baré
0091	Denivaldo Cruz da Silva		Tukano
0092	Denison Cruz da Silva		Tukano
0093	Delson Cruz da Silva		Tukano
0094	Lúcia Cruz da Silva		Tukano
0095	Laura Cruz da Silva		Tukano
0096	Armando da Gama		Baré
0097	Alexandrina da Cruz		Baré
0098	Argemiro da Cruz Gama		Baré
0099	Marlene Barbosa		Tukano
0100	Elizabete Barbosa da Gama		Tukano
0101	Elizângela Barbosa da Gama		Tukano
0102	Francisco Velasques Albuquerque		
0103	Ermelinda da Gama		Baré
0104	Waldemar Gama Albuquerque		
0105	Legiane Gama Albuquerque		
0106	Francivalda Gama Albuquerque		
0107	Francinês Gama Albuquerque		
0108	Sérvulo José da Silva		
0109	Odorica da Costa		Baré
0110	Silvino Costa da Silva		
0111	Marcina Costa da Silva		
0112	Carlos Costa da Silva		

Sítio Carapanã.

Localização: Margem esquerda do rio Negro, em frente à ilha tamanduá.

População em outubro de 1990: 7 indivíduos.

0113	Angelino Lizardo	67	Baré
0114	Inardina Matias	60	Arapaço
0115	Edson Matias Lizardo	29	Baré
0116	Gerstrudes Solano	24	Tukano
0117	Afonso Lizardo	-	Baré
0118	Manuel Lizardo	-	Baré
0119	Nenem (apelido)	-	Baré

Sítio do Tatu.

Localização: Márgem direita do rio Negro, à jusante da Ilha das Flores.

População em outubro de 1990: 9 indivíduos.

0120	Durvalino da Cruz	55	Baré
0121	Raimunda Soares	51	Desana
0122	Luís Efrain Soares da Cruz	18	Baré
0123	José Alberto da Cruz	16	Baré
0124	Jesus Pascoal da Cruz	12	Baré
0125	José Gregório Soares da Cruz	07	Baré
0126	Carmem Celina Soares da Cruz	22	Baré
0127	Marly Marlene Soares da Cruz	10	Baré
0128	Paula Andréa Soares da Cruz	05	Baré

Sítio Ilha do Tamanduá.

Localização: Rio Negro.

População em outubro de 1990: 13 indivíduos.

0129	Joaquim Benjamim	38	Tukano
0130	Ermínia da Silva	38	Desana
0131	Elson da Silva Benjamim	19	Tukano
0132	Renato da Silva Benjamim	14	Tukano
0133	Germano da Silva Benjamim	06	Tukano
0134	Roberto da Silva Benjamim	02	Tukano
0135	Doralice da Silva Benjamim	16	Tukano
0136	Fileto Benjamim	35	Tukano
0137	Orlandina Ferreira	26	Tukano
0138	Geraldo Ferreira Benjamim	16	Tukano
0139	Lúcia Ferreira Benjamim	11	Tukano
0140	Cláudia Ferreira Benjamim	04	Tukano
0141	Manoel Neco Ferreira	23	Tukano

Sítio: Taracué

Localização: margem direita do rio Negro, logo à jusante da ilha tamanduá

População em outubro de 1990: 11 indivíduos

0142	Leopoldino Ferreira	67	Tukano
0143	Amália Alves	40	Tuyuca
0144	Daniel Alves Ferreira	25	Tukano
0145	Elizeu Alves Ferreira	22	Tukano
0146	Danilo Alves Ferreira	20	Tukano
0147	Fortunato de Oliveira (viúvo)	49	Tariana
0148	Gilberto Lacerda de Oliveira	26	Tariana

0149	Eduardo Lacerda de Oliveira	24	Tariana
0150	Jurandir Lacerda de Oliveira	22	Tariana
0151	Aparecida Lacerda de Oliveira	18	Tariana
0152	Maria Gorete Lacerda de Oliveira	13	Tariana

Sítio: Yawawira

Localização: rio Negro, ilha de tamanduá, próximo à foz do rio Uaupés

População em outubro de 1990: 40 indivíduos.

0153	Joanico de Lima	57	Tukano
0154	Micaela Vasquez	47	Piratapuia
0155	Fabriciano Vasquez de Lima	29	Tukano
0156	Maria Celeste Moreira	25	Tariana
0157	Djalma Moreira Lima	06	Tukano
0158	Diana Moreira Lima	03	Tukano
0159	Claudiana Moreira Lima	01	Tukano
0160	Carlos Vasquez de Lima	23	Tukano
0161	Leonardo Vasquez de Lima	23	Tukano
0162	Celestino Vasquez de Lima	19	Tukano
0163	Martinho Angelo Vasquez de Lima	14	Tukano
0164	Menegildo Vasquez de Lima	08	Tukano
0165	Pedro Barbosa de Lima	26	Tukano
0166	Eugênio Barbosa de Lima	19	Tukano
0167	Marcelo Barbosa de Lima	17	Tukano
0168	Marcília Barbosa de Lima	24	Tukano
0169	Marlene Barbosa de Lima	22	Tukano
0170	Mário Cordeiro Pedrosa	40	Tukano
0171	Nazária Borges	33	Tuyuca
0172	Elizeu Borges Pedrosa	06	Tukano
0173	Pedro Paulo Borges Pedrosa	01	Tukano
0174	Sandra Borges Pedrosa	14	Tukano
0175	Aparecida Borges Pedrosa	11	Tukano
0176	Alexandre Vasquez	49	Piratapuia
0177	Ermelinda Vaz	34	Desana
0178	Paulo Manoel Vaz Vasquez	19	Piratapuia
0179	Maristela Vaz Vasquez	14	Piratapuia
0180	Maria Zenaide Vaz Vasquez	12	Piratapuia
0181	Afonso Vaz Vasquez	07	Piratapuia
0182	Eliana Vaz Vasquez	02	Piratapuia
0183	Graciliano Vasquez	45	Piratapuia
0184	Cecília Cordeiro Pedrosa	32	Tukano
0185	Norberto Pedrosa Vasquez	08	Piratapuia
0186	Felicita Pedrosa Vasquez	11	Piratapuia
0187	Evanilda Pedrosa Vasquez	06	Piratapuia
0188	Olinda Pedrosa Vasquez	03	Piratapuia
0189	Recém-nascida sem nome		Piratapuia
0190	Audinéia Ribeiro Pedrosa	09	Piratapuia
0191	Anícia Cordeiro	65	Tariana
0192	Agostinho Vasquez	37	Piratapuia

Sítio: Marajó

Localização: ilha tamanduá, no rio Negro

População em outubro de 1990: 16 indivíduos

0193	Graciliano Lima	61	Tukano
0194	Inácia Vasquez	62	Piratapuia
0195	Rosalino Vasquez Lima	37	Tukano
0196	Rufino Vasquez Lima	34	Tukano
0197	Aparecida Lacerda de Oliveira	19	Tariana
0198	Alberto Vasquez de Oliveira	01	Tukano
0199	Edmilson Vasquez Lima	23	Tukano
0200	Leocrécio Vasquez Lima	22	Tukano
0201	Cristina Vasquez Lima	42	Tukano
0202	Justino de Oliveira	52	Tariana
0203	Regina Vasquez Lima	40	Tukano
0204	João Paulo de Oliveira	26	Tariana
0205	André de Oliveira	18	Tariana
0206	Justino Filho de Oliveira	06	Tariana
0207	Fábio de Oliveira	04	Tariana
0208	Maria Elba de Oliveira	13	Tariana

Sítio: Tapira-ponta

Localização: rio Negro, ilha tamanduá, em frente a carapanã

População em outubro de 1990: 15 indivíduos

0209	João Lizardo	63	Baré
0210	Petronilha Costa	52	Baré
0211	Valter Lizardo Costa	35	Baré
0212	Aparecida Miranda	27	Desana
0213	Cisne Lizardo Miranda	12	Baré
0214	Sidney Lizardo Miranda	05	Baré
0215	Sidnéia Lizardo Miranda	10	Baré
0216	Sebastião Lizardo Costa	26	Baré
0217	Sílvio Lizardo Costa	21	Baré
0218	Edvaldo Lizardo Costa	18	Baré
0219	João Filho Lizardo Costa	13	Baré
0220	Jerônimo Lizardo Costa	09	Baré
0221	Etelvina Lizardo Costa	39	Baré
0222	Lucinira Lizardo Costa	16	Baré
0223	Luciene Lizardo Costa	07	Baré

Sítio: Tipiáca

Localização: rio Negro, foz do igaraçé tipiáca

População em outubro de 1990: 03 indivíduos

0224	Eriberto da Silva Paidano	30	Baré
0225	Margarida Gama da Silva	24	Tukano
0226	Henrique Neto Paidano	01	Baré

Sítio: Ilha do Cumati

Localização: rio Negro, ilha do Cumati

População em outubro de 1990: 24 indivíduos

0227	Horácio da Silva	63	Desana
0228	Marcolina Paiva	40	Baniwa
0229	João da Silva Paiva	33	Desana
0230	Gabriel da Silva Paiva	13	Desana
0231	Edmundo da Silva Paiva	12	Desana
0232	José Mauro da Silva Paiva	09	Desana
0233	Elza da Silva Paiva	27	Desana
0234	Maria Lenilda da Silva Paiva	24	Desana
0235	Roberta da Silva Paiva	19	Desana
0236	Benedito Matias	-	Branco
0237	Leandro Matias	39	Baniwa
0238	Dalila Henrique	29	Desana
0239	Elizabete Henrique Matias	11	Baniwa
0240	Eliana Henrique Matias	09	Baniwa
0241	Celestina Henrique Matias	02	Baniwa
0242	Juscelino Henrique Matias	06	Baniwa
0243	Lucas Matias	-	Baniwa
0244	Moisés Matias	-	Baniwa
0245	Cóia (apelido)	-	Baniwa
0246	Justina Matias (viúva)	48	Baniwa
0247	Valdeci Moreira da Cruz	16	Baniwa
0248	Admilson Moreira da Cruz	14	Baniwa
0249	Ademir Moreira da Cruz	09	Baniwa
0250	Etelvina Moreira da Cruz	11	Baniwa

Sítio: Xicantá

Localização: rio Negro, ilha de Xicantá

População em outubro de 1990: 04 indivíduos

0251	Albertina Melgueiro (viúva)	79	Baré
0252	Anísio Melgueiro da Cruz	43	Baré
0253	Maria Zeni da Cruz	51	Baré
0254	Irinéia Cruz Henrique	13	Baré

Sítio: Umarirucuera

Localização: margem esquerda do rio Negro, um pouco à jusante da ilha das flores

População em outubro de 1990: 04 indivíduos

0255	Manoel Sebastião de Oliveira	34	Branco
0256	Elza da Silva Paiva	27	Desana
0257	Alberto Cristiano	08	Desana
0258	Recém-nascido sem nome	-	Desana

Sítio: Altamira

Localização: rio Negro, à jusante da ilha das Flores

População em outubro de 1990: 04 indivíduos

0259	Domingas Ferreira (viúva)	56	Tukano
0260	Celeste Ferreira	22	Tukano
0261	Laurentino Ferreira	35	Tukano
0262	Francineido Ferreira	03	Tukano

Sítio: Ilha do Yapuna

Localização: rio Negro, foz do rio Uaupés

População em outubro de 1990: 06 indivíduos

0263	Ramiro Lizardo	-	Baré
0264	Auxiliadora da Costa	-	Desana
0265	Clóvis Lizardo	-	Baré
0266	Gérson Lizardo	-	Baré
0267	Mauro Lizardo	-	Baré
0268	Ramiro Filho Lizardo	-	Baré

Sítio: Tamanduá

Localização: rio Negro, próximo à Ilha das Flores

População em outubro de 1990: 08 indivíduos

0269	Rosendo Melgueiro	42	Baré
0270	Etelvina Costa Lizardo	35	Desana
0271	Natanael Lizardo Melgueiro	13	Baré
0272	José Maria Lizardo Melgueiro	04	Baré
0273	Albertina Lizardo Melgueiro	13	Baré
0274	Maria Solange Lizardo Melgueiro	11	Baré
0275	Inêz Lizardo Melgueiro	02	Baré
0276	Josefa Lizardo Melgueiro	06	Baré

Sítio: Novo 1

Localização: margem direita do rio Negro, um pouco à montante da ilha Cumati

População em outubro de 1990: 09 indivíduos

0277	Valentim Moreira	-	Baré
0278	Terezinha da Silva Matias	-	Baniwa
0279	Aracildo Matias	-	Baré
0280	Angelina Francisco	-	Desana
0281	Ercília Matias	-	Baré
0282	Geni Matias	-	Baré
0283	Salomão Moreira Silva	-	Baré
0284	Alberto Moreira Matias	-	Baré
0285	Dalva Maria Carmen Matias	-	Baré

Sítio: Uairamã

Localização: rio Negro, ilha do Uairamã

População em outubro de 1990: 05 indivíduos

0286	João Caetano da Cruz	70	Branco
0287	Liliosa da Cruz	73	Desana
0288	Valdomiro Caetano da Cruz	-	Desana
0289	Manoel Caetano da Cruz	-	Desana
0290	João Epidio	-	Desana

Sítio: São João

Localização: rio Negro, logo à jusante do igarapé Tipiáca

População em outubro de 1990: 22 indivíduos

0291	João de Braga(viúvo)	64	Tariana
0292	Francisco Albuquerque Silva	40	Tukano
0293	Fátima de Braga	30	Tariana
0294	Rosinéia de Braga	19	Tariana
0295	Isaías dos Santos de Braga	-	Tariana
0296	Anastácia Domingos Albuquerque	-	Tukano
0297	José Silvestre (viúvo)	-	Tukano
0298	Marcos Silvestre	-	Tukano
0299	Nivaldo Silvestre	-	Tukano
0300	Agenor Albuquerque	-	Tukano
0301	Maria Raimunda	-	Desana
0302	Roberto Albuquerque	-	Tukano

0303	Sebastião Albuquerque	-	Tukano
0304	Nazaré Albuquerque	-	Tukano
0305	Neide Albuquerque	-	Tukano
0306	Guiomar Albuquerque	-	Tukano
0307	Cristina Albuquerque	-	Tukano
0308	Conceição Albuquerque	-	Tukano
0309	Calixto Albuquerque	-	Tukano
0310	Maria Gama	-	Desana
0311	Claudenilson Gama Albuquerque	-	Tukano
0312	Recém-nascido sem nome	-	-

Sítio: Cabana

Localização: rio Negro, ilha de São Gregório

População em outubro de 1990: 14 indivíduos

0313	Soila da Gama	80	Baré
0314	Justino da Cruz	46	Baré
0315	Francisca da Silva	30	Baniwa
0316	Guardina da Cruz	10	Baré
0317	Florianio da Silva	45	Baniwa
0318	Valentina Alberto	36	Baniwa
0319	Raul da Silva	-	Baniwa
0320	Mário da Silva	-	Baniwa
0321	Ernesto da Silva	-	Baniwa
0322	Lili da Silva	-	Baniwa
0323	Rafael da Silva	-	Baniwa
0324	Beatriz da Silva	-	Baniwa
0325	Rosa da Silva	-	Baniwa
0326	Erminia da Silva	-	Baniwa

Sítio: Sarapó

Localização: rio Negro próximo à ilha das Flores

População em outubro de 1990: 17 indivíduos

0327	Gilberto da Silva Cipriano	-	Arapaço
0328	Mariela Alves Nogueira	-	Piratapuia
0329	Gilmar Nogueira Cipriano	-	Arapaço
0330	Gilmara Nogueira Cipriano	-	Arapaço
0331	Recém-nascido sem nome	-	Arapaço
0332	Eugênio Barbosa	36	Desana
0333	Maria da Conceição Nogueira	32	Piratapuia
0334	Deusdino Nogueira Barbosa	-	Desana
0335	Aminael Nogueira Barbosa	-	Desana

0336	Guiomar Nogueira Barbosa	-	Desana
0337	Naeli Nogueira Barbosa	-	Desana
0338	Clemente da Silva Nogueira	-	Piratapuia
0339	Marcília Alves	-	Desana
0340	João Batista Nogueira	-	Piratapuia
0341	Gabriela Nogueira	-	Piratapuia
0342	Josefina Alves Nogueira	-	Piratapuia
0343	Glória Alves Nogueira	-	Piratapuia

Sítio: Ilha Baixa

Localização: rio Negro, próximo à ilha das Flores

População em outubro de 1990: 17 indivíduos

0344	Emílio Hilário	70	Baniwa
0345	Maria Gomes	59	Piratapuia
0346	Plácido Gomes Hilário	-	Baniwa
0347	Aparecida Gomes Hilário	-	Baniwa
0348	Maria das Graças Hilário	-	Baniwa
0349	Antonio Gabriel Fidelis	44	Tariana
0350	Brígida Gomes Hilário	42	Baniwa
0351	Regineu Hilário Gabriel	-	Tariana
0352	Odília Hilário Gabriel	-	Tariana
0353	Juliane Hilário Gabriel	-	Tariana
0354	Alberto da Silva Batista	43	Tariana
0355	Ana Alves Nogueira	35	Piratapuia
0356	Edésio Nogueira Batista	-	Tariana
0357	Maria Leonilda Nogueira Batista	-	Tariana
0358	Lucinéia Nogueira Batista	-	Tariana
0359	Léa Nogueira Batista	-	Tariana
0360	Leonéia Nogueira Batista	-	Tariana

Sítio: Tabocal

Localização: rio Negro próximo à ilha das Flores

População em outubro de 1990: 10 indivíduos

0361	Moisés Cipriano	60	Arapaço
0362	Gilberto da Silva Cipriano	-	Arapaço
0363	Nivaldo da Silva Cipriano	-	Arapaço
0364	Moisés Filho da Silva Cipriano	-	Arapaço
0365	Lourdes da Silva Cipriano	-	Arapaço
0366	Maurício de Lima Cruz	-	Branco
0367	Inês da Silva Cipriano	-	Arapaço
0368	Maria Rosângela da Cruz Cipriano	-	Arapaço
0369	Rosa da Cruz Cipriano	-	Arapaço
0370	Enegilda da Cruz Cipriano	-	Arapaço

Sítio: Caacué

Localização: rio Negro, um pouco acima da comunidade São Luís

População em outubro de 1990: 07 indivíduos

0371	Alberto Luís Gonçalves	39	Baniwa
0372	Olivia Ana	37	Baniwa
0373	Fortunato Otávio Gonçalves	-	Baniwa
0374	Nivaldo Gonçalves	-	Baniwa
0375	Ermelinda Olívia Gonçalves	-	Baniwa
0376	Maria Ana Gonçalves	-	Baniwa
0377	Inácia Ana Gonçalves	-	Baniwa

Sítio: Mirauaca

Localização: rio Negro, em frente a São Luís

População em outubro de 1990: 14 indivíduos

0378	Raimundo Andrade(viúvo)	65	Uanana
0379	Avenina Andrade	-	Uanana
0380	Givanete Andrade	-	Uanana
0381	Ubaldo Andrade	31	Uanana
0382	Celina Plácido	29	Baniwa
0383	Evanildo Plácido Andrade	-	Uanana
0384	Edvaldo Plácido Andrade	-	Uanana
0385	Evanaide Plácido Andrade	-	Uanana
0386	Avanilda Plácido Andrade	-	Uanana
0387	Alciene Plácido Andrade	-	Uanana
0388	Euládio Andrade Melgueiro	35	Baniwa
0389	Givanete Andrade	28	Uanana
0390	Ronaldo Andrade Melgueiro	-	Baniwa
0391	Cléia Andrade Melgueiro	-	Baniwa

Comunidade: São Luís

U 22

Localização: margem direita do rio Negro, a meio caminho entre SGC e a foz do Uaupés.

População em outubro de 1990: 105 indivíduos

0392	Zacarias Marcelino Benis	40	Arapaço
0393	Maria Panhema	38	-
0394	Feliz Marcelino Benis	-	Arapaço
0395	José Marcelino Benis	-	Arapaço
0396	Geomir Marcelino Benis	-	Arapaço
0397	Rosana Marcelino Bemis	-	Arapaço
0398	Suzette Marcelino Benis	-	Arapaço
0399	Recém-nascido sem nome	-	Arapaço
0400	Artur Pompilho Melgueiro	32	Baniwa
0401	Hortência Almeida da Silva	-	Desana

0402	Edmilson da Silva Pompilho	-	Baniwa
0403	Roselina da Silva Pompilho	-	Baniwa
0404	Marcos Paulo Gonçalves	-	Baniwa
0405	Paulo Gilberto Gonçalves	-	Baniwa
0406	Regina Gonçalves	-	Baniwa
0407	Maria Florência Gonçalves	-	Baniwa
0408	Lucimar Mateus	-	Arapaço
0409	Gracinei Cris Mateus da Cruz	-	Baré
0410	Andrade Gonçalves	24	Werekena
0411	Geralda Maria Mateus	24	Arapaço
0412	Reginaldo Mateus Gonçalves	-	Werekena
0413	Edenilson Mateus Gonçalves	-	Werekena
0414	Fernando Diniz	48	Piratapuia
0415	Adélia Pinheiro Dutra	-	Tuyuca
0416	Samuel Diniz	-	Piratapuia
0417	Tiago Peres	-	Tukano
0418	Amélia Fonseca	-	Piratapuia
0419	Gentil Benis Marcelino	49	Arapaço
0420	Josefina Peres	48	Tukano
0421	Gerson Peres Marcelino	-	Arapaço
0422	Margarida Peres Marcelino	-	Arapaço
0423	Bernadete Peres Marcelino	-	Arapaço
0424	Matilde Peres Marcelino	-	Arapaço
0425	Manoel Henrique Peres	68	Tukano
0426	Anita Peres	65	Piratapuia
0427	Ambrosina Miranda (viúva)	65	Piratapuia
0428	Ermírio Miranda Isidoro	19	Tariana
0429	Fernando Miranda Isidoro	-	Tariana
0430	Delfino Miranda Isidoro	-	Tariana
0431	Conceição Bernardo (viúva)	60	Arapaço
0432	Protásio Bernardo Trindade	-	Tukano
0433	Domingos Bernardo Trindade	-	Tukano
0434	Luis Marcelino	68	Arapaço
0435	Maria Guerreiro	65	Tukano
0436	Sebastião Guerreiro Marcelino	-	Arapaço
0437	Zenil Guerreiro Marcelino	-	Arapaço
0438	Zerivaldo Guerreiro Marcelino	-	Arapaço
0439	Gracimar Guerreiro Marcelino	-	Arapaço
0440	Robertina Guerreiro Marcelino	-	Arapaço
0441	Sidônio Celestino	29	Tukano
0442	Mirian Mateus	29	Arapaço
0443	Mário Jorge Mateus Celestino	-	Tukano
0444	Cedumar Mateus Celestino	-	Tukano
0445	Sidney Mateus Celestino	-	Tukano
0446	Rosilene Mateus Celestino	-	Tukano
0447	Antonio Mateus	67	Arapaço
0448	Maria José Rocha	65	Tukano
0449	Valdomiro Mateus	-	Arapaço
0450	Aluisio Mateus	-	Arapaço
0451	Auxiliadora Mateus	-	Arapaço
0452	Geralda Maria Mateus	-	Arapaço
0453	Etelvina Mateus	-	Arapaço
0454	Francisco Mateus	43	Arapaço

0455	Jacinta Celestina	35	Tukano
0456	Ponciano da Silva Celestino	43	Tukano
0457	Adilson Mateus	-	Arapaço
0458	Nilson Mateus	-	Arapaço
0459	Lucimar Mateus	-	Arapaço
0460	Delma Mateus	-	Arapaço
0461	Lindalva Mateus	-	Arapaço
0462	Celestino Isidoro	25	Tariana
0463	Roberta Marcelino	-	Arapaço
0464	André Marcelino Isidoro	-	Tariana
0465	Roque Marcelino Isidoro	-	Tariana
0466	Anastácio Mateus (viúvo)	65	Arapaço
0467	Joventina Mateus	-	Arapaço
0468	Inês Mateus	-	Arapaço
0469	José Maria Mateus	34	Arapaço
0470	Lucimar Bernardo	24	Tariana
0471	Recém-nascido sem nome	-	Arapaço
0472	Marineide Bernardo Mateus	-	Arapaço
0473	Marilene Bernardo Mateus	-	Arapaço
0474	Francisco Bernardo	48	Arapaço
0475	Valdivina da Silva	37	Desana
0476	Erivan da Silva Bernardo	-	Arapaço
0477	Zenilda da Silva Bernardo	-	Arapaço
0478	Rosenilda da Silva Bernardo	-	Arapaço
0479	Hilto Guilherme da Silva	47	Tukano
0480	Olinda Gabriel da Gama	36	Tariana
0481	Juarez Gabriel da Gama	-	Tariana
0482	Francisco Jeferson da Gama	-	Tariana
0483	Denis Gama da Silva	-	Tukano
0484	Delcio Pedro Gama da Silva	-	Tukano
0485	Deilton Gama da Silva	-	Tukano
0486	Evaldo Gama da Silva	-	Tukano
0487	Desuite Gama da Silva	-	Tukano
0488	Olívia Gama da Silva	-	Tukano
0489	Iracema Gabriel da Silva	-	Tukano
0490	Gaudêncio da Silva	78	Desana
0491	Felícia de Almeida Rodrigues	76	Tukano
0492	Narciso Almeida da Silva	33	Desana
0493	Irene Pereira da Silva	31	Tukano
0494	Oswaldo Pereira da Silva	-	Desana
0495	José Pereira da Silva	-	Desana
0496	Alberto Pereira da Silva	-	Desana
0497	Maria Elizângela Pereira da Silva	-	Desana

Sítio: Trovão

Localização: Ilha no rio Negro, um pouco acima da comunidade de São Miguel

População em outubro de 1990: 13 indivíduos

0498	Pedro dos Santos(viúvo)	64	Baré
0499	Francisco Fidelis dos Santos	-	Baré
0500	Élvia Helena Peinado dos Santos	-	Baniwa
0501	Salis Aparecido Peinado dos Santos	-	Baré
0502	Sandro Peinado dos Santos	-	Baré
0503	Sandra Peinado dos Santos	-	Baré
0504	Maria Jealene Peinado dos Santos	-	Baré
0505	Domingos Fidelis dos Santos	-	Baré
0506	Agapito Fidelis dos Santos	-	Baré
0507	Rosivan dos Santos	-	Baré
0508	José Trindade	47	Uanana
0509	Maria Auxiliadora Trindade	45	Tukano
0510	Rosiana Trindade	-	Uanana

U 23

Comunidade: São Miguel

Localização: Márgem direita do rio Negro, na altura da serra de Cabari

População em outubro de 1990:25 indivíduos

0511	José Fidelis de Almeida Tavares	63	Tukano
0512	Argemira Trindade Fidelis Araujo	50	Baré
0513	Benildo Fidelis Trindade	47	Tukano
0514	Maria Aparecida Cordeiro	38	Baniwa
0515	Marcino Cordeiro Fidelis	-	Tukano
0516	Ananias Cordeiro Fidelis	-	Tukano
0517	Marinete Cordeiro Fidelis	-	Tukano
0518	Maria Rita Cordeiro Fidelis	-	Tukano
0519	Joelma Cordeiro Fidelis	-	Tukano
0520	Lourdes Cordeiro Fidelis	-	Tukano
0521	Jorge Fidelis Trindade	-	Tukano
0522	Jósimo Fidelis Trindade	-	Tukano
0523	Maria das Dores da Silva Xavier	-	Tariana
0524	Josimar da Silva Fidelis	-	Tukano
0525	Josinei da Silva Fidelis	-	Tukano
0526	Anselmo Fidelis Trindade	-	Tukano
0527	Adenilda da Silva Brazão	-	-
0528	Carlos Fidelis Trindade	-	Tukano
0529	Izabel Fidelis Trindade	-	Tukano
0530	Expedito da Silva	53	Branco
0531	Helena Fidelis Trindade	45	Tukano
0532	José Fidelis da Silva	-	Tukano
0533	Marcelo Fidelis da Silva	-	Tukano
0534	Aguinaldo Fidelis da Silva	-	Tukano

0535	Oséas Fidelis da Silva	-	Tukano
------	------------------------	---	--------

Sítio: Cabari

Localização: rio Negro, logo à jusante da comunidade São Miguel

População em novembro de 1991:10 indivíduos

0536	João Fernandes Caxias	50	Tukano
0537	Maria Aguiar Peixoto	36	Desana
0538	Claudiomar Aguiar Caxias	-	Tukano
0539	José Ribamar Aguiar Caxias	-	Tukano
0540	Clarinez de Jesus Aguiar Caxias	-	Tukano
0541	Clotilde Aguiar Caxias	-	Tukano
0542	Maria Onilda Aguiar Caxias	-	Tukano
0543	Celina Aguiar Caxias	-	Tukano
0544	Rocinete Aguiar Caxias	-	Tukano
0545	Recém-nascida sem nome	-	Tukano

Sítio: Novo 2

Localização: margem direita do rio Negro, em frente a ilha do Trovão

População em novembro de 1990:06 indivíduos

0546	Carlos Costa	-	Tukano
0547	Olívia Costa	-	Tuyuca
0548	Vander Costa	-	Tukano
0549	Vanderléia Costa	-	Tukano
0550	Zenilda Costa	-	Tukano
0551	Recém-nascida sem nome	-	Tukano

Sítio: Novo 3

Localização: ilha no rio Negro um pouco à jusante do sítio Cabari

População em novembro de 1990:08 indivíduos

0552	Afonso Plácido Cipriano	56	Baniwa
0553	Anastácia Maria	46	Baniwa
0554	Umbelino Plácido	-	Baniwa
0555	Lucas Plácido	-	Baniwa
0556	Marques Plácido	-	Baniwa
0557	Felipe Plácido	-	Baniwa
0558	Cristina Plácido	-	Baniwa
0559	Janite Plácido	-	Baniwa

Sítio: Tamu-Ponta

Localização: rio Negro, um pouco à montante da comunidade de São Sebastião

População em novembro de 1990:12 indivíduos

0560	Manoel da Silva	61	Baniwa
0561	Flora de Lima	61	Baniwa
0562	Francisco da Silva	-	Baniwa
0563	Alberto da Silva	-	Baniwa
0564	Olga de Lima	-	Baniwa
0565	Milton Lima da Silva	-	Baniwa
0566	Francinete Lima da Silva	-	Baniwa
0567	Eugênio da Silva	-	Baniwa
0568	Ana Rodrigues	-	-
0569	Marilete Rodrigues da Silva	-	Baniwa
0570	Marta Rodrigues da Silva	-	Baniwa
0571	Silvestre da Silva	-	Baniwa
0572	Madalena da Silva	-	Baniwa

Sítio: Mucura

Localização: ilha no rio Negro, em frente à comunidade São Sebastião

População em novembro de 1990:08 indivíduos

0573	Plácido Gomes Hilário	40	Baniwa
0574	Eliza Silva Silveira	33	Baniwa
0575	Cléia Silveira Hilário	-	Baniwa
0576	Dionésia Silveira Hilário	-	Baniwa
0577	Zelita Silveira Hilário	-	Baniwa
0578	Auxiliadora Silveira Hilário	-	Baniwa
0579	Rosângela Silveira Hilário	-	Baniwa
0580	Clara Silveira Hilário	-	Baniwa

Sítio: Brazão

Localização: rio Negro, à jusante do sítio Mucura

População em novembro de 1990:09 indivíduos

0581	Antonio Basílio	-	Tukano
0582	Conceição da Silva	-	Tariana
0583	Lina Basílio	-	Tukano
0584	Bertilda Basílio	-	Tukano
0585	Florinda Basílio	-	Tukano
0586	Jacó da Silva Anastácio	-	Tukano
0587	Luís da Silva Anastácio	-	Tukano
0588	Esmeralda da Silva Anastácio	-	Tukano
0589	Fátima da Silva Anastácio	-	Tukano

Sítio: Dapa

Localização: Próximo ao sítio Brazão

População em novembro de 1990: 05 indivíduos

0590	Livaldino Batista	-	Tariana
0591	Emília Dias	-	Baniwa
0592	Danilo Dias Batista	-	Tariana
0593	Estefânia Dias Batista	-	Tariana
0594	Doralice Dias Batista	-	Tariana

U 24

Comunidade: São Sebastião

Localização: rio Negro, primeira comunidade à montante de São Gabriel da Cachoeira

População em novembro de 1990: 35 indivíduos

0595	Ilebrando Manuel	49	Baniwa
0596	Livina Basílio	47	Tukano
0597	Joaquim Manuel	-	Baniwa
0598	Danilo Manuel	-	Baniwa
0599	Rosivane Manuel	-	Baniwa
0600	Ildemar Manuel	-	Baniwa
0601	Rosiana Manuel	-	Baniwa
0602	Osmair Cordeiro de Oliveira	26	Baré
0603	Rosilene Manuel	20	Baniwa
0604	Elzi Manuel de Oliveira	-	Baré
0605	Liberato Pedro	-	Tukano
0606	Marina Suzana	-	Baniwa
0607	Benjamim Pedro	-	Tukano
0608	Alberto Pedro	-	Tukano
0609	Conceição Lacerda de Lima	-	Tariana
0610	Estélio Miguel da Silva	40	Baniwa
0611	Maria do Carmo Pedro	32	Tukano
0612	Tadeu Pedro da Silva	-	Baniwa
0613	Celeste Pedro da Silva	-	Baniwa
0614	Cláudia Pedro da Silva	-	Baniwa
0615	Claudete Pedro da Silva	-	Baniwa
0616	Valeriana Pedro da Silva	-	Baniwa
0617	Claudinéia Pedro da Silva	-	Baniwa
0618	Aldenor Macedo Pinheiro	32	Branco
0619	Cristina da Silva	34	Tariana
0620	Alberto da Silva Garrido	-	Tariana
0621	Jairo Macedo Pinheiro	-	Tariana
0622	Adão Macedo Pinheiro	-	Tariana
0623	Suila Macedo Pinheiro	-	Tariana
0624	Rosília Macedo Pinheiro	-	Tariana
0625	Jamim Pedro	33	Tukano
0626	Adélia Freitas	30	Tukano
0627	Nádia Pedro	-	Tukano
0628	Marlúcia Pedro	-	Tukano

0629	Mara Pedro	-	Tukano
------	------------	---	--------

Sítio: Ponta-Quitanga

Localização: rio Negro, à jusante da comunidade São Sebastião

População em novembro de 1990: 29 indivíduos

0630	Raimundo Joaquim Matos	-	Tukano
0631	Inês da Silva	-	Tariana
0632	Lino da Silva Matos	-	Tukano
0633	Renato da Silva Matos	34	Tukano
0634	Maria Mazarelo Melgueiro	28	-
0635	Osmarino Melgueiro Matos	-	Tukano
0636	Robson Melgueiro Matos	-	Tukano
0637	Celmara Melgueiro Matos	-	Tukano
0638	Sílvia Melgueiro Matos	-	Tukano
0639	Elizabete Melgueiro Matos	-	Tukano
0640	Camila Melgueiro Matos	-	Tukano
0641	João Batista Matos	55	Tukano
0642	Josefina Lemos Matos	50	Arapaço
0643	Plínio Lemos Matos	25	Tukano
0644	Maria do Carmo Pádua Goes	-	Piratapuia
0645	Edinelva Goes Matos	-	Tukano
0646	Ismael Lemos Matos	-	Tukano
0647	Marcília Lemos Matos	-	Tukano
0648	Olga Lemos Matos	-	Tukano
0649	Maria Rosinha Lemos Matos	-	Tukano
0650	Paula Lemos Matos	-	Tukano
0651	Joviniano Ribeiro	-	Tukano
0652	Januária Barbosa	-	Tariana
0653	Miguel César Barbosa Ribeiro	-	Tukano
0654	Pascoal Barbosa Ribeiro	-	Tukano
0655	Sérgio Manuel Barbosa Ribeiro	-	Tukano
0656	Adelson Barbosa Ribeiro	-	Tukano
0657	Moisés Barbosa Ribeiro	-	Tukano
0658	Maria Auxiliadora Vanda Barbosa Ribeiro	-	Tukano

Sítio: Caibani

Localização: rio Negro, um pouco à montante de São Sebastião

População em novembro de 1990: 05 indivíduos

0659	Evaristo Basílio(viúvo)	50	Tukano
0660	Euclides Basílio	-	Tukano
0661	Rafael Brazão	-	Branco
0662	Cleonice Basilio	-	Tukano
0663	Ladislau Basílio Brazão	-	Tukano

Sítio: Matupi

Localização: ilha de Matupi, rio Negro

População em novembro de 1990: 23 indivíduos

0664	Abraão Manuel da Gama	-	Baniwa
0665	Laura Batista	-	Tariana
0666	Pascoal Batista Manuel	23	Baniwa
0667	Rosalina Vasconcelos Solano	27	Tukano
0668	Jean Carlos Solano Manuel	-	Baniwa
0669	Jessenir Solano Manuel	-	Baniwa
0670	Janes Solano Manuel	-	Baniwa
0671	Mauro Batista Manuel	-	Baniwa
0672	Neli Batista Manuel	-	Baniwa
0673	Nilda Batista Manuel	-	Baniwa
0674	Nilse Batista Manuel	-	Baniwa
0675	Nazaré Manuel da Gama	-	Baniwa
0676	Lucinda Manuel da Gama	-	Baniwa
0677	Flaviano Gabriel	-	Baniwa
0678	Elvira Manuel da Gama (viúva)	-	Baniwa
0679	João Gabriel	-	Tariana
0680	Olga Gabriel	-	Tariana
0681	Luciléia Gabriel	-	Tariana
0682	Edelson Gabriel Macedo	-	Tariana
0683	Mário Manuel da Gama	-	Baniwa
0684	Roberto Fidelis dos Santos	22	-
0685	Hilda Panhema da Silva	25	Baniwa
0686	José Roberto dos Santos	-	Baniwa

Sítio: Tarira-Ponta

Localização: rio Negro, em frente à comunidade São Miguel

População em novembro de 1990: 14 indivíduos

0687	Marcelino Braga	80	Tukano
0688	Maria Ramos	80	Desana
0689	Ataide Ramos Braga	49	Tukano
0690	Laura Navarro Braga	-	Piratapuia
0691	Olinto Navarro Braga	-	Tukano
0692	Natalino Navarro Braga	-	Tukano
0693	Adair Navarro Braga	-	Tukano
0694	Anete Navarro Braga	-	Tukano
0695	Diana Navarro Braga	-	Tukano
0696	Sebastião Ramos Braga	39	Tukano
0697	Maria Regina Queiroz Braga	29	Tariana
0698	Francelino Queiroz Braga	-	Tukano
0699	Rosilene Queiroz Braga	-	Tukano

0700	Rocilete Queiroz Braga	-	Tukano
------	------------------------	---	--------

Sítio: Macaco

Localização: rio Negro, em frente à comunidade São Miguel
População em novembro de 1990:09 indivíduos

0701	Brasilino Evangelista	57	Baniwa
0702	Maria Emiliana Aragão	45	Werekena
0703	Erasmoo Aragão Evangelista	-	Baniwa
0704	Delmo Aragão Evangelista	-	Baniwa
0705	Delson Aragão Evangelista	-	Baniwa
0706	Laércio Aragão Evangelista	-	Baniwa
0707	Cleidiana Aragão Evangelista	-	Baniwa
0708	Mercedes Aragão Evangelista	-	Baniwa
0709	Josemilda Aragão Evangelista	-	Baniwa

Sítio Macaca-ponta

Localização: rio Negro, um pouco abaixo de São Miguel
População em novembro de 1990: 10 indivíduos

0710	Marçal Cordeiro Panhema	-	Baniwa
0711	Maria Batista	-	Tukano
0712	Pedro Batista Panhema	-	Baniwa
0713	Luciano Batista Panhema	-	Baniwa
0714	Uriel Batista Panhema	-	Baniwa
0715	Luis Batista Panhema	-	Baniwa
0716	Clemeu Batista Panhema	-	Baniwa
0717	Roberto Batista Panhema	-	Baniwa
0718	Carmen Batista Panhema	-	Baniwa
0719	Ana Lúcia Batista Panhema	-	Baniwa

Sítio: Cuandu de baixo

Localização: margem esquerda do rio negro, 1/2 hora à jusante de São Luís
População em novembro de 1990:08 indivíduos

0720	Francisco Roberto Pereira da Silva	-	Branco
0721	Maria Benvinda Cardoso Dutra	-	Tariana
0722	Francisco Roberto Cardoso da Silva	-	Tariana
0723	Daniela Cardoso da Silva	-	Tariana
0724	Orlando Cardoso Dutra	23	Tukano
0725	Assunção Rodrigues Fontoura	20	Tariana
0726	Catiúcia Rodrigues Dutra	-	Tukano
0727	Keila Rodrigues Dutra	-	Tukano

Sítio: Camacuí

Localização: rio Negro, logo à jusante de São Luís

População em novembro de 1990: 03 indivíduos

0728	Aldemir Gabriel da Gama	-	Tariana
0729	Claudio Gabriel da Gama	-	Tariana
0730	Maria Imaculada Marcelino Marcondes	-	Desana

Sítio: Buiacuara

Localização: rio negro, em frente à fazenda São Miguel

População em novembro de 1990: 29 indivíduos

0731	Gabriel de Oliveira	-	-
0732	Ermelinda Cordeiro	-	Baré
0733	Flávio de Oliveira	-	Baré
0734	Marcial Cordeiro	51	Baré
0735	Maria Batista	-	-
0736	Pedro Batista Cordeiro	-	Baré
0737	Luciano Batista Cordeiro	-	Baré
0738	Uriel Batista Cordeiro	-	Baré
0739	Luis Batista Cordeiro	-	Baré
0740	Clemeu Batista Cordeiro	-	Baré
0741	Ana Lúcia Batista Cordeiro	-	Baré
0742	Francisco Cordeiro	47	Baré
0743	Irene Silvestre	38	-
0744	José Ernesto Silvestre Cordeiro	-	Baré
0745	Rivelino Silvestre Cordeiro	-	Baré
0746	Libório Silvestre Cordeiro	-	Baré
0747	Valdomiro Silvestre Cordeiro	-	Baré
0748	Roberto Silvestre Cordeiro	-	Baré
0749	Zuleide Silvestre Cordeiro	-	Baré
0750	Gracilene Silvestre Cordeiro	-	Baré
0751	Mariela Silvestre Cordeiro	-	Baré

Sítio: Camitiari

Localização: rio Negro, em frente à São Gabriel da Cachoeira

População em novembro de 1990: 11 indivíduos

0752	Pedro Paulo Padrão	-	Branco
0753	Maria Cordeiro	-	Baré
0754	Guilherme Cordeiro Padrão	-	Baré
0755	Sérgio Geraldo Cordeiro Padrão	-	Baré
0756	Manuel Geraldo Cordeiro Padrão	-	Baré
0757	Paulo Geraldo Cordeiro Padrão	-	Baré

0758	Noé Cordeiro Padrão	-	Baré
0759	Inácio Cordeiro Padrão	-	Baré
0760	Flaviana Cordeiro Padrão	-	Baré
0761	Marta Cordeiro Padrão	-	Baré
0762	Sandra Cordeiro Padrão	-	Baré

Sítio: São Miguel

Localização: rio Negro, ao lado da fazenda São Miguel

População em novembro de 1990: 08 indivíduos

0763	Casimiro Gentil Aguiar	47	Desana
0764	Conceição Cordeiro Pedrosa	40	Tukano
0765	Oswaldo Pedrosa Aguiar	-	Desana
0766	Cestrio Pedrosa Aguiar	-	Desana
0767	Osmar Pedrosa Aguiar	-	Desana
0768	Miguel Pedrosa Aguiar	-	Desana
0769	Almir Pedrosa Aguiar	-	Desana
0770	Maria da Glória Pedrosa Aguiar	-	Desana

Sítio: Mataruca

Localização: rio Negro, logo à jusante de Tamu-ponta

População em novembro de 1990: 01 indivíduo

0771	Borges Pedro	-	Tukano
------	--------------	---	--------

Sítio: Uanari

Localização: rio Negro, pouco à montante de São Gabriel

População em novembro de 1990: 04 indivíduos

0772	Amélia Lana	-	Tariana
0773	Marinho da Gama	-	Baré
0774	Cássio da Gama	-	Baré
0775	Laudicéia da Gama	-	Baré

Sítio: Laranjeira

Localização: rio Negro, em frente à São Gabriel da Cachoeira

População em novembro de 1990: 17 indivíduos

0776	Aprígio Cândido	-	Baniwa
0777	Amazonina Ramos Damázio	-	Baniwa
0778	Astoti Damázio Cândido	-	Baniwa
0779	Maria Dalinho	-	Baniwa
0780	Genilson Dalinho Cândido	-	Baniwa
0781	Gilson Dalinho Cândido	-	Baniwa

0782	Irlene Dalinho Cândido	-	Baniwa
0783	Vaneide Dalinho Cândido	-	Baniwa
0784	Siliana Dalinho Cândido	-	Baniwa
0785	Ercília Dalinho Cândido	-	Baniwa
0786	Jessé Damázio Cândido	-	Baniwa
0787	Zebedeu Damázio Cândido	-	Baniwa
0788	Maria Idalina Damázio Cândido	-	Baniwa
0789	Eugênia Damázio Cândido	-	Baniwa
0790	Francisco Garrido	-	-
0791	Eugênia Damázio Cândido	-	Baniwa
0792	Marciana Cândido Garrido	-	Baniwa

Aldeias: Uaruá e Acará

112 + 113

**Localização: Margem direita do rio Negro, em frente da cidade de São Gabriel da Cachoeira e da comunidade Tapajós.
População em janeiro de 1994: 74 indivíduos**

0793	Valdemar	38	Dâw
0794	Panga	34	Dâw
0795	Hermógenes	12	Dâw
0796	Roberto	9	Dâw
0797	Lúcia	57	Dâw
0798	Aprígio	38	Dâw
0799	Celina	30	Dâw
0800	Rosálio	14	Dâw
0801	Lucilene		12
0802	Constantino	8	Dâw
0803	Angelina	4	Dâw
0804	Paulo Augusto	2	Dâw
0805	Josefina	50	Dâw
0806	Gregório	17	Dâw
0807	Manuel	45	Dâw
0808	Neca	34	Dâw
0809	Mateus	6	Dâw
0810	Célio	22	Dâw
0811	Maximiano	32	Dâw
0812	Galego	39	Dâw
0813	Lucimar	36	Dâw
0814	Francisco	14	Dâw
0815	Raquel	2	Dâw
0816	Moisés	39	Dâw
0817	Quintina	34	Dâw
0818	Antônio	16	Dâw
0819	Maria	13	Dâw
0820	Nazaré	10	Dâw

0821	Pedrinho	6	Dâw
0822	Catarina	53	Dâw
0823	Calixto	32	Dâw
0824	Paulo	32	Dâw
0825	Ana	53	Dâw
0826	Jair	40	Dâw
0827	Chavica	32	Dâw
0828	José	13	Dâw
0829	Antônio	11	Dâw
0830	Aparecida	7	Dâw
0831	Ozimar	7	Dâw
0832	Rebeca	2	Dâw
0833	Mário	30	Dâw
0834	Martinha	34	Dâw
0835	Marcelo	11	Dâw
0836	Lucinete		9
0837	Matheus	5	Dâw
0838	Mário Júnior	3	Dâw
0839	Recém nascido, masculino		0
0840	Ana	49	Dâw
0841	Auxiliadora	21	Dâw
0842	Sandi	1	Dâw
0843	Adurval	39	Dâw
0844	Marina	43	Dâw
0845	Roberto	7	Dâw
0846	Enoque	2	Dâw
0847	Cirila	56	Dâw
0848	Tereza	46	Dâw
0849	Silvanda	13	Dâw
0850	Peri	59	Dâw
0851	Maria	55	Dâw
0852	João Bosco	13	Dâw
0853	Simeão	71	Dâw
0854	Alzira	42	Dâw
0855	Brasilino	25	Dâw
0856	Dora de Fátima	22	Dâw
0857	Maria das Graças	4	Dâw
0858	Rute	1	Dâw
0859	Oscar	25	Dâw
0860	Gilmara	16	Dâw
0861	Marli	0	Dâw
0862	Sabino	42	Dâw
0863	Mocita	36	Dâw
0864	Déia	1	Dâw

0865	Sabá	42	Dâw
0866	Madalena	46	Dâw

Sítio: Arabo

Localização: Margem direita do rio Curicuriari.

População em janeiro de 1994: 02 indivíduos

0867	Deolina	30	Dâw
0868	-	-	Yuhup

Comunidade: Camanaus

Localização: Ilha de Camanaus, rio Negro, na altura do porto de Camanaus.

População em novembro de 1990: 219 indivíduos

0869	Armando da Silva	54	Tariana
0870	Antonia Alves da Silva	45	Tukano
0871	Protásio Alves da Silva	27	Tariana
0872	Inês Gonçalves	16	Tukano
0873	Claudino Alves da Silva	-	Tariana
0874	Reinaldo Alves da Silva	-	Tariana
0875	Adenaide Alves da Silva	-	Tariana
0876	Bernadete Alves da Silva	-	Tariana
0877	Maria Izabel Alves da Silva	-	Tariana
0878	Joaquim Brasilino (viúvo)	67	Desana
0879	Clarindo dos Santos Brasilino	-	Desana
08880	Eleomar dos Santos Brasilino	-	Desana
0881	Luis dos Santos Brasilino	-	Desana
0882	Lúcia dos Santos Brasilino	-	Desana
0883	Bernadete dos Santos Brasilino	-	Desana
0884	Eunice dos Santos Brasilino	-	Desana
0885	Matilde dos Santos Brasilino	-	Desana
0886	Luís Gonçalves	59	Tariana
0887	Amélia Monteiro	60	Piratapuia
0888	José Maria Gonçalves	-	Tariana
0889	Luciano Gonçalves	-	Tariana
0890	Terezinha Gonçalves	-	Tariana
0891	Adelina Gonçalves	-	Tariana
0892	Maria Auxiliadora Gonçalves	-	Tariana
0893	Acácio Fontes	58	Tukano
0894	Rosa Fonseca Fontes	50	Piratapuia
0895	João Bosco Fontes	-	Tukano
0896	Sérgio Fonseca Fontes	-	Tukano
0897	Olavo Fonseca Fontes	-	Tukano
0898	Elizete Fonseca Fontes	-	Tukano
0899	Ronilda Fonseca Fontes	-	Tukano

0900	Rosani Fonseca Fontes	-	Tukano
0901	Nazareno da Silva	68	Desana
0902	-	-	Tukano
0903	Gilberto da Silva	-	Desana
0904	Astério da Silva	-	Desana
0905	Edinaldo da Silva	-	Desana
0906	Martinha da Silva	-	Desana
0907	Edinez da Silva	-	Desana
0908	Izabel da Silva	-	Desana
0909	Gelinda da Silva	-	Desana
0910	Mauricio Dias	52	Tukano
0911	Ângela Lacerda	34	Tariana
0912	Carlos Lacerda Dias	-	Tukano
0913	Antonia Lacerda Dias	-	Tukano
0914	Olivia Lacerda Dias	-	Tukano
0915	Hilda Silene Lacerda Dias	-	Tukano
0916	Getúlio Francisco	39	Tukano
0917	Saete Lacerda de Oliveira	20	Tariana
0918	Gentilio Francisco	-	Tukano
0919	Sandro Francisco	-	Tukano
0920	Alessandra Francisco	-	Tukano
0921	Marcos de Oliveira	58	Tariana
0922	Madalena Lacerda	46	Piratapuia
0923	Félix Lacerda de Oliveira	-	Tariana
0924	Júnior Lacerda de Oliveira	-	Tariana
0925	Nilo Lacerda de Oliveira	-	Tariana
0926	Clarindo Santos	37	Desana
0927	Linda Borges Brazão	36	Piratapuia
0928	Manoel Neto Lopes	-	Desana
0929	Ângela Laura Lopes	-	Desana
0930	Izaura dos Santos	-	Desana
0931	Izamara dos Santos	-	Desana
0932	Zeferino Namuncurá Borges (capitão)	35	Tukano
0933	Maria Aparecida Teles Carneiro	28	Tariana
0934	Vânia Carneiro Borges	-	Tukano
0935	Vanilda Carneiro Borges	-	Tukano
0936	Vanilce Carneiro Borges	-	Tukano
0937	Casimiro Brazão	70	Piratapuia
0938	Borges	63	Tukano
0939	Justino Brazão	-	Piratapuia
0940	Ermelindo Brazão	40	Piratapuia
0941	Maria Auxiliadora Carneiro	39	Tariana
0942	Hélio de Jesus Carneiro Brazão	-	Piratapuia
0943	Laura do Carmo Carneiro Brazão	-	Piratapuia
0944	Neuzete Carneiro Brazão	-	Piratapuia
0945	Maria do Carmo Carneiro Brazão	-	Piratapuia
0946	Valdir José Brazão	32	Piratapuia

0947	Lúcia dos Santos	31	Desana
0948	Valdeci dos Santos Brazão	-	Piratapuia
0949	Júlio Neto Brazão	-	Piratapuia
0950	Valdo dos Santos Brazão	-	Piratapuia
0951	Lucimara dos Santos Brazão	-	Piratapuia
0952	Olinda Maria Borges Brazão	-	Piratapuia
0953	Clarice Borges Brazão	-	Piratapuia
0954	Cristiano Brazão	-	Piratapuia
0955	Cristiane Brazão	-	Piratapuia
0956	João Bosco Ferraz	22	Tariana
0957	Maria Luiza Antonio Morais	21	Desana
0958	Maximiano Antonio Morais	59	Desana
0959	Francisca da Silva	45	Tukano
0960	Valeriano Antonio Morais	-	Desana
0961	Livaldino Antonio Morais	-	Desana
0962	Maria Diva Antonio Morais	-	Desana
0963	Elenice Antonio Morais	-	Desana
0964	Claudete Antonio Morais	-	Desana
0965	Cleonilda Antonio Morais	-	Desana
0966	Claudinéia Antonio Morais	-	Desana
0967	Anastázio Carneiro	67	Tariano
0968	Francisca Teles	64	Arapaço
0969	Leonardo Teles Carneiro	-	Tariana
0970	José Miguel Teles Carneiro	-	Tariana
0971	Maria Auxiliadora Teles Carneiro	-	Tariana
0972	Maria Aparecida Teles Carneiro	-	Tariana
0973	Maria de Fátima Teles Carneiro	-	Tariana
0974	Maria de Nazaré Teles Carneiro	-	Tariano
0975	João Bosco Fontes	-	Tukano
0976	Georgette Almeida	-	Tariana
0977	Agostinho Dias	24	Tukano
0978	Alaíde Borges	30	Tukano
0979	Nickberg Borges Dias	-	Tukano
0980	Paulo Henrique Borges Dias	-	Tukano
0981	Recém-nascido sem nome	-	Tukano
0982	Luisa Chaves (viúva)	55	Tukano
0983	Zeli Chaves Raimundo	-	Desana
0984	Gabriel Chaves Raimundo	-	Desana
0985	Raimundo Francisco	-	Tukano
0986	Lucinda Menezes	30	Baré
0987	Lindolfo Menezes Francisco	-	Tukano
0988	Leonardo Menezes Francisco	-	Tukano
0989	Nildo Menezes Francisco	-	Tukano
0990	Irene Menezes Francisco	-	Tukano
0991	Marluci Menezes Francisco	-	Tukano
0992	Eliana Menezes Francisco	-	Tukano

0993	Zenaide Alves	31	Tukano
0994	Inácio Alves Siqueira	-	Tukano
0995	Ivo Alves Siqueira	-	Tukano
0996	Ivanete Alves Siqueira	-	Tukano
0997	Viviane Alves Siqueira	-	Tukano
0998	Gercília Gama Jacinto	55	Desana
0999	Felizberto de Oliveira França	-	Baré
1000	Lucinei de Oliveira França	-	Baré
1001	Lucila Teles	48	Arapaço
1002	Natanael Antonio Luis Teles	-	Arapaço
1003	Rosana Antonio Luis Teles	-	Arapaço
1004	Eugênio Medeiros Vieira	-	Tukano
1005	Medeiros Vieira	35	Tukano
1006	Regina de Lima	28	Arapaço
1007	Erasmus Carlos Lima Vieira	-	Tukano
1008	Reginaldo Lima Vieira	-	Tukano
1009	Eládio Lima Vieira	-	Tukano
1010	Mariza Lima Vieira	-	Tukano
1011	Eugênio Medeiros Vieira	-	Tukano
1012	Américo Filipe	66	Tukano
1013	Benedita da Silva	50	Desana
1014	João Filipe da Silva	30	Tukano
1015	Evangelina Brandão	26	Desana
1016	Jonilton Filipe da Silva	-	Tukano
1017	Leonilda Filipe da Silva	-	Tukano
1018	Luciene Filipe da Silva	-	Tukano
1019	Francisco Filipe da Silva	-	Tukano
1020	Ladislau Filipe da Silva	-	Tukano
1021	Clarinda Filipe da Silva	-	Tukano
1022	Cilene Filipe da Silva	-	Tukano
1023	Veridiano Sarmento Santos	68	Desana
1024	Domingas Abreu dos Santos	57	Tukano
1025	Damião da Silva	45	Desana
1026	Teresa Sancio	39	Branca
1027	Meri Terezinha Sâncio da Silva	-	Desana
1028	Rosimeri Sâncio da Silva	-	Desana
1029	Rosilene Sâncio da Silva	-	Desana
1030	Avelino José Freitas	54	Tukano
1031	Laura Freitas	58	Desana
1032	Januário Almeida	61	Tariana
1033	Cecília da Silva Almeida	50	Tukano
1034	Miguel da Silva Almeida	-	Tariana
1035	Geraldino da Silva Almeida	-	Tariana

1036	Genivaldo da Silva Almeida	-	Tariana
1037	Edmar da Silva Almeida	-	Tariana
1038	Adalberto Joaquim Borges	28	Tukano
1039	Adelina Gonçalves Borges	26	Tariana
1040	Adilton Julinho Gonçalves Borges	-	Tukano
1041	Argemiro Teles	46	Arapaço
1042	Leticia Rodrigues Teles	38	Tariana
1043	Esmeraldino Fontes Teles	-	Arapaço
1044	Daniel Rodrigues Teles	-	Arapaço
1045	Rosivaldo Rodrigues Teles	-	Arapaço
1046	Rosilene Rodrigues Teles	-	Arapaço
1047	Pedrina Portugal (viúva)	78	Tukano
1048	Getúlio Domingos Jacinto	46	Desana
1049	Lucinda Manoel Vieira	-	Siriana
1050	Adalberto Jacinto	-	Desana
1051	Agostinho Jacinto	-	Desana
1052	Francimar Jacinto	-	Desana
1053	Rocimar Jacinto	-	Desana
1054	Lucineide Jacinto	-	Desana
1055	Lenice Jacinto	-	Desana
1056	Lino Fontes Martins	65	Tukano
1057	Amélia Brasil	45	Piratapuaia
1058	Oswaldo Fontes	-	Tukano
1059	Jânio Paulo Martins	-	Tukano
1060	Bernardino Brasil Martins	-	Tukano
1061	Gilmar Carlos Martins	-	Tukano
1062	Matilde Aparecida Martins	-	Tukano
1063	Maria da Conceição Martins	-	Tukano
1064	Jesuíta Lucinete Martins	-	Tukano
1065	Domingos Sávio Alves	28	Tukano
1066	Justina dos Santos	26	Desana
1067	Oziel dos Santos Alves	-	Tukano
1068	Ozimar dos Santos Alves	-	Tukano
1069	Francilene dos Santos Alves	-	Tukano
1070	Adriano Brasi	37	Piratapuaia
1071	Patrícia Almeida	35	Tariana
1072	João Batista Almeida Brasil	-	Piratapuaia
1073	Laura de Fátima Brasil	-	Piratapuaia
1074	Helena Almeida Brasil	-	Piratapuaia
1075	Alaide Almeida Brasil	-	Piratapuaia
1076	Madalena Almeida Brasil	-	Piratapuaia
1077	Margarida Almeida Brasil	-	Piratapuaia
1078	José Gonçalves	58	Tariana
1079	Guilhermina Brasil	39	Piratapuaia
1080	Roque Brasil Gonçalves	-	Tariana

1081	Rafael Brasil Gonçalves	-	Tariana
1082	Ismael Brasil Gonçalves	-	Tariana
1083	Anderson José Brasil Gonçalves	-	Tariana
1084	Cleonice Brasil Gonçalves	-	Tariana
1085	Inês Brasil Gonçalves	-	Tariana
1086	Verônica Brasil Gonçalves	-	Tariana

Comunidade: Tancredo Neves

Localização: Margem esquerda do rio Negro, um pouco a jusante do porto de Camanaus.

População em novembro de 1990: 67 indivíduos

1087	Deoclécio Pedro	45	Tariana
1088	Francisca Lopes	-	Baniwa
1089	Roberto Pedro	-	Tariana
1090	Narciso Pedro	-	Tariana
1091	Marlene Pedro	-	Tariana
1092	Claudia Pedro	-	Tariana
1093	Guilherme dos Santos Brasilino	29	Desana
1094	Lisônia Fonseca	-	Piratapuia
1095	Elizângela Fonseca dos Santos	-	Desana
1096	Lidinalva Fonseca dos Santos	-	Desana
1097	Elcimar Fonseca dos Santos	-	Desana
1098	Antonia Prado (viúva)	65	Desana
1099	Felizberto dos Passos	-	Piratapuia
1100	Cândido Fonseca (viúvo)	52	Piratapuia
1101	Zilma Fonseca	-	Piratapuia
1102	Zélia Fonseca	-	Piratapuia
1103	Roberto Fonseca	-	Piratapuia
1104	Celso Fonseca	-	Piratapuia
1105	Avelina Fonseca	-	Piratapuia
1106	Aliberto Fonseca da Rocha	-	Piratapuia
1107	Edmilson Fonseca da Rocha	24	Piratapuia
1108	Clara Barbosa Teles	23	Arapaço
1109	Edvaldo Fonseca Campos	-	Piratapuia
1110	Arlindo Fonseca Campos	-	Piratapuia
1111	Maximiano Fonseca	75	Piratapuia
1112	Eduardo Fonseca	-	Piratapuia
1113	Cândido Fonseca	-	Piratapuia
1114	Casimiro Fonseca	42	Piratapuia
1115	Francisca Manuel	43	Desana
1116	Manuel Fonseca	-	Piratapuia
1117	Carlos Manuel Fonseca	-	Piratapuia
1118	Anésia Manuel Fonseca	-	Piratapuia
1119	Alberto Fonseca	-	Piratapuia

1120	Avelina Fonseca	-	Piratapuaia
1121	Marly Lopes da Silva	20	Tariana
1122	Claudiana Lopes da Silva	-	Tariana
1123	Claudio Manuel	25	Desana
1124	Beatriz Fonseca	22	Piratapuaia
1125	Senivaldo Fonseca	-	Desana
1126	Eduardo Fonseca	62	Piratapuaia
1127	Catarina Fontes	60	Tukano
1128	Luis Fonseca	27	Piratapuaia
1129	Edvirges Meireles Fonseca	26	Tukano
1130	Valmir Meireles Fonseca	-	Piratapuaia
1131	Avani Meireles Fonseca	-	Piratapuaia
1132	Josimar Meireles Fonseca	-	Piratapuaia
1133	Brasilino Fonseca	-	Piratapuaia
1134	Aderson Fonseca	-	Piratapuaia
1135	Alberto Fonseca	40	Piratapuaia
1136	Martinha de Oliveira	27	Tariana
1137	Edmar de Oliveira Fonseca	-	Piratapuaia
1138	Hilto de Oliveira Fonseca	-	Piratapuaia
1139	Geralda de Oliveira Fonseca	-	Piratapuaia
1140	Maria Mazarelo de Oliveira Fonseca	-	Piratapuaia
1141	Gracinha de Oliveira Fonseca	-	Piratapuaia
1142	Nazaria Fonseca	24	Piratapuaia
1143	Sidney Fonseca Gama	-	Piratapuaia
1144	SilvioFonseca Gama	-	Piratapuaia
1145	Silvan Fonseca Gama	-	Piratapuaia
1146	Silmara Fonseca Gama	-	Piratapuaia
1147	Sirlaine Fonseca Gama	-	Piratapuaia
1148	Antonio Teles	60	Arapaço
1149	Barbosa	47	Tariana
1150	Oswaldo Barbosa Teles	-	Arapaço
1151	João Batista Barbosa Teles	-	Arapaço
1152	Gabriela Barbosa Teles	-	Arapaço
1153	Edneia Barbosa Teles	-	Arapaço

Sítio: Butina

Localização: Rio Negro, cerca de meia hora de viagem a jusante de Tancredo Neves em motor de 8 HP.

População em novembro de 1990: 06 indivíduos

1154	Januario Felipe	-	Baniwa
1155	Maria Francisca	-	Baniwa
1156	Horacio Felipe	-	Baniwa
1157			

1158	Germano de Souza (Butina)	-	Baniwa
1159	Alicia Luciano	-	Baniwa
1160	Cleia Luciano de Souza	-	Baniwa

Comunidade: Mercês

Localização: Margem direita do rio Negro, cerca de uma hora à jusante de Tancredo Neves em motor de 8 HP.

População em novembro de 1990: 47 indivíduos

1161	Jose Manuel Peres	63	Desana
1162	Esmeraldina de Oliveira Peres	52	Baré
1163	Juarez de Oliveira Peres	35	Desana
1164	Ana dos Santos Alves	27	-
1165	Valdemar Alves Peres	-	Desana
1166	Lindomar Alves Peres	-	Desana
1167	Gordomiro Alves Peres	-	Desana
1168	Artur Alves Peres	-	Desana
1169	Valderson Alves Peres	-	Desana
1170	Claudiana Alves Peres	-	Desana
1171	Recem-nascida sem nome	-	Desana
1172	Rosendo de Oliveira Peres	28	Desana
1173	Maria de Jesus Ribeiro Boc	19	-
1174	Tereza Ribeiro Peres	-	Desana
1175	Sandra Ribeiro Peres	-	Desana
1176	Aldecir de Oliveira Peres	24	Desana
1177	Margarida dos Santos Sarmento	28	Tukano
1178	Valdinei Sarmento Peres	-	Desana
1179	Adaraluci Valdineia Sarmento Peres	-	Desana
1180	Alberto de Oliveira Peres	-	Desana
1181	Licínio de Oliveira Peres	-	Desana
1182	Nadir de Oliveira Peres	-	Desana
1183	Maria de Oliveira Peres	-	Desana
1184	Alcides Sarmento dos Santos (viuvo)	48	Desana
1185	Valdir Cristo Losano dos Santos	-	Desana
1186	Isaias Losano dos Santos	-	Desana
1187	Maria Mercedes Losano dos Santos	-	Desana
1188	Bernardino dos Santos Costa	35	Tukano
1189	Hilda Ribeiro Costa	28	Dâw
1190	Robson Adrario Ribeiro Costa	-	Tukano
1191	Rosiane Maria Ribeiro Costa	-	Tukano
1192	Erminio Peres	45	Desana
1193	Palmira Solano Peres	40	Tukano
1194	Raniel de Jesus Solano Peres	-	Desana
1195	Lindemberg Solano Peres	-	Desana
1196	Recem-nascido sem nome	-	Desana
1197	Silvana Solano Peres	-	Desana

1198	Milton Cordeiro (viuvo)	61	Baré
1199	Irene dos Santos Cordeiro	-	Baré
1200	Maria Mazarelo dos Santos Cordeiro	-	Baré
1201	Pedro Alves	33	-
1202	Eglantina Alencar Alves	40	Branca
1203	Rui Alencar Alves	-	-
1204	Rosangela Alencar Alves	-	-
1205	Albertina Alencar Alves	-	-
1206	Alice Alencar Alves	-	-
1207	Rosilda Alencar Alves	-	-

Sítio: Santa Luzia.

Localização: Margem direita do rio Negro, logo a montante de Curicuriari.

População em novembro de 1990: 09 indivíduos

1208	Almir Gomes Franca	36	Baré
1209	Maria Tereza Moura dos Santos	27	Desana
1210	Altemir dos Santos Franca	-	Baré
1211	Leandro dos Santos Franca	-	Baré
1212	Alexandre dos Santos Franca	-	Baré
1213	Edvalda dos Santos Franca	-	Baré
1214	Guilherme dos Santos	84	Desana
1215	Balbina Moura	68	Tukano
1216	Terezinha Moura dos Santos	-	Desana

Comunidade: Curicuriari

Localização: Foz do rio Curicuriari, afluente pela margem direita do rio Negro, cerca de duas horas à jusante de São Gabriel da Cachoeira em motor de 8 HP.

População em novembro de 1990: 120 indivíduos

1217	Miguel Jose Garcia	46	Tukano
1218	Brazão Garcia	40	Arapaço
1219	Gentil Brazão Garcia	-	Tukano
1220	Edilson Brazão Garcia	-	Tukano
1221	Elza Brazão Garcia	-	Tukano
1222	Lídio Brazão Garcia	-	Tukano
1223	Galdina Pedrosa	-	Tukano
1224	Clovis Brazão Garcia	-	Tukano
1225	Ezio Brazão Garcia	-	Tukano
1226	Jose Brazão Garcia	-	Tukano
1227	Edite Brazão Garcia	-	Tukano
1228	Izarlene Brazão Garcia	-	Tukano
1229	Ediene Brazão Garcia	-	Tukano

1230	Josias Pereira da Gama	32	Tukano
1231	Teodora Borges Brazão	30	Piratapuia
1232	Eder Junior Borges da Gama	-	Tukano
1233	William Borges da Gama	-	Tukano
1234	Josiane Borges da Gama	-	Tukano
1235	Josimara Borges da Gama	-	Tukano
1236	Rufino Marcelino	47	Tukano
1237	Gracinda da Silva	42	Uanano
1238	Oscar Marcelino	-	Tukano
1239	Claudio Marcelino	-	Tukano
1240	Jose Marcelino	-	Tukano
1241	Eli Marcelino	-	Tukano
1242	Aguinaldo Marcelino	-	Tukano
1243	Elenice Marcelino	-	Tukano
1244	Leovigildo Gomes Franca	86	Baré
1245	Livina da Silva Gomes	70	Baré
1246	Graciliano Gomes Franca	-	Baré
1247	Afonso Gomes Franca	-	Baré
1248	Alberto Gomes Franca	-	Baré
1249	João Gomes Franca	-	Baré
1250	Almir Gomes Franca	-	Baré
1251	Armindo Gomes Franca	-	Baré
1252	Maria Jesuina Gomes Franca	-	Baré
1253	Hermogenes Maximo	32	Baré
1254	Irene Brazão da Silva	30	Piratapuia
1255	Celio da Silva Maximo	-	Baré
1256	Antonio da Silva Maximo	-	Baré
1257	Odilene da Silva Maximo	-	Baré
1258	Luciana Brazão (viuva)	-	Desana
1259	Cirilo Brazão da Silva	38	Piratapuia
1260	Helena Gama	-	Tukano
1261	Zelair Gama da Silva	-	Piratapuia
1262	Pedro Brazão da Silva	-	Piratapuia
1263	Geroncio Brazão da Silva	-	Piratapuia
1264	Enedina Brazão da Silva	-	Piratapuia
1265	Balbina da Silva (viuva)	-	Desana
1266	Anesio da Silva Brazão	-	Arapaço
1267	Januaria Padilha Garcia (viuva)	51	Arapaço
1268	Cristiana Padilha Garcia	-	Tukano
1269	Gabriel Jose Garcia	-	Tukano
1270	Feliciano Jose Garcia	-	Tukano
1271	Estevão Jose Garcia	-	Tukano
1272	Nelson Jose Garcia	-	Tukano
1273	Alberto Jose Garcia	-	Tukano
1274	Onilda Jose Garcia	-	Tukano
1275	Nilce Jose Garcia	-	Tukano

1276	Alberto Padilha Garcia	38	Tukano
1277	Angelina Prado Garcia	26	Desana
1278	Francivaldo Prado Garcia	-	Tukano
1279	Francimar Prado Garcia	-	Tukano
1280	Francisco Prado Garcia	-	Tukano
1281	Gilmara Prado Garcia	-	Tukano
1282	Rosiene Prado Garcia	-	Tukano
1283	Juciele Prado Garcia	-	Tukano
1284	Napoleão Padilha Garcia	40	Tukano
1285	Marlene Bruno	31	Tariana
1286	Arlene Bruno Garcia	-	Tukano
1287	Everaldo Bruno Garcia	-	Tukano
1288	Helio Bruno Garcia	-	Tukano
1289	Reginaldo Bruno Garcia	-	Tukano
1290	Elizete Bruno Garcia	-	Tukano
1291	Recem-nascida sem nome	-	Tukano
1292	Joaquim da Silva	45	Tukano
1293	Felicia Brazão	46	Arapaço
1294	Aluizio da Silva Brazão	-	Tukano
1295	Jose da Silva Brazão	-	Tukano
1296	Filipe da Silva Brazão	-	Tukano
1297	Leonardo da Silva Brazão	-	Tukano
1298	Claudionor da Silva Brazão	-	Tukano
1299	Carlos da Silva Brazão	-	Tukano
1300	Marilda da Silva Brazão	-	Tukano
1301	Gracinete da Silva Brazão	-	Tukano
1302	Jacinto Padilha	40	Arapaço
1303	Regina Prado	40	Desana
1304	Edvaldo Prado Padilha	-	Arapaço
1305	Guadalupe Prado Padilha	-	Arapaço
1306	Marinez Prado Padilha	-	Arapaço
1307	Edvirges Prado Padilha	-	Arapaço
1308	Laureano Ferreira Lima	36	Tariana
1309	Maria Auxiliadora Padilha	39	Arapaço
1310	Vanildo Padilha Lima	-	Tariana
1311	Rafael Padilha Lima	-	Tariana
1312	Zenilton Padilha Lima	-	Tariana
1313	Edinaldo Padilha Lima	-	Tariana
1314	Givaldo Padilha Lima	-	Tariana
1315	Rosimeri Padilha Lima	-	Tariana
1316	Gervasio da Silva Pimenta	28	Branco
1317	Luisa Joana Padilha	29	Arapaço
1318	Odacir Padilha Pimenta	-	Arapaço
1319	Janair Padilha Pimenta	-	Arapaço
1320	Julião da Silva Escobar	47	Piratapuia
1321	Angelina Alves	44	Tukano

1322	Artemizo Alves Escobar	-	Piratapuia
1323	Otalino Alves Escobar	-	Piratapuia
1324	Dario Alves Escobar	-	Piratapuia
1325	Julião Filho Alves Escobar	-	Piratapuia
1326	Nailza Alves Escobar	-	Piratapuia
1327	Nadilza Alves Escobar	-	Piratapuia
1328	Teolene Alves Escobar	-	Piratapuia
1329	Leoncio Pereira Firmo	47	Tariana
1330	Marciana Ferreira	37	Arapaço
1331	Rafael Pereira Firmo	-	Tariana
1332	Elizeu Pereira Firmo	-	Tariana
1333	Isaias Pereira Firmo	-	Tariana
1334	Virginia Pereira Firmo	-	Tariana
1335	Marcia Pereira Firmo	-	Tariana
1336	Celina Pereira Firmo	-	Tariana
1337	Diana Pereira Firmo	-	Tariana

Comunidade: São Jorge

Localização: Margem esquerda do rio Curicuriari, cerca de duas horas a montante da foz, em viagem de motor 8 HP. População em novembro de 1990: 42 indivíduos

1338	Joanico Prado (viuvo)	66	Desana
1339	Moises Prado	-	Desana
1340	Isaac Prado	-	Desana
1341	Manoel Lopes	65	Tukano
1342	Erminia Lima	60	Arapaço
1343	Graciliano Lopes	-	Tukano
1344	Leonardo Lopes	26	Tukano
1345	Vera Lucia de Lima	22	Arapaço
1346	Rocineia Lopes	-	Tukano
1346	Recem-nascida sem nome	-	Tukano
1347	Clarindo Lopes	-	Tukano
1348	Terezinha Lopes	-	Tukano
1349	Jose Lopes	30	Tukano
1350	Bernadete Rodrigues	25	Tukano
1351	Juciene Rodrigues Lopes	-	Tukano
1352	Rosiane Rodrigues Lopes	-	Tukano
1353	Recem-nascida sem nome	-	Tukano
1354	Agapito Lopes	-	Tukano
1355	Olegario Lopes	-	Tukano
1356	Tobias Lopes	-	Tukano
1357	Luciano Rodrigues	44	Tukano

1358	Izabel Prado	39	Desana
1359	Juscelino Rodrigues	-	Tukano
1360	Armando Rodrigues	-	Tukano
1361	Ronil Rodrigues	-	Tukano
1362	Daniel Rodrigues	-	Tukano
1363	Adalgiza Rodrigues	-	Tukano
1364	Olga Rodrigues	-	Tukano
1365	Fortunato Ribeiro de Souza	41	Arapaço
1366	Francisca Lima Lopes	26	Tukano
1367	Jurandir Lopes de Souza	-	Arapaço
1368	Francilene Lopes de Souza	-	Arapaço
1369	Recem--nascida sem nome	-	Arapaço
1370	Liborio Sodre Diniz	39	Piratapuia
1371	Maria Madalena Lopes Prado	38	Desana
1372	Fabricio Lopes Diniz	-	Piratapuia
1373	Carlos Lopes Diniz	-	Piratapuia
1374	Hugo Lopes Diniz	-	Piratapuia
1375	Recem-nascido sem nome	-	Piratapuia
1376	Marilia Lopes Diniz	-	Piratapuia
1377	Margarete Lopes Diniz	-	Piratapuia
1378	Eronice Lopes Diniz	-	Piratapuia

Sítio: Bucu (coruja)

Localização: Margem esquerda do rio Curicuriari, a montante da cachoeira do Bucu e na foz do igarapé de mesmo nome.

População em novembro de 1990: 11 indivíduos

1379	Avelina Mourão (viuva)	55	Piratapuia
1380	João Mourão Marcelino	34	Tukano
1381	Margarida Dias	26	Desana
1382	Olaria Marcelino	-	Tukano
1383	Giuliane Marcelino	-	Tukano
1384	Guardino Mourão Marcelino	-	Tukano
1385	Mario Mourão Marcelino	-	Tukano
1386	Juvino Mourão Marcelino	-	Tukano
	-	-	Dâw
1387	Aranita Mourão Marcelino	-	Tukano
1388	Hilaria Mourão Marcelino	-	Tukano
1389	Marta Mourão Marcelino	-	Tukano

Sítio: Inebo

Localização: Margem esquerda do rio Curicuriari, na foz do igarapé Inebo.

População em novembro de 1990: 07 indivíduos

1390	Joaquim Marcelino	58	Tukano
1391	Tereza Coelho	39	Baré
1392	Miriam Marcelino	-	Tukano
1393	Nelia Marcelino	-	Tukano
1394	Manoel Rodrigues	-	Branco
1395	Carlota Marcelino	61	Tukano
1396	Maria das Gracias Marcelino	-	Tukano

Comunidade: Tumbira

Localização: Margem direita do rio Curicuriari, cerca de dois dias de viagem desde a foz em motor de 8 HP, no período da seca.

População em novembro de 1990: 30 indivíduos

1397	Jose Marcelino	64	Tukano
1398	Anita Mourão	50	Piratapuia
1399	Benedito Marcelino	38	Tukano
1400	Adelia Lacerda de Oliveira	32	Tariana
1401	Jo Marcelino	-	Tukano
1402	Jonacir Marcelino	-	Tukano
1403	Jonas Marcelino	-	Tukano
1404	Jotaquino Marcelino	-	Tukano
1405	Adelina Marcelino	-	Tukano
1406	Adercita Marcelino	-	Tukano
1407	Adercira Marcelino	-	Tukano
1408	Luis Marcelino	37	Tukano
1409	Veronica Castro Oliveira	24	Tariana
1410	Rosivaldo Oliveira Marcelino	-	Tukano
1411	Rogério Oliveira Marcelino	-	Tukano
1412	Rosiane Oliveira Marcelino	-	Tukano
1413	Rosilene Oliveira Marcelino	-	Tukano
1414	Ismael Marcelino	-	Tukano
1415	Lucas Marcelino	-	Tukano
1416	Bernardino Marcelino	-	Tukano
1417	Bernadete Marcelino	-	Tukano
1418	Indiana Marcelino	-	Tukano
1419	Nilo Cucho	23	Makiritare
1420	Ercilia Mariquinha	45	Baniwa
1421	Fernando Cucho	-	Makiritare
1422	Eugenio Cucho	-	Makiritare
1423	Laura Cucho	-	Makiritare
1424	Terezinha Cucho	-	Makiritare

1425	Euzebio Miranda (viuvo)	76	Arapaço
1426	Alfredo Miranda	52	Arapaço
1427	Maria Rodrigues	42	Tariana
1428	Jeremias Rodrigues Miranda	-	Arapaço
1429	João Bosco Rodrigues Miranda	-	Arapaço
1430	Simão Rodrigues Miranda	-	Arapaço
1431	Celestino Rodrigues Miranda	-	Arapaço
1432	Miguel Rodrigues Miranda	-	Arapaço
1433	Maria Bernadete Rodrigues Miranda	-	Arapaço
1434	Domingos Miranda	-	Arapaço
1435	Maria Auxiliadora Miranda	-	Arapaço

Sítio: Miracanga

Localização: Rio Curicuriari, a montante da comunidade Tumbira, próximo a foz do igarapé Capauari.

População em novembro de 1990: 02 indivíduos

1436	Maria Andreia	90	Tariana
1437	Angelico de Oliveira	40	Piratapuia

Sítio: Panacu

Localização: Margem direita do rio Negro, um pouco a jusante da foz do Curicuriari.

População em novembro de 1990: 02 indivíduos

1438	Vilar de Oliveira Franca	69	Baré
1439	Izabel Firmo	63	Piratapuia

Sítio: Arua

Localização: Margem esquerda do rio Negro, um pouco à jusante da foz do Curicuriari.

População em novembro de 1990: 06 indivíduos

1440	Manuel Queiroz da Silva	41	Branco
1441	Maria de Franca Leite	47	Baré
1442	Anquises Batista Leite Filho	-	Baré
1443	Marcos Maciel Franca Queiroz	-	Baré
1444	Gisele Franca Queiroz	-	Baré
1445	Lucilene Franca Queiroz	-	Baré

Sítio: Santa Rita

Localização: Margem esquerda do rio Negro, cerca de 15 minutos de voadeira a jusante do sítio Arua.

População em novembro de 1990: 09 indivíduos

1446	Jose Larci de Oliveira Franca	57	Baré
1447	Marina Teixeira	41	Baré
1448	Alberto Teixeira Franca	-	Baré
1449	Gilberto Teixeira Franca	-	Baré
1450	Carlos Teixeira Franca	-	Baré
1451	Derli Teixeira Franca	-	Baré
1452	Sueti Teixeira Franca	-	Baré
1453	Vandilce Teixeira Franca	-	Baré
1454	Moira Teixeira Franca	-	Baré

Sítio: N. S. das Graças.

Localização: Ilha do rio Negro, um pouco a jusante da boca do Curicuriari.

População em novembro de 1990: 03 indivíduos

1455	Marciano de Oliveira Franca	62	Baré
1456	Maria de Aguiar Franca	57	Baré
1457	Antonino Franca	-	Baré

Comunidade: Jupati

Localização: Ilha de Jupati, próxima a margem direita do rio Negro, um pouco acima da foz do Igarapé Merabo, cerca de 2 horas de viagem a jusante de Curicuriari em motor de 8 HP.

População em novembro de 1990: 104 indivíduos

1458	Assunção Veiga (capitão)	54	Tukano
1459	Francisca dos Santos	52	Tariana
1460	Carlinhos dos Santos Veiga	-	Tukano
1461	Luisinho dos Santos Veiga	-	Tukano
1462	Maria Cleia dos Santos Veiga	-	Tukano
1463	Lucimar dos Santos Veiga	-	Tukano
1464	Maria Cleofa dos Santos Veiga	-	Tukano
1465	Francisco Veiga	-	Tukano
1466	Jacinto Lopes	34	Tukano
1467	Maria Adelaide Oliveira Castro	28	Piratapuia
1468	Paulo Oliveira Lopes	-	Tukano
1469	Aldo Oliveira Lopes	-	Tukano
1470	Marlisia Oliveira Lopes	-	Tukano
1471	Francisdalva Oliveira Lopes	-	Tukano

1472	Jurandir Xavier Veiga	40	Tukano
1473	Madalena Carvalho	42	Desana
1474	Ronilson Carvalho Veiga	-	Tukano
1475	Rosinaldo Carvalho Veiga	-	Tukano
1476	Joaquim Neto Veiga	-	Tukano
1477	Rosangela Carvalho Veiga	-	Tukano
1478	Rosita Carvalho Veiga	-	Tukano
1479	Salvador Veiga	52	Tukano
1480	Angelina da Cruz	40	Piratapuia
1481	Jeremias da Cruz Veiga	-	Tukano
1482	Tobias da Cruz Veiga	-	Tukano
1483	Roberval da Cruz Veiga	-	Tukano
1484	Gabriel da Cruz Veiga	-	Tukano
1485	Norberto da Cruz Veiga	-	Tukano
1486	Jose Maria da Cruz Veiga	-	Tukano
1487	Nicodemus da Cruz Veiga	-	Tukano
1488	Marly da Cruz Veiga	-	Tukano
1489	Solange da Cruz Veiga	-	Tukano
1490	Laureano da Silva	60	Tukano
1491	Anastacia da Silva	58	Tariana
1492	Jovino Silveira	51	Tukano
1493	Ana da Silva	36	Piratapuia
1494	Fortunato Silveira	-	Tukano
1495	Domingos Savio Silveira	-	Tukano
1496	Eugenio Silveira	-	Tukano
1497	Isaias Silveira	-	Tukano
1498	Rufino Silveira	-	Tukano
1499	Tancredo Silveira	-	Tukano
1500	Dulcimar Silveira	-	Tukano
1501	Lucinda Silveira	-	Tukano
1502	Sebastião Castro	50	Piratapuia
1503	Maria Cardoso	35	Desana
1504	Ananias Cardoso Castro	-	Piratapuia
1505	Aguinaldo Cardoso Castro	-	Piratapuia
1506	Leonardo Cardoso Castro	-	Piratapuia
1507	Santiago Cardoso Castro	-	Piratapuia
1508	Dulcineia Cardoso Castro	-	Piratapuia
1509	Juliana Cardoso Castro	-	Piratapuia
1510	Nedina Cardoso Castro	-	Piratapuia
1511	Jovino da Silva (viuvo)	38	Desana
1512	Rosinaldo Veiga da Silva	-	Desana
1513	Maria do Socorro Veiga da Silva	-	Desana
1514	Rosenilda Veiga da Silva	-	Desana
1515	Rosinez Veiga da Silva	-	Desana
1516	Raimundo Oliveira Castro	65	Piratapuia
1517	Josefa Castro Oliveira	-	Tukano
1518	Aderson Oliveira Castro	-	Piratapuia

1519	Andre Oliveira Castro	-	Piratapuia
1520	Adelaide Oliveira Castro	-	Piratapuia
1521	Veronica Oliveira Castro	-	Piratapuia
1522	Maria Oliveira Castro	-	Piratapuia
1523	Joanico Jose da Silva (viuvo)	84	Tariana
1524	Miguel Jose da Silva	-	Tariana
1525	Manoel Jose da Silva	-	Tariana
1526	Maria Jose da Silva	-	Tariana
1527	Madalena Jose da Silva	-	Tariana
1528	Anastacia Jose da Silva	-	Tariana
1529	Hermogenes Jose da Silva	32	Tariana
1530	Tereza Alves	29	Piratapuia
1531	Edvan Jose da Silva	-	Tariana
1532	Rosivan Jose da Silva	-	Tariana
1533	Lucilene Jose da Silva	-	Tariana
1534	Lucineide Jose da Silva	-	Tariana
1535	Rosilene Jose da Silva	-	Tariana
1536	Gabriel Jose da Silva	28	Tariana
1537	Lucila Castro	19	Piratapuia
1538	Evandro Jose da Silva	-	Tariana
1539	Mateus Alves	65	Piratapuia
1540	Micaela Aires	70	Desana
1541	Moises Aires Alves	26	Piratapuia
1542	Lucimar Silveira	19	Tukano
1543	Francilene Silveira Alves	-	Piratapuia
1544	Ademilson Aires Alves	-	Piratapuia
1545	Tereza Aires Alves	-	Piratapuia
1546	Maria da Gloria Aires Alves	-	Piratapuia
1547	Tomas Aires	54	Desana
1548	Edelvina Cordeiro Peres	70	Piratapuia
1549	Eugenio Peres Aires	26	Desana
1550	Maria Lucimar dos Santos Marcos	23	Siriano
1551	Elcimar Marcos Aires	-	Desana
1552	Recem-nascida sem nome	-	Desana
1553	Luzia Peres Aires	-	Desana
1554	Venceslau Peres Aires	-	Desana
1555	Francisco de Assis Peres Aires	-	Desana
1556	Helena Peres Aires	-	Desana
1567	Adriana Peres Aires	-	Desana
1568	Maria Luiza Peres Aires	-	Desana
1559	Patricio Aires	-	Desana
1560	Maria Aparecida Aires	-	Desana
1561	Erasmus Xavier Veiga	-	Tukano

Comunidade: São Pedro

Localização: Margem direita do rio Negro, cerca de 2 horas a jusante de Jupatí, em motor de 8 HP.

População em novembro de 1990: 86 indivíduos

1562	Adelson Fernandes Palheta	37	Branco
1563	Nilza Brazão	32	Baré
1564	Valnice Brazão Palheta	-	Baré
1565	Elenice Brazão Palheta	-	Baré
1666	Helena Brazão Palheta	-	Baré
1567	Joaninha Brazão Palheta	-	Baré
1568	Cremilda Brazão Palheta	-	Baré
1569	Rosimeri Brazão Palheta	-	Baré
1570	Recem-nascido sem nome	-	Baré
1571	Cesarino Pereira Brazão	48	Baré
1572	Elisia Aires Brazão	42	Desana
1573	Jorge Aires Brazão	-	Baré
1574	Cesar Filho Aires Brazão	-	Baré
1575	Edilson Aires Brazão	-	Baré
1576	Pedrinho Aires Brazão	-	Baré
1577	Pedro Aires Brazão	-	Baré
1578	Geni Aires Brazão	-	Baré
1579	Clemente Jose Henrique dos Santos	68	Piratapuia
1580	Fabriciana Costa Marcos	-	Tariana
1581	Edmilson Marcos dos Santos	-	Piratapuia
1582	Aluisio Marcos dos Santos	-	Piratapuia
1583	Aguinaldo Marcos dos Santos	-	Piratapuia
1584	Maria Lucimar Marcos dos Santos	-	Piratapuia
1585	Maria Lindalva Marcos dos Santos	-	Piratapuia
1586	Lourdes Marcos dos Santos	-	Piratapuia
1587	Maria Lucinete Marcos dos Santos	-	Piratapuia
1588	Antonio Marcos	70	Tariana
1589	Julia Costa	-	Tukano
1590	Luzia Costa Marcos	-	Tariana
1591	Maria de Lourdes Costa Marcos	-	Tariana
1592	Ermirio Clemente	-	Desana
1593	Livina Costa Marcos	-	Tariana
1594	Alberto Marcos Clemente	-	Desana
1595	Anildo Marcos Clemente	-	Desana
1596	Lucila Marcos Clemente	-	Desana
1597	Maria das Dores Marcos Clemente	-	Desana
1598	Sidonia Marcos Clemente	-	Desana
1599	Rosilda Marcos Clemente	-	Desana
1600	Selma Marcos Clemente	-	Desana
1601	Evangelista Hilario	48	Baniwa
1602	Georgina Costa Marcos	39	Tariana
1603	Vivaldo Marcos Hilario	-	Baniwa

1604	Jose Melgueiro	49	Baré
1605	Maria de Lourdes Pereira	45	Tukano
1606	Tacimar Melgueiro	-	Baré
1607	Valberto Melgueiro	-	Baré
1608	Josue Melgueiro	-	Baré
1609	Eliomar Melgueiro	-	Baré
1610	Jose Melgueiro	-	Baré
1611	Arlete Melgueiro	-	Baré
1612	Eliete Melgueiro	-	Baré
1613	Rosineide Melgueiro	-	Baré
1614	Antenor Brazão	50	Tukano
1615	Ana Maria Fernandes	32	Desana
1616	Paulo Fernandes Brazão	-	Tukano
1617	Felix Fernandes Brazão	-	Tukano
1618	Helio Fernandes Brazão	-	Tukano
1619	Elias Fernandes Brazão	-	Tukano
1620	Gracilene Fernandes Brazão	-	Tukano
1621	Dencilene Fernandes Brazão	-	Tukano
1622	Gomes	56	Baré
1623	Ercilia Brazão	35	Baré
1624	Sergio Gomes	-	Baré
1625	Celso Gomes	-	Baré
1626	Recem-nascido sem nome	-	Baré
1627	Celia Gomes	-	Baré
1628	Selma Gomes	-	Baré
1629	Cleonicia Gomes	-	Baré
1630	Alfredo Sanches	70	Negro
1631	Zulmira da Silva	69	Baré
1632	Edvaldo da Silva Sanches	-	Baré
1633	Antonio Felipe	50	Tukano
1634	Amelis Peres	-	Desana
1635	Felizberto Felipe	-	Tukano
1636	Deroci Felipe	-	Tukano
1637	Francimar Felipe	-	Tukano
1638	Francinei Felipe	-	Tukano
1639	Genilda Felipe	-	Tukano
1640	Ronilda Felipe	-	Tukano
1641	Francineide Felipe	-	Tukano
1642	Rosilene Felipe	-	Tukano
1643	Arsenio Fernandes Palheta	54	Branco
1644	Clelia Monteiro Palheta	52	Baré
1645	Adonaldo Monteiro Palheta	-	Baré
1646	Lazaro Monteiro Palheta	-	Baré
1647	Elvio Monteiro Palheta	-	Baré
1648	Vanda Monteiro Palheta	-	Baré

Sítio: São Bento

Localização: Margem direita do rio Negro, um pouco a jusante da Comunidade São Pedro.

População em novembro de 1990: 10 indivíduos

1649	Manoel Henrique dos Santos	-	Siriano
1650	Clemente Jose Henrique dos Santos	60	Siriano
1651	Fabíciana da Costa Marcos	50	Tariana
1652	Edmilson Marcos dos Santos	-	Siriano
1653	Aluisio Marcos dos Santos	-	Siriano
1654	Aguinaldo Marcos dos Santos	-	Siriano
1655	Lucimar Marcos dos Santos	-	Siriano
1656	Lourdes Marcos dos Santos	-	Siriano
1657	Lucinete Marcos dos Santos	-	Siriano
1658	Manoel Henrique dos Santos	-	Siriano

Comunidade: Cajuri

Localização: Margem esquerda do rio Negro, cerca de duas horas a jusante de São Pedro, em motor de 8 HP.

População em novembro de 1990: 73 indivíduos

1659	Antonio da Silva	-	Tukano
1660	Emilia Henriques	-	Carapanã
1661	Alfeu Henriques da Silva	-	Tukano
1662	Edvaldo Henriques da Silva	-	Tukano
1663	Arimateia Henriques da Silva	-	Tukano
1664	Enedina Henriques da Silva	-	Tukano
1665	Valentina Henriques da Silva	-	Tukano
1666	Mario Correa da Silva	42	Tukano
1667	Cristina Nogueira da Silva	43	Piratapuia
1668	Jeremias Nogueira da Silva	-	Tukano
1679	Marinalva Nogueira da Silva	-	Tukano
1680	Gregorio Correa Maia	55	Tukano
1681	Batista	42	Siriana
1682	Clovis Batista Maia	-	Tukano
1683	Miguel Batista Maia	-	Tukano
1684	Maria Marta Batista Maia	-	Tukano
1685	Maria Jose Batista Maia	-	Tukano
1686	Rosilene Batista Maia	-	Tukano
1687	João Correa da Silva	39	Tukano
1688	Maria Rodrigues Dias	32	Desana
1689	Marinho Rodrigues da Silva	-	Tukano
1690	Jaco Rodrigues da Silva	-	Tukano
1691	Junilto Rodrigues da Silva	-	Tukano
1692	Juliete Rodrigues da Silva	-	Tukano

1693	Firmiano Jose Pinheiro	62	Tukano
1694	Percilia Padilha	55	Arapaço
1695	Emilio Jose Almeida Pinheiro (viuvo)	36	Tukano
1696	Admilson Jose Almeida Pinheiro	-	Tukano
1697	Aluisio Antonio Almeida Pinheiro	-	Tukano
1698	Eliomar Jose Almeida Pinheiro	-	Tukano
1699	Pedro Paulo Almeida Pinheiro	-	Tukano
1700	Elizabete Almeida Pinheiro	-	Tukano
1701	Eliana Almeida Piheiro	-	Tukano
1702	Maria Madalena Padilha Pinheiro	-	Tukano
1703	Joanico Soares	82	Tukano
1704	Guilhermina da Silva	45	Piratapuia
1705	Catarina Soares	-	Tukano
1706	Genesio Pedro	42	Tukano
1707	Angelina Sertorio	39	Piratapuia
1708	Nazareno Pedro	-	Tukano
1709	Edson Pedro	-	Tukano
1710	Adelina Pedro	-	Tukano
1711	Rosa Sirene Pedro	-	Tukano
1712	Quintino Clemente	90	Desana
1713	Idalina Sanches	80	Baré
1714	Agapio Sanches Clemente	-	Desana
1715	Valdeci Sanches Clemente	-	Desana
1716	Silverio Sanches Clemente	-	Desana
1717	Percilia Sanches Clemente	-	Desana
1718	Maria Darci Sanches Clemente	-	Desana
1719	Jose Severiano dos Santos	46	-
1720	Denise Sanches Clemente	46	Desana
1721	Jose Milton dos Santos	-	Desana
1722	Zenilda dos Santos	-	Desana
1723	João Joaquim da Silva (viuvo)	82	Juruti
1724	Nestor da Silva	39	Juruti
1725	Cristina Paulina	40	Carapanã
1726	Casimiro da Silva	-	Juruti
1727	Osmar da Silva	-	Juruti
1728	Imaculada da Silva	-	Juruti
1729	Marcelina da Silva	-	Juruti
1730	Amazonina da Silva	-	Juruti
1731	Cristovão Cardoso	-	Tukano
1732	Joaquina Henriques	58	Carapanã
1733	Aurino Manoel	-	Siriano
1734	Rosalino Pedro	-	Tukano
1735	Andre Pedro	-	Tukano
1736	Eugenio Henriques	-	Carapanã
1737	Nercia Sanches Clemente	-	Desana

1738	Romildo Henriques	-	Carapanã
1739	Gilmar Henriques	-	Carapanã
1740	Rosimar Henriques	-	Carapanã
1741	Rosineide Henriques	-	Carapanã

Sítio: Camundé

Localização: Margem direita do rio Negro, logo a montante de Tapuruquara-Mirim.

População em novembro de 1990: 40 indivíduos

1742	Martiniano Pascoal	53	Baré
1743	Maria Darci Aguiar	47	Baré
1744	Luis Carlos Pascoal	-	Baré
1745	Carlos Alberto Pascoal	-	Baré
1746	Roberto Pascoal	-	Baré
1747	Humberto Pascoal	-	Baré
1748	Adalberto Pascoal	-	Baré
1749	Dalcimar Pascoal	-	Baré
1750	Celeste Pascoal	-	Baré
1751	Dancilene Pascoal	-	Baré
1752	Licino Simão da Silva	48	Baré
1753	Lucrecia Casimiro	48	Baniwa
1754	Valter Casimiro da Silva	-	Baré
1755	Oswaldo Casimiro da Silva	-	Baré
1756	Valdenor Casimiro da Silva	-	Baré
1757	Aldemir Casimiro da Silva	-	Baré
1758	Valdecir Casimiro da Silva	-	Baré
1759	Valnice Casimiro da Silva	-	Baré
1760	Valmir Casimiro da Silva	-	Baré
1761	Ladislau Simão da Silva	57	Baré
1762	Lucila Pascoal da Silva	45	Kubeua
1763	Francisco Pascoal da Silva	37	Baré
1764	Valdete da Silva	35	Baré
1765	Charles Pascoal da Silva	-	Baré
1766	Charlene Pascoal da Silva	-	Baré
1767	Darlene Pascoal da Silva	-	Baré
1768	Dirlene Pascoal da Silva	-	Baré
1769	Elisfranci Pascoal da Silva	-	Baré
1770	Ledirce Pascoal da Silva	-	Baré
1771	Sergio Lopes Fernandes	47	Baré
1772	Sonia Lima Fernandes	38	Branca
1773	Delson Teixeira Fernandes	-	Baré
1774	-	-	Baré
1775	-	-	Baré
1776	Dilene Teixeira Fernandes	-	Baré
1777	Dilsa Teixeira Fernandes	-	Baré
1778	-	-	Baré

1779	-	-	Baré
1780	-	-	Baré
1781	-	-	Baré

Sítio: Maracanã.

Localização: Margem esquerda do rio Negro, na altura do sítio Camundé, em frente a ilha de Uacáburu.

População em novembro de 1990: 05 indivíduos

1782	Crispiniano Vasconcelos	60	Tukano
1783	Alice de Jesus Vasconcelos	57	Tariana
1784	Rafael de Jesus Vasconcelos	-	Tukano
1785	Geraldo de Jesus Vasconcelos	-	Tukano
1786	Santina de Jesus Vasconcelos	-	Tukano

Comunidade: Tapuruquara-Mirim

Localização: Margem direita do rio Negro, na foz do rio Marie.

População em novembro de 1990: 127 indivíduos

1787	Bonifacio Pereira Pinto	63	Baré
1788	Elvira da Silva	63	Baré
1789	Jaime Pereira Pinto	-	Baré
1790	Carlos Pereira Pinto	-	Baré
1791	Orlando Pereira Pinto	-	Baré
1792	Francisco Pereira Pinto	-	Baré
1793	Antenor Pereira Pinto	-	Baré
1794	Alberto Lopes dos Santos	41	Baniwa
1795	Donatila Pereira Pinto	50	Baré
1796	Roberto Lopes	-	Baniwa
1797	Felizberto Lopes	-	Baniwa
1798	Adalberto Lopes	-	Baniwa
1799	Edberto Lopes	-	Baniwa
1800	Maria Auxiliadora Lopes	-	Baniwa
1801	Simplicio Braga	40	Baré
1802	Neli Placido	48	Baniwa
1803	Arivaldo Braga	-	Baré
1804	Norberto Braga	-	Baré
1805	Alberto Braga	-	Baré
1806	Francisco Braga	-	Baré
1807	Francivaldo Braga	-	Baré
1808	Hermes Placido	50	Baniwa
1809	Ines de Lima	40	Arapaço
1810	Erivan Bezerra Placido	-	Baniwa
1811	Eliomar Bezerra Placido	-	Baniwa

1812	Oseas de Lima Placido	-	Baniwa
1813	Arimar de Lima Placido	-	Baniwa
1814	Eliana Bezerra Placido	-	Baniwa
1815	Maria do Socorro Bezerra Placido	-	Baniwa
1816	Elilma Bezerra Placido	-	Baniwa
1817	Maria Eliane de Lima Placido	-	Baniwa
1818	Cristina Placido	-	Baniwa
1819	Jaime Manoel	-	Siriano
1820	Angelica Pena	-	Tukano
1821	Aluisio Pena Manoel	-	Siriano
1822	Azevedo Pena Manoel	-	Siriano
1823	Sidney Jose Pena Manoel	-	Siriano
1824	Janesildo Pena Manoel	-	Siriano
1825	Rosangela Pena Manoel	-	Siriano
1826	Enedina Pena Manoel	-	Siriano
1827	Rosicleide Pena Manoel	-	Siriano
1828	Lourenco Pena	35	Tukano
1829	Madalena Sampaio Vaz	24	Desana
1830	Dencilene Sampaio Pena	-	Tukano
1831	Recem-nascida sem nome	-	Tukano
1832	Tarcisio Pimentel Neves	25	Desana
1833	Maria Teixeira Neves (gravida)	21	Tukano
1834	Carlos Reizomar Neves	-	Desana
1835	Brasilino Manoel	60	Desana
1836	Ines Maria da Silva	58	Tariana
1837	Belmiro Manoel	-	Desana
1838	Alexandre Manoel	50	Desana
1839	Valdiza Pascoal	-	Baniwa
1840	Sandro Manoel	-	Desana
1841	Maria Odete Manoel	-	Desana
1842	Pedro Vicente Pena	74	Tukano
1843	Balbina Viana	63	Desana
1844	Angelo Viana Pena	-	Tukano
1845	Maria Afra da Silva Lourenco	-	Tariana
1846	Rivelino Lourenco Pena	-	Tukano
1847	Reginaldo Lourenco Pena	-	Tukano
1848	Tobias Lourenco Pena	-	Tukano
1849	Argemiro Lourenco Pena	-	Tukano
1850	Geano Lourenco Pena	-	Tukano
1851	Eurilene Lourenco Pena	-	Tukano
1852	Jose Viana Pena	-	Tukano
1853	Agostinho Viana Pena	-	Tukano
1854	Francisco Viana Pena	-	Tukano
1855	Angelica Viana Pena	-	Tukano
1856	Maria Viana Pena	-	Tukano
1857	Manoel da Silva Lourenco	-	Tariana

1858	Elizia Bruno	-	Baniwa
1859	Alberto da Silva Lourenco	-	Tariana
1860	Ronaldo da Silva Lourenco	-	Tariana
1861	Maria Afra da Silva Lourenco	-	Tariana
1862	Taninha da Silva Lourenco	-	Tariana
1863	Angelico da Silva	-	Tukano
1864	Maria Paulina	-	Carapanã
1865	Lidio Paulina da Silva	-	Tukano
1866	Luis Paulina da Silva	-	Tukano
1867	Arnaldo Paulina da Silva	-	Tukano
1868	Zenaide Paulina da Silva	-	Tukano
1869	Henriqueta Teixeira (viuva)	62	Carapanã
1870	Dico Teixeira Brazão	-	Tukano
1871	Gracinda Teixeira Brazão	-	Tukano
1872	Maria Teixeira Brazão	-	Tukano
1873	Lucinda Teixeira Brazão	-	Tukano
1874	Cilene Teixeira Brazão	-	Tukano
1875	Luis Carlos Aguiar Pascoal	-	Baniwa
1876	Gracinda Teixeira Brazão	-	Tukano
1877	Francisco Brazão Pascoal	-	Baniwa
1878	Roberto de Assis Brazão Pascoal	-	Baniwa
1879	Sirio Garrido	-	-
1880	Lucia Teixeira Brazão	-	Tukano
1881	Zenilton Brazão Garrido	-	Tukano
1882	Zezinho Brazão Garrido	-	Tukano
1883	Flora Brazão Garrido	-	Tukano
1884	Nilda Brazão Garrido	-	Tukano
1885	Jose Ribamar da Silva Pascoal	-	Baniwa
1886	Gregorio Ribeiro	30	Tukano
1887	Maria Laide da Silva Pascoal	28	Baniwa
1888	Edielto Pascoal Ribeiro	-	Tukano
1889	Limarco Pascoal Ribeiro	-	Tukano
1890	Maria Edineia Pascoal Ribeiro	-	Tukano
1891	Jaime Pereira	35	Baré
1892	Dalva Brandão	36	-
1893	Cleomar Brandão Pereira	-	Baré
1894	Josimar Brandão Pereira	-	Baré
1895	Hamilton Brandão Pereira	-	Baré
1896	Valmir Brandão Pereira	-	Baré
1897	Valneide Brandão Pereira	-	Baré
1898	Getulio Manoel	50	Siriano
1899	Luiza Pena	-	Tukano
1900	Jose Maria Pena Manoel	-	Siriano
1901	Gerson Pena Manoel	-	Siriano
1902	Erenice Pena Manoel	-	Siriano
1903	Antenor da Silva Pinto	35	Baré

1904	Lelis de Oliveira Franca	32	Baré
1905	Valdemir Franca Pinto	-	Baré
1906	Valdenice Franca Pinto	-	Baré
1907	Valneide Franca Pinto	-	Baré
1908	João Pascoal	38	Baniwa
1909	Genoveva de Castro	36	Piratapuia
1910	Geraldo Dilson	25	Branco
1911	Geraldina Pascoal	30	Baniwa
1912	Antonio Pascoal Dilson	-	Baniwa
1913	Fatima Pascoal Dilson	-	Baniwa

Sítio: Piramirim.

Localização: rio Marié.

População em janeiro de 1994: 07 indivíduos

1914	Bibiano Cruz	57	Piratapuia
1915	Paulina Martins	-	Tukano
1916	Edilson Cruz	-	Piratapuia
1917	Rosilda Cruz	-	Piratapuia
1918	Oswaldo da Silva	-	Baré
1919	Silene da Costa	-	Piratapuia
1920	Misael Cruz da Silva	-	Baré

Sítio: Boa Esperança.

Localização: rio Marié.

População em janeiro de 1994: 06 indivíduos

1921	Angélico da Silva	-	Tukano
1922	Maria Paulina	-	Baniwa
1923	Elídio da Silva	-	Tukano
1924	Luis da Silva	-	Tukano
1925	Zenaide da Silva	-	Tukano
1926	Arnaldo da Silva	-	Tukano

Comunidade: Warurá.

Localização: Margem esquerda do rio Negro, em frente a ilha de Uacáburu.

População em novembro de 1990: 57 indivíduos

1927	João Pompilho	75	Baniwa
1928	Lucinda Bibiano	65	Baniwa
1929	Alfeu Pompilho	36	Baniwa

1930	Gilberta Bonifacio	25	Baniwa
1931	Dimie Pompilho	-	Baniwa
1932	Edson Pompilho	-	Baniwa
1933	Isael Pompilho	-	Baniwa
1934	Marilene Pompilho	-	Baniwa
1935	Celiane Pompilho	-	Baniwa
1936	Fileto Pompilho	27	Baniwa
1937	Enisia Gentil	22	Baniwa
1938	Jeremias Pompilho	-	Baniwa
1939	Jesi Pompilho	-	Baniwa
1940	Geraldo Pompilho	-	Baniwa
1941	Vania Pompilho	-	Baniwa
1942	Bernadete Pompilho	-	Baniwa
1943	Jesse Pompilho	-	Baniwa
1944	Marilene Peixoto Casimiro (gravida)	-	Baniwa
1945	Josue Pompilho	-	Baniwa
1946	Rute Pompilho	-	Baniwa
1947	Cecilia de Oliveira (viuva)	72	Baré
1948	Germano Mateus	-	Baniwa
1949	Laura Mateus	-	Baniwa
1950	Ernestina Mateus	-	Baniwa
1951	Antonio Mariano	-	Baniwa
1952	Debrandina Ernestina	-	-
1953	Hermes Mariano	-	Baniwa
1954	Porfirio Mariano	-	Baniwa
1955	Gerson Mariano	-	Baniwa
1956	Janira Mariano	-	Baniwa
1957	Rosineide Mariano	-	Baniwa
1958	Maria de Lourdes Mariano	-	Baniwa
1959	Jaime Januario	27	Baniwa
1960	Isaura Pompilho	24	Baniwa
1961	Ronaldo Januario	-	Baniwa
1962	Edivaldo Januario	-	Baniwa
1963	Edilson Januario	-	Baniwa
1964	Adelina Januario	-	Baniwa
1965	Francisca Carmelita (viuva)	-	Baniwa
1966	Luis Gentil	38	Baniwa
1967	Janete Pompilho	25	Baniwa
1968	Davi Gentil	-	Baniwa
1969	Daniel Gentil	-	Baniwa
1970	Inacia Gentil	-	Baniwa
1971	Tania Gentil	-	Baniwa
1972	Vaneide Gentil	-	Baniwa
1973	Sonia Gentil	-	Baniwa
1974	Artur Gentil	-	Baniwa
1975	Ercilia Gentil	-	Baniwa
1976	Enenrique Mateus	28	Baniwa
1977	Clemencia Gentil	26	Baniwa
1978	Rosivaldo Henrique Mateus	-	Baniwa

1979	Jurandir Emilio	-	Baniwa
1980	Nazare Luiza	-	Tariana
1981	Rosalino Emilio	-	Baniwa
1982	Laudelina Emilio	-	Baniwa
1983	Miriam Emilio	-	Baniwa

Comunidade: Taperera.

Localização: Margem esquerda do rio Negro

População em novembro de 1990: 123 indivíduos

1984	Henrique Pena	69	Tukano
1985	Joaquina Resende	-	Tuyuca
1986	Domingos Resende Pena	-	Tukano
1987	Getulio Resende Pena	-	Tukano
1988	Luis Resende Pena	-	Tukano
1989	Emilio Resende Pena	-	Tukano
1990	Teresa Resende Pena	-	Tukano
1991	Henrique Ventura (viuvo)	-	Desana
1992	Elson dos Santos Ventura	-	Desana
1993	Edelsi dos Santos Ventura	-	Desana
1994	Evalsi dos Santos Ventura	-	Desana
1995	Renato dos Santos	-	Desana
1996	Bernadete dos Santos	-	Desana
1997	Francisco Fernandes	-	Desana
1998	Helena da Silva Lima	-	Arapaço
1999	Gilmar de Lima Fernandes	-	Desana
2000	Edmar de Lima Fernandes	-	Desana
2001	Genilton de Lima Fernandes	-	Desana
2002	Rosangela de Lima Fernandes	-	Desana
2003	Cleomar de Lima Fernandes	-	Desana
2004	Salvador Carlos	40	Baniwa
2005	Regina da Silva Lima	-	Arapaço
2006	Alberto Carlos	-	Baniwa
2007	Genivaldo Carlos	-	Baniwa
2008	Aguinaldo Carlos	-	Baniwa
2009	Cleonice Carlos	-	Baniwa
2010	Francineide Carlos	-	Baniwa
2011	Rigeni Carlos	-	Baniwa
2012	Jose Cupertino da Silva	49	Negro
2013	Candida Chagas Geraldo	36	Negra
2014	Geraldilson da Silva	-	Negro
2015	Geralsilio da Silva	-	Negro
2016	Ze Alberto da Silva	-	Negro

2017	Jose Cupertino Filho da Silva	-	Negro
2018	Geralcilda da Silva	-	Negra
2019	Cleonice da Silva	-	Negra
2020	Cleomilda da Silva	-	Negra
2021	Luis Resende Pena	-	Tukano
2022	Carolina do Carmo	-	Tuyuca
2023	Lucelia Pena	-	Tukano
2024	Luciane Pena	-	Tukano
2025	Lucineia Pena	-	Tukano
2026	Eugenio da Silva	28	Tariana
2027	Militina Lopes Bruno	28	Baniwa
2028	Geovani Bruno da Silva	-	Tariana
2029	Lenildo Bruno da Silva	-	Tariana
2030	Genival Bruno da Silva	-	Tariana
2031	Recem-nascido sem nome		-
2032	Eloi Horacio	43	-
2033	Margarida de Lima	-	Arapaço
2034	Claudecir Antonio Horacio	-	Arapaço
2035	Jovelino Horacio	-	Arapaço
2036	Evaristo Horacio	-	Arapaço
2037	Araci Marta Horacio	-	Arapaço
2038	Clarice Horacio	-	Arapaço
2039	Margarete Horacio	-	Arapaço
2040	Augusto Brazão da Silva	21	Desana
2041	Odilia de Lima	18	Arapaço
2042	Odilene Brazão da Silva	-	Desana
2043	Mamede da Silva	60	Desana
2044	Elidia Pascoal	55	Baniwa
2045	Edmilson Pascoal da Silva	-	Desana
2046	Ananias Pascoal da Silva	-	Desana
2047	Leodovino Pascoal da Silva	-	Desana
2048	Rosalino Pascoal da Silva	-	Desana
2049	Rosina Pascoal da Silva	-	Desana
2050	Oscar Gomes de Souza	58	Branco
2051	Francisca da Silva	47	Tukano
2052	Ze Milton Gomes de Souza	23	Tukano
2053	Rosalinda do Carmo de Lima	19	Arapaço
2054	Joelton Gomes de Lima	-	Tukano
2055	Rosiane Gomes de Lima	-	Tukano
2056	Nelson Gomes de Souza	24	Branco
2057	Bernadete Lopes	24	Baniwa
2058	Leciomar Lopes de Souza	-	Baniwa
2059	Genelson Lopes de Souza	-	Baniwa
2060	Marinete Gomes de Souza	-	Tukano
2061	Marines Gomes de Souza	-	Tukano
2062	Valdemir Miranda	28	Tukano

2063	Cecilia Mendes de Lima	22	Arapaço
2064	Estesio Miranda	-	Tukano
2065	Valmir Miranda	-	Tukano
2066	Marcina Miranda	-	Tukano
2067	João Pascoal	58	Baniwa
2068	Emilia da Silva	-	Kubeua
2069	Alberta Silva Pascoal	-	Baniwa
2070	Matilde Silva Pascoal	-	Baniwa
2071	Maria Zebina Pascoal	-	Baniwa
2072	Jose Valdemar da Silva	45	Tariana
2073	Teresa Pena	38	Tukano
2074	Eugenio Lizardi da Silva	-	Tariana
2075	Vanildo Lizardi da Silva	-	Tariana
2076	Jose Maria Lizardi da Silva	-	Tariana
2077	Moises Pena da Silva	-	Tariana
2078	Rosimar Pena da Silva	-	Tariana
2079	Gracimar Pena da Silva	-	Tariana
2080	Maria Ezimar Pena da Silva	-	Tariana
2081	Rosilene Pena da Silva	-	Tariana
2082	Marcilene Pena da Silva	-	Tariana
2083	Abilio Lopes	57	Baré
2084	Maria de Araujo	60	Baré
2085	Irineu de Araujo Lopes	32	Baré
2086	Miriam Moura	-	Tukano
2087	Irineide Moura Lopes	-	Baré
2088	Elineia Moura Lopes	-	Baré
2089	Lucineia Moura Lopes	-	Baré
2090	Recem-nascida sem nome	-	Baré
2091	Basileu de Araujo Lopes	30	Baré
2092	Valdeci Brazão	27	Baré
2093	Rosinaldo Brazão Lopes	-	Baré
2094	Valdinaldo Brazão Lopes	-	Baré
2095	Valdenilson Brazão Lopes	-	Baré
2096	Valdiene Brazão Lopes	-	Baré
2097	Adsmar de Araujo Lopes	-	Baré
2098	Abilio Filho	-	Baré
2099	Veriana de Araujo Lopes	-	Baré
2100	Izabel de Lima (viuva)	-	Arapaço
2101	Juscelino Goncalves de Lima	-	-
2102	Vicente de Lima	70	Arapaço
2103	Maria da Silva	-	Tariana
2104	Gabriel da Silva Lima	40	Arapaço
2105	Benedita Mendes	42	Tukano
2106	Edigenio Mendes de Lima	-	Arapaço
2107	Ercilia Mendes de Lima	-	Arapaço
2108	Inez da Silva Lima	-	Arapaço

Comunidade: Ilha do Pinto

Localização: Ilha de mesmo nome, situada próximo à margem esquerda do rio Negro, cerca de vinte minutos à jusante de Taperera em motor de 8 HP.

População em novembro de 1990: 30 indivíduos

2109	Virgilio Horacio Maraua (viuvo)	68	Baré
2110	Oscar Horacio Maraua	49	Baré
2111	Alda Fernandes	-	-
2112	Abel Fernandes Horacio	-	Baré
2113	Andrade Fernandes Horacio	-	Baré
2114	Francisco Fernandes Horacio	-	Baré
2115	Carlinhos Fernandes Horacio	-	Baré
2116	Sandra Fernandes Horacio	-	Baré
2117	Justino Horacio Maraua	47	Baré
2118	Adelaide Freitas	46	Tukano
2119	Valdenisio Freitas Horacio	-	Baré
2120	Roberto Freitas Horacio	-	Baré
2121	Ademir Freitas Horacio	-	Baré
2122	Valdenice Freitas Horacio	-	Baré
2123	Lazaro Horacio Maraua	-	Baré
2124	Basilio Horacio Maraua	-	Baré
2125	Jose Franca da Silva	37	Baré
2126	Aurora Horacio Maraua	37	Baré
2127	Virgilio Horacio Neto	-	Baré
2128	Nilce Horacio da Silva	-	Baré
2129	Eliniete Horacio da Silva	-	Baré
2130	Grete Horacio da Silva	-	Baré
2131	Laurentino Moura Bruno	60	Baniwa
2132	Amalia Tenorio Pena	42	Tukano
2133	Luis Garcia Moura	-	Baniwa
2134	Isaac Garcia Moura	-	Baniwa
2135	Guido Pena Moura	-	Baniwa
2136	Nilson Pena Moura	-	Baniwa
2137	Adão Pena Moura	-	Baniwa
2138	Alberta Pena Moura	-	Baniwa

Comunidade: Bacabal

Localização: Margem direita do rio Negro.

População em novembro de 1990: 46 indivíduos

2139	Guilherme Venancio Camico Lopes	88	Baniwa
2140	Alicia Ana	45	Baniwa
2141	Eliazar Camico Lopes	-	Baniwa
2142	Carlos Camico Lopes	-	Baniwa
2143	Tulio Camico Lopes	-	Baniwa

2144	Mario Benjamin da Silva	85	Baniwa
2145	Julia Olegario	68	Baniwa
2146	Jose Benjamin da Silva	34	Baniwa
2147	Eunice	-	Baniwa
2148	Isaac Benjamin da Silva	-	Baniwa
2149	Abilde Benjamin da Silva	-	Baniwa
2150	Andre Benjamin da Silva	-	Baniwa
2151	Borges Benjamin da Silva	-	Baniwa
2152	Jo Benjamin da Silva	-	Baniwa
2153	Manuela Benjamin da Silva	-	Baniwa
2154	Andreza Benjamin da Silva	-	Baniwa
2155	Gerson Benjamin da Silva	23	Baniwa
2156	Dalvina Francisco	22	Baré
2157	Geovani Benjamin da Silva	-	Baniwa
2158	Eugenio Benjamin da Silva	-	Baniwa
2159	Elizabete Benjamin da Silva	-	Baniwa
2160	Raimundo Francisco	60	Baré
2161	Dalzira Maria	-	Baniwa
2162	Esau Francisco	-	Baré
2163	Flavio Francisco	-	Baré
2164	Delvinda Francisco	-	Baré
2165	Dalvina Francisco	-	Baré
2166	Abraão Vicente Bazilio	26	Baniwa
2167	Edna Bruno	20	Baniwa
2168	Edmilson Bazilio	-	Baniwa
2169	Ednaldo Bazilio	-	Baniwa
2170	Afonso João Alexandre Massalino	-	Baniwa
2171	Anita Emilia	-	Baniwa
2172	Aguinaldo Afonso	-	Baniwa
2173	Dasilva Afonso	-	Baniwa
2174	Declecio Afonso	-	Baniwa
2175	Eliana Afonso	-	Baniwa
2176	Maria Afonso	-	Baniwa
2177	Lucy Afonso	-	Baniwa
2178	Roberta Afonso	-	Baniwa
2179	Felizberto Apolinario	30	Baniwa
2180	Elizabete Benjamin da Silva	17	Baniwa
2181	Santiago Apolinario	-	Baniwa
2182	Ronaldo Apolinario	-	Baniwa
2183	Valquiria Apolinario	-	Baniwa
2184	Monica Apolinario	-	Baniwa

Comunidade: Vila Nova

Localização: Margem esquerda do rio Negro, um pouco a montante do rio Cauaburis.

População em dezembro de 1990: 57 indivíduos

2185	Emilio Francisco Brazão	46	Baniwa
2186	Juventina Alexandre	-	Baniwa
2187	Ronaldo Francisco Brazão	-	Baniwa
2188	Marcelo Francisco Brazão	-	Baniwa
2189	Alice Francisco Brazão	-	Baniwa
2190	Fatima Francisco Brazão	-	Baniwa
2191	Regiane Francisco Brazão	-	Baniwa
2192	Jane Francisco Brazão	-	Baniwa
2193	Maria Viana Pena (viúva)	-	Baniwa
2194	Juvencio Viana Paulino (viúvo)	42	Baniwa
2195	Carlinhos Pena Paulino	-	Baniwa
2196	Maria de Fatima Paulino	-	Baniwa
2197	Ivaneide Paulino	-	Baniwa
2198	Eliza Bernadete Paulino	-	Baniwa
2199	Lucimar Paulino	-	Baniwa
2200	Lucila Paulino	-	Baniwa
2201	Hilda Paulino	-	Baniwa
2202	Marlete Paulino	-	Baniwa
2203	Edineia Paulino	-	Baniwa
2204	Jovino Viana Paulino	-	Baniwa
2205	Jose Maria Viana Paulino	-	Baniwa
2206	Maria Assunta Paulino	-	Baniwa
2207	Maria da Conceição Paulino	-	Baniwa
2208	Jose Lopes Paulino	34	Baniwa
2209	Marilene Alice Lopes	-	Baniwa
2210	Luzinete Lopes Paulino	-	Baniwa
2211	Cesario Cecilio Lourenco	-	Baniwa
2212	Ecilda Fernandes Casimiro	-	Desana
2213	Moises Cecilio Lourenco	-	Baniwa
2214	Mozaniel Cecilio Lourenco	-	Baniwa
2215	Alcimar Cecilio Lourenco	-	Baniwa
2216	Ermelinda Cecilio Lourenco	-	Baniwa
2217	Lucila Cecilio Lourenco	-	Baniwa
2218	Dulcineia Cecilio Lourenco	-	Baniwa
2219	Dilneia Cecilio Lourenco	-	Baniwa
2220	Josefa Manuel (viuva)	65	Baniwa
2221	Irene Bruno	-	Baniwa
2222	Inez Bruno	-	Baniwa
2223	Edna Bruno	-	Baniwa
2224	Antonio Agostinho	49	Tukano
2225	Julia Paulino	-	Baniwa

2226	Andre Agostinho	26	Tukano
2227	Elizabete da Silva (grávida)	25	Baniwa
2228	Jedeão Agostinho	-	Tukano
2229	Daniel Agostinho	20	Tukano
2230	Rubenita Pompilho	27	Baniwa
2231	Darlene Pompilho Agostinho	-	Tukano
2232	Ana Paula Agostinho	-	Tukano
2233	Soila Agostinho	-	Tukano
2234	Luis Pedro da Silva	36	Tukano
2235	Irene Bruno	39	Baniwa
2236	Nivaldo Alves do Nascimento	37	Branco
2237	Inez Bruno	-	Baniwa
2238	Marivaldo Bruno do Nascimento	-	Baniwa
2239	Marinaldo Bruno do Nascimento	-	Baniwa
2240	Mauricelio Bruno do Nascimento	-	Baniwa
2241	Maria Audeci Bruno do Nascimento	-	Baniwa

Comunidade: Livramento

Localização: Margem esquerda do rio Negro

População (parcial) em dezembro de 1990: 21 indivíduos

2242	Ramiro João Alexandre	-	Baniwa
2243	Tereza Lucinda	-	Baniwa
2244	Ernani Alexandre	-	Baniwa
2245	Roberto Alexandre	-	Baniwa
2246	Eli Alexandre	-	Baniwa
2247	Abraão Alexandre	-	Baniwa
2248	Ivan Alexandre	-	Baniwa
2249	Joel Alexandre	-	Baniwa
2250	Rute Alexandre	-	Baniwa
2251	Justina Alexandre	-	Baniwa
2252	Zuleica Alexandre	-	Baniwa
2253	Wilson da Silva Ambrosio	58	Branco
2254	Cleotilde Andrade Ambrosio	39	Branca
2255	Paulo Andrade Ambrosio	-	Branco
2256	Judilson Andrade Ambrosio	-	Branco
2257	Gedilson Andrade Ambrosio	-	Branco
2258	Marlete Andrade Ambrosio	-	Branca
2259	Marinete Andrade Ambrosio	-	Branca
2260	Marinilde Andrade Ambrosio	-	Branca
2261	Marileide Andrade Ambrosio	-	Branca
2262	Clara Lopes Ambrosio	-	Branca

Comunidade: Aruti.
Localização: Margem esquerda do rio Negro
População em dezembro de 1990: 63 indivíduos

2263	Pedro da Silva (viuvo)	80	Baré
2264	João da Silva	-	Baré
2265	Evilasia de Braga	-	Baré
2266	Mauricio da Silva	-	Baré
2267	Alberto da Silva	-	Baré
2268	Admildo da Silva	-	Baré
2269	Francisco da Silva	-	Baré
2270	Almir da Silva	-	Baré
2271	Jonilton da Silva	-	Baré
2272	Eldevina da Silva	-	Baré
2273	Leonisia da Silva	-	Baré
2274	Maria Lucia da Silva	-	Baré
2275	Simplicio da Silva	43	Baré
2276	Luciola de Braga	-	Baré
2277	Antonio da Silva	-	Baré
2278	Sidnei da Silva	-	Baré
2279	Marineide da Silva	-	Baré
2280	Marilene da Silva	-	Baré
2281	Marisa da Silva	-	Baré
2282	Maria Mazarelo da Silva	-	Baré
2283	Celeste de Braga	-	Baré
2284	Clarice de Braga	-	Baré
2285	Eustaquio da Silva	-	Baré
2286	Heralda Soriano	-	Baré
2287	Eliomar Soriano da Silva	-	Baré
2288	Cleomar Soriano da Silva	-	Baré
2289	Cleonize Soriano da Silva	-	Baré
2290	Sidonia Soriano da Silva	-	Baré
2291	Maria Honorata da Silva	-	Baré
2292	Orlandino Cordeiro	32	Tukano
2293	Aldevina Silva	30	Baré
2294	Djalma Silva Cordeiro	-	Tukano
2295	Jair Silva Cordeiro	-	Tukano
2296	João Silva Cordeiro	-	Tukano
2297	Joel Silva Cordeiro	-	Tukano
2298	Recem-nascido sem nome	-	Tukano
2299	Djanira Silva Cordeiro	-	Tukano
2300	Valdemira Silva Cordeiro	-	Tukano
2301	Maria das Dores Silva Cordeiro	-	Tukano
2302	Jose Soriano Lopes	62	Baré
2303	Verissima de Braga	57	Baré
2304	Argemiro Soriano Lopes	-	Baré
2305	Adelson Soriano Lopes	27	Baré
2306	Leonisia da Silva	26	Baré
2307	Carlos Alberto Soriano Lopes	-	Baré
2308	Maria Leni Soriano Lopes	-	Baré

2309	Maria Cleni Soriano Lopes	-	Baré
2310	Cleide Soriano Lopes	-	Baré
2311	Gelson Soriano Lopes	-	Baré
2312	Adilson Soriano Lopes	-	Baré
2313	Nilza Soriano Lopes	-	Baré
2314	Calixtrato de Braga	58	Baré
2315	Evangelista da Silva	59	Baré
2316	Altair de Braga	-	Baré
2317	Luis de Braga	35	Baré
2318	Cilene Lopes	23	-
2319	Luis de Braga Filho	-	Baré
2320	Celio de Braga	-	Baré
2321	Celso de Braga	-	Baré
2322	Eunice de Braga	-	Baré
2323	Flora de Braga	-	Baré
2324	Luisa de Braga	-	Baré
2325	Julia de Braga	-	Baré

Comunidade: Plano (Tinárri)
Localização: Margem esquerda do rio Negro.
População em janeiro de 1994: 53 indivíduos

2326	Assunção Silva Batista	-	Baré
2327	Tereza Silva Brazão	-	Baré
2328	Laércio Brazão Batista	-	Baré
2329	Luis Nildo Brazão Batista	-	Baré
2330	Matilde Brazão Batista	-	Baré
2331	Aécio Brazão Batista	-	Baré
2332	Eugênio Brazão Batista	-	Baré
2333	Nilvete Brazão Batista	-	Baré
2334	Lailton Brazão Batista	-	Baré
2335	Isaias Brazão Batista	-	Baré
2336	Helena Brazão Batista	-	Baré
2337	Afonso Silva Brazão	-	Baré
2338	Marinete Silva Batista	-	Tukano
2339	Vanderlei Silva Batista	-	Baré
2340	Vanderléia Silva Batista	-	Baré
2341	Antonio Silva Brazão	-	Baré
2342	Rui Silva Brazão	-	Baré
2343	Jaime Brazão Cruz-	Baré	
2344	Esmeraldo Silva Brazão	-	Baré
2345	Irene Silva Braga	-	Baré
2346	Esmeraldino Braga Brazão	-	Baré
2347	Valter Braga Brazão	-	Baré
2348	Eliomar Braga Brazão	-	Baré
2349	Elimar Braga Brazão	-	Baré
2350	Evandro Braga Brazão	-	Baré

2351	Edivaldo Braga Brazão	-	Baré
2352	Euzimar Braga Brazão	-	Baré
2353	Jerônimo Braga Costa	-	Baré
2354	Catarina Brazão Batista	-	Baré
2355	Eliane Batista da Costa	-	Baré
2356	Joaquim Batista da Costa	-	Baré
2357	Aparecido Batista da Costa	-	Baré
2358	Fátima Batista da Costa	-	Baré
2359	Umbelino Silva Brazão	-	Baré
2360	Luciana de Braga	-	Baré
2361	Dorval Braga Brazão	-	Baré
2362	José Carlos Braga Brazão	-	Baré
2363	Augusto Silva Brazão	-	Desana
2364	Odília Lima Brazão	-	Arapaço
2365	Odilene Lima Brazão	-	Desana
2366	Marcia Lima Brazão	-	Desana
2367	Idalina da Silva Chagas	-	Baré
2368	Nazareno da Silva Brazão	-	Baré
2369	Alberto de Braga Costa	-	Baré
2370	Laury Fernandes Lourenço	-	Werekena
2371	Sebastião Braga Costa	-	Baré
2372	Maria Nicéia Pascoal Braga	-	Baré
2373	Elias Pascoal Braga	-	Baré
2374	Janildo Pascoal Braga	-	Baré
2375	Gerson Soriano Lopes	-	Baré
2376	Marli da Silva Brazão	-	Baré
2377	Gelsimar Brazão Soriano	-	Baré
2378	Mariana Brazão Soriano	-	Baré

Comunidade: Carixina

Localização: Margem direita do rio Negro

População em dezembro de 1990: 45 indivíduos

2379	Eugenio de Souza Monteiro	62	Branco
2380	Dalva Fernandes Monteiro	-	Baré
2381	Altemar Fernandes Monteiro	-	Branco
2382	Antonio Cristo Fernandes Monteiro	-	Branco
2383	Maria do Socorro Fernandes Monteiro	-	Branca
2384	Domingos Savio Monteiro	33	Branco
2385	Maria Neuza Silva Batista	33	Tukano
2386	Domingos Savio Monteiro Filho	-	Tukano
2387	Divalei Batista Monteiro	-	Tukano

2388	Denilson Batista Monteiro	-	Tukano
2389	Miqueias Batista Monteiro	-	Tukano
2390	Marta Batista Monteiro	-	Tukano
2391	Dilma Batista Monteiro	-	Tukano
2392	Narciso da Silva Braga	49	Baré
2393	Leonor Costa Silva	58	Baré
2394	Jesuino da Silva Costa	-	Baré
2395	Luis Jackson da Silva Costa	-	Baré
2396	Edmilson da Silva Costa	-	Baré
2397	Jeferson da Silva Costa	-	Baré
2398	Edna da Silva Costa	-	Baré
2399	Lineia da Silva Costa	-	Baré
2400	Gracineia da Silva Costa	-	Baré
2401	Alberto Costa Braga	40	Baré
2402	Aurora Lopes Braga	35	Baré
2403	Samir Lopes Braga	-	Baré
2404	Carlos Lopes Braga	-	Baré
2405	Samuel Lopes Braga	-	Baré
2406	Elias Lopes Braga	-	Baré
2407	Vanilson Lopes Braga	-	Baré
2408	Marinez Lopes Braga	-	Baré
2409	Maria Lopes Braga	-	Baré
2410	Silvio Cunaua Cruz	37	Baré
2411	Maria das Gracias Monteiro Cruz	32	Branca
2412	Antonio Carlos Monteiro Cruz	-	Baré
2413	Mario Jorge Monteiro Cruz	-	Baré
2414	Eugler Monteiro Cruz	-	Baré
2415	Euzimar Montero Cruz	-	Baré
2416	Vandelson Monteiro Cruz	-	Baré
2417	Cilmara Monteiro Cruz	-	Baré
2418	Andreia Monteiro Cruz	-	Baré
2419	Elisa da Silva (viuva)	-	Baré
2420	Valdomiro Silva Batista	-	Tukano
2421	Maria Neuza Batista	-	Tukano
2422	Zilda Silva Batista	-	Tukano
2423	Marivete Silva Batista	-	Tukano

Comunidade: Maçarabi

Localização: Margem direita do rio Negro

População em dezembro de 1990: 83 indivíduos

2424	Eduardo Brazão	-	Baré
2425	Maria Caetana	-	Piratapuia
2426	Clecio Brazão	-	Baré
2427	Deoclecio Brazão	-	Baré
2428	Lorena Brazão	-	Baré

2429	Lorenice Brazão	-	Baré
2430	Veranilce Brazão	-	Baré
2431	Recem-nascida sem nome	-	Baré
2432	Ademir Nogueira	-	Baré
2433	Elza Monteiro	-	Baré
2434	Dirceu Brazão	-	Baré
2435	Abel Brazão	-	Baré
2436	Agripino Nogueira Neto	-	Baré
2437	Zenaide Nogueira	-	Baré
2438	Altenise Nogueira	-	Baré
2439	Dirce Brazão	-	Baré
2440	Lindolfo Nogueira	-	Baré
2441	Gerli	-	Tukano
2442	Leomir Nogueira	-	Baré
2443	Pedrina Nogueira	-	Baré
2444	Angelica Nogueira	-	Baré
2445	Valeriana Nogueira da Cruz (viuva)	-	Baré
2446	Lazaro Soriano da Cruz	-	Baré
2447	Francisco Soriano da Cruz	-	Baré
2448	Alexandre Nogueira da Cruz	-	Baré
2449	Ivanir Lopes Palheta	-	Baré
2450	Edmar Nogueira da Cruz	-	Baré
2451	Sandra Oliveira dos Santos	-	Baré
2452	Alessandra Nogueira da Cruz	-	Baré
2453	Lucinete Nogueira da Cruz	-	Baré
2454	Lucineia Nogueira da Cruz	-	Baré
2455	Egmar Nogueira da Cruz	-	Baré
2456	Nilson Nogueira da Cruz	61	Baré
2457	Otilia da Silva	54	Baré
2458	Davi Silva da Cruz	-	Baré
2459	Jonas Silva da Cruz	-	Baré
2460	Tome Silva da Cruz	-	Baré
2461	Josue Silva da Cruz	-	Baré
2462	Janio Silva da Cruz	-	Baré
2463	Rodrigo Silva da Cruz	-	Baré
2464	Clarimar Silva da Cruz	-	Baré
2465	Geroncio Nogueira da Cruz	58	Baré
2466	Deugenia Brazão	-	Baré
2467	Benjamin Cruz Brazão	-	Baré
2468	Daniel Cruz Brazão	-	Baré
2469	Arismar Cruz Brazão	-	Baré
2470	Maria de Fatima Cruz Brazão	-	Baré
2471	Elizete Cruz Brazão	-	Baré
2472	Janete Cruz Brazão	-	Baré
2473	Terezinha Cruz Brazão	-	Baré
2474	Clara Cruz Brazão	-	Baré

2475	Agripino Nogueira	72	Baré
2476	Maria do Carmo Brazão	64	Baré
2477	Ademir Nogueira	-	Baré
2478	Lindolfo Nogueira	-	Baré
2479	Rosa Nogueira	-	Baré
2480	Ana Lucia Nogueira	-	Baré
2481	Zenaide Nogueira	-	Baré
2482	Elson Nogueira	-	Baré
2483	Pedro Marcelino Brazão	28	Baré
2484	Iracema Silva da Cruz	35	Baré
2485	Marcio Cruz Brazão	-	Baré
2486	Greciane Cruz Brazão	-	Baré
2487	Perpetua Socorro Cruz Brazão	-	Baré
2488	Leonor Diniz Rodrigues	-	Desana
2489	Martinha Rodrigues	-	-
2490	Zilma Rodrigues	-	Desana
2491			
2492	Lazaro Agostinho Soriano da Cruz	30	Baré
2493	Maria Lucia Celestino	29	Baré
2494	Laziel Cruz Celestino	-	Baré
2495	Laziene Cruz Celestino	-	Baré
2496	Maria Mazarelo Cruz Celestino	-	Baré
2497	Sebastiana Cruz Celestino	-	Baré
2498	Euzebia Celestino de Freitas	-	Baré
2499	Pedro Palheta dos Santos	-	Baré
2500	Maria Auxiliadora Cruz dos Santos	-	Baré
2501	Alberto Cruz dos Santos	-	Baré
2502	Wilson Cruz dos Santos	-	Baré
2503	Augusto Cruz dos Santos	-	Baré
2504	Luis Cruz dos Santos	-	Baré
2505	Conceição Cruz dos Santos	-	Baré
2506	Maria de Jesus Cruz dos Santos	-	Baré
2507	Juliana Cruz dos Santos	-	Baré

Comunidade: Castanheiro
Localização: Margem esquerda do rio Negro
População em janeiro de 1994: 128

2508	Antenor Brazão	-	Tukano
2509	Ana Fernandes	-	Desana
2510	Paulo Fernandes Brazão	-	Tukano
2511	Deucilene Fernandes Brazão	-	Tukano
2512	Felix Fernandes Brazão	-	Tukano
2513	Hélio Fernandes Brazão	-	Tukano
2514	Elias Fernandes Brazão	-	Tukano
2515	Gracimar Fernandes Brazão	-	Tukano

2516	Argemiro Brandão	-	Desana
2517	Carmen Angélica de Oliveira	-	Piratapuia
2518	Recem-nascido sem nome	-	Desana
2519	Recem-nascido sem nome	-	Desana
2520	Raul da Silva	-	Desana
2521	Tereza de Oliveira	-	Piratapuia
2522	Edilson Oliveira da Silva	-	Desana
2523	Erivaldo Oliveira da Silva	-	-
2524	Ribamar Oliveira da Silva	-	Desana
2525	Elizabete Oliveira da Silva	-	Desana
2526	Elielson Oliveira da Silva	-	Desana
2527	Eligelson Oliveira da Silva	-	Desana
2528	João de Oliveira	-	Piratapuia
2529	Alberta da Silva	-	Desana
2530	Aparecida Silva de Oliveira	-	Piratapuia
2531	Alcilene Silva de Oliveira	-	-
2532	Alcinete Silva de Oliveira	-	-
2533	João Nilton Silva de Oliveira	-	Piratapuia
2534	Jonilson Silva de Oliveira	-	Piratapuia
2535	Mateus de Oliveira	-	Piratapuia
2536	Marcília Brazão	-	Tukano
2537	João de Oliveira	-	Piratapuia
2538	Adelson de Oliveira	-	Piratapuia
2539	Pedro de Oliveira	-	Piratapuia
2540	Admilson de Oliveira	-	Piratapuia
2541	Lourdes de Oliveira	-	Piratapuia
2542	Galdino Severino	-	Desana
2543	Luísa Crecência	-	Tukano
2544	Juscelina Crecência Severino	-	Desana
2545	Cléia Crecência Severino	-	Desana
2546	Lindolfo Crecência Severino	-	Desana
2547	Celiane Crecência Severino	-	Desana
2548	Vanildo Crecência Severino	-	Desana
2549	Emílio Soares	-	Desana
2550	Mélica Crecência	-	Tukano
2551	Valdir Soares	-	Desana
2552	João Soares	-	Desana
2553	Antonio da Silva	-	Desana
2554	Juliete da Silva	-	Nadêb
2555	João da Silva	-	Desana
2556	Francisca da Silva	-	Desana
2557	Joel da Silva	-	Desana
2558	Cristiane da Silva	-	Desana
2559	Tereza da Silva	-	Desana
2560	Maria da Silva	-	Desana
2561	Adelson Brazão de Oliveira	-	Piratapuia

2562	Tereza da Silva	-	Desana
2563	Valdejane da Silva Brazão	-	Piratapuia
2564	Valdenilson da Silva Brazão	-	Piratapuia
2565	Aldiza da Silva Brazão	-	Piratapuia
2566	Alzeli da Silva Brazão	-	Piratapuia
2567	Adalberto Mavio	-	Baré
2568	Cecília da Silva	-	Desana
2569	-	-	Baré
2570	-	-	Baré
2571	-	-	Baré
2572	-	-	Baré
2573	Agenor Campos	-	Piratapuia
2574	Inácia	-	-
2575	Ana	-	Piratapuia
2576	Cecília	-	Piratapuia
2577	Ramiro da Silva	-	Desana
2578	Alaíde Calixto	-	Baniwa
2579	José Maria Calixto da Silva	-	Desana
2580	-	-	Desana
2581	-	-	Desana
2582	-	-	Desana
2583	Luciano da Silva Ferreira	-	Tariana
2584	Doraci dos Santos	-	Baré
2585	-	-	Tariana
2586	-	-	Tariana
2587	-	-	Tariana
2588	Etelvino dos Santos	-	Baré
2589	Carmelita da Silva	-	Desana
2590	Léo da Silva Santos	-	Baré
2591	Bené da Silva Santos	-	Baré
2592	Marlene da Silva Santos	-	Baré
2593	Cleto	-	Baré
2594	Libânia da Silva Santos	-	Baré
2595	-	-	Baré
2596	-	-	Baré
2597	Beré Braga	-	Baré
2598	Marlene	-	Baré
2599	-	-	Baré
2600	Frederico Pinheiro	-	Baniwa
2601	Maria da Silva	-	Desana
2602	Elmídia da Silva Pinheiro	-	Baniwa
2603	Marlice da Silva Pinheiro	-	Baniwa
2604	Miguel da Silva Pinheiro	-	Baniwa
2605	Arlice da Silva Pinheiro	-	Baniwa
2606	Humberto da Silva Pinheiro	-	Baniwa

2607	Ediraldo da Silva Pinheiro	-	Baniwa
2608	Preta da Silva Pinheiro	-	Baniwa
2609	Marly da Silva Pinheiro	-	Baniwa
2610	João Fernandes	-	Baré
2611	Raulina Brandão	-	Desana
2612	Almir Brandão Fernandes	-	Baré
2613	Valdeci Brandão Fernandes	-	Baré
2614	Jucinéia Brandão Fernandes	-	Baré
2615	Izabel Brandão Fernandes	-	Baré
2616	Donizete Brandão Fernandes	-	Baré
2617	Claudete Brandão Fernandes	-	Baré
2618	Pixuninha Brandão Fernandes	-	Baré
2619	João Brandão Fernandes	-	Baré
2620	João Brandão Fernandes	-	Baré
2621	Aida Olar	-	Baré
2622	-	-	Baré
2623	-	-	Baré
2624	Teodoro Lopes	-	Baniwa
2625	Carmelita da Silva	-	Desana
2626	Valter da Silva Lopes	-	Baniwa
2627	Luís da Silva Lopes	-	Baniwa
2628	José Castro	-	Piratapuia
2629	Ataíde Castro	-	Piratapuia
2630	Alexandre Castro	-	Piratapuia
2631	Marly Veiga	-	Tukano
2632	-	-	Piratapuia
2633	Julio Calisto	-	Baniwa
2634	Inês Pena	-	Desana
2635	-	-	Baniwa
2636	-	-	Baniwa
2637	-	-	Baniwa

Sítio: Uacará

Localização: Margem esquerda do rio Negro

População em janeiro de 1994: 31

2638	Paulo Marcelino Bruno	-	Baniwa
2639	Melica Marcelino Bruno	-	Baniwa
2640	Ricardo Marcelino Bruno	-	Baniwa
2641	Eliete Lúcio Bruno	-	Baniwa
2642	Rosilete Lúcio Bruno	-	Baniwa
2643	Elizete Lúcio Bruno	-	Baniwa
2644	Elieu Lúcio Bruno	-	Baniwa
2645	Paulinho Lúcio Bruno	-	Baniwa

2646	Josué da Silva Bruno	-	Baniwa
2647	Domila Bruno da Silva	-	Baniwa
2648	Rosilene Silva Bruno	-	Baniwa
2649	Rosiane Silva Bruno	-	Baniwa
2650	Josimar Silva Bruno	-	Baniwa
2651	José Bruno	-	Baniwa
2652	Eliana Cordeiro Bruno	-	Baniwa
2653	Gerson Marcelino Bruno	-	Baniwa
2654	Celso Marcelino Bruno	-	Baniwa
2655	Flauzino Marcelino Bruno	-	Baniwa
2656	Luís da Silva Bruno	-	Baniwa
2657	Glorinha Bruno da Silva	-	Baniwa
2658	Edvaldo Silva Bruno	-	Baniwa
2659	Edmilton Silva Bruno	-	Baniwa
2660	José Nilton Silva Bruno	-	Baniwa
2661	Hosano Elias da Silva	-	Werekena
2662	Florêncio Silva Bruno	-	Baniwa
2663	Oséias Elias da Silva	-	Werekena
2664	Juarêz da Silva Bruno	-	Baniwa
2665	Lenilda Bruno Silva	-	Baniwa
2666	Adelson Lúcio Bruno	-	Baniwa
2667	Rosinha Bruno Lucio	-	Baniwa
2668	Rosana Lucio Bruno	-	Baniwa

Comunidade: Cartucho
Localização: Ilha de Uábada
População em janeiro de 1994:

2669	Janio de Oliveira Rodrigues	-	Baré
2670	Janete Manuel	-	Desana
2671	Janilson Manuel Rodrigues	-	Baré
2672	Janice Manuel Rodrigues	-	Baré
2673	Jaciél Manuel Rodrigues	-	Baré
2674	Ana Cristina Manuel Rodrigues	-	Baré
2675	Alberto Manuel Rodrigues	-	Baré
2676	Emílio de Oliveira	-	Baré
2677	Celestina Jacinto de Oliveira	-	Piratapuia
2678	Vera Lucia de Oliveira	-	Baré
2679	Silvanio de Oliveira	-	Baré
2680	Ademirson de Oliveira	-	Baré

2681	Alberto de Oliveira	-	Baré
2682	Aldamiro de Oliveira	-	Baré
2683	Vera Lucinéia de Oliveira	-	Baré
2684	Aldebar de Oliveira	-	Baré
2685	Lauro Olar Baltazar	-	Baré
2686	Mirtes Sanches	-	Baré
2687	Germano Sanches Baltazar	-	Baré
2688	Ademir Sanches Baltazar	-	Baré
2689	Gelson Sanches Baltazar	-	Baré
2690	Ivania Sanches Baltazar	-	Baré
2691	Edilson Sanches Baltazar	-	Baré
2692	Orlanja Sanches Baltazar	-	Baré
2693	Joaquim Sanches Baltazar	-	Baré
2694	Roberto Sanches Baltazar	-	Baré
2695	Nazário Sanches Baltazar	-	Baré
2696	Sérgio Sanches Baltazar	-	Baré
2697	Ermelindo Teixeira	-	Baniwa
2698	Barcilícia Lourenço	-	Baniwa
2699	Fortunato Hilário Lourenço	-	Baniwa
2700	Rosa Lourenço Teixeira	-	Baniwa
2701	Nilce Lourenço Teixeira	-	Baniwa
2702	Talgino Lourenço Teixeira	-	Baniwa
2703	Francisca Brazão	-	Tukano
2704	Claudiano Brazão	-	Tukano
2705	Clécio Brazão	-	Tukano
2706	Alexandre Orestes	-	Tukano
2707	Delvanir Brazão	-	Tukano
2708	Ildefonso Baltazar	-	Baré
2709	Odete Peixoto	-	Tukano
2710	Maria Gorete Peixoto Baltazar	-	Baré
2711	Jucielene Peixoto Baltazar	-	Baré
2712	Valmir Peixoto Baltazar	-	Baré
2713	Valcinir Peixoto Baltazar	-	Baré
2714	Almir Peixoto Baltazar	-	Baré
2715	Celestino Xavier	-	Baniwa
2716	Maria Melgueiro	-	Baré
2717	Edgar Melgueiro Xavier	-	Baniwa

2718	Edilene Melgueiro Xavier	-	Baniwa
2719	Francisco Melgueiro Xavier	-	Baniwa
2720	Angelina Olar	-	Baré
2721	Mário Olar Baltazar	-	Baré
2722	Surene Olar Baltazar	-	Baré
2723	Lorival Calisto	-	Baniwa
2724	Sidonia Olar Calisto	-	Baré
2725	Valdeci Olar Calisto	-	Baniwa
2726	Valdenir Olar Calisto	-	Baniwa
2727	Lucinete Olar Calisto	-	Baniwa
2728	Valdenilson Olar Calisto	-	Baniwa
2729	Almir Brandão Fernandes	-	Baré
2730	Ivânia Sanches Fernandes	-	Baré
2731	Ivanice Sanches Fernandes	-	Baré

Comunidade: Nossa Senhora Auxiliadora
Localização: Ilha de Uábada
População em janeiro de 1994:

2732	Porfirio Brazão	45	Tariana
2733	Elza de Oliveira	-	Baré
2734	Rivelino de Oliveira Brazão	-	Tariana
2735	Paulino de Oliveira Brazão	-	Tariana
2736	Francisco de Oliveira Brazão	-	Tariana
2737	Gerson de Oliveira Brazão	-	Tariana
2738	Albertino de Oliveira Brazão	-	Tariana
2739	Simeão Candido de Oliveira	77	Baré
2740	Martinha da Silva	-	Kobeua
2741	Domingos Savio de Oliveira	-	Baré
2742	Leonel de Oliveira	-	Baré
2743	Elza de Oliveira	-	Baré
2744			
2745	Graciliano Torres Fernandes	66	Tukano
2746	Ernestina Celestino Torres	42	Werekena
2747	Gaspar Celestino Torres	-	Tukano
2748	Sebastiana Celestino Torres	-	Tukano
2749	Ednair Celestino Torres	-	Tukano
2750	Lourdes Celestino Torres	-	Tukano
2751			
2752	Miguel Cesario Alcantara	57	Tariana
2753	Pedrina Lemos	-	Arapaço
2754	Edilson Lemos Alcantara	30	Tariana

2755	Marlene Soares Freitas	-	Branca
2756	Alessandro Alcantara	-	Tariana
2757	Alessandra Alcantara	-	Tariana
2758	Jose Lemos Alcantara	-	Tariana
2759	Abraão Lemos Alcantara	-	Tariana
2760	Cleonice Lemos Alcantara	-	-
2761	Argemiro Olar	-	Baré
2762	Alberto Jacinto Oliveira	-	Baré
2763	Josefina Lemos Alcântara	-	Tariana
2764	Rodolfo Lemos Alcântara	-	Baré
2765			
2766	Argemiro Oliveira Olar	-	Baré
2767	Sebastiana Celestino Torres	-	Tukano
2768	Rosemiro Torres Olar	-	Baré
2769	Jandermiro Torres Olar	-	Baré
2770	José André Torres Olar	-	Baré
2771	José Luis Torres Olar	-	Baré
2772	Anderléia Torres Olar	-	Baré
2773	Gaspar Celestino Torres	-	Tukano
2774	Lucila Pinheiro	-	Desana
2775	Claudinete Pinheiro da Silva	-	Desana
2776	Lúcia Pinheiro da Silva	-	Desana
2777	Nilza Pinheiro da Silva	-	Tukano
2778	Edinaldo Pinheiro Torres	-	Tukano
2779	Valcilene Pinheiro Torres	-	Tukano
2780	Everaldo Pinheiro Torres	-	Tukano
2781	Eduardo Pinheiro Torres	-	Tukano
2782	Petronilho Farias	-	Tukano
2783	Maurina Celestino Farias	-	Werekena
2784	Samuel Celestino Farias	-	Tariana
2785	Alessandra Celestino Farias	-	Tariana
2786	Adair Celestino Farias	-	Tariana
2787	Rosely Celestino Farias	-	Tariana
2788	Izabel Celestino Farias	-	Tariana
2789	José Maria Celestino Farias	-	Tariana
2790	Valdir Farias	-	Tukano
2791	José Lemos Alcântara	-	Tariana
2792	Olga Maria Gonçalves	-	Baré
2793			
2794	Faustino Ferreira da Silva	-	Tukano
2795	Aizira Gonçalves	-	Tariana
2796	Samuel Celestino Lourenço	-	Tariana
2797	Antonia Farias Lourenço	-	Baré
2798	Alberta Farias Lourenço	-	Tariana
2799	Cláudio da Silva Teixeira	-	Tariana
2800	Lourdes Torres Teixeira	-	Tukano

2801	Arleilson Torres Teixeira	-	Tariana
2802	Terezinha Torres Teixeira	-	Tariana
2803	Afonso Torres Teixeira	-	Tariana
2804	Felipe Torres Teixeira	-	Tariana
2805	Esmeraldo Oliveira Olar	-	Baré
2806	Valdelina Sousa Silva	-	Branca
2807	Edevaldo da Silva Olar	-	Baré
2808	Esmeraldo Oliveira Olar Filho	-	Baré
2809	Herbert da Silva Olar	-	Baré
2810	Aliciane da Silva Olar	-	Baré
2811	Valdeci Souza e Silva	-	Branco
2812	Maria Madalena Barbosa Peixoto	-	Tukano
2813	Sidomar Barbosa Reis	-	Branco
2814	Adinamar Barbosa Reis	-	Branco
2815	Pedrina Wandelmira Barbosa Reis	-	Branca
2816	Reinaldo Barbosa Reis	-	Branco
2817	Waldemir Barbosa Reis	-	Branco
2818	Lindomar Barbosa Reis	-	Branco
2819	Abdias Barbosa Reis	-	Branco
2820	Felicíssimo Souza e Silva	-	Branco
2821	Zeny Duarte Reis	-	Branca
2822	Marcos Wanderley Duarte da Silva	-	Branco
2823	Vamberto Plácido Rodrigues	-	Baré
2824	Alessandra Lourenço Rodrigues	-	Tariana
2825	Aparecida Lourenço Rodrigues	-	Baré
2826	Oswaldo Lourenço Rodrigues	-	Baré

B.2. Área Indígena Rio Apaporis

Este censo cobre a população da *AI Apaporis*. Essa população está classificada por localidades e grupos domésticos. Os grupos domésticos da mesma localidade estão separados uns dos outros por linhas em branco. Discrimina-se também a etnia de cada indivíduo. Os Maku referidos aqui pertencem todos ao grupo Yuhup.

Obviamente, Vila Bittencourt não está dentro da área proposta. Mesmo assim, incluímos sua população indígena, uma vez que essa população circula dentro daquela área, visitando constantemente as aldeias de *Pedn Bok*, *Pahay Mi* e *Pan Mi*. Estas aldeias são exclusivamente indígenas, embora em *Pahay Mi* haja um branco (nº 107) morando em caráter intermitente com a esposa Tukano e filhos.

Há outros dois brancos (nºs 125 e 130) casados com mulheres indígenas, mas eles moram na Vila Bittencourt. A etnia dos filhos destes casamentos foi assinalada como "Branco" porque os índios da área contam a ascendência exclusivamente pelo lado paterno. A título de informação, colocamos a etnia da mãe entre parênteses.

Localidade: Pedn Bok (São Francisco)

Localização: Rio Apaporis, entre a foz do Traíra e a Vila Bittencourt

População em abril de 1994: 98 indivíduos

POP.	NOME CRISTÃO	NOME INDÍGENA	ID.	ETNIA
001	Valdeci	Shemé	26	Yepá Mahsã
002	Tiago	Shiari	3	Yepá Mahsã
003	André Luis	Shuniã	5	Yepá Mahsã
004	Gabriela	Ih Taga	33	Yuhup
005	Simone	Sem nome	7	Branco (Yuhup)
006	Matias	Show	1	Yuhup
007	Pedro	Hoy	31	Yuhup
008	Jesus	Tshobm	5	Yuhup
009	Tarcísio	Bââbm	15	Yuhup
010	Hermínia	Ih ábm	32	Yuhup
011	Madalena	Yoi	8	Yuhup
012	Sisto	Tshibm Bok	11	Yuhup
013	Rafael	Pash'o	36	Yuhup
014	Peri Ribeiro	Noh Yo'	67	Yuhup
015	Geraldo	-	13	Yuhup
016	José	Dow	38	Yuhup
017	Rosilda	Ih Pedn	5	Yuhup

018	Silvana	Mbé	13	Yuhup
019	Joaninha	Beuré	41	Yuhup
020	Joel	Dirit	20	Yuhup
021	Felicita	Ih Pedn	19	Yuhup
022	Mariana	Yag To	2	Yuhup
023	Sem nome	Sem nome	0	
024	Patrícia	Baru	20	Yuhup
025	Aurora	Ih Pedn Deh	2	Yuhup
026	Daniel	Toh Todn	12	Yuhup
027	Angela	Ih Ndobm	2	Yuhup
028	Sara	Pah Deh Kogn	7	Yuhup
029	Moisés	Pah Dádn	5	Yuhup
030	Miguel	Pah Sho	38	Yuhup
031	Carmen	Waih Dow	42	Yuhup
032	João	Ag	24	Yuhup
033	João	Pah Shug	4	Yuhup
034	Maria	Ih Hadn Deh	25	Yuhup
035	Rodrigo	Pah Yawet	2	Yuhup
036	Iracema	Cawe	13	Yuhup
037	Aida	Iyó	61	Yuhup
038	Carlos	Tshá'á	9	Yuhup
039	Arthur	-	65	Yuhup
040	Pedro	Tshah 'Awet	45	Yuhup
041	Aparecida	Mashag Ná	16	Yuhup
042	Madalena	Ñiño	30	Tukano
043	Edmilson	Wâ Pat	1	Yuhup
044	Mário	Yo	31	Yuhup
045	Mário Jorge	Yam Pat Tsha	3	Yuhup
046	Isabel	Ih Uy	53	Yuhup
047	Luciano	Wâ Pat	56	Yuhup
048	Isalva	Itaka	5	Yuhup
049	Maria Anjos	Kawira	7	Yuhup
050	Rafael	Dirit	20	Yuhup
051	Beatriz	Pem Yap	16	Yepá Mahsã
052	Cochirene	Ih Nahaw	5	Yuhup
053	Júlio	Mot	41	Yuhup
054	Raimundo	Tah Yot	10	Yuhup
055	Madalena	Ih Dâgn	27	Yuhup
056	Manoel	Diyh	8	Yuhup
057	Lucas	She Shó	4	Yuhup
058	Samuel	Mot	6	Yuhup
059	Sem nome	Sem nome	1	Yuhup

060	Oswaldo	Tat Nam	20	Yuhup
061	Francisco	Aiñ	48	Yuhup
062	Anita	Dow Agn	50	Yuhup
063	Armando	Uh Kâ	6	Yuhup
064	Santiago	Tshah Kâw	46	Yuhup
065	Thereza	-	41	Yuhup
066	Quirino	-	-	Yuhup
067	Luiza	-	-	Yuhup
068	Laurentino	Yaidn	30	Yuhup
069	Gilberto	-	20	Yuhup
070	Evandro	-	17	Yuhup
071	José		-	Yuhup
072	Inês	Ay	-	Yuhup
073	Joaquim	Yam Pat Tsha	-	Yuhup
074	Esmerinda	-	-	Yuhup
075	Verónica	Deh Shá	-	Yuhup
076	Isaías	-	-	Yuhup
077	Paulo	Nain	-	Yuhup
078	Joaquina	Yahoy/Bedn	-	Yuhup
079	Maristela	Shohó	-	Yuhup
080	Antônia	Shohó	-	Yuhup
081	Otacília	-	-	Yuhup
082	Sem nome	Sem nome	0	Yuhup
083	Paulo	Ayawa	-	Yuhup
084	Guilherme	Yam Pat	-	Yuhup
085	Glória	Begn	-	Yuhup
086	Marcela	-	-	Yuhup
087	Sem nome	Sem nome	0	Yuhup
088	Inácio	Mag Dow	-	Yuhup
089	Auxiliadora	Moyt	-	Yuhup
090	Narciso	Bââbm	-	Yuhup
091	Pascualino	Náh Agn Ná	-	Yuhup
092	Renato	Mih Naw	-	Yuhup
093	Oscarina	Ih Uh	-	Yuhup
094	Patrícia	Tsheep	-	Yuhup
095	Maria	Yag Now	-	Yuhup
096	Valdemir	Boy	-	Yepá Mahsã
097	Ana	Kawag	-	Yuhup
098	Sandra	Wâhât Deh	-	Yuhup

Localidade: Pahay Mi (Igarapé Jatuarana)

Localização: Rio Apaporis, a 1 hora e ½ a remo da Vila Bittencourt

População em abril de 1994: 20 indivíduos

099	Benedito	Kydn Tsha	-	Yuhup
100	Isabel	Woh	15	Tukano
101	Severiano	Tshaidn/Yari	54	Tukano
102	Luiza	Yawira	50	Yuhup
103	Leonardo	Ahkáro	11	Tukano
104	Ricardo	Dogn Noh Shudn	69	Yuhup
105	Dina	Ka'aw	72	Yuhup
106	Terezinha	Du Hi/Ih Pedn	21	Tukano
107	João Bosco	Sem nome	-	Branco
108	Josilene	Sem nome	-	Branco(Tukano)
109	Jonas	Sem nome	-	Branco(Tukano)
110	Rosilene	Sem nome	-	Branco(Tukano)
111	Rasiane	Sem nome	-	Branco(Tukano)
112	Maria Diva	Diatho/Ih Deh	-	Tukano
113	João Batista	-	-	Tuyuka
114	Jairo	Poró/Bui Tog	-	Tuyuka
115	Cecília	Yusió	23	Tukano
116	Marcelino	Wâ Pat	26	Yuhup
117	Maria Lurdes	Ih Bagn	13	Yuhup
118	Estelita	Ih Hâbm	4	Yuhup

Localidade: Pan Mi (Igarapé Preguiça)

Localização: Rio Apaporis, a 1 hora a remo da Vila Bittencourt

População em abril de 1994: 6 indivíduos

119	Maurício	Shuniá	10	Yepá Mahsã
120	Maria	Ih Wâhet	28	Yepá Mahsã
121	Lázaro	Tshaadn	15	Yepá Mahsã
122	Laureano	Shuniá	-	Yepá Mahsã
123	Emiliana	Kákaw Hoy	-	Yuhup
124	Jane	-	-	Yepá Mahsã

Localidade: Vila Bittencourt

Localização: Rio Japurá, na foz do Apaporis

População indígena em abril de 1994: 17 indivíduos

125	Ramiro	Sem nome	-	Branco
-----	--------	----------	---	--------

126	Hermínia	Yusió	30	Tukano
127	Miriam	Sem nome	3	Branco(Tukano)
128	Edna	Sem nome	5	Branco(Tukano)
129	Maria	Yeparío	18	Tukano
130	Antônio	Sem nome	-	Branco
131	Adriana	Idn Dui	15	Yuhup
132	Ercília	Wihshu	50	Dessana
133	Jacinta	-	16	Tukano
134	Maria	Yupahkó	28	Tukano
135	Arnaldo	Ah Târo	31	Tuyuka
136	Lucimar	Kamó	7	Tuyuka
137	Lucicana	Será	2	Tuyuka
138	Eliana	Diá	4	Tuyuka
139	Domingo	Doé	22	Tukano
140	Sérgio	Puani	20	Tuyuka
141	Esmeralda	Será	17	Tuyuka

B.3. Área Indígena Rio Têa

Este censo cobre a população da *AI Rio Têa*, envolvendo as localidades de Bom Jardim, Uaicoari, Olaria e Tabocal do Têa. Devido a fatores explicitados acima, não nos foi possível obter listas de habitantes nas localidades de Bom Jardim e Olaria, que estão incluídas dentro da área. Fornecemos apenas o número total de habitantes de cada uma delas.

Localidade: Bom Jardim

Localização: Rio Negro, margem direita, entre a foz do Marié e a foz do Têa

População em janeiro de 1994: 160 indivíduos

Etnia: Maku Nadöb

Localidade: Uaicoari

Localização: Igarapé Uaicoari, entre Bom Jardim e a foz do Têa

População em janeiro de 1994: 30 indivíduos

161	Urbano Francisco da Silva	47	Nadöb
162	Josefina Fernandes	45	Nadöb
163	Urbanilza da Silva	13	Nadöb
164	Renato da Silva	10	Nadöb
165	Luci da Silva	8	Nadöb
166	José Sabino	30	Nadöb
167	Lucimar da Silva	27	Nadöb
168	Marivani Sabino	12	Nadöb
169	Glória Sabino	7	Nadöb
170	José Maria Sabino	3	Nadöb
171	Eder Alberto Machado	23	Nadöb
172	Marilene da Silva	19	Nadöb
173	Alquendir Machado	55	Nadöb
174	Américo Olegário da Silva	60	Nadöb
175	Aloisio Sabino	30	Nadöb
176	Joaninha Fernandes	60	Nadöb
177	Ilma Sabino	25	Nadöb
178	Elisabete Sabino	18	Nadöb
179	Flávio da Silva	20	Nadöb
180	Valdomiro Sabino	-	Nadöb
181	Ana Maria Machado	-	Nadöb
182	Moacir Sabino	-	Nadöb

183	Jovita Fernandes	-	Nadöb
184	Gracimar Sabino	-	Nadöb
185	Elisete Sabino	-	Nadöb
186	Delmar Sabino	-	Nadöb
187	Alberto Sabino	-	Nadöb
188	Mariquinha Lobato	-	Nadöb
189	Gilmar Sabino	-	Nadöb
190	Marileide Sabino	-	Nadöb

Localidade: Olaria

Localização: Rio Negro, margem direita, perto da foz do Têa

População janeiro de 1994: 7 indivíduos

Etnia: Maku Nadöb

Localidade: Tabocal do Têa

Localização: Rio Têa, a 1 h da foz em motor de centro

População em janeiro de 1994: 58 indivíduos

198	Alfredo João de Lima		Piratapuia
199	Joana Batista de Lima		Desana
200	Lúcia Batista de Lima		Piratapuia
201	Juliana Batista de Lima		Piratapuia
202	Belmiro José Venâncio		Tukano
203	Maria Regina de Lima		Piratapuia
204	Reginaldo Lima Venâncio		Tukano
205	Marinei Lima Venâncio		Tukano
206	Pedro Aglair Lima Venâncio		Tukano
207	Rosilene Lima Venâncio		Tukano
208	Rosivaldo Lima Venâncio		Tukano
209	José Clemente Lima Venâncio		Tukano
210	Leonardo Lima Venâncio		Tukano
211	Rosane Lima Venâncio		Tukano
212	Teodoro José Venâncio		Tukano
213	Josefina Aires da Silva		Desana
214	Enéas José Venâncio		Tukano
215	Olindo Venâncio		Tukano
216	Áureo Venâncio		Tukano
217	Cleonea Venâncio		Tukano
218	Auxiliadora Venâncio		Tukano
219	Maria Venâncio		Tukano
220	Sueli Venâncio		Tukano
221	Teodoro Venâncio Filho		Tukano
222	Paulo Venâncio		Tukano

223	Suzane Venâncio	Tukano
224	Armindo Venâncio	Tukano
225	Ernesto Aires da Silva	Desana
226	Maria Auxiliadora da Silva	Desana
227	Joselinda da Silva	Desana
228	Misael da Silva	Desana
229	Jaime da Silva	Desana
230	Ednéa da Silva	Desana
231		
232	Isaias Catarina	Baré
233	Bernadete Sarmento	Tukano
234	Fernando Catarina	Baré
235	José Alberto Catarina	Baré
236	Ananios de Braga	Baré
237	Ângela Venâncio	Tukano
238	Admilson Venâncio Braga	Baré
239	Helena Venâncio Braga	Baré
240	Heleno Venâncio Braga	Baré
241	Wilson Venâncio Braga	Baré
242	Stanislaw de Braga	Baré
243	Dolores Dantas	Baré
244	João Dantas Braga	Baré
245	Edmar Dantas Braga	Baré
246	Aracilda Dantas Braga	Baré
247	Eracilda Dantas Braga	Baré
248	Jones Dantas Braga	Baré
249	Osanira Dantas Braga	Baré
250	Cláudia Dantas Braga	Baré
251	Luís Dantas Braga	Baré
252	Irene Dantas Braga	Baré
253	Reinaldo de Braga	Baré
254	Madalena Braga Venâncio	Tukano
255	Dilse Venâncio Braga	Baré
256	Nilse Venâncio Braga	Baré
257	Elcilene Venâncio Braga	Baré
258	Renilse Venâncio Braga	Baré
259	Nestor Venâncio Braga	Baré

RELATÓRIO ANTROPOLÓGICO

ÁREA INDÍGENA MÉDIO RIO NEGRO

ÁREA INDÍGENA RIO APAPÓRIS

ÁREA INDÍGENA RIO TÉA

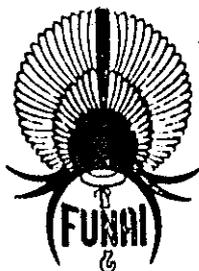
PORTARIA PP 1247, de 16/12/93, PORTARIA PP 1257, de 21/12/93,
PORTARIA PP 1270, de 22/12/93, Grupo de Trabalho Complementar de
12/4/94

Ana Gita de Oliveira

Jorge Pozzobon

Márcio Meira

Brasília 1994



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS
DEPARTAMENTO DE DEMARCAÇÃO
MEMORIAL DESCRITIVO DE IDENTIFICAÇÃO

DENOMINAÇÃO

ÁREA INDÍGENA RIO APAPORIS

ALDEIAS INTEGRANTES

SÃO FRANCISCO, JATUARANA e PREGUIÇA

GRUPOS INDÍGENAS

YUHUP, TUKANO, TUYUKA, DESSANO, YEPÁ MAHSÁ.

LOCALIZAÇÃO

MUNICÍPIO: JAPURÁ

ESTADO: AMAZONAS

ADR: TABATINGA

COORDENADAS DOS EXTREMOS

EXTREMO	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE	00°57'00"S	69°09'10" WGR
LESTE	01°10'50"S	69°03'00" WGR
SUL	01°21'57"S	69°23'40" WGR
OESTE	01°05'06"S	69°24'47" WGR

BASE CARTOGRÁFICA

NOMENCLATURA	ESCALA	ÓRGÃO	ANO
MIR-40, 53, 54, 55, 56, 70	1:250.000	RADAN	1975

DIMENSÕES

**ÁREA: 113.200 ha (CENTO E TREZE MIL E DUZENTOS HECTARES) aproximada
mente.**

PERÍMETRO: 150.000 m (CENTO E CINQUENTA MIL METROS) aproximadamente.



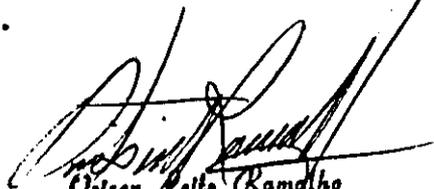
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

NORTE: Partindo do Ponto 01, de coordenadas geográficas aproximadas $01^{\circ}05'06''S$ e $69^{\circ}24'47''Wgr.$, na margem esquerda do Rio Apapóris na fronteira do Brasil com a Colômbia. Daí, segue em linha reta, até o Ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}57'00''S$ e $69^{\circ}09'10''Wgr.$; no alto do Rio Marié.

LESTE: Daí, segue por este à jusante, até o Ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas $01^{\circ}10'50''S$ e $69^{\circ}03'00''Wgr.$, na foz do Igarapé Trabalho.

SUL: Daí, segue por este a montante, até o Ponto 04, de coordenadas geográficas aproximadas $01^{\circ}11'50''S$ e $69^{\circ}10'35''Wgr.$, na confluência de um igarapé sem denominação. Daí, segue por este à montante, até sua cabeceira, no Ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas $01^{\circ}14'50''S$ e $69^{\circ}13'35''Wgr.$ Daí, segue em linha reta, até o Ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas $01^{\circ}15'00''S$ e $69^{\circ}13'18''Wgr.$, na cabeceira do Igarapé Preguiça. Daí, segue por este a jusante, até sua foz no Rio Apapóris, no Ponto 07, de coordenadas geográficas aproximadas $01^{\circ}21'57''S$ e $69^{\circ}23'40''Wgr.$

OESTE: Daí, segue por este a montante, até o Ponto 01, início da descrição deste perímetro.


Wilson Lello Ramalho
Téc. Agrimensor - DDF/SMAF/FUNAI
CREA 1830/TD



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Area JTE

**DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS
DEPARTAMENTO DE DEMARCAÇÃO**

MEMORIAL DESCRITIVO DE IDENTIFICAÇÃO

DENOMINAÇÃO

ÁREA INDÍGENA RIO TÉA

ALDEIA INTEGRANTE

TABOCAL DO TÉA, BOM JARDIM, UAICOARI, OLARIA, MARICOTA

GRUPOS INDÍGENAS

BARÉ, DESSANO, KOBWA, NADÊB, PIRATAPUIA, TUKANO, TUIUKA.

LOCALIZAÇÃO

Município: Santa Isabel do Rio Negro

Estado: Amazonas

COORDENADAS DOS EXTREMOS

EXTREMOS	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE	00°20'40"S	65°27'00" WGR
LESTE	00°30'13"S	65°08'55" WGR
SUL	00°55'40"S	65°45'00" WGR
OESTE	00°47'54"S	66°54'13" WGR

BASE CARTOGRÁFICA

Nomenclatura	Escala	Órgão	Ano
MIR-40, 53, 54, 55, 56, 70	1:250.000	RADAN	1975

DIMENSÕES

ÁREA: 414.300 ha (quatrocentos e quatorze mil e trezentos hectares) aproximadamente.

PERÍMETRO: 580.000 m (quinhentos e oitenta mil metros) aproximadamente.

51 R 420

7

192



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

- NORTE:** Partindo do ponto 01, de coordenadas geográficas aproximadas 00° 47'54" S e 66°54'13" Wgr, na margem esquerda do Rio Marié.. Daí, segue por este a jusante, até o ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 00°26'43" S e 66°24'55" Wgr, na confluência do Igarapé Sucuriju. Daí, segue por este a montante, até sua cabeceira, no ponto 03, de coordenadas geográficas aproximadas 00° 34'54" S e 66°22'22" Wgr. Daí, segue em linha reta, até o ponto 04, de coordenadas geográficas aproximadas 00°33'48" S e 66°20'44" Wgr. Daí, segue em linha reta, até o ponto 05, de coordenadas geográficas aproximadas 00°27'52" S e 66°17'04" Wgr. Daí segue em linha reta, até o ponto 06, de coordenadas geográficas aproximadas 00°27'06" S e 65°57'00" Wgr. Daí, segue em linha reta, até o ponto 07, de coordenadas geográficas aproximadas 00° 24'56" S e 65°52'32" Wgr. Daí segue em linha reta, até o ponto 08, de coordenadas geográficas aproximadas 00°27'00" S e 65°47'30" Wgr. Daí, segue em linha reta, até o ponto 09, de coordenadas geográficas aproximadas 00°24'56" S e 65°44'44" Wgr. Daí segue em linha reta, até o ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas 00°27'42" S e 65°28'18" Wgr, na cabeceira do Igarapé Uainumale. Daí segue por este a jusante, até sua foz, no Rio Negro, no ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas 00°20'40" S e 65°27'00" Wgr, na margem direita do Rio Negro.
- LESTE:** Daí segue por este a jusante até o ponto 12 de coordenadas geográficas aproximadas 00°30'13" S e 65°08'55" Wgr na foz do Rio Téia.
- SUL :** Daí segue por este a montante, até o ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas 00°48'20" S e 66°28'55" Wgr, na foz do Igarapé Embari. Daí, segue por este, a montante, até sua cabeceira, no ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas 00°55'40" S e 66°43'40" Wgr. Daí, segue em linha reta, até o ponto 15, de coordenadas geográficas aproximadas 00°55'40" S e 66°45'00" Wgr, na cabeceira de um igarapé sem denominação.
- DESTE:** Daí, segue por este, a jusante até o ponto 01, início da descrição deste perímetro.

Griseo *Kamako*



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

**DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS
DEPARTAMENTO DE DEMARCAÇÃO**

MEMORIAL DESCRITIVO DE IDENTIFICAÇÃO

DENOMINAÇÃO

ÁREA INDÍGENA MÉDIO RIO NEGRO

ALDEIAS INTEGRANTES

COMUNIDADES: ACARÁ, BAUARI, BOA VISTA, CASTANHEIRA, MARICOTA, ILHA DAS FLORES, SÃO LUIS, SÃO MIGUEL, SÃO SEBASTIÃO, CAMANAUS, TANCREDO NEVES, MERCÊS, CURICURIARI, SÃO JORGE, TUMBIRA, JUPATI, SÃO PEDRO, CAJURÍ, TAPURUQUARA-MIRIM, WARURÁ, TAPERERA, ILHA DO PINTO, BACABAL, VILA NOVA, LIVRAMENTO, ARUTI, CARIXINA, MAÇARABI, NOSSA SENHORA AU XILIADORA.

GRUPOS INDÍGENAS

ARAPAÇO, BARÉ, CARAPANÁ, DAW, DESSANO, JURITI, KOBWA, NADÊB, PIRATA PUIA, TUKANO, WAREKENA, YUHUP.

LOCALIZAÇÃO

MUNICÍPIO: SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA E SANTA ISABEL DO RIO NEGRO

ESTADO: AMAZONAS

COORDENADAS DOS EXTREMOS

EXTREMO	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE	00°06'57"N	67°18'51" WGR
LESTE	00°11'30"S	65°24'50" WGR
SUL	01°20'50"S	68°28'20" WGR
OESTE	00°57'00"S	69°09'10" WGR

BASE CARTOGRÁFICA

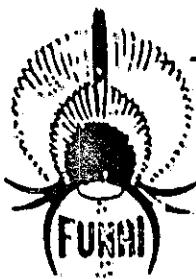
NOMENCLATURA	ESCALA	ÓRGÃO	ANO
MIR-40, 53, 54, 55, 56, 70	1:250.000	RADAN	1975

DIMENSÕES

ÁREA: 2.142.000 (DOIS MILHÕES, CENTO E QUARENTA E DOIS MIL HECTARES) aproximadamente.

Perímetro: 1.033.000 m (HUM MILHÃO E TRINTA E TRÊS MIL METROS) aproximadamente.

194.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO
ÁREA INDÍGENA MÉDIO RIO NEGRO

NORTE: Partindo do Ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}57'00''S$ e $69^{\circ}09'10''$ Wgr., no alto Rio Marié. Daí, segue em linha reta até o Ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}45'28''S$ e $68^{\circ}46'54''$ Wgr., na confluência de um igarapé sem denominação com o Rio Dji. Daí, segue por este a jusante, até o Ponto 03, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}43'10''S$ e $68^{\circ}36'15''$ Wgr., na confluência com Rio Carari, que após esta confluência passa a denominar-se Rio Curicuri. Daí, segue por este a jusante, até o Ponto 04, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}19'10''S$ e $67^{\circ}20'38''$ Wgr., na foz do Igarapé Curupin. Daí, segue em linha reta, até o Ponto 05, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}05'22''N$ e $67^{\circ}20'35''$ Wgr., na margem direita do Rio Uaupé próximo a comunidade de São Joaquim. Daí, atravessa este, até o Ponto 06, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}05'52''$ N e $67^{\circ}20'09''$ Wgr., na sua margem esquerda. Daí segue em linha reta, até o Ponto 07, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}06'31''N$ e $67^{\circ}19'27''$ Wgr., na margem direita do Rio Negro. Daí, atravessa este, até o ponto 08, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}06'57''$ N e $67^{\circ}18'51''$ Wgr., na foz do Igarapé Vram com a margem esquerda do Rio Negro. Daí, segue pelo Rio Negro, a jusante até o Ponto 09, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}01'31''$ e $67^{\circ}15'54''$ Wgr. Daí, atravessa o mesmo, até o Ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}01'08''$ N e $67^{\circ}16'07''$ Wgr., na margem direita. Daí, segue a jusante até o Ponto 11 de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}10'05''S$ e $66^{\circ}54'49''$ Wgr. Daí, atravessa o mesmo, até o Ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}08'08''S$ e $66^{\circ}54'46''$ Wgr., na margem esquerda. Daí, segue a jusante, até o Ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}09'07''$ S e $66^{\circ}51'58''$ Wgr., na foz do Igarapé Mauã. Daí, segue por este até o Ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}00'00''$ (linha do Equador) e $66^{\circ}49'20''$ Wgr. Daí, segue em linha reta, até o Ponto 15, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}00'00''$ (Linha do Equador) e $66^{\circ}36'50''$ Wgr., na cabeceira do Igarapé Floborã. Daí, segue em linha reta até o Ponto 16 de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}02'36''S$ e $66^{\circ}22'41''$ Wgr., na cabeceira do Igarapé



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Maruine. Daí, segue em linha reta, até o Ponto 17, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}04'07''S$ e $66^{\circ}17'04''Wgr.$, na confluência de um igarapé sem denominação com o Igarapé Irari. Daí, segue pelo último a jusante até sua foz no Rio Cauaburi, no Ponto 18, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}03'28''S$ e $66^{\circ}08'12''Wgr.$ Daí, segue por este a jusante, até o Ponto 19, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}10'54''S$ e $65^{\circ}58'27''Wgr.$ na foz de um igarapé sem denominação. Daí, segue em linha reta, até o Ponto 20, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}08'44''S$ e $65^{\circ}50'03''Wgr.$, na cabeceira de um igarapé sem denominação. Daí, segue em linha reta até o Ponto 21, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}10'05''S$ e $65^{\circ}45'54''Wgr.$, na cabeceira do Igarapé Tarica. Daí, segue em linha reta até o Ponto 22 de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}12'15''S$ e $65^{\circ}40'44''Wgr.$, na cabeceira do Igarapé Castanho. Daí, segue em linha reta até o Ponto 23, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}14'35''S$ e $65^{\circ}35'14''Wgr.$, na cabeceira do Igarapé Mauiã. Daí, segue em linha reta até o Ponto 24, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}09'21''S$ e $65^{\circ}26'18''Wgr.$, na cabeceira do Igarapé Barará. Daí, segue a jusante até o Ponto 25, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}11'30''S$ e $65^{\circ}24'50''Wgr.$, na foz do Igarapé Inambu.

LESTE: Do Ponto antes descrito, segue pelo Igarapé Inambu a jusante, até sua foz no Rio Negro, no Ponto 26, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}17'38''S$ e $65^{\circ}25'39''Wgr.$ Daí, atravessa uma parte do Rio Negro, até o Ponto 27, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}19'15''S$ e $65^{\circ}27'19''Wgr.$, na ponta oeste de uma ilha. Daí, atravessa a outra parte do Rio Negro, até o Ponto 28, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}20'40''S$ e $65^{\circ}27'00''Wgr.$, na foz do Igarapé Uainumale. Daí, segue por este a montante, até sua cabeceira, no Ponto 29, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}27'42''S$ e $65^{\circ}28'18''Wgr.$

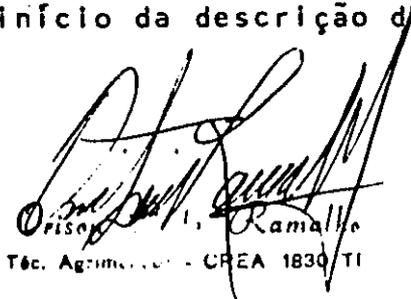
SUL: Daí, segue em linha reta, até o Ponto 30, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}24'56''S$ e $65^{\circ}44'44''Wgr.$ Daí, segue em linha reta até o Ponto 31, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}27'00''S$ e $65^{\circ}47'30''Wgr.$ Daí, segue em linha reta, até o Ponto 32, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}24'56''S$ e $65^{\circ}52'32''Wgr.$ Daí, segue em linha reta, até o Ponto 33, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}27'06''S$ e $65^{\circ}57'00''Wgr.$ Daí, segue em linha reta, até o Ponto 34 de coordenadas



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

geográficas aproximadas $00^{\circ}27'52''S$ e $66^{\circ}17'04''$ Wgr. Daí, segue em linha reta, até o Ponto 35, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}33'48''S$ e $66^{\circ}20'44''$ Wgr., Daí, segue em linha reta, até o Ponto 36 de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}34'54''S$ e $66^{\circ}22'22''$ Wgr., na cabeceira do Igarapê Sucuriçu. Daí, segue por este a jusante, até sua foz, na margem esquerda do Rio Mariê, no Ponto 37, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}26'43''S$ e $66^{\circ}24'55''$ Wgr. Daí, segue por este a montante, até o Ponto 38, de coordenadas geográficas aproximadas $01^{\circ}20'50''S$ e $68^{\circ}28'20''$ Wgr., em frente a foz do Igarapê Rubo.

OESTE: Do Ponto antes descrito, segue ainda pela margem esquerda do Rio Mariê, até o Ponto 01, início da descrição deste perímetro.


Orlando Ramalho
Téc. Agrimensor - CREA 1830/TT



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

PORTARIA PP Nº 1247 /93

Brasília, 16.12.93

O Presidente da FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Parágrafo 1º do Art. 2º do Decreto nº 22, de 04 de fevereiro de 1991, pelo Art. 21 item VII, do estatuto aprovado pelo Decreto nº 564, de 08 de junho de 1992, e tendo em vista programação de identificação de Áreas Indígenas de 1993,

RESOLVE :

I - Criar o Grupo Técnico, com a finalidade de identificar e delimitar a ÁREA INDÍGENA MÉDIO RIO NEGRO, composto por:

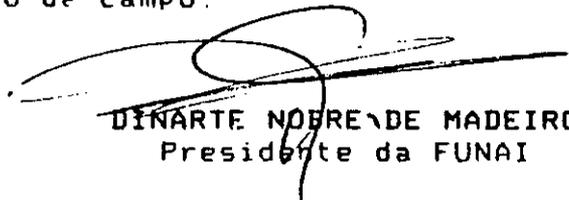
- 1 - Ana Gita de Oliveira, antropóloga/pesquisadora da Associação da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais - FLACSO, coordenadora;
- 2 - Márcio Meira, antropólogo do Museu Goeldi;
- 3 - Jorge Pozzobon, antropólogo convidado;
- 4 - Orison Leite Ramalho, técnico em agrimensura/DEM/DAF/FUNAI;
- 5 - Ozires Ribeiro Soares, técnico de agricultura e agropecuária/DEF/DAF/FUNAI;
- 6 - Braz de Oliveira França, Presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN;
- 7 - Manoel de Oliveira e Souza, técnico agrícola/INCRA/AM;
- 8 - Emidimar Medeiros de Araújo, técnico agrícola/SEPROR/AM;

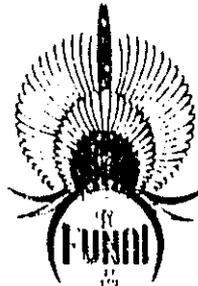
II - Determinar o deslocamento do Grupo Técnico à Área Indígena Médio Rio Negro, localizado no município de São Gabriel da Cachoeira/AM, para em conjunto com os índios, identificar e delimitar os seus respectivos limites, com aldeias, roças e áreas de caça e pesca;

III - Realizar o levantamento fundiário, juntamente com os estudos de delimitação de Área Indígena, que constará de vistoria das benfeitorias implantadas por não-índios nos limites a serem propostos, a natureza da ocupação, contingente populacional e conflitos existentes, mediante a identificação de posse, domínios, levantamentos documentais em cartórios das certidões de registro e respectivas sucessórias;

IV - Os trabalhos serão norteados pela Portaria 239/PRES, de 20.03.91 e pela Ordem de Serviço nº 003, 004 e 005/SUAF, de 06.05.91, constando do preenchimento de Laudos de Vistoria e Avaliação de benfeitorias;

V - Determinar o prazo de 29 (vinte e nove) dias para a execução dos trabalhos de campo, a contar do início trabalhos de campo, e 60 (sessenta) dias, para a apresentação dos relatórios, a contar do término do trabalho de campo.


DINARTE NOBRE DE MADEIRO
Presidente da FUNAI



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

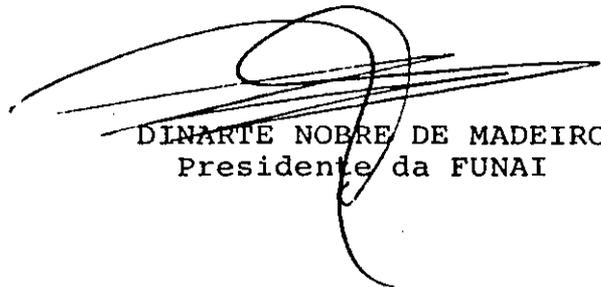
PORTARIA DO PRESIDENTE
PP Nº 1257/93

Brasília, 21 de dezembro de 1993

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo parágrafo 1º do Artigo 2º do Decreto nº 22, de 04 de fevereiro de 1991, pelo Art. 21, item VII, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 564, de 03 de junho de 1992 e tendo em vista a programação de identificação de Áreas Indígenas de 1993,

R E S O L V E :

I - Alterar a Portaria nº 1247/93, de 16 de dezembro de 1993, incluindo Zenildo de Souza Castro, técnico em agrimensura/ADR. Manaus e Jânio Queiroz de Oliveira, engenheiro agrônomo/ADR. Manaus.



DINARTE NOBRE DE MADEIRO
Presidente da FUNAI

DID/DAF/LMO/sb.

199



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

PORTARIA PP Nº 1270 /93

Brasília, 22 de dezembro de 1993

O Presidente da FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Parágrafo 1º do Art. 2º do Decreto nº 22, de 04 de fevereiro de 1991, pelo Art 21 item VII, do estatuto aprovado pelo Decreto nº 564, de 08 de junho de 1992, e tendo em vista programação de identificação de Áreas Indígenas de 1993,

RESOLVE:

I - Substituir OZIRES RIBEIRO SOARES, indicado pela PP 1247/93 de 16.12.93, para realizar o levantamento fundiário da Área Indígena Médio Rio Negro, localizada no município de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas, por REGINALDO COSTA SANTOS, Técnico Agrícola lotado no Departamento Fundiário/DEF/DAF.

II- Os demais itens permanecem os mesmos da citada Portaria.

DINARTE NOBRE DE MADEIRO
Presidente da FUNAI



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

ORDEM DE SERVIÇO
O.S nº 001 /DAF/94

Brasília, 13 de abril de 1994.

A DIRETORA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

I) Determinar o deslocamento dos antropólogos JORGE POZZOBON; ANA GITA DE OLIVEIRA e do Técnico Agrícola REGINALDO COSTA SANTOS para realizar estudos complementares na área indígena localizada no município de Japurá/AM.

II) Realizar levantamento fundiário juntamente com os estudos antropológicos.

III) Determinar prazo de 10 dias para execução dos trabalhos de campo.

ISA MÁRIA PACHECO ROGEDO
Diretora de Assuntos Fundiários



FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO
Reconhecida como de Utilidade Pública - Lei nº 1831-1987 - AM-Brasil

TERRA e CULTURA

São Gabriel da Cachoeira, 25 de janeiro de 1994.

Ilmo. Sr. Sub- Procurador da República
AURÉLIO RIOS

Nós da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN vimos por meio desta, informar que o 5º Batalhão Especial de Fronteira (5º BEF), de São Gabriel da Cachoeira /AM, está utilizando uma parte da área indígena do Baixo Rio Negro, especificamente, as comunidades da Foz do Curicuriari e São Jorge, no rio Curicuriari, para exercícios de Instrução militar, provocando os seguintes transtornos à população indígena:

- 1º) As comunidades atingidos não foram informados e tampouco consultados para tais operações;
- 2º) Recrutados em exercício de sobrevivência na selva saqueiam nossas roças e fruteiras;
- 3º) Durante as simulações de guerra são utilizadas as trilhas que conduzem às roças e aos territórios de caça;
- 4º) Durante as mesmas simulações armadilhas são colocadas ao longo da nossa área de perambulação, pondo em risco nossa integridade física;
- 5º) Tiroteios, ainda que de jestim, realizam-se nas imediações dos povoados afugentando a caça e nos amedrontando;
- 6º) Por medo destas atividades as mulheres não tem ido às roças resultando na falta de mandioca e outros produtos cultivados que constituem a base de nossa alimentação.

Fomos informados de que o referido batalhão pretende estabelecer um destacamento em caráter permanente, localizado entre as comunidades da Foz do Curicuriari e São Jorge.

Visto que estas atividades vêm sendo feitas, na área indígena reclamada por nós através de uma ação judicial encaminhada pela Procuradoria Geral da República, solicitamos que o Ministério Público tome as providências cabíveis na lei.

Roberto...
BRAS DE OLIVEIRA FRANÇA
PRESIDENTE-FOIRN

C/C para Presidente da FUNAI

Alberto P. Garcia
Alberto P. Garcia-Pres. ACIBRN
telefone (092) 471-1349

Sede: Av. Alvaro Maia 79, São Gabriel da Cachoeira, AM
Correspondência para Caixa Postal 31, São Gabriel da Cachoeira, AM, 69750, BRASIL
CGC nº 05543350/0001-18

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO-FUNAI

Em, 27 de janeiro de 1994.

DA: EQUIPE DE IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA INDÍGENA DO MÉDIO RIO NEGRO
AO: SR. RAIMUNDO CATARINO CAMPOS SEREJO - ADR MANAUS/AM

Senhor Administrador,

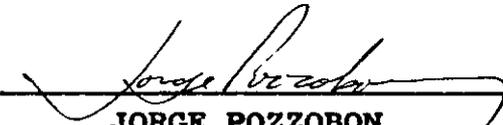
Vimos por meio deste solicitar providências no sentido de esclarecer e regularizar a situação profissional dos indígenas José Hermano Pinheiro Cordeiro, da tribo Tukano, Marino Medeiros dos Santos, da tribo Mira Arapaço e Maria Lucimar Ventura Cordeiro, da tribo Baré. Tais indígenas residem na Comunidade do Chile, no Município de Santa Izabel do Rio Negro/Am.

Os referidos indígenas declaram terem sido afastados por questões políticas do cargo de Professores Rurais, que ocupavam há 13 anos. Disseram também terem vindo ao IERAM, onde verificaram que seus nomes ainda constavam nas folhas de pagamento, embora tivessem afastados há um ano na ocasião.

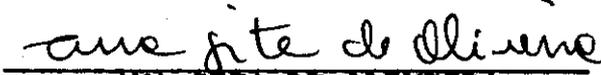
Solicitaram ao Advogado Antonio Cristo Lacerda, cujo Escritório se situa no Ed. Palácio do Comércio, 2º andar, sala 216, sito à Av. Eduardo Ribeiro, mas até o presente momento, o caso não foi esclarecido.

Sendo assim, solicitamos a essa Administração Regional esclarecer esta situação.

Atenciosamente,


JORGE POZZOBON


MARCIO MEIRA


ANA GITA DE OLIVEIRA

RELATÓRIO DE VIAGEM ELABORADO PELA COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DA
SITUAÇÃO DO GARIMPO DO RIO CAUABURIS

5
01

1º OBJETIVO:

Conforme reunião realizada no dia 29/10/92, no Colégio São Gabriel, com diversas entidades residentes nesta cidade, para tratar, dentre outros assuntos, sobre a exploração do garimpo do Rio Cauaburis e de suas consequências verificadas no presente e as que poderiam vir prejudicar a população de São Gabriel da Cachoeira, ficou decidido que o Exmo. Sr. Prefeito José Ribamar Caldas Lima Filho, respaldado pelo Artigo 23, Inciso XI da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, baixaria uma portaria formando uma COMISSÃO que seria constituída por representantes de entidades, com a missão de verificar "in loco" a situação do problema tendo em vista uma tomada de posição.

Pelo DECRETO de 04 novembro de 1992, foram convocadas as entidades (CÂMARA MUNICIPAL, DIOCESE, FUNAI, EXERCITO, POLICIA MILITAR, IBAMA E PREFEITURA), para endicarem os seus respectivos delegados que compriam a comissão, a qual, depois de formada, se deslocou com destino ao Rio Cauaburis no dia 08/11/92, no barco da EMATER, chegando ao local no dia 09/11/92, detectou o que segue:

2º HISTÓRICO:

a) Localização do garimpo:

O referido garimpo localiza-se no RIO CAUABURIS, afluente do Rio Negro, à margem esquerda, estabelecendo os limites entre os municípios de Santa Izabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira. Toda esta área está incluída dentro da RESERVA FEDERAL DO PARQUE NACIONAL DO PICO DA NEBLINA (INVIOLÁVEL), conforme DECRETO LEI DE CRIAÇÃO Nº 83.550, datado de 05 de junho de 1979.

b) Situação:

A comissão constatou:

- I - A presença de 200 balsas motorizadas;
- II - Dezenas de lanchas conduzindo suprimentos e derivados de petróleo, sem qualquer segurança;
- III - Um fluxo de mais 2.500 (DUAS MIL E QUINHENTAS), pessoas contando homens, mulheres e crianças;
- IV - A utilização de mercúrio em larga escala na lavagem do ouro, contaminando o Rio;

- V - grande quantidade de derivados de Petróleo (Óleo diesel, gasolina, lubrificantes etc.), sendo despejada no Rio, em decorrência do trânsito intenso das lanchas e do funcionamento sem trégua das balsas;
- VI - Desmatamento - pontuado - para construção de barragens (CURRITELAS) ao longo do Rio;
- VII - A Ausência de assistência médica e sanitária;
- VIII- Grande quantidade de latas, garrafas, plásticos etc. sendo jogados no Rio e na mata;
- IX - Comercialização de Drogas (cocaina), com caso já registrado na delegacia de Sta. Izabel;
- X - Assassinatos, já registrados, em decorrência de "acerto de contas";
- XI - Venda de bebidas alcólicas em larga escala;
- XII - A exploração comercial (altíssimo custo de vida);
- XIII- Casos de doenças graves, como: febre amarela, cólera leishmaniose, etc.;
- XIV - Existência de meretrizes no garimpo;
- XV - Um posto da Polícia Militar e um outro flutuante com derivados de petróleo.

c) Alegação dos garimpeiros com relação a regularidade do garimpo.

Tivemos a oportunidade de dialogar com dezenas de garimpeiros sobre os diversos assuntos relativos ao funcionamento do garimpo, os quais sustentam que a exploração é totalmente legal, uma vez que o Prefeito de Santa Izabel, Sr. José Ribamar Beleza, fornece total cobertura e proteção, expedindo ALVARÁS DE FUNCIONAMENTO, ao valor de 18 gramas de ouro, além de cobrar, por mês, de cada balsa, 32 gramas do mesmo produto. Os informantes nos apresentaram os recibos emitidos e assinados pelo Prefeito e seu Secretário de Finanças, referentes aos valores cobrados, os quais foram fotografados pela comissão.

Durante o bate-papo com os garimpeiros, fomos claramente informados que o coordenador do garimpo é o Prefeito, que indiretamente se sente respaldado por autoridades do Estado do Amazonas, os quais comercializam outros produtos no garimpo.

Tal articulação entre estas autoridades, contraria o que reza na CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL (Artigo 176 § 1º, Artigo 225 Inciso II a VII e § 4º), caracterizando um total descaso com a CARTA MAGNA DESTA NAÇÃO.

d) Tentativa de diálogo com as AUTORIDADES EXECUTIVA E LEGISLATIVA de Santa Izabel.

Ao chegarmos em Santa Izabel, dirigimo-nos à Prefeitura local com a finalidade de dialogarmos com o Prefeito sobre o assunto. Porém, fomos informados pelo Vice-Prefeito que o mesmo se encontrava em Manaus. Após relatarmos-lhe os fatos o mesmo se comportou de forma estranha, dando a entender que desconhecia a ilegalidade do Garimpo, a invasão do município de São Gabriel, a cobrança de 32 gramas de ouro por parte da prefeitura e de todos os problemas detectados por esta comissão, sendo do seu conhecimento somente a cobrança do valor pago pelos ALVARÁS DE FUNCIONAMENTO de cada balsa. A ele falamos da possibilidade de convocar uma reunião de caráter extraordinário, com os poderes EXECUTIVO E LEGISLATIVO, visto a gravidade dos problemas e prejuízos para o povo da Região, o qual concordou de imediato, cujo horário para o encontro ficou às 20hs00 do dia 12.11.92.

Para nossa grande surpresa, fomos informados pelo Presidente da Câmara Municipal que a Esposa do Prefeito havia proibido a realização da reunião. Posteriormente, conversamos com o Vereador BEZERRA sobre a situação, o qual nos informou que Santa Izabel vem sofrendo bastante com a escassez de produtos, super população e insegurança, em decorrência do grande trânsito de garimpeiros e que desconhece qualquer tipo de entrada nos cofres públicos, referente os valores mencionados, além de não poder ir a fundo em suas investigações, pois se considerava bloqueado por outros vereadores. A comissão retornou para São Gabriel no dia 13 e chegando nesta cidade no dia 14.11.92.

3º PARECER DA COMISSÃO

Após a comissão ter constatado "in loco" a situação do garimpo que está sendo explorado no Rio Cauaburis, Chegou-se às seguintes conclusões:

- a) A atividade do referido garimpo é TOTALMENTE ILEGAL e CRIMINOSA, em virtude de se encontrar dentro de uma RESERVA FLORESTAL FEDERAL, e fere o Capítulo VI da CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, relativo ao MEIO AMBIENTE;

- b) A expedição e cobrança de ALVARÁS DE FUNCIONAMENTO DAS BAL-
SAS pelo Prefeito de Santa Izabel é também CRIMINOSA e ILE-
GAL, por se tratar de uma RESERVA FLORESTAL FEDERAL, na
qual a prefeitura não possui competência para administrar,
sendo de exclusividade da UNIÃO FEDERAL;
- c) Tal empreendimento reflete uma verdadeira PIRATARIA das ri-
quezas nacionais, uma vez que a venda do minério extraído
é feita em local incerto e sem o devido recolhimento do IM-
POSTO LEGAL (Artigo 153 § 5º e seus termos);
- d) A força de trabalho no garimpo (mão de obra e transportes),
estão sem qualquer tipo de segurança, o que fere o Artigo
174 § 3º, relacionado com seu Artigo 7º da CONSTITUIÇÃO
BRASILEIRA;
- e) A indiferença e morosidade dos poderes competentes, no sen-
tido de prevenir, combater e regularizar a exploração da
riqueza mineral de conformidade com a CONSTITUIÇÃO FEDERAL
particularmente orientada segundo o que prescreve o § 4º do
Artigo 174, nas áreas em que transcorrem atividades minera-
doras à margem da LEI.

4º CONSIDERAÇÕES FINAIS

É constrangedora a história dos saques das riquezas natu-
rais no Brasil, a qual só beneficia uma pequena ELITE e condena à
morte milhares de brasileiras e brasileiros, além de gerar os gran-
des bolsões de miséria no meio do POVO BRASILEIRO.

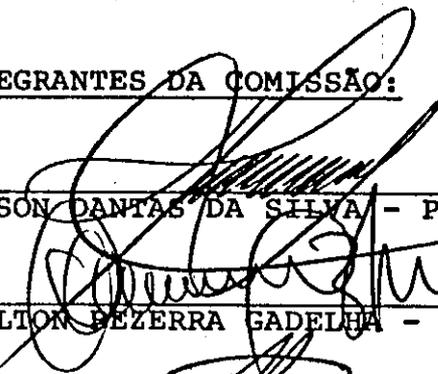
Infelizmente, até autoridades, ELEITAS PELO O POVO para
promover a JUSTIÇA SOCIAL, estão envolvidas na promoção da desor-
dem econômica e ambiental do ALTO RIO NEGRO, colidindo frontalmen-
te com os dispositivos legais, os quais não conseguem discernir o
que é PÚBLICO e o que é PRIVADO.

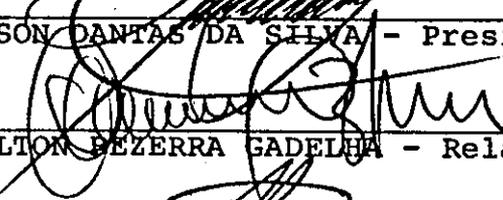
Para estes ANTI-PATRIOTAS, infratores da CONSTITUIÇÃO DA
REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, exigimos, na forma da LEI, imedia-
ta apuração e punição aos envolvidos neste ato CRIMINOSO e que se
agilize a legalização da atividade garimpeira, de modo ordenado e
controlado, conforme determina a CONSTITUIÇÃO (Artigo 174 § 2º, 3º

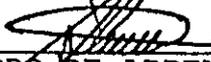
e 4º, e do Artigo 225 § 4º), no que se refere à exploração de minérios nos municípios de São Gabriel da Cachoeira e de Santa Izabel do Rio Negro.

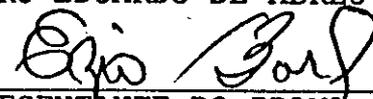
São Gabriel da Cachoeira-Am.
Em, 02 de dezembro de 1992.

INTEGRANTES DA COMISSÃO:


AELSON DANTAS DA SILVA - Presidente/Vereador

 C.T. 239062
AMILTON BEZERRA GADELHA - Relator/Rep. DIOCESE

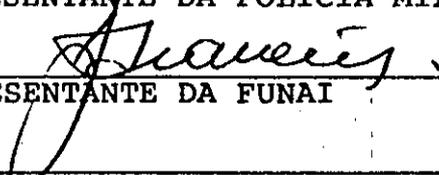

CÍCERO EDUARDO DE ABREU - Vereador


REPRESENTANTE DO IBAMA


GERSEN J. DOS S. LUCIANO - Rep. da DIOCESE


REPRESENTANTE DA PREFEITURA DE S.G.C.

REPRESENTANTE DA POLÍCIA MILITAR/AM.


REPRESENTANTE DA FUNAI

REPRESENTANTE DO 5º BIS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
DELEGACIA NO ESTADO DO AMAZONAS

T E L E F A X

F A X NR. (061)225-8274

NR. []

DATA/DATE: 28.01.94

PARA/TO: DR. ELMER PRATA SALOMÃO
DIRETOR DO DNPM/MME

DE/FROM: EUGÊNIO PACELLI TAVARES
CHEFE SUBST. DO SERMIN/DMME-AM.

FAX NR: (092) 611.1723

NR./PAGS/PAGES

ASSUNTO:



Senhor Diretor:

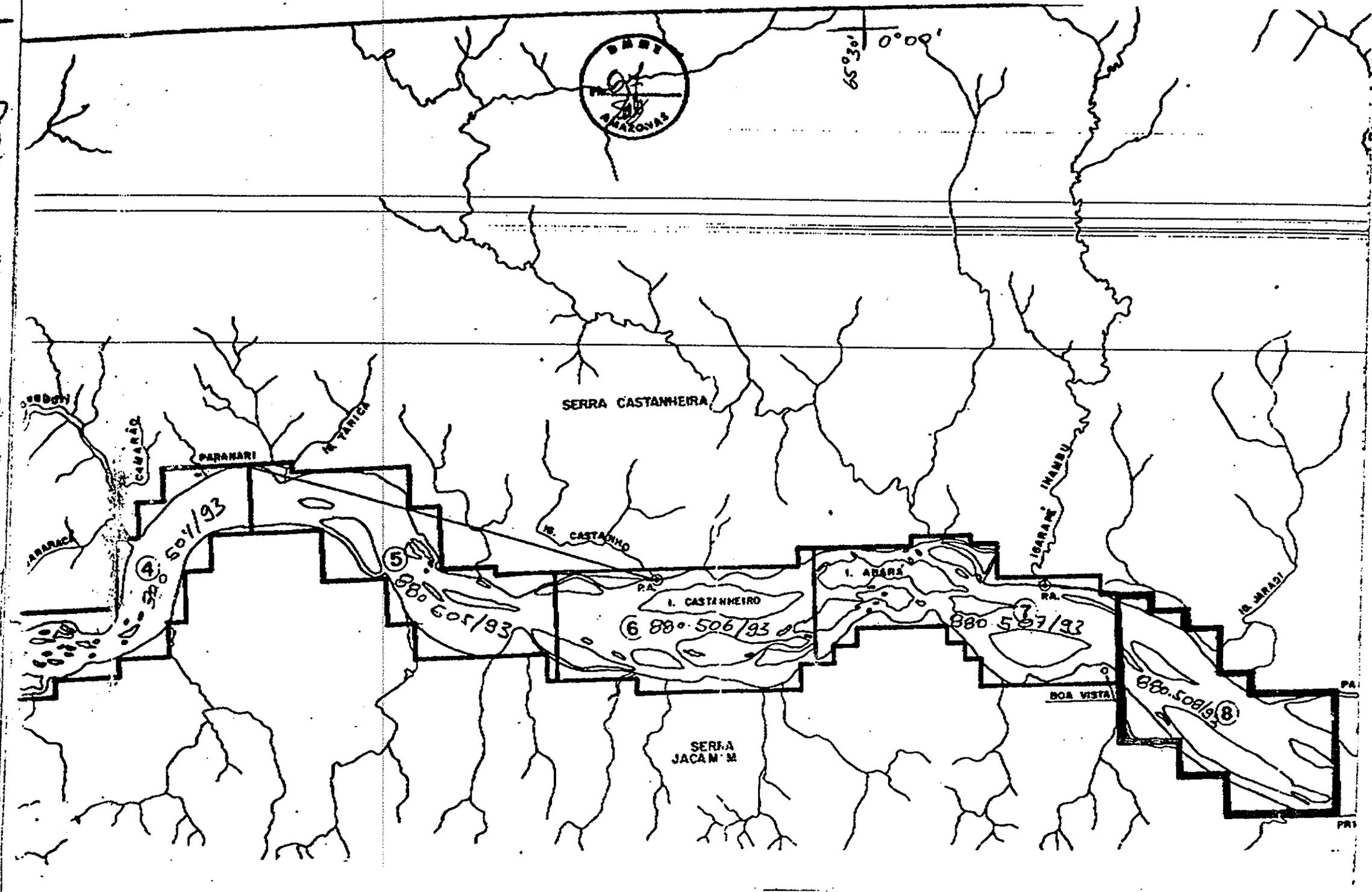
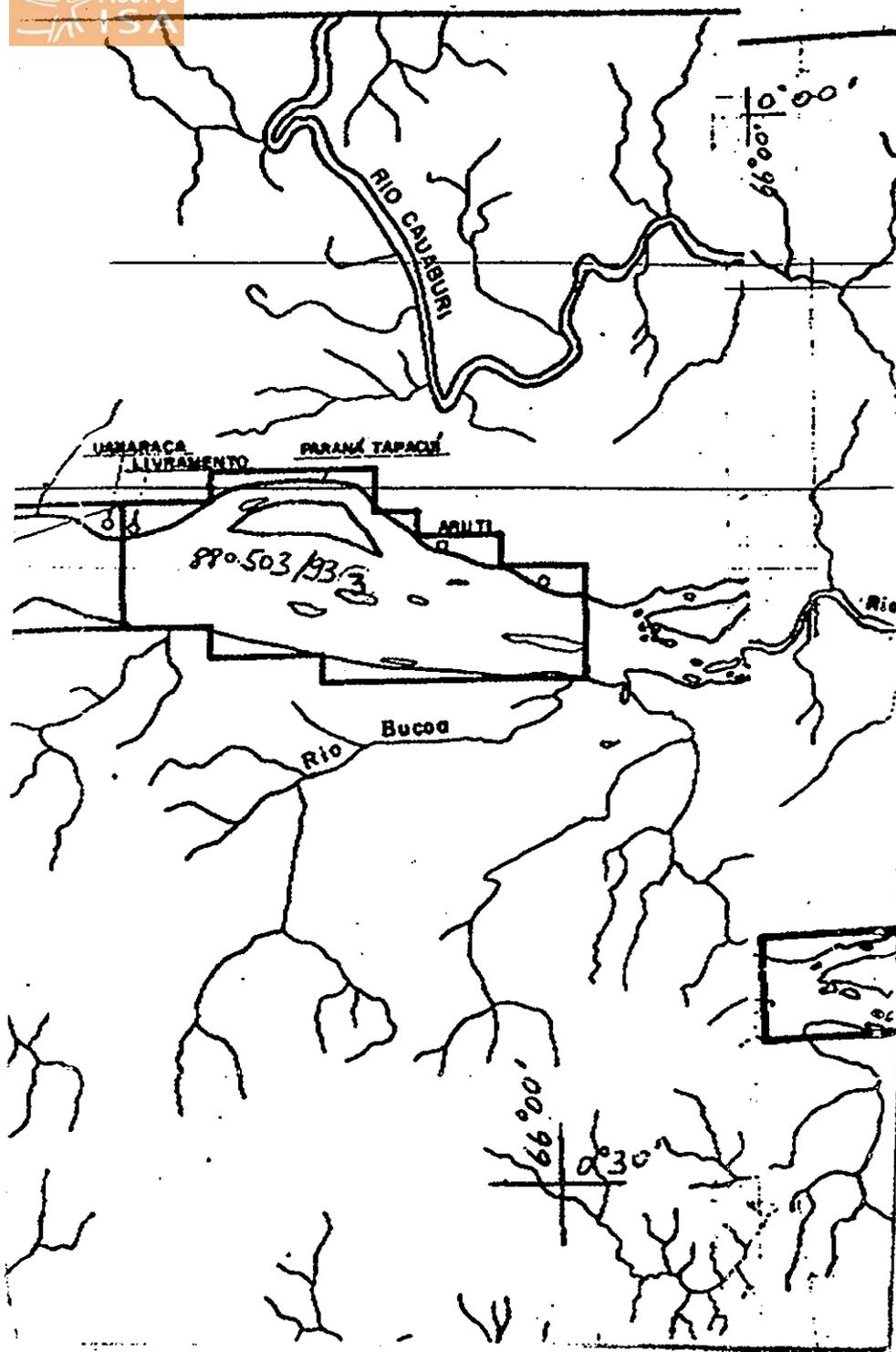
Encaminhamos a V.Sª a localização das áreas da Coope-
rativa dos Garimpeiros do Estado do Amazonas-COOGAM. Outrossim, informamos que a
1ª folha que encontra-se no processo é xerôx da Folha RADAMBRASIL. Dessa forma é
necessário que seja feita montagem do mapa.

Atenciosamente,

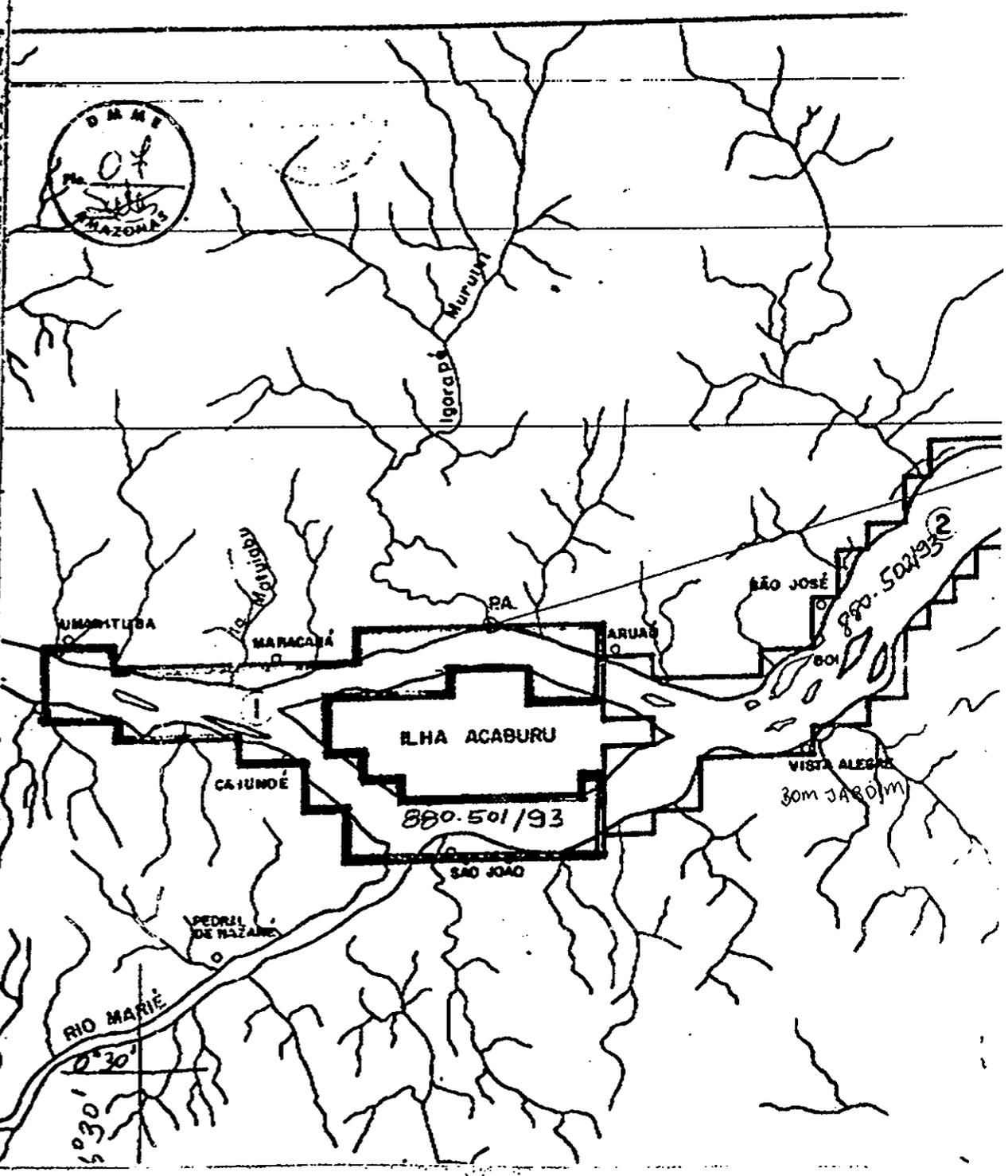
Eugênio Pacelli Tavares
EUGENIO PACELLI TAVARES
Chefe Subst. do SERMIN/DMME-AM

*Encaminhar
7 Ma 15, de
FUNKI
[signature]
28 Jan 94*

MME/DNPM:
94.02844.0024
28 / 01 / 94



20 30 40 50 60 70



LOCAL	MUNICÍPIO	COMARCA	ESTADO
RIO NEGRO	São Gabriel da Cachoeira		AMAZONAS
SUBST. MINERAL	ÁREA		
OURO	10.000 ha		
PLANTA DE SITUAÇÃO			
REQUERENTE	ESCALA	FOLHA	DATA
Cooperativa dos Garimpeiros no Estado do Amazonas - COOGAM	1:250.000		JUL/93
R.T. Antonio Baden Corrêa Paiva GEÓLOGO - CREA DF 4.328/O CPF 077.847.571-49			



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

OFÍCIO Nº 0031/DAF/94

Brasília, 02 de fevereiro de 1994.

Senhor Diretor,

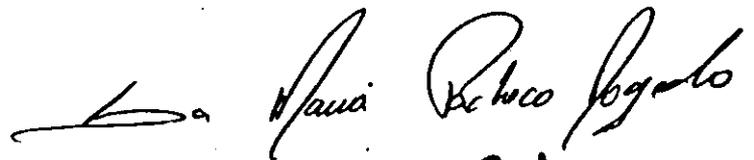
Venho por meio desta comunicar que as áreas do Garimpo da Cooperativa dos Garimpeiros do Estado do Amazonas - COOGAM incidem em Terra Indígena recentemente identificada por um grupo de Trabalho da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, designado pelo portaria nº 1247/93.

A referida área abriga uma população de 2.500 indivíduos, pertencentes aos povos Baniwa, Baré, Tukano, Piratapua, Anapaço, Nadüb (Maku) e Yuhup (Maku), que utilizam as diferentes faixas do mesmo sistema ecológico (beira-rio e floresta) para sua sobrevivência física e cultural.

Encaminhamos em anexo mapa provisório com os limites identificados pelo GT. O mapa definitivo com a plotagem das comunidades indígenas será encaminhado tão logo fique pronto.

Sem mais, com nosso respeito.

Atenciosamente,


D^{ca} Maria Paschoa Regado
Diretoria de Assuntos Fundiários
Diretora

Ao Senhor
Dr. Franciso Prata Salomão
Departamento Mineral - DNPM
SAN, Q.1, Bl.B
70040-200 - Brasília-DF



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ref. do Ofício nº 0031/DAF/94 - 02/02/94

OBS: Segue em anexo documento da Fundação das Organizações Indígenas do Rio Negro FOIRN, relativo à atividade de garimpo na área identificada pelo GT/FUNAI.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO MINERAL

Ofício nº 00376/334/DIRE-93, Em 27 de dezembro de 1993

Do: Diretor do DNPM

Ao: Senhor Presidente da FOIRN
Dr. Braz de Oliveira França

Assunto: "Liberação do garimpo na região do Rio Negro"

Com meus cumprimentos, acuso o recebimento do Ofício de 16/12/93, no qual a FOIRN argumenta contra a possibilidade de liberação do garimpo na região do Rio Negro.

O DNPM está atento para todas as questões levantadas, e jamais autorizará garimpagem em áreas indígenas ou vedadas em geral.

Para conhecimento de V.Sa., informo que encontram-se tramitando neste Departamento dois requerimentos de permissão de lavra garimpeira feitos pela Cooperativa de Garimpeiros no Estado do Amazonas - COOGAM, os quais, salvo melhor juízo, não incidem sobre áreas vedadas e encontram-se corretamente instruídos. No entanto, o DNPM somente poderá conceder a lavra caso o IMA/AM forneça a competente Licença de Instalação, a qual ainda não se encontra no processo.

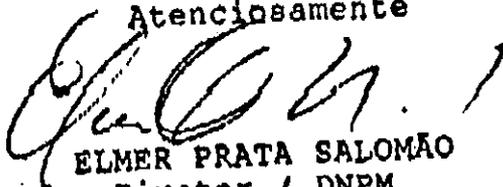
Temos conhecimento da Ação Civil Pública, cuja liminar concedida não é impeditiva da regularização da atividade, desde que na forma da lei.

Gostaria de sugerir a V.Sa. que entrassem em contato pessoal com nossa Delegacia Regional em Manaus, ou com a Sede em Brasília, para que pudessem detalhar melhor o posicionamento das áreas pretendidas e as comunidades indígenas afetadas, para melhor orientação das ações do DNPM.



Comunico, finalmente, que estou enviando cópias da correspondência de V.Sa. ao Exmo. Sr. Secretário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Amazonas e ao Ministério Público Federal, que solicitou recentemente informações sobre o assunto.

Atenciosamente



ELMER PRATA SALOMÃO
Diretor / DNPM



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
E DA AMAZÔNIA LEGAL

OF. Nº 017/94-MMA/SMA

Brasília, 07 de fevereiro de 1994

Senhor Presidente,

Em atenção a sua correspondência dirigida ao Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, em que solicita o seu empenho no sentido de impedir o reinício da atividade garimpeira na região do Rio Negro, incumbiu-me o Senhor Ministro de informar-lhe que:

1 - Estamos solidários na defesa e proteção do Rio Negro e das populações indígenas da região.

2 - O Decreto nº 98.812, de 09/01/90, em seu artigo 12, reza que o DNPM, mediante portaria, estabelecerá as áreas de garimpagem. E, em seu § 1º que " - A criação ou ampliação de áreas de garimpagem fica condicionada à prévia licença do IBAMA, à vista de Estudo de Impacto Ambiental -EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, de acordo com a legislação específica".

Em cumprimento ao Decreto, o IBAMA está tomando as providências cabíveis.

Ao Senhor
DINARTE NOBRE DE MADEIRO
Presidente da FUNAI

Imprensa Nacional

A antropóloga Ana Fite
para ciência. Posteriormente, anexar ao
processo de identificação
04.03.94.

Costa

cientista Ana Fite de Oliveira
ESD, 4/3/94

Do 010,
anexar processo bairro
Rio Negro. (Ana Fite)

DDF 2.4.94

MOD. 015

João Paulo Pacheco
Diretor de Assuntos Fundiários

Gostaríamos que a FUNAI, por meio de seus agentes e índios na região, mantivesse este Ministério informado sobre a movimentação dos garimpeiros na área.

Nesta oportunidade colocamos à Secretaria de Coordenação dos Assuntos do Meio Ambiente a sua disposição, desejando que o apoio e colaboração que a FUNAI nos vem prestando resulte em benefícios concretos aos índios e ao meio ambiente da região.

Atenciosamente,



NILDE LAGO PINHEIRO

Secretária de Coordenação dos Assuntos
do Meio Ambiente

C.C - DR. SIMÃO MARRUL FILHO
PRESIDENTE DO IBAMA
PARA ACOMPANHAMENTO

FUNAI/SUAF/DID
RECEBIDO EM _____ / _____ / _____
AS _____ HORAS
UBRICA _____



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PAPELETA DE
TRANSMISSÃO
DE FAX

FAX Nº 010 / 94
NÚMERO DO FAX-SIMILE: 092-633-1132
DATA: 19.01.94

DE / BENEDITO RANGERL DE MORAES/ADM.
PARA REG.SUBST. ADR/MAO
FAX-SIMILE Nº 092- 633-1132

DATA E HORA DA TRANSMISSÃO

DE / JOSÉ FRANCISCO PEREIRA VIEIRA/ADM.
PARA TO REG.ADR /SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
FAX-SIMILE Nº 092-471-1342 E 471-1349

QUAL DE FAXS (RECEBEREMOS)

DESCRIÇÃO DO ASSUNTO:

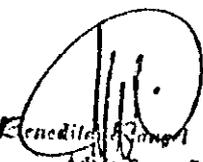
CADASTRO DE IMPLANTACAO DE FAXS, POR FAVOR ENVIAR EM ORIGINAL POR TELEFAX

RECEBIDO POR

AUTORIZAÇÃO

ASSINATURA DO EMITENTE

POR SE TRATAR DE ÁREA DE JURIDIÇÃO DESSA ADR, RETRANSMITIMOS INTEIRO
TEOR DO OFÍCIO Nº 041/GS/SEMACT/94 DE 18.01.94,
SOLICITAMOS AS DEVIDAS INFORMAÇÕES.


Benedito Rangerl de Moraes
Adm. Reg. Subst.
Post. nº 1622/92

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia

OFÍCIO Nº 044/GS/SEMACT/94

Manaus(Am), 18 de janeiro de 1994

Senhor Superintendente,

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Amazonas, ao analisar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), da frente de lavra do médio Rio Negro-Am, apresentado pela Cooperativa de Garimpeiros do Estado do Amazonas-COOGAM, necessita conhecer, o mais breve possível, se a área, objeto do estudo, situada na calha do Rio Negro, entre a foz do rio Marié e a foz do rio Cauaburi, nos Municípios de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro, conforme o mapa anexo, é declaradamente indígena e/ou se, nessa Superintendência, existe processo de reconhecimento. Acrescente-se que a área pleiteada pela COOGAM envolve as seguintes coordenadas:

Latitude Sul: Montante(00°20'33") e Jusante(00°17'26").
Longitude Oeste: Montante(66°17'17") e Jusante(65°37'..
33").

Outrossim, solicito também desse órgão informações sobre o número de óbitos de índios registrado pela FUNAI, decorrentes de possíveis conflitos entre garimpeiros e índios nos últimos dois(02) anos, naquela região.

Sendo o que temos para o momento, subscrevo-me

Atenciosamente.


JOSE BELFORT DOS SANTOS BASTOS
Secretário de Estado do Meio Ambiente,
Ciência e Tecnologia.

Ilmo. Sr.

Dr. Raimundo Catarino Campos Serejo

DD. Superintendente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI

NESTA



Fundação Nacional do Índio — FUNAI
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

ADR DE MANAUS

OFÍCIO Nº 026/GAB/ADR/MAO

Manaus, 11 de fevereiro de 1994

Para análise e providências relativas para a delimitação da área indígenal sobre o assunto.
18/02/94

Senhor Secretário,

Em atenção ao Ofício nº 041/GS/SEMAT/94, datado de 18.01.94, prestamos a V.Sª., os seguintes esclarecimentos:

Através do Processo nº 93.000000-3 classificado como Diversas, tendo como Autor o Ministério Público, o Excelentíssimo Sr. Juiz Substituto da 1ª Vara Federal do Estado do Amazonas, Dr. Marcus Augusto de Souza exarou Liminar, determinando à União Federal e outros a procederem retirada dos Garimpeiros (Balsas) da área em questão, conforme o mapa em anexo. Portanto de acordo com o Processo acima supra mencionado, à área encontra-se Sub-Júdice.

Através da Portaria nº 1247/93 de 16.12.93, a PResidência da FUNAI, cria o Grupo Técnico com a finalidade de identificar e delimitar a Área Indígena do Médio Rio Negro, cujo os trabalhos foram concluídos e a área requerida encontra-se inserida no seu contesto.

Quanto a possíveis conflitos entre garimpeiros e indígenas ocorrido nos últimos anos, informamos não constar registro policial que afirmem tais fatos.

Possuímos registro de três homicídios praticados entre indígenas em função das atividades garimpeira naquela área.

Atenciosamente,

[Handwritten signature]
~~Raimundo Catarino Campos Serejo~~
Administrador Regional

Ilmo.Sr.
JOSÉ BELFORT DOS SANTOS BASTOS
MD. Secretário de Estado do Meio Ambiente
Ciência e Tecnologia

NESTA

PROTOCOLO	
18/02/94 Data	<i>[Handwritten signature]</i> Rubrica



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

PORTARIA PP Nº 1247 /93

Brasília, 16.12.93

O Presidente da FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Parágrafo 1º do Art. 2º do Decreto nº 27, de 04 de fevereiro de 1991, pelo Art. 21 item VII, do estatuto aprovado pelo Decreto nº 564, de 08 de junho de 1992, e tendo em vista a programação de identificação de Áreas Indígenas de 1993,

RESOLVE

I - Criar o Grupo Técnico, com a finalidade de identificar e delimitar a **ÁREA INDÍGENA MÉDIO RIO NEGRO**, composto por:

1 - Ana Gita de Oliveira, antropóloga/pesquisadora da Associação da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais - FLACSU, coordenadora;

2 - Márcio Meira, antropólogo do Museu Goeldi;

3 - Jorge Pozzobon, antropólogo convidado;

4 - Orison Leite Ramalho, técnico em agrimensura/DEM/DAF/FUNAI;

5 - Ozires Ribeiro Soares, técnico de agricultura e agropecuária/DEF/DAF/FUNAI;

6 - Braz de Oliveira Franca, Presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN;

7 - Manoel de Oliveira e Souza, técnico agrícola/INCRA/AM;

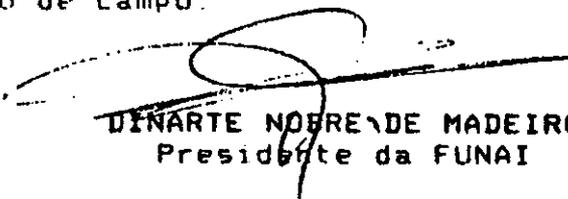
8 - Emidimar Medeiros de Araújo, técnico agrícola/SEPROR/AM;

II - Determinar o deslocamento do Grupo Técnico à Área Indígena Médio Rio Negro, localizado no município de São Gabriel da Cachoeira/AM, para em conjunto com os índios, identificar e delimitar os seus respectivos limites, com aldeias, roças e áreas de caça e pesca;

III - Realizar o levantamento fundiário, juntamente com os estudos de delimitação de Área Indígena, que constará de vistoria das benfeitorias implantadas por não-índios nos limites a serem propostos, a natureza da ocupação, contingente populacional e conflitos existentes, mediante a identificação de posse, domínios, levantamentos documentais em cartórios das certidões de registro e respectivas sucessórias.

IV - Os trabalhos serão norteados pela Portaria 239/PRES, de 20 03 91 e pela Ordem de Serviço nº 003, 004 e 005/SUAF, de 06 05 91, constando do preenchimento de Laudos de Vistoria e Avaliação de benfeitorias;

V - Determinar o prazo de 29 (vinte e nove) dias para a execução dos trabalhos de campo, a contar do início trabalhos de campo, e 60 (sessenta) dias, para a apresentação dos relatórios, a contar do término do trabalho de campo.


DINARTE NOBRE DE MADEIRO
Presidente da FUNAI

PROCESSO Nº 93.0000000-3
CLASSIF: 0500 - AÇÕES DIVERSAS
AUTOR : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RÉU : UNIÃO FEDERAL E OUTROS

Vistos, etc.

O Ministério Público Federal em litigância com o Ministério Público do Estado do Amazonas propuz esta Ação Civil Pública contra a União Federal, o Estado do Amazonas, o Município de Santa Isabel do Rio Negro e o IBAMA.

Alegaram estar havendo atividade de garimpo na área do Parque Nacional do Pico da Neblina e na área Yanomá, ameaçando ainda a Reserva Biológica do Morro dos Seis Lagos, colocando em risco de vida as várias etnias indígenas do baixo Rio Negro.

Ressaltam o fato do crescimento incontrollável de mercúrio no rio, notadamente no Rio Salsaburi, onde a exploração tem sido mais intensa, provocando grande prejuízo à saúde de toda população.

Acrescem a isso que não há autorização de exploração competente, que seria o Departamento Nacional de Produção Mineral, para os garimpeiros praticarem a lavra do ouro no município de Santa Isabel do Rio Negro.

Requerem, pois, liminarmente, se a concederem as medidas liminares para que se determine à União Federal e ao Estado do Amazonas, através das Polícias Federal e Militar, e ao IBAMA, a retirada dos garimpeiros do Rio Salsaburi, das

Áreas do Parque Nacional do Pico da Neblina, Reserva Biológica de São Raimundo dos Bois Lagoa e Área Yanomami, sob pena de incorrerem em sequestros, com a consequente lavratura de auto de flagrante delito, apreensão dos utensílios usados para a referida extração e que se abstenha o Município de Santa Isabel do Rio Negro de emitir licença para a extração do ouro.

Dentre os docs. que acompanham a inicial (fls. 08/146), consta cópia do alvará de licença para extração de ouro expedido pelo Município de Santa Isabel do Rio Negro e prova de invasão garimpeira em áreas Yanomami.

Por se tratar de pedido de liminar em ação civil pública, determinou este Juízo que se manifestassem a respeito os representantes judiciais da União Federal, do Estado do Amazonas, do Município de Santa Isabel do Rio Negro e do IBAMA no prazo de 72 horas (fls. 148).

As fls. 155/160, o Estado do Amazonas argui ter ilicitude passiva para figurar na presente ação, visto caber à União Federal a competência e responsabilidade sobre os fatos narrados na inicial, por pertencer-lhe a área em conflito, com base nos preceitos constitucionais. Requer, portanto, sua exclusão da lide.

A União Federal, às fls. 171/177, manifesta-se favorável ao deferimento da medida cautelar, ressalvando as ações que seja concedido prazo compatível para que se possa executar eventual ordem judicial. Ainda, as fls. 178/217, documentos que relatam sobre a invasão garimpeira em áreas da Amazônia.

As fls. 232, o IBAMA relata sobre a prática efetiva do garimpo em áreas questionadas, concluindo por ser fato ilícito e socialmente mau.

O Parquet Federal requer, às fls. 237/238, que, quando da apreciação do pedido de liminar, seja considerado o deslocamento dos garimpeiros também à região do Rio Negro, nos municípios de Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, e à Serra do Caracará.

NÃO houve manifestação do Município de Santa Isabel do Rio Negro, apesar da comunicação regularmente feita ao seu representante legal.

Conclusos os autos, decido.

Tenho que, realmente, as provas já existentes nos autos são suficientes para demonstrar a existência de atividades garimpeiras irregulares nas áreas referidas na inicial, que se constituem em áreas indígenas e reserva ecológica.

Em relação ao meio ambiente, a atividade garimpeira, na forma comumente praticada, como é público e notório, acarreta a contaminação dos rios e lagos com o mercúrio, metal líquido utilizado para separar o ouro de ou-

estas metais, sendo altamente tóxico para o organismo do homem e de outros animais, sem considerar que no processo de fundição de antigas é lançada grande quantidade de vapores desse metal no ar atmosférico.

No que pertine à população indígena, além da existência prejudicial para as suas terras, há também os riscos de contágio de doenças em razão do contato com os garimpeiros, além é claro das consequências nocivas de ordem cultural e mesmo social.

Deve ainda ser levado em conta que até para os próprios garimpeiros a permanência nessas áreas resulta em riscos, dada os frequentes conflitos, inclusive armados, com os índios.

Além disso, há nos autos elementos que indicam que a Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro estaria expedindo alvarás aos garimpeiros autorizando a extração de ouro naquela região.

A falta de competência dessa entidade para tal autorização é evidente, já que compete ao Departamento Nacional de Produção Mineral.

Isto vem demonstrar a relevância dos fundamentos da presente Ação Civil Pública, configurando assim o *fumus boni juris*, sendo que o risco de ineficácia da sentença, no caso julgada procedente a ação a fim, ocorre exatamente em decorrência da irreparabilidade dos danos causados.

No que diz respeito à alegação de ilegitimidade passiva *ad causam* do Estado do Amazonas, constante de sua manifestação de fls. 155/160, não estando evidenciada de plano, deixa para analisá-la depois do oferecimento de resposta à ação.

Ante o exposto, com fundamento no art. 12 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, concedo a liminar pleiteada na inicial para o fim de determinar à União Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, proceda à retirada de todas as garimpeiros das áreas indicadas na exordial, além daquelas indicadas na peça de fls. 237/238, e a apreensão das respectivas máquinas e equipamentos utilizados na extração mineral, podendo requisitar, caso necessário, auxílio do Estado do Amazonas, ex vi do art. 22, VI e VII, da Constituição Federal.

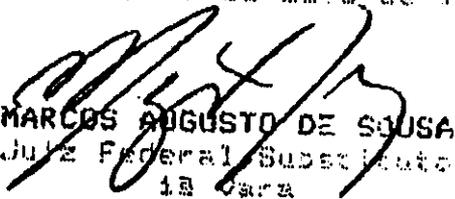
Determino ainda, sob pena de desobediência das pessoas responsáveis, abstenha-se o Município de Santa Isabel do Rio Negro de emitir qualquer tipo de alvará ou outra autorização relativamente à extração de ouro ou outro mineral naquela região.

Intimem-se da presente os réus, para o seu imediato cumprimento, citando-os concomitantemente para oferecerem as respostas que tiverem.

Oficiem-se a Polícia Federal para que adote as providências a seu cargo quanto à restauração da inquérito policial e eventualis flagrantes em face da possibilidade da ocorrência de crime cuja repressão e investigação se incluem nas suas atribuições.

Publique-se.

Manaus, 19 de maio de 1993.


MARCOS AUGUSTO DE SOUSA
Juiz Federal Substituto
1ª Vara

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO FUNDIÁRIA ATUAL, DA ÁREA INDÍGENA MÉDIO RIO NEGRO, LOCALIZADA NOS MUNICÍPIOS DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA E SANTA ISABEL DO RIO NEGRO, ESTADO DO AMAZONAS.

INTRODUÇÃO

Designados pela Portaria PP nº 1247, de 16.12.93, parte do do Grupo Técnico se deslocou de Brasília, no dia 04.01.94 com destino a Manaus, onde nos reunimos com o Administrador da FUNAI, para delinear sobre as questões preliminares referentes ao início dos trabalhos.

No dia 05.01, seguimos para a cidade de São Gabriel da Cachoeira, que seria nosso ponto de partida para campo. Já em São Gabriel, recebemos total apoio do Administrador local, no sentido de fretamento de barcos, aquisição de equipamentos etc. Em reunião com o Sr. Juscelino Otero Gonçalves, Prefeito Municipal, recebemos o apoio deste, no sentido de que a Prefeitura estaria a disposição da equipe para as informações necessárias. Fizemos também consultas ao escritório local do INCRA. No dia 07.01 somaram-se a equipe os Técnicos do INCRA, SEPROR, e mais dois Técnicos da FUNAI. Após tudo acertado, iniciamos os trabalhos no campo dia 09.01 pelo local chamado Ilha das Flores.

A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

A área reivindicada e proposta pelos índios, tem aproximadamente 2.300.000,0000 ha (dois milhões e trezentos mil hectares), que de acordo com os estudos históricos e levantamentos antropológicos, justificam a proteção.

Dentro deste perímetro, constatamos a presença de apenas 03 (três) não-índios, que não apresentam grandes estruturas físicas em termos de benfeitorias, conforme os laudos anexos a este relatório.

A Equipe Técnica constatou um caso diferente aos demais em que os índios moradores da Comunidade Bom Jardim, numa convivência de muitos anos com o Sr. José Ribamar Beleza, ex-Prefeito de Santa Isabel, são manipulados pelo mesmo no sentido de permitir com que os índios ocupem a sua fazenda, que fica nos limites da área indígena. Constatamos que este relacionamento já vem ocorrendo a mais de duas gerações. Ao mesmo tempo em que há este relacionamento aparentemente pacífico, percebe-se porém que a comunidade indígena é pressionada ou até mesmo sofre ameaças para continuarem morando na fazenda, como forma do Sr. José Beleza, continuar sendo o detentor da área. Em conversas com alguns

[Handwritten signatures and initials]
228

índios, nota-se que eles têm medo de serem abandonados pelo ex-prefeito, já que de fato ele os sustenta ao mesmo tempo em explora seus serviços. O certo é que os índios vêm sendo vítimas desta arriscada da família intitulada Beleza. A área compreende três Sítios da família, onde não nos foi permitido a entrada para a realização do levantamento fundiário, verificamos apenas que existem benfeitorias como: casas, currais, cercas, pastagens, fruteiras e outras.

Existem também os sítios dos próprios índios onde muitos deles são cadastrados no INCRA, e seus proprietários pagam o ITR.

Outros titulares de posse que há na área, vivem de acordo e em harmonia com os índios, inclusive são pessoas que nasceram na própria região onde os imóveis ve passando por várias gerações, alguns são casados com índias, nestes casos não foi feito o levantamento fundiário.

CONFLITOS EXISTENTES

Durante a presença da equipe na área, não presenciámos nenhum fato grave, - o que não nos isenta de registrarmos depoimentos dos índios, em relação a atividade de garimpagem clandestina. No ano de 1993, aproximadamente 400 (quatrocentas) balsas e dragas, somando mais ou menos 11.000 (onze mil) garimpeiros, invadiram a área que numa ação devastadora causaram sérios prejuízos morais financeiros aos índios que moram às margens do Rio Negro, que com o uso excessivo e abusivo do mercúrio, poluíram as águas dos rios e igarapés, prejudicando a pesca afugentando caças principais meios de alimentação dos índios.

Na época da invasão segundo depoimentos, ocorria no mínimo uma morte por dia, proveniente de brigas entre os garimpeiros, e não obstante ao fato dos assassinatos ser um uma questão grave, os corpos eram jogados dentro do rio ou enterrado na praia, e os índios eram obrigados a presenciarem a cena de corpos e mais corpos boiando pelo rio e descendo as águas todos os dias, sem contar a quantidade de alimentação apodrecida, como frangos e carnes que eram atirados na água, poluindo cada vez mais o rio, e causando sérios danos ao meio ambiente.

Houve casos em que os portos das comunidades eram invadidos e até mesmo casas, causando um clima terrível entre os índios, e isto foi apenas uma parte do que pudemos coletar.

Apesar da ação de retirada dos garimpeiros, pela Polícia Federal muitos ainda permaneceram escondidos e agora estão em plena atividade onde verificamos a presença de pelo menos 10 balsas e cerca de uns 30 garimpeiros, com uma concentração maior na Ilha Jerusalém mais conhecida por Ilha do Dodé. Numa rápida conversa com um grupo destes, foi nos relatado que a Rádio Nacional da Amazônia,

veiculou uma notícia que a atividade de garimpagem estava liberada no Rio Negro e que mais ou menos 25 (vinto e cinco) balsas já haviam se deslocado do Santarém-PA, rumo ao Rio Negro.

Todas estas coisas tem causado grandes preocupações aos índios, que se organizaram em várias Associações, que são filiadas a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro-FOIRN, e que lutam para assegurar o direito constitucional de terem uma área demarcada. E nós também membros do GT responsável pela identificação a área, manifestamos a nossa preocupação, caso nenhuma providência seja tomada com urgência.

SITUAÇÃO DOMINIAL

Em Santa Isabel do Rio Negro, fizemos uma consulta ao Cartório Público, onde o Escrivão nos informou que em seus arquivos só constavam livros de registros, até o ano de 1990 e que possivelmente nos encontraríamos alguma informação na Comarca de Barcelos, que já foi antiga Capital do Estado, porém não foi possível irmos até a cidade mencionada devido a programação já feita, tanto no aspecto financeiro como de tempo. No Município de São Gabriel, a Escrivã Titular se encontrava de férias e o seu substituto por ser novo ali, se julgou inexperiente para nos informar, no entanto a ADR de São Gabriel ficou incumbida de realizar o levantamento cartorial, quando a titular retornar.

Em Manaus também protocolamos um expediente junto à Secretaria de Produção Rural do Estado - SEPROR, solicitando mapas e relação de detentores de Títulos expedidos pelo Estado, o que será encaminhado posteriormente a FUNAI.

CONCLUSÃO

Sugerimos, conforme prevê o Art. 8º do Decreto nº 22 de 04 de fevereiro de 1991, a interdição imediata da área proposta, como forma de coibir qualquer ação predatória e prejudicial as comunidades indígenas e até mesmo ao meio ambiente, e principalmente preservar a integridade dos índios, que são explorados por aqueles que de má-fé entram na área.

A interdição na forma da Lei, visará também assegurar o direito constitucional contido no Capítulo VIII da Constituição Brasileira, até que se conclua todos os estudos feitos, e ainda a sentença final, uma vez que a área está sub-júdice, devida uma ação movida pelo Ministério Público, contra a FUNAI.

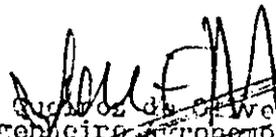
[Handwritten signatures and initials]

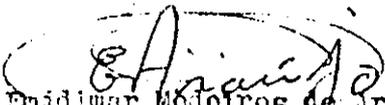
Junto com a interdição, há necessidade urgente de uma ação através da Polícia Federal, visando a retirada dos garimpeiros que ainda se encontram na área indígena identificada e delimitada, e ainda manter uma certa vigilância no local, com o intuito de impedir qualquer pretensão de grupos nocivos as comunidades indígenas, e daqueles garimpeiros que estão se deslocando de outro estado, de acordo com o que foi relatado.

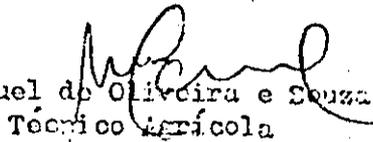
Concluimos finalmente que a demarcação da Área Indígena Médio Rio Negro, se faz necessária, tendo em vista os relatórios antropológicos já existentes, os estudos realizados por este Grupo de Trabalho, que verificaram a necessidade de se garantir uma área para os índios que ali habitam.

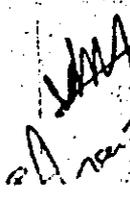
Manaus, 27 de janeiro de 1.994


Reginaldo Costa Santos
Técnico Agrícola
Funai


Jânio Pinheiro da Silveira
Engenheiro Agrônomo
Funai


Enidimar Melloiros de Araujo
Técnico Agrícola
SEPROR


Manuel de Oliveira e Souza
Técnico Agrícola
INCRA





ASSINATURA

PROFESSOR
16/05/94

ESTADO DO AMAZONAS

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO

13

Ofício Nº 17/94 - GPCKSIEN

Santa Isabel, 03 de maio de 1994

A DAF.
por preparação nos postos
16.05.94

Steglo Carneiro da Cunha Moscoso
Presidente em exercício

Senhor Presidente

Tenho a honra de dirigir-me a V.S. para apresentar a posição da Câmara de Vereadores de Santa Isabel do Rio Negro - AM, em relação aos trabalhos de identificação da ÁREA INDÍGENA MÉDIO RIO NEGRO, determinados pela Portaria PP 1247, FUNAI, de 16 de dezembro de 1993 .

A vasta e complexa legislação relativa as questões de terras indígenas permite, em alguns casos, que as identificações e delimitações de áreas indígenas se façam sem a participação dos órgãos federais, estaduais e municipais, tendo com consequência graves conflitos de natureza social.

No caso particular do Município de Santa Isabel do Rio Negro-AM, esta Casa somente tomou conhecimento dos trabalhos realizados pelo Grupo de Trabalho, designado pela citada Portaria, após a conclusão pelo referido Grupo, dos trabalhos de identificação e delimitação da ÁREA INDÍGENA MÉDIO RIO NEGRO .

Entende esta Câmara que o Grupo de Trabalho, ao incluir parte do território deste Município na área identificada e delimitada, extrapolou os limites estabelecidos na Portaria mencionada, que se refere, exclusivamente, ao Município de São Gabriel da Cachoeira-AM.

Se tal fato não for suficiente para anular a inclusão de área deste Município nos trabalhos realizados, desejamos ressaltar a V.S o profundo conhecimento, de Vereadores que integram esta Câmara, das áreas, rios, comunidades, sítios e populações ribeirinhas do Município, para assegurar o desconhecimento da existência de índios na parte de nosso território incluída nos trabalhos de delimitação .



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO

Trata-se de área tradicionalmente utilizada para caça e pesca pelos habitantes das áreas urbana e rural deste Município, de onde extraem os meios de sustenção de suas famílias .

Temos a certeza de que nossa manifestação não é extemporânea e será considerada por V.S. no momento oportuno, para evitar que novos conflitos sociais sejam desnecessariamente originados em momento delicado que atravessa a Nação brasileira .

Na oportunidade apresento a V.S. meus protestos de respeito e consideração .

Atenciosamente,

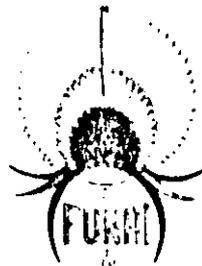
Henri Pereira de Góes
Henri Pereira de Góes
VEREADOR - PRESIDENTE

Ilmo. Sr.
Dinarte Kobra de Medeiros
D.D. Presidente da FUNAI
Brasília - D.F.

ao DID
encaminhada a outrossídega
sua dita a fim de
providenciar respecta minuta
de Sr. Presidente da FUNAI
para o Presidente da Câmara
de Vereadores do município
em questão 17.05.94

F
18 5 94
15:20
371

Costa
D. Maria Ducheca Reges
Diretoria de Assuntos Fundiários
Diretora



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

14

OFÍCIO Nº 0133/DAF - 94

Brasília, 14 de maio de 1994

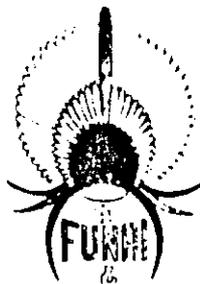
Senhor Vereador,

Em resposta ao Ofício nº 17/94 de 03 de maio de 1994, tenho a honra de dirigir-me à V.Sa. para prestar informações que julgo relevantes e necessários, quanto às questões fundiárias relativas aos povos indígenas.

Em primeiro lugar, gostaria de corrigir um equívoco, uma inverdade quanto ao mencionado desconhecimento desta casa de Vereadores a respeito do trabalho de identificação realizado pela FUNAI, em janeiro de 1994. O Ilmo. Sr. Prefeito deste município recebeu a visita de três antropólogos, de um técnico fundiário e de um cartógrafo no dia 17 de janeiro de 1994, quando o trabalho encontrava-se em desenvolvimento. O referido grupo reuniu-se com o Senhor Prefeito deste município, durante todo período da tarde (do referido dia) para conversar sobre a identificação e apresentar documentação pertinente. O Sr. Prefeito recebeu uma cópia da Portaria, além de ter tido vistas ao Decreto nº 22 de janeiro de 1991 e à Constituição Federal, documentos que contêm os princípios norteadores de noss trabalhos. Nesse sentido, parece-nos que se houve algum problema de comunicação, esta se deu entre a Prefeitura e a Casa de Vereadores deste município.

Em segundo lugar, o fato de constar na referida Portaria apenas o município de São Gabriel da Cachoeira, não significa que a equipe deva ignorar, em seu trabalho de campo, a existência de populações

Ilmo., Senhor
Vereador RENÉ PEREIRA DE GOES
Presidente da Câmara Municipal
Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
69740-000 - Amazonas - AM



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fl. 02 do Ofício nº 0193/94 - DAF

indígenas em municípios contíguos. Nossas categorias de análise transcendem os limites municipais. São os critérios jurídicos e antropológicos que conferem legalidade ao território indígena, conforme mostram o Decreto nº 22 de janeiro de 1991, a Constituição Federal, o Artigo 231 e a Lei 6001/73, para mencionar apenas três dos principais preceitos normativos.

Em terceiro lugar, gostaria de sugerir-lhe cautela quando mencionar, como o fez, a "inexistência de população indígena" na área do município de Santa Isabel. As complicações de ordem jurídica que poderiam advir de tal afirmação e atitudes dela decorrentes poderiam colocar esta casa de representação popular em situação delicada.

E por último, mas não menos importante, quanto à sua alusão a possíveis "conflitos" decorrentes da ação do Estado do tocante ao reconhecimento do território indígena, em área do município de Santa Isabel do Rio Negro, estes só se dariam se estimulados pelos grupos locais contrários ao cumprimento da Lei.

Esperando ter esclarecido V.Sa., apresento meus protestos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

ISA MARIA PACHECO ROGEDO
Diretora de Assuntos Fundiários



FUNAI/SAE Reg. 1728
Recebido 25 / 05 / 94
Às _____ hs.
M. G. G. M. S.
ASSINATURA

15

ESTADO DO AMAZONAS
Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro

Ofício nº 57/94 - GP

Santa Isabel, 20 de abril de 1994

*Em 23.05.94
A DAF favorável a
relatório.*

Senhor Presidente

[Handwritten signature]
Dinairé de Almeida
Presidente da FUNAI

*Do 010.
DAF. 26.5.94*

Supro Candado

Trata o presente expediente da Portaria PF nº 1247/93, FUNAI, de 16 de dezembro de 1993, publicada no Diário Oficial da União nº 247, de 28/12/93, relativa à criação de Grupo Técnico com a finalidade de identificar e delimitar a ÁREA INDÍGENA MÉDIO RIO NEGRO, localizada no Município de São Gabriel da Cachoeira/AM.

O Decreto nº 22, de 04 de fevereiro de 1991, que dispõe sobre o processo administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências estabelece em seu Art. 2º, § 5 que: "Os órgãos públicos federais, estaduais e municipais devem, no âmbito de suas competências, e às entidades civis é facultado, prestar, perante o Grupo Técnico, informações sobre a área objeto de estudo, no prazo de trinta dias contados a partir da publicação do ato que constituir o referido grupo".

Entretanto, o mencionado Decreto não dispõe sobre a forma da prestação dessas informações antes de concluídos os trabalhos de identificação pelo Grupo, o que, praticamente, impossibilita a aplicação daquele dispositivo legal.

Isso significa que informações importantes e valiosas dos órgãos federais, estaduais e, principalmente, municipais, deixam de ser consideradas nessa fase dos trabalhos de identificação.

No caso em tela recebi, recentemente, a visita do Grupo de Trabalho constituído pela Portaria referida, após a conclusão, pelo Grupo, dos trabalhos de identificação e delimitação previstas na mesma, com esboço de relatório e mapa da área a ser proposta para demarcação como área indígena.

Considerando que a referida área ultrapassa os limites estabelecidos na Portaria PF 1247/93, solicito a V.S. as providências cabíveis para anular qualquer trabalho de identificação e delimitação que considere parte do território deste Município, não permitindo sua inclusão no relatório do Grupo Técnico respectivo.

236



ESTADO DO AMAZONAS Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro

Por oportuno, deixo ressaltar os inevitáveis conflitos sociais de correntes da definição, como área indígena, de áreas tradicionalmente utilizadas para caça e pesca pelos habitantes das áreas urbana e rural do Município, onde não existe o registro da presença indígena. Não creio, também, ter sido possível ao Grupo de Trabalho o levantamento do contingente populacional, a identificação correta das posses, domínios, levantamentos documentais em Cartório das certidões de registro e respectivos sucessórios no prazo estabelecido na Portaria e no pequeno espaço de tempo que permaneceram na sede deste Município.

Temos também, notícias da propaganda enganosa desenvolvida por integrantes do Grupo de Trabalho para a conquista da simpatia dos habitantes de comunidades e ribeirinhos, a fim de ser obtida aprovação para a identificação e delimitação pretendidas.

Face ao exposto, reitero a V.S. considerar as presentes considerações desta Prefeitura em relação ao assunto em tela para que nenhuma porção do território do Município de Santa Isabel do Rio Negro - AM seja incluída na área objeto de estudos pelo Grupo de Trabalho designado pela Portaria anteriormente mencionada.

Na oportunidade apresento a V.S. meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Sergio da Silveira Cardador
Sergio da Silveira Cardador

PREFEITO MUNICIPAL

Ilmo Sr
Dinarte Nobre de Ladeira
D.D. Presidente da FUNAI
Brasília - D.F.

A antropóloga Ana Siqueira para conhecimento e a fim de reunir respostas.
26.05.94

Depto. de Identificação e Delimitação

FUNAI/SUAF/DID
27/05/94
9:30 HORAS
Sili

*Edem:
Arquivo-se
06.06.94*



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

OFÍCIO Nº 205 /94 - DAF

Brasília, 31 de maio de 1994

Senhor Prefeito,

Em resposta ao Ofício nº 57/94 de 20/04/94, tenho a honra de dirigir-me à V.Exa. para prestar informações que julgo esclarecedoras.

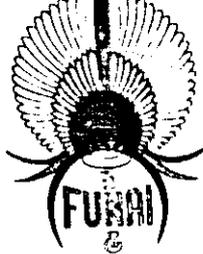
Participaram do G.T. Portaria 1247/93 técnicos vinculados a Instituições Federais como FUNAI e INCRA, aqueles vinculados à Instituições Estaduais como o SEPROR e um representante da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN, conforme reza o Decreto 22 de janeiro de 1991, parágrafos 2º e 3º.

Contrariamente à sua asserção o Grupo de Trabalho ouviu, ao longo de seu trabalho de levantamentos antropológicos fundiário e cartográfico a quase totalidade da população indígena deste município, bem como a missão salesiana de Santa Isabel, Rev. Bispo da Prelazia, inclusive o Sr. Prefeito, no dia 17/01/94.

Outrossim, gostaria de reiterar, conforme ofício 0106/94, enviado à Câmara de Vereadores deste município, que os critérios norteadores de nosso trabalho são jurídicos e antropológicos e não municipais, conforme Constituição Federal, artigo 231, Lei 6001/73 e Decreto nº 22 de janeiro de 1991.

Quanto as afirmações de V.Exaia sobre "os inevitáveis conflitos sociais" decorrentes da ação do Estado quanto ao reconhecimento do território indígena na área deste município acredito que estes só se dariam se estimulados por grupos locais contrários ao cumprimento da Lei.

Ao Senhor
SÉRGIO DA SILVEIRA CARDADOR
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro
69740-000 - AM



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fl. 02 08. nº 205 / 94 - DAF

Esperando ter esclarecido, apresento a V. Excia os meus ped
tostos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

ISA MARIA PACHECO ROGÊDO
Diretora de Assuntos Fundiários

DID/DAF/AGO/05v.

Ministérios

Ministério da Justiça

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

PORTARIAS DE 21 DE DEZEMBRO DE 1993

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, usando da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria SE/Nº 279, de 9 de abril de 1993, resolve:

Nº 497 - Designar **ANTÔNIO ROBERTO D'AVILA DE OLIVEIRA**, Agente Administrativo do Quadro Permanente da Imprensa Nacional, para exercer a função de Chefe do Setor de Custos Gráfico-Editoriais, código FG-02, da Divisão de Editoração de Coordenação de Produção Industrial do referido Órgão.

Nº 498 - Dispensar **JOÃO NOVAIS DOS SANTOS**, Artífice de Artes Gráficas do Quadro Permanente da Imprensa Nacional, da função de Chefe do Setor de Custos Gráfico-Editoriais, código FG-02, da Divisão de Editoração de Coordenação de Produção Industrial do referido Órgão, a partir de 29 de outubro de 1993.

MARIA CARMEM CASTRO SOUZA

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PORTARIA PP Nº 1.247, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1993

O Presidente da FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Parágrafo 1º do Art. 2º do Decreto nº 77, de 04 de fevereiro de 1991, pelo Art. 21 item VII, do estatuto aprovado pelo Decreto nº 584, de 08 de junho de 1992, e tendo em vista programação de identificação de Áreas Indígenas de 1993, resolve:

I - Criar o Grupo Técnico, com a finalidade de identificar e delimitar a ÁREA INDÍGENA MÉDIO RIO NEGRO, composto por: 1. Ana Gita de Oliveira, antropóloga/pesquisadora da Associação da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais-FLACSO, coordenadora; 2. Márcio Melia, antropólogo do Museu Goeldi; 3. Jorge Parzolon, antropólogo convidado; 4. Wilson Leite Romão, técnico em agrimensura/DEM/DAF/FUNAI; 5. Ozeires Ribeiro, técnico de agricultura e agropecuária/DEP/DAF/FUNAI; 6. Raul de Oliveira França, Presidente da Federação das Organizações Índias do Rio Negro-FORIN; 7. Manoel de Oliveira e Souza, técnico agrícola IAN/IBRACAN; 8. Emília de Medeiros da Araújo, técnico agrícola/SETROR/AN.

II - Determinar o deslocamento do Grupo Técnico à Área Índia para Médio Rio Negro, localizada no município de São Gabriel da Cachoeira/RN, para em conjunto com os índios, identificar e delimitar os seus respectivos limites, com aldeias, lagoas e áreas de caça e pesca;

III - Realizar o levantamento fundiário, juntamente com os estudos de delimitação de Áreas Indígenas, que constará de vistoria das benfeitorias implantadas por não-índios nos limites a serem propostos, a natureza da ocupação, contingente populacional e conflitos existentes, mediante a identificação de posse, domínio, levantamentos documentais em cartórios das certidões de registro e respectivas sucessões;

IV - Os trabalhos serão orientados pela Portaria 239/PRES, de 20.03.91 e pela Ordem de Serviço nº 003, 004 e 005/BUAF, de 06.05.91, constando do preenchimento de Laudos de Vistoria e Avaliação de benfeitorias;

V - Determinar o prazo de 29 (vinte e nove) dias para a execução dos trabalhos de campo, a contar do início trabalhos de campo, e 60 (sessenta) dias, para a apresentação dos relatórios, a contar do término do trabalho de campo.

DINARTE NOBREZ DE MADEIRO

Diretoria de Administração

PORTARIA Nº 954, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1993

O Diretor da Diretoria de Administração - DAA, da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelas Portarias PP nos 0431/0432/0437/93, de 14.06.93, resolve:

Conceder honorarções, a contar de 01.08.93, ao servidor **MARCUS ANTONIO REZENDE MAIA**, do Cargo de Pesquisador, nível NB-C-VI, do Quadro de Pessoal desta Fundação, em lotação no Museu do Índio/RJ.

BERNARDINO DA LINDA MORENO

RESOLUÇÃO

Na Portaria PP nº 296/93, que trata da aposentadoria de **GEVALDO CAVALER PEREIRA DE ALMEIDA FILHO**, publicada no D.O. nº 844, de 08.04.93, seção II, página 2718, onde se interpretou 47 da Lei 8112/79, leia-se artigo 1º da Lei 8112/79.

Ministério da Marinha

DIRETORIA GERAL DO PESSOAL

Diretoria do Pessoal Civil

PORTARIAS DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993

O DIRETOR DO PESSOAL CIVIL DA MARINHA, no exercício da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria Ministerial nº 0043, de 31 de janeiro de 1991, e pela Portaria nº 0011, de 28 de fevereiro de 1991, do Diretor-Geral do Pessoal da Marinha, resolve:

Nº 849 - Aposentar, na Tabela de Especialistas do Ministério da Marinha, de acordo com o artigo 186, item I, parágrafo 1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

1. **LUIZ PEREIRA DA SILVA**, NIP 76722207, no cargo de Apoio Industrial, código AIM-7104, Classe D, Padrão IV, Nível Intermediário (Processo nº 0916/93, da DPCVM/AMRJ);

2. **RAIMUNDO OLIVEIRA DA SILVA**, NIP 86371339, no cargo de Servente, código EPX-8411, Classe C, Padrão VI, Nível Auxiliar (Processo nº 9000/93, da DPCVM/CIAGA); e

3. **VALDIR FELIGHERIO DE ABRUJ**, NIP 59002450, no cargo de Técnico em Mecânica de Motores, código EPM-9760, Classe B, Padrão IV, Nível Intermediário (Processo nº 8700/93, da DPCVM/IAPM).

Nº 850 - Aposentar, no Quadro Permanente do Ministério da Marinha, de acordo com o artigo 186, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

1. **ALVARO DE SOUZA DIAS**, NIP 10750015, no cargo de Artífice de Mecânica, código AM-702, Classe C, Padrão III, Nível Intermediário (Processo nº 7150/93, da DPCVM/CHAPN); e

2. **VALTER MEDEIROS DE FRANCO**, NIP 10348611, no cargo de Artífice de Carpintaria e Marcenaria, código AMT-704, Classe B, Padrão I, Nível Intermediário (Processo nº 8780/93, da DPCVM/DEAFRJ);

Nº 851 - Conceder aposentadoria, no Quadro Permanente do Ministério da Marinha, de acordo com o artigo 186, item I, parágrafo 1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

1. **ANA MARIA VIEIRA DE ARAUJO**, NIP 06161208, no cargo de Bibliotecária, código NB-972, Classe C, Padrão I, Nível Auxiliar (Processo nº 7882/93, da DPCVM/SDGM); e

2. **WILD MORALIS**, NIP 74004450, no cargo de Agente Administrativo, código SA-801, Classe A, Padrão III, Nível Intermediário (Processo nº 7744/93, da DPCVM/PIPM).

Nº 852 - Conceder aposentadoria, no Quadro Permanente do Ministério da Marinha, de acordo com o artigo 186, item III, alínea a), combinado com o artigo 192, item II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

1. **LUIZ CARLOS DE BARRROS**, NIP 21617996, no cargo de Artífice de Estrutura de Obras e Metalurgia, código AMT-701, Classe A, Padrão I, Nível Intermediário (Processo nº 8700/93, da DPCVM/CHAAC); e

2. **MARIO CARREIRA DA LUZ**, NIP 21612625, no cargo de Artífice de Estrutura de Obras e Metalurgia, código AMT-701, Classe A, Padrão I, Nível Intermediário (Processo nº 8730/93, da DPCVM/CHAPN);

Nº 853 - Conceder aposentadoria, no Quadro Permanente do Ministério da Marinha, de acordo com o artigo 186, item III, alínea a), combinado com o artigo 192, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

1. **ARY DA SILVA**, NIP 21472261, no cargo de Agente de Transporte Marítimo e Fluvial, código NM-1039, Classe B, Padrão III, Nível Intermediário, com as vantagens da Classe A, Padrão III, de mesmo Nível e Categoria Funcional (Processo nº 8791/93, da DPCVM/AMRJ);

2. **PEDRO SILVA OLIVEIRA**, NIP 20779316, no cargo de Motorista Oficial, código IP-1201, Classe C, Padrão III, Nível Intermediário, com as vantagens da Classe A, Padrão III, do mesmo Nível e Categoria Funcional (Processo nº 8490/93, da DPCVM/AMRJ); e

3. **WILSON MARCEL DE SAUZA ENABAS**, NIP 17519110, no cargo de Agente de Transporte Marítimo e Fluvial, código NM 1039, Classe B, Padrão III, Nível Intermediário, com as vantagens da Classe A, Padrão III, do mesmo Nível e Categoria Funcional (Processo nº 8474/93, da DPCVM/AMRJ).

Nº 854 - Aposentar, na Tabela de Especialistas do Ministério da Marinha, de acordo com o artigo 186, item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

BERNARDO ALCIDES JERONIMO, NIP 85292921, no cargo de Motorista, código EPM-8608, Classe B, Padrão V, Nível Intermediário (Processo nº 7634/93, da DPCVM/CIAGA).

AD 93.12345-9



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

[Assinatura]
Advogado/PG

M A N D A D O D E C I T A Ç Ã O

JUIZA FEDERAL DA 17ª VARA, 1ª
REGIÃO, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO
DISTRITO FEDERAL, NA FORMA DA
LEI,

M A N D A, a qualquer Oficial
de Justiça deste Juízo, a quem for este apresentado, indo de-
vidamente assinado, nos autos da **AÇÃO DECLARATÓRIA** nº
93.12345-9 movida por **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** contra
UNIÃO FEDERAL E OUTRO.

através do que, em seu cumprimento **CITE** a **FUNAI**

na pessoa de seu representante legal, para ciência da presente
ação e para contestá-la, querendo, no prazo legal, com adver-
tência dos artigos 295, 319 e 108 do CPC. Tudo de conformidade
com a petição inicial e despacho a seguir transcrito.

DESPACHO DE FLS. 313 (verso) parte final:
"Após, cite-se a FUNAI. Brasília-DF, 22 de fevereiro de 1.994.
(a) Dra. MAISA GIUDICE Juíza Federal da 17ª Vara."

CUMPRASE, penas da lei. Dado e passado nesta cidade de Brasília-
DF, aos 19 de abril de 1994. Eu, *[Assinatura]* Senes Luiz de
Oliveira, Aux. Judiciário a datilografei e
subscrevi. Eu, *[Assinatura]*, ROSELI FERREIRA DOS SANTOS, Diretora
de Secretaria, a subscrevo e assino por ordem da MMA Juíza.

[Assinatura]

DIRETORA DE SECRETARIA

Procedência _____
PRJ. nº 7/4/94
Hora _____
Rubrica 123
Rij. 509

241

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA FEDERAL DA 17ª. VARA FEDERAL
- SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

PROCESSO Nº: 93.0012345-9
REQUERENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDA : UNIÃO FEDERAL

SECRETARIA DE JUSTIÇA
005566
07 5 1 30 75 11 995500

A UNIÃO FEDERAL, por seu representante judicial, in
line assinado, vem mui respeitosa e à presença de Vossa
Excelência apresentar sua resposta ao pleito deduzido pelo Autor,

C O N T E S T A N D O

a presente ação, em todos os seus termos, na forma
que se segue:

1.0. MM. Julgadora, a Autora se insurge contra a Ré pelo
fato de que, segundo suas alegações, a mesma através de seu órgão,
in casu a FUNAI, até agora não procedeu à delimitação e demarcação
das terras reivindicadas há vários anos, por indígenas das
famílias linguísticas Tukanos, Anuak e Maku.

1.1. Sustenta ademais a Autora que além da inércia da Ré
(FUNAI), o Governo Federal editou o Decreto nº 95.859, de 22 de
março de 1988, mediante o qual afetou para uso do Exército, área
cujos limites coincidem quase totalmente pelos indígenas.

1.2. Esses os fundamentos fáticos da presente ação. Ocorre MM. Juíza que não é verdade que a Ré (FUNAI) se encontra inerte como afirma a Autora.

1.3. O mapa de atividades fundiárias realizados no período de 1988/1993, demonstra de maneira objetiva, exatamente o contrário. O ritmo imprimido às atividades fundiárias tem, realmente, sido menor, nestes dois últimos anos, isso não significa, data venia que a Ré esteja de "braços cruzados".

1.4. Na realidade o que tem contribuído para a desaceleração das atividades fundiárias é conjuntura econômica desfavorável por que passa a União.

1.5. Dessarte, examinando-se o quadro de "Recursos Solicitados X Recursos Recebidos" (doc. anexo), verifica-se que os recursos recebidos pelo órgão da Ré para o exercício das atividades fundiárias têm sido escasos.

1.6. Mesmo assim, a Ré vem desenvolvendo suas atividades; não da forma que a Autora gostaria, é evidente.

1.7. Assim é que o Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI - baixou a anexa Portaria, constituindo grupo técnico de trabalho para, especificamente, identificar e delimitar os limites da área indígena localizada no Médio Rio Negro. (Baixo Rio Negro).

1.8. A coleta de dados técnicos sobre a aludida área já foi realizada pelo Grupo de Trabalho mencionado, estando, no momento, na fase de elaboração do relatório.

1.9. Vê-se, assim, que as providências reclamadas pela Autora já estão sendo tomadas pela Ré, fato que inviabiliza o prosseguimento do feito, pela perda do seu objeto.

258

2.0. Quanto ao pedido de nulidade do Decreto nº 95.859/88, distia venia, é despropositado. O diploma legal referido não padece de nenhum vício jurídico que justifique a decretação de sua nulidade; tanto assim é que a Autora não se dignou mencionar qualquer irregularidade, seja de fundo, seja de forma, que implique em nulidade do citado decreto.

2.1. Não nega a Ré que na aplicação do dito decreto, tenha havido distorções. Se é que houve poderão ser sanadas mediante entendimentos a ser levado a efeito pelos órgãos envolvidos. São questões de ordem administrativa perfeitamente contornáveis, até mesmo com a participação do M.P. Federal, como mediador.

2.2. Injustificável, assim, o pedido de nulidade do Decreto nº 95.859/88.

DIANTE DO EXPOSTO

Reque a Vossa Excelência se digne de julgar improcedente a presente ação, com as consequências jurídicas oriundas da sucumbência.

Protesta por todos os meios de provas, em especial pela juntada do relatório a ser elaborado pela Comissão Constituída pela Portaria PP nº 1.247/93, razão pela qual pede o sobrestamento feito pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias.

N. Termos,
P. Deferimento.

Brasília, 02 de fevereiro de 1994.


JOÃO BRAGA DE LIMA
Representante Judicial da União



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

**DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS
DEPARTAMENTO DE DEMARCAÇÃO**

MEMORIAL DESCRITIVO DE IDENTIFICAÇÃO

DENOMINAÇÃO

ÁREA INDÍGENA MÉDIO RIO NEGRO

ALDEIAS INTEGRANTES

COMUNIDADES: ACARÁ, BAUARI, BOA VISTA, CASTANHEIRA, MARICOTA, ILHA DAS FLORES, SÃO LUIS, SÃO MIGUEL, SÃO SEBASTIÃO, CAMANAUS, TANCREDO NEVES, MERCÊS, CURICURIARI, SÃO JORGE, TUMBIRA, JUPATI, SÃO PEDRO, CAJURÍ, TAPURUQUARA-MIRIM, WARURÁ, TAPERERA, ILHA DO PINTO, BACABAL, VILA NOVA, LIVRAMENTO, ARUTI, CARIXINA, MAÇARABI, NOSSA SENHORA AU XILIADORA.

GRUPOS INDÍGENAS

ARAPAÇO, BARÉ, CARAPANÃ, DAW, DESSANO, JURITI, KOBWA, NADÊB, PIRATA PUIA, TUKANO, WAREKENA, YUHUP.

LOCALIZAÇÃO

MUNICÍPIO: SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA E SANTA ISABEL DO RIO NEGRO

ESTADO: AMAZONAS

COORDENADAS DOS EXTREMOS

EXTREMO	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE	00°06'57"N	67°18'51" WGR
LESTE	00°11'30"S	65°24'50" WGR
SUL	01°20'50"S	68°28'20" WGR
OESTE	00°57'00"S	69°09'10" WGR

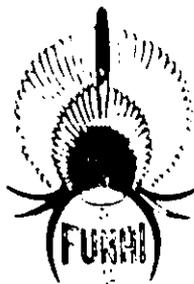
BASE CARTOGRÁFICA

NOMENCLATURA	ESCALA	ÓRGÃO	ANO
MIR-40, 53, 54, 55, 56, 70	1:250.000	RADAN	1975

DIMENSÕES

ÁREA: 2.142.000 (DOIS MILHÕES, CENTO E QUARENTA E DOIS MIL HECTARES) aproximadamente.

Perímetro: 1.033.000 m (HUM MILHÃO E TRINTA E TRÊS MIL METROS) aproximadamente.

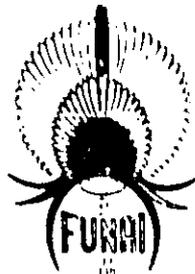


Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO
ÁREA INDÍGENA MÉDIO RIO NEGRO

NORTE: Partindo do Ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas de 00°57'00"S e 69°09'10" Wgr., no alto Rio Marié. Daí, segue em linha reta até o Ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas 00°45'28"S e 68°46'54" Wgr., na confluência de um igarapé sem denominação com o Rio Dji. Daí, segue por este a jusante, até o Ponto 03, de coordenadas geográficas aproximadas 00°43'10"S e 68°36'15" Wgr., na confluência com o Rio Carari, que após esta confluência passa a denominar-se Rio Curicuriá. Daí, segue por este a jusante, até o Ponto 04, de coordenadas geográficas aproximadas 00°19'10"S e 67°20'38" Wgr., na foz do Igarapé Curupirã. Daí, segue em linha reta, até o Ponto 05, de coordenadas geográficas aproximadas 00°05'22"N e 67°20'35" Wgr., na margem direita do Rio Uaupés, próximo a comunidade de São Joaquim. Daí, atravessa este, até o Ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 00°05'52" N e 67°20'09" Wgr., na sua margem esquerda. Daí segue em linha reta, até o Ponto 07, de coordenadas geográficas aproximadas 00°06'31"N e 67°19'27" Wgr., na margem direita do Rio Negro. Daí, atravessa este, até o ponto 08, de coordenadas geográficas aproximadas 00°06'57" N e 67°18'51" Wgr., na foz do Igarapé Viaram com a margem esquerda do Rio Negro. Daí, segue pelo Rio Negro, a jusante até o Ponto 09, de coordenadas geográficas aproximadas 00°01'31" N e 67°15'54" Wgr. Daí, atravessa o mesmo, até o Ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas 00°01'08" N e 67°16'07" Wgr., na margem direita. Daí, segue a jusante até o Ponto 11 de coordenadas geográficas aproximadas 00°10'05"S e 66°54'49" Wgr. Daí, atravessa o mesmo, até o Ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas 00°08'08"S e 66°54'46" Wgr., na margem esquerda. Daí, segue a jusante, até o Ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas 00°09'07" S e 66°51'58" Wgr., na foz do Igarapé Mauã. Daí, segue por este até o Ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas 00°00'00" (linha do Equador) e 66°49'20" Wgr. Daí, segue em linha reta, até o Ponto 15, de coordenadas geográficas aproximadas 00°00'00" (Linha do Equador) e 66°36'50" Wgr., na cabeceira do Igarapé Fioborã. Daí, segue em linha reta até o Ponto 16 de coordenadas geográficas aproximadas 00°02'36"S e 66°22'41" Wgr., na cabeceira do Igarapé

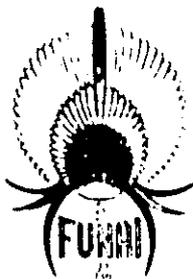
[Handwritten signature]
261

Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Maruine. Daí, segue em linha reta, até o Ponto 17, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}04'07''S$ e $66^{\circ}17'04''Wgr.$, na confluência de um igarapê sem denominação com o Igarapê Irari. Daí, segue pelo último a jusante, até sua foz no Rio Cauaburi, no Ponto 18, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}03'28''S$ e $66^{\circ}08'12''Wgr.$ Daí, segue por este a jusante, até o Ponto 19, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}10'54''S$ e $65^{\circ}58'27''Wgr.$ na foz de um igarapê sem denominação. Daí, segue em linha reta, até o Ponto 20, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}08'44''S$ e $65^{\circ}50'03''Wgr.$, na cabeceira de um igarapê sem denominação. Daí, segue em linha reta até o Ponto 21, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}10'05''S$ e $65^{\circ}45'54''Wgr.$, na cabeceira do Igarapê Tarica. Daí, segue em linha reta até o Ponto 22 de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}12'15''S$ e $65^{\circ}40'44''Wgr.$, na cabeceira do Igarapê Castanho. Daí, segue em linha reta até o Ponto 23, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}14'35''S$ e $65^{\circ}35'14''Wgr.$, na cabeceira do Igarapê Mauiã. Daí, segue em linha reta até o Ponto 24, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}09'21''S$ e $65^{\circ}26'18''Wgr.$, na cabeceira do Igarapê Barará. Daí, segue a jusante até o Ponto 25, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}11'30''S$ e $65^{\circ}24'50''Wgr.$, na foz do Igarapê Inambu.

LESTE: Do Ponto antes descrito, segue pelo Igarapê Inambu a jusante, até sua foz no Rio Negro, no Ponto 26, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}17'38''S$ e $65^{\circ}25'39''Wgr.$ Daí, atravessa uma parte do Rio Negro, até o Ponto 27, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}19'15''S$ e $65^{\circ}27'19''Wgr.$, na ponta oeste de uma ilha. Daí, atravessa a outra parte do Rio Negro, até o Ponto 28, de coordenadas geográficas aproximadas de $00^{\circ}20'40''S$ e $65^{\circ}27'00''Wgr.$, na foz do Igarapê Uainumale. Daí, segue por este a montante, até sua cabeceira, no Ponto 29, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}27'42''S$ e $65^{\circ}28'18''Wgr.$

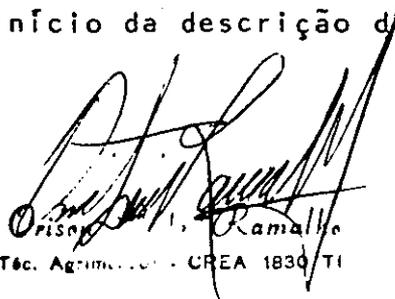
SUL: Daí, segue em linha reta, até o Ponto 30, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}24'56''S$ e $65^{\circ}44'44''Wgr.$ Daí, segue em linha reta até o Ponto 31, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}27'00''S$ e $65^{\circ}47'30''Wgr.$ Daí, segue em linha reta, até o Ponto 32, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}24'56''S$ e $65^{\circ}52'32''Wgr.$ Daí, segue em linha reta, até o Ponto 33, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}27'06''S$ e $65^{\circ}57'00''Wgr.$ Daí, segue em linha reta, até o Ponto 34 de coordenadas



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

geográficas aproximadas $00^{\circ}27'52''S$ e $66^{\circ}17'04''$ Wgr. Daí, segue em linha reta, até o Ponto 35, de coordenadas geográficas aproximadas ... $00^{\circ}33'48''$ S e $66^{\circ}20'44''$ Wgr., Daí, segue em linha reta, até o Ponto 36, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}34'54''S$ e $66^{\circ}22'22''$ Wgr., na cabeceira do Igarapê Sucuriju. Daí, segue por este a jusante, até sua foz, na margem esquerda do Rio Mariê, no Ponto 37, de coordenadas geográficas aproximadas $00^{\circ}26'43''$ S e $66^{\circ}24'55''$ Wgr. Daí, segue por este a montante, até o Ponto 38, de coordenadas geográficas aproximadas $01^{\circ}20'50''$ S e $68^{\circ}28'20''$ Wgr., em frente a foz do Igarapê Rubo.

6. **ÓESTE:** Do Ponto antes descrito, segue ainda pela margem esquerda do Rio Mariê, até o Ponto 01, início da descrição deste perímetro.


Téc. Agrimensor - CREA 1830/TI

discutir com voces e esclarecer melhor alguma duvida tá.

Capitão do Tabocal do Tea: Por aqui ainda não apareceu pessoas desses daí como os senhores igual pra conversar né, pra dar esse apoio. A gente fica por aqui tipo desprezado também né. Inclusive sem ninguém tem apoio né. Tá com dez anos né. Primeiro era só sítio. Esse aqui era só mato. Esse capoeira aqui aí nós fomos derrubando. E agora nesses tempos o capitão foi por aí né. Ninguém pediu licença. Só estamos nós por enquanto(...). Quando era só sítio esse sítio já existia há muito tempo. Ele está com 48 anos. Ele é o mais antigo aqui. Ele se criou aqui. Ele veio da comunidade de São Francisco no rio Uaupés. O padre trouxe ele e ele chegou aqui com dois meses e está com 48 anos. O nome dele é Alfredo Lima. Ele é parente do Zé Maria de Lima, do Jorge lá no São Francisco no Uaupés. O Zé Maria que foi da presidencia da UCIBRIN né. É parente dele mesmo. Eles foram trazidos de lá pra cá pelo padre José Schneider pra construção da Missão aqui em Santa Isabel que tem exatamente 48 anos. E aí gostaram daqui.

Rio Apaporis - Comunidade de São Francisco - 22/04/94

Antropólogo: Esse Garimpito fica mais ou menos em frente à Base ?

Indio: Pra cima. Só que fica lá pra Colômbia já.

Antropólogo: Fica lá no lado Colombiano, mas a parte da boca do Castanho é do outro lado e tem um igarapé ?

Indio: Tem muitas pessoas lá.

Antropólogo: Daí mesmo que eles vêm pra Base?

Indio: Lá mesmo eles vêm. Todos. Então quer dizer que entre nós brasileiros. Só entre eles mesmo. (...) Aí entra em contato com outro (...). Mas até brasileiro está também na pista de Garimpito. Tá todo garimpeiro lá. Tem dois, três dragas lá funcionando. Aí eles deixa trabalhar brasileiro lá no Colômbia e o garimpeiro colombiano entra trabalhando também com moto-bomba.

Antropólogo: Tem draga também lá na Base?

Indio: Tem draga. Tem muito mesmo.

Antropólogo: Quantas mais ou menos?

Indio: Primeiro tinha oito dragas. Não sei quanto tem agora. Quando eu estava na Colômbia né. Agora já mudou outra vez. O Pé-na-Cova já saiu.

Técnico: E voce sabe quem é o novo administrador?

Indio: é depois Pé-na-Cova tinha outro. Tinha colocado outro administrador novo era o "Pernambuco" que já mataram pra ele. Agora é o Paulista.

Antropóloga: Quem matou?

Indio: Foi entre eles. Foi Peão brasileiro que matou.

Antropólogo: Foi lá entre eles mesmos é? E dá muita alteração, muita briga por lá?

Indio: Eu não sei. Deve dar. As vezes dá e as vezes não dá né.

Antropólogo: Mas quando eles querem fazer festa, beberagem essas coisas todas eles vão lá no Garimpito? Ou fazem aqui?

Indio: Não, lá na Base tem todas cantina, tem tudo. Mulheres tem. Tudo tem aí. O garimpo fica aqui, é bem na frente aí. E só atravessar e vai encaixando tudo. Aí começa a briga.

Antropóloga: Há quanto tempo eles estão lá?

Indio: Já tem dois anos já. Vai fazer esse ano.

Técnico: Você sabe o número de pessoas que tem lá?

Indio: Não sei não rapaz, mas tem muita gente. Tem na Base de oitocentas. Naquele tempo quando eu viajei primeiro estava quatrocentos Colombiano, estava quatrocentos brasileiro. De oitocentas pra cima não recebe mais, não aceita mais não. Não podia entrar mais.

Antropóloga: é uma cidade mesmo?

Indio: é.

Antropólogo: Eles têm que vir mesmo por lá porque aqui a gente não vê quase ninguém né?

Indio: Pois é ali eles têm pista. Têm pista do nome José Altino. No lado brasileiro. Eles descem lá. Eles vão fazer outro pista maior. Bem perto do Rio aí. Já está pousando tudo pra poder entrar e ter autorização e pronto. Aí também é melhor pra eles. Vai deixando Maku de fora. Já deixaram. Mas agora não sei o que ele vai dizer pra eles. Os Maku de São Francisco já não têm material.

Chefe de Posto: Isso daí se o cara chega lá e não deixam ele trabalhar aí vão criar um atrito. Aí vai. Aê é certo. O pessoal todo chega lá, o cara fala: O aqui eu não vou deixar vocês trabalhar que a área que eles garimpam é a Serra do Meio.

Indio: É e ele ... primeiro quando chegava lá não entrava. Há pouco tempo né a Paraná [panema] quando tinha pesquisa grande. Então nós vamos ocupar essa área toda de vocês. essa terra pequena é de vocês. Nós vamos ajudar. De vez em quando encostaram aí no São Francisco e pediram ajuda também. Então por isso também que pesquisando deixaram pra gente trabalhar aí na Serra do Meio. E falta pro capitão assinar com ele. Capitão não sabe assinar né. Aí chegou o Dr. Constante aí no São Francisco e ele queria mandar assinar nos documentos pra mandar registrar como que a gente... nós tava com documento. Depois não voltou mais. Aí depois por isso que saiu daí. É da empresa do garimpeiro. A gente não poderíamos dizer nada né. Voce não conhece lá mesmo. Vocês viram aqui no São Francisco né a gente não tá fazendo nada, não trabalha. Não tem outro pra ganhar.

Antropólogo: Foi nessa época que o Santiago era Segurança da Paranapanema?

Indio: O segurança tá agora aí. Tava aí.

Chefe de Posto: Santiago, Laurentino. Tinha o Emiliano também.

Indio: E o Paulo Borges. Depois que eu fiquei responsável por esse Serra aí. Sozinho eu fiquei. Com tudo.

Chefe de Posto: É, voce o Valdeci, o Laureano e o Guilherme. Nós ficamos quatro pessoas aí.

Antropóloga: E a Paranapanema ficou quanto tempo aí?

Indio: Agora ficou na base de cinco ou seis anos. Foi em 90 né. Parece que foi sete anos. Sairam em 90.

Chefe de Posto: Começaram entrar em 84 e 85. Ficaram aí uns cinco anos. seis anos.

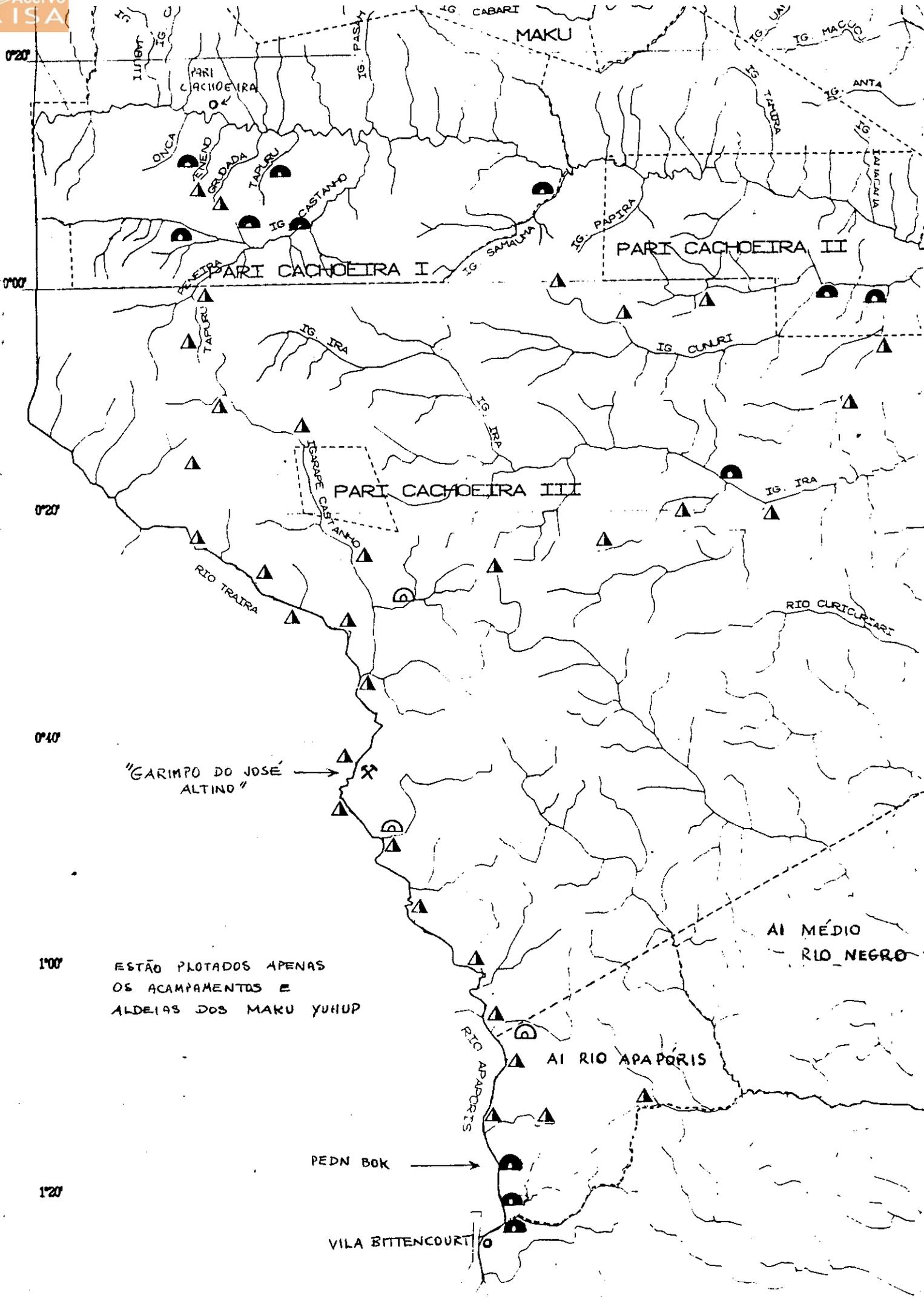
Indio: Até no garimpo Tukano eles entraram lá. Já depois que tinha demarcado pra eles, pra os Tukano. Foi eles que pediram por favor pra eles estudar e entregaram a eles aí. Os Tukano mesmo que pediram por favor pra eles.

Chefe de Posto: E outra coisa, naquela época que aconteceu aquela merda do pessoal. P.G.D., negócio de exército e vocês estavam lá em osixo, né. Voce, o Manuel.

Indio: Nós que recebeu três rifles. Eu, meu irmão ...

Chefe de Posto: (...) aí voce ficou lá, depois que passou tudo aquilo que o Manuel veio aqui pra Tabatinga no final de Maio. E quando ele começou a fazer aquele negócio, aquela patrulha, aquele negócio do exército, voce estava lá. Voce não estava lá?

Voce não acompanhou?



ESTÃO PLOTADOS APENAS OS ACAMPAMENTOS E ALDEIAS DOS MAKU YUHUP



FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO
Reconhecida como de Utilidade Pública - Lei nº 1831 - 1987 - AM-Brasil

TERRA e CULTURA

São Gabriel da Cachoeira, 20 de junho de 1994

Aos companheiros líderes e membros
das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro
Município de Santa Izabel do Rio Negro.

A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro-FOIRN, vem a público manifestar seu veemente repúdio ao ofício nº 17/94 da Câmara dos Vereadores de Santa Izabel do Rio Negro, no qual demonstram que a Instituição é contrária à demarcação das terras indígenas e conseqüentemente dos demais direitos dos índios.

Lamentamos a falta de conhecimento dos membros-componentes daquela Casa Legislativa, quando ignora a existência de populações indígenas na área do município em questão, que tem sua população rural composta de 95% de índios e descendentes de vários grupos étnicos, como foi comprovado no I Encontro das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro, realizado entre os dias 3 e 5 de abril deste ano na sede daquele município, inclusive com apresentações de danças tradicionais-tribais.

O referido ofício peca ainda quando atribui conflitos sociais ao reconhecimento dos direitos das populações indígenas da referida região, que é assegurada de forma clara, pela Constituição Federal, o que dá a entender que os nobres vereadores autores do ofício não tem como guia a Lei Máxima do País, ainda mais quando sabemos que os conflitos comumente são originados justamente da falta de observância e cumprimento das leis, como vem a ser a invasão garimpeira naquela região, que hoje sim, cria os conflitos de toda ordem, fomentados ou apoiados por políticos do município.

Para a FOIRN, a demarcação das terras indígenas e a garantia de todos os direitos constitucionais, são a melhor forma de evitar qualquer tipo de conflito e de situação de miséria dos povos indígenas, e tem a certeza de que a melhor resposta ao ofício mal intencionado será da própria população indígena de Santa Izabel do Rio Negro, que ora está se organizando e lutando pelos seus direitos em vista de um futuro promissor sem preconceitos nem submissão de aventureiros.

Braz de Oliveira França
Braz de Oliveira França
PRESIDENTE-FOIRN

Jesus Santos
Vice-presidente
FOIRN

Maximiliano C. Meneses
Maximiliano C. Meneses
Secretário - FOIRN

Sede: Av. Alvaro Maia 79, São Gabriel da Cachoeira, AM
Correspondência para Caixa Postal 31, São Gabriel da Cachoeira, AM, 69750. BRASIL
CGC nº 05543350/0001-18

telefone (092) 471-1349

Nós abaixo-assinados, membros das comunidades UÁBADA, CANTUCHO UACARÁ, CASTELHEIRO, MAÇARABI, PLANO, BOA VISTA, MARICOTAS, TINA DO CUILE, representados pela CACIR - Conselho de Articulação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas, vimos a público repudiar o ofício 17/94, da Câmara dos Vereadores de Santa Isabel do Rio Negro, fundados nos seguintes argumentos:

- que na área citada no ofício habitam tradicionalmente, nos povos barés, tucanos, dessanos, piratapuias, tarianos, baniwas, arapaços, articulados através da nossa organização indígena, reconhecida juridicamente.

- Que os nossos vereadores e o Prefeito do Município desconhecem a nossa realidade sócio-cultural, pois desde eleitos jamais visitaram nossas comunidades.

- Os argumentos utilizados no referido ofício são improcedentes e passíveis de falsidades e desconsideração pelas nossas etnias tradicionais.

Em acordo com a Constituição Federal, no seu Art. 231, EXIGIMOS a demarcação e homologação de nossas terras tradicionalmente ocupadas.

Uábada, 29 de junho de 1994,

Ednair Celestino Torres
Ednair Celestino Torres
Presidente da CACIR

Vamberto Plácido
Vamberto Plácido
Vice-presidente da CACIR

Olga Maria Gonçalves
Olga Maria Gonçalves
Secretário da CACIR

Argemiro Oliveira
Argemiro Oliveira
Tesooureiro

Líderes de comunidades:

- Porfirio Brazão
- Paulo M. Bruno
- Catequista João Brazão
- Libório Diniz
- João de Oliveira R.
- Quiliano Fernando Boreto
- Daniel José Braga
- Jamir Manoel Rodrigues
- Utilia Silva Brazão
- Leonel Oliveira
- Agostinho Mariano
- Alberla da Silva
- Geilma da Silva
- Aparecida Silva
- Elza Oliveira

capitão

capitão

catequista
capitão

conselho

Santa Izabel do Rio Negro, 30 de junho de 1994

Nós, membros das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro, queremos apresentar o nosso repúdio as declarações do Sr. Presidente da Câmara de Santa Isabel do Rio Negro contidas no ofício nº 17/94, no qual se opõe inteiramente à demarcação das Terras Indígenas.

Demonstrando total despreparo para a função que ocupa, trai os votos indígenas que o fizera representante desse mesmo povo negando a sua verdadeira origem.

Declaramos que tal ofício não merece crédito, pois ela defende unicamente interesse de uma minoria, não os da maioria que somos nós, os ÍNDIOS.

Santa Isabel do Rio Negro-AM, 30 de junho de 1994.

Guilherme Almeida
Natalino Vargas - Professor Rural
Elio Fonseca - Representante de bairro.
Alcino Plácido dos Santos - Representante de
Bairro Aéreas Nova
Valdomiro Nery - (Professor)
José Augusto Fonseca (Representante da
COMIRN-FOIRN STA I
Dira Albertina Fonseca de Oliveira
(Professora)